

A UNESCO E O MUNDO DA CULTURA

ELY GUIMARÃES

A autora é responsável pela escolha e pela apresentação dos fatos contidos nesta publicação e pelas opiniões aqui expressas, que não são necessariamente as da UNESCO e não comprometem a Organização. As designações empregadas e a apresentação do material não implicam a expressão de qualquer opinião que seja, por parte da UNESCO, no que diz respeito ao status legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou no que diz respeito à delimitação de suas fronteiras ou de seus limites.

A UNESCO E O MUNDO DA CULTURA

ELY GUIMARÃES



Conselho Editorial da UNESCO

Jorge Werthein
Cecilia Braslavsky
Juan Carlos Tedesco
Adama Ouane
Célio da Cunha

Assistente Editorial: Larissa Vieira Leite

Diagramação: Fernando Brandão

Design gráfico: Edson Fogaça

Copyright ©2001, UNESCO

ISBN: 85-87853-55-4

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca do IFCH-Unicamp

Ev733u

Evangelista, Ely Guimarães dos Santos
A UNESCO e o mundo da cultura / Ely Guimarães
dos Santos. -- Campinas, SP: [s.n.], 1999.
222p.

Orientador: Octavio Ianni.
Tese (doutorado) -- Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Relações internacionais. 2. Comunicação.
3. Racismo. 4. Relações raciais. 5. Brasil - Relações
raciais. I. Ianni, Octavio, 1926 - . II. Universidade
Estadual de Campinas Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Representação no Brasil
SAS, Quadra 5 Bloco H, Lote 6,
Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar.
70070-914 – Brasília – DF – Brasil
Tel.: (55 61) 321-3525
Fax: (55 61) 322-4261
E-mail: UHBRZ@unesco.org.br

Sumário

Apresentação	7
Abstract	9
Prefácio	11
Educação, ciência, cultura e a paz mundial: UNESCO	13
UNESCO: sua gênese e as esperanças de construir um mundo novo	18
UNESCO: supremacia e contradições do poder ocidental	30
A UNESCO e a bipolarização do poder num mundo multicultural	40
Nova composição da UNESCO e caminhos possíveis do progresso da humanidade	44
Estatização do Conselho Executivo: hegemonia ocidental e ordens nacionais	52
A UNESCO e a comunicação entre as culturas	61
Construindo uma rede mundial de comunicação e entendimento dos povos	68
A UNESCO, os meios de informação e um ideal de liberdade para os povos	75
O livre fluxo de informação, a UNESCO e a dinâmica do contexto mundial	85
A UNESCO, seu ideal de universalidade e o direito à cultura ...	102

A UNESCO, o livre fluxo de informação e o “direito de comunicar”	111
O livre fluxo de informação, a UNESCO e sua nova estratégia	125
Sociedade e cultura: a UNESCO e a questão racial	145
A questão racial, ontem e hoje: conflitos, acomodações e antagonismos	146
Raça, ciência, poder e a busca de um modelo de democracia racial	161
Cuidando da diversidade para construir a unidade em fragmentação	183
Referências	205

Apresentação

Os acontecimentos que abalaram o mundo em setembro de 2001 reafirmam com veemência a irreversibilidade do mandato conferido pelas Nações Unidas à UNESCO, mandato que essa instituição vem exercendo cotidianamente no mundo desde o pós-45, como bem fica aqui demonstrado sob o título *A UNESCO e o mundo da cultura*.

Diante do muito que ainda resta por construir após mais de meio século de trabalho em prol de uma cultura de paz, ressalta-se a importância da contribuição que este livro vem trazer para uma participação informada, de todos quantos a ele tiverem acesso, na construção de uma sociedade regida pelos princípios e valores defendidos desde sempre pela UNESCO e nos quais ela fundamenta sua atuação nas áreas de sua competência.

Em seu trabalho catalizador a UNESCO se insere nas diversas culturas, estabelece parcerias em âmbito mundial, e nas diversas esferas das sociedades nacionais, e mobiliza as forças locais, nacionais, regionais e mundiais na direção de decisões políticas que ensejem a atualização histórica das diversas regiões e povos, no que diz respeito ao avanço nos direitos fundamentais da pessoa humana. Trabalho do qual a humanidade não pode prescindir numa sociedade tecnológica e do mercado mundializado, em que urge reavivar e fortalecer os valores que devem unir todos os povos e culturas numa convivência solidária no planeta Terra.

Conhecer a UNESCO, sua luta em defesa de um ideal ético inerente a uma civilização universal, torna-se fundamental no mundo contemporâneo. Um mundo cada vez mais interdependente e gerador de desigualdades e de exclusões. Um mundo no qual – além dos graves problemas sociais, como o terrorismo, as drogas, a violência entre as crianças e os jovens, as ameaças ao meio ambiente – a

diversidade, em princípio enriquecedora da humanidade, abre-se em conflitos, e atos de terror. Um mundo, pois, que exige soluções negociadas das nações diversas e, portanto, a participação e o engajamento de todos quantos as constituem. Logo, um trabalho persistente e continuado nas áreas de atuação da UNESCO.

Publicando este livro a UNESCO tem em vista contribuir para o conhecimento de seu trabalho e das dificuldades para sua realização. Conhecimento inserido na agenda de uma educação para a participação política dos indivíduos na construção democrática da cultura e de uma cidadania aberta ao mundo.

Milca Severino Pereira
Reitora da UFG

Jorge Werthein
Diretor da UNESCO no Brasil

Abstract

The aim of this book is to study the history of UNESCO, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation, in the fifty years of its existence. It is made up of three independent essays that focus on: a) the constitution/construction/reconstruction of this specialised agency of UNO since the turbulent and tense years of the Second World War and the post-war years; b) its performance concerning communication, area which is added to education, science, and culture; and c) its actions related to the racial issue. Based on primary sources, such as minutes of the General Conference, reports of intergovernmental committees, reports of the Director-General to the General Conference and to UNO, documents produced to support the events promoted by UNESCO, as well as studies developed about it, this research permitted situating UNESCO in the play of international forces which request it for various reasons, making evident that culture is a concrete element of the world politics.

In a systemic perspective built since 1945 according to the ideas of nations' interdependence and those nourished by the ideals of equality, right, and freedom, it was attributed to UNESCO, as part of the supranational structure then constituted, the task of integrating the parts for the benefit of the entire world society and the planet Earth. Thus, its attribution was mainly to educate the peoples, to win people's minds, to educate governments and other agents in the world scene, aiming at a pacific participation in the international sphere.

The study here presented shows that UNESCO, linking its intrinsic ethic-moral ideal to the objectives which are operational and functional to the world dynamics, has contributed essentially to the process of integration and accommodation of the national conditions and possibilities before the contradictory dynamic of world economy

and politics. In order to achieve this, it has systematised the knowledge of the conditions and potentialities of its State members and its insertion in the global economy, educating them for this end, articulated them regionally, and integrated them in the play of international forces which have transnationalised. Furthermore, it has promoted debates, studies and researches about themes and key issues in this process and it has administered its contrary forces searching to overcome conflicts and to equate differences. Its aim is at the same time the possible unity and the respect to diversity, which are central to the expanding civilising process. The possible conclusion is that UNESCO, in its relationship of reciprocity with the reality, is a vital force that not only constitutes the globalisation process but is also constituted by it.

Prefácio

Este é um livro fundamental para todos os que se interessam pelos aspectos culturais da globalização. Neste livro Ely Guimarães dos Santos Evangelista analisa a formação e os desenvolvimentos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ressaltando a contribuição dessa instituição mundial para o diálogo entre os povos e as nações, as culturas e as civilizações. Faz um histórico das reuniões e resoluções, diretrizes e atuações, temas e controvérsias com os quais a UNESCO se transforma em uma instituição simbólica e ativa do compromisso de indivíduos e coletividades com o diálogo, o intercâmbio de experiências e a busca de soluções alternativas para os dilemas culturais e sociais que afligem muitos, em todo o mundo.

Esse o horizonte em que este livro se coloca, esclarecendo diretrizes e realizações notáveis no âmbito da comunicação e do entendimento entre os povos, no que se refere à universalização da educação, ao ideal de liberdade, às relações raciais e à importância da democratização dos meios de comunicação, em escala nacional e mundial.

Simultaneamente, o livro esclarece a presença das diretrizes e realizações da UNESCO no âmbito das sociedades nacionais. Aponta as influências dessas orientações e avalia os desafios que se criam, quando políticas e práticas nacionais escondem a preservação de privilégios e desigualdades que negam a democratização da cultura e a realização da cidadania. Outro aspecto muito importante deste livro relaciona-se ao problema fundamental do “ocidentalismo”, “eurocentrismo” ou “americanismo” presente ou subjacente em diretrizes e realizações da UNESCO. É no âmbito dessa instituição que um dos aspectos mais notáveis dessa problemática cultural, simultaneamente científica e educacional do mundo moderno tem

sido focalizada. Em várias ocasiões, os representantes de povos e nações, compreendendo africanos e asiáticos, caribenhos e latino-americanos, tendo em conta as suas diversidades e tradições culturais, fizeram valer as suas posições, reivindicações, diretrizes e realizações, em contraponto com o eurocentrismo, americanismo ou ocidentalismo.

Vista assim, em perspectiva ampla, mas também em suas diretrizes, atividades e realizações, a UNESCO revela-se uma instituição fundamental, particularmente importante em um mundo multicultural, em luta para manter-se e desenvolver-se em suas pluralidades, diversidades e visões da vida e do mundo. Contribui, muitas vezes decisivamente, para a preservação e revalorização das culturas locais, nacionais e regionais, no âmbito da cultura global em formação, assinalando a importância das diversidades histórico-sociais, culturais, de gênero, étnicas, lingüísticas, religiosas e outras. Desenvolve a compreensão da cultura, sob todas as suas formas, como o componente essencial da democracia e cidadania, revelando que a cultura é condição e elemento ativo da compreensão da realidade, do diálogo entre os povos e nações, bem como da emancipação de indivíduos e coletividades.

No conjunto, este magnífico livro de Ely Guimarães dos Santos Evangelista contribui tanto para o esclarecimento da história, formação e transformação, diretrizes e realizações notáveis da UNESCO, como também revela como está em curso a formação de uma sociedade civil mundial. Ao narrar as linhas mestras das atividades e contribuições da UNESCO, esclarece aspectos muito importantes, em suas dimensões culturais, do novo ciclo de globalização com o qual se inicia o século XXI. Contribui para que uns e outros, indivíduos e coletividades, em todo o mundo, desenvolvam uma concepção humanística universal da cultura.

Octavio Ianni

Educação, ciência, cultura e a paz mundial: UNESCO

(...) as guerras começam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz.

(Ato Constitutivo da UNESCO)

A UNESCO, agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) para a educação, a ciência e a cultura, resulta das discussões ocorridas entre 1942 e 1945, em Londres, quando são aprovadas a Ata Final da Conferência e a Convenção ou o Ato Constitutivo pelos quais ela é instituída. A primeira reunião de sua instância máxima, a Conferência Geral, na qual é discutido seu programa de ação, relativo ao exercício de 1947, ocorre em novembro/dezembro de 1946, em Paris, que acolhe sua sede. Os reordenamentos geopolítico-ideológicos e econômicos, as guerras localizadas desde o imediato pós-guerra e as relações desses acontecimentos, num mundo que vai ganhando novas configurações, parecem contraditórios às intenções norteadoras da idealização da UNESCO. Permitem, porém, imaginar a possibilidade de essa instituição, ao se inserir no mundo e se defrontar com os desafios e obstáculos que ele, em seu dinamismo e contradições, vai lhe apresentando, projetar em um outro patamar as finalidades para as quais ela foi criada.

Exorcizando a guerra, cujo poder destrutivo fora evidenciado, as lideranças mundiais postularam, num momento de esperança na vitória e de complexas negociações, a construção de uma nova ordem econômica fundada na cooperação entre as nações. Esse objetivo deveria se realizar num mundo com pessoas, aos milhões, destituídas de seus espaços vitais, desenraizadas; um mundo conturbado, tenso,

de reconstrução, de reorganização das forças e das diferentes dimensões da vida dos povos; um mundo de temores e de esperanças. Objetivo que deveria se realizar mantendo-se o submetimento de uns ao domínio de outros, não obstante o acirramento das contradições inerentes a esse processo. Objetivo cuja realização, nas rearticulações da ordem imperialista, exigirá acomodações, negociadas, consentidas e/ou impostas, a serem intermediadas pelas organizações intergovernamentais então criadas, entre as quais a UNESCO.

A guerra evidenciou a vulnerabilidade dos colonizadores com a ocupação japonesa de várias áreas coloniais e com a capacidade de resistência dos povos colonizados, às vezes abandonados a si mesmos nos combates, resultando na quebra dos laços coloniais. A Inglaterra, já com experiência na questão desde o século XIX, retoma a política de autogoverno dos territórios coloniais sob a Commonwealth. A França cria, pela Constituição de 1946, a União Francesa, e se ocupa da questão nas constituições seguintes.

Esses e outros procedimentos, aí incluídas as intervenções militares julgadas necessárias pelos governos europeus, revelam-se, entretanto, insuficientes para conter a desintegração dos impérios coloniais – palcos de tensões resultantes das contradições geradas pelo processo de exploração de povos com tradições, etnias e religiões diversas – e a resistência à continuidade dessa exploração num mundo que professava a democracia, a liberdade e a paz. Disso são exemplos, logo em 1945, a intervenção holandesa contra a independência da Indonésia e as intervenções francesas no Marrocos e na Argélia.

Aspirações nacionalistas expressam-se nos diversos movimentos organizados no pós-guerra, incentivados pela política exterior soviética que retoma sua luta contra o imperialismo ocidental, assim como por intelectuais das próprias metrópoles. Movimentos também nutridos pelo desejo de libertação dos povos submetidos em nome da suposta superioridade cultural e racial dos colonizadores, ou pela rebeldia das elites européias envolvidas na administração local das colônias. Movimentos nutridos ainda pela política dos Estados Unidos (EUA) em sua espera ativa e hábil rumo à ocupação do espaço a lhe ser franqueado, quando se desfizessem as ultrapassadas malhas coloniais, embora as metrópoles européias, exauridas pela guerra, ainda alimentassem as esperanças de manter o controle sobre

seus domínios. Assim, a Holanda une-se à Indonésia, em 1946, no Acordo de Lindggadjati. Mas as tropas holandesas só se retiram desse território, em 1949, graças à pressão dos EUA e da ONU, e os conflitos desde então gerados entre as metrópoles europeias e os “territórios ultramarinos” terão seus desdobramentos ao longo das décadas seguintes.

Na continuidade do processo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório, lutas mais ou menos violentas ocorrerão, na Ásia, Oceania, no Oriente Médio, na África, na América Latina e no Caribe, temperadas ou não pela política da Guerra Fria que caracterizará a história mundial, nos quarenta anos que se seguem à guerra, unindo e opondo, de um lado, União Soviética (URSS) e EUA e, de outro lado, EUA e Europa. Ou, ainda, o Ocidente e o Oriente. E mesmo os brancos e os não-brancos.

Os primeiros passos da UNESCO, idealizada no curso das negociações para a paz, realizam-se, portanto, num mundo já dividido pela Guerra Fria, formalmente anunciada pelo ex-primeiro-ministro britânico W. Churchill, em março de 1946, quando, em discurso pronunciado em Fullton, nos EUA, denuncia a “cortina de ferro” que atravessa a Europa e enfatiza a responsabilidade do Estado norteamericano na defesa da liberdade, desde então percebida como prerrogativa exclusiva do modo capitalista de organizar a vida.

O mundo em 1947 é, portanto, um vasto, complexo, problemático campo de trabalho para uma instituição intergovernamental que traz na sua concepção a intenção, ou a semente, da universalidade e da supranacionalidade, inerentes à tarefa política de promover a cooperação entre as nações,¹ nos campos da educação, da ciência e da cultura, percebidas como meios de construir, entre as nações e os povos, uma paz duradoura, “fundada na solidariedade intelectual e moral da humanidade”, eufemismo que oculta um aspecto fundamental

¹ A contradição entre o ideal de universalidade e as ordens nacionais motiva o filósofo italiano Benedetto Croce a referir-se à UNESCO como sendo “uma empresa equivocada”, frase que, na interrogativa, serve de título ao estudo sobre a instituição realizado por BEKRI, Chikh. *L’UNESCO: “Une entreprise erronée?”* Paris: Éditions Publisud, 1991. Problemas decorrentes dessa contradição são considerados por DEUTSCH, Karl. *Análise das relações internacionais*. 2ª ed. Tradução de Maria Rosinda Ramos da Silva. Brasília: UnB, 1982.

revelado no próprio documento. A guerra convencera os governantes de que os acordos econômicos e políticos entre eles não garantem a “adesão unânime e sincera dos povos”, assim como da necessidade de “assegurar o respeito universal da justiça, da lei, dos direitos do homem e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião”. (Ato Constitutivo da UNESCO)

Trata-se, no fundo, de responder à questão de como permitir, sem guerra entre as grandes potências, e mediante um novo concerto entre as nações, a continuidade da expansão e da reprodução ampliada de um determinado modo de organizar a vida social.

Para atender a essas necessidades excludentes então postuladas, os Estados-nações inventam a UNESCO, cujo fim último, “contribuir para a manutenção da paz e da segurança”, põe na pauta de suas atribuições as seguintes competências: a) “favorecer a compreensão mútua das nações: (...) emprestando seu concurso aos órgãos de informação das massas”, visando a “facilitar a livre circulação das idéias pela palavra e pela imagem”; b) “imprimir um impulso vigoroso à educação popular e à *difusão da cultura*”, através da “cooperação entre as nações, sugerindo métodos de educação para preparar as crianças do mundo inteiro para as responsabilidades do *homem livre*”; c) “ajudar a manutenção, o avanço e a difusão do saber (...) facilitando (...) o acesso de todos os povos ao que cada um deles publica”.²

Há, entretanto, limites. No exercício de suas funções, a UNESCO, “cuidadosa de assegurar aos Estados-membros (...) a independência, a integridade e a fecunda diversidade de suas culturas e de seus sistemas de educação (...), se interdita de intervir em qualquer matéria que diga respeito, essencialmente, à sua jurisdição interna”. (Ato Constitutivo)

Limites marcarão a vida dessa instituição intergovernamental, cuja criação ocorre mediante a circunscrição, na Conferência de Ministros Aliados da Educação (CMAE), dos diversos interlocutores que então se debruçavam sobre os problemas relativos às áreas educacional e cultural. Os ministros da Educação dos territórios em combate com as forças nazistas em expansão, exilados em Londres,

² Ato Constitutivo da UNESCO, doravante referido como Ato Constitutivo. Grifos meus.

planejavam a reconstrução, quando terminasse a guerra, dos sistemas nacionais de ensino em seus respectivos países.³ Por outro lado, as associações privadas, mobilizadas num mundo em guerra, isto é, num mundo cujos problemas haviam adquirido uma dimensão transnacional, atribuíam valor fundamental à educação, em sentido amplo, para a construção da democracia e da paz mundiais. Buscava-se a construção do cenário de estabilidade política necessária ao livre curso das idéias, das pessoas e das mercadorias, objetivo partilhado pelas lideranças políticas do mundo ocidental, que articularam as condições para a paz almejada.

Fruto de concepções diversas do pensamento liberal que, em conjunto, professavam a democracia e a liberdade do indivíduo em oposição a qualquer tipo de totalitarismo, a construção teórica que regulamenta a coordenação supranacional da cooperação educacional, científica e cultural dá expressão, nos limites impostos à nova organização da ONU, às contradições inerentes à ordem mundial do pós-guerra.

Essas contradições explicitam-se nas dificuldades de acomodação dos nacionalismos europeus (britânico e, sobretudo, francês) e norte-americano, na disputa pelo espaço no mundo e na cooperação intelectual vista como assunto de Estado e necessária à reconstrução da nova ordem capitalista mundial. Acrescente-se a isto que também os organismos privados, semi-oficiais e não-governamentais, da Inglaterra e dos EUA, cujos objetivos internacionais para essa área estão formulados, desde o início do século, apresentavam, então, suas propostas para a educação do cidadão mundial.

As expectativas em relação à UNESCO são, portanto, diversas. Vários interlocutores concorrem para sua idealização e concretização.

³ Os ministros da Educação da Bélgica, da Grécia, da Noruega, dos Países Baixos, da Polónia, da Tchecoslováquia e da Hungria, e o representante da Comissão Nacional da França, desde o início de 1942, preocupam-se com as questões relativas aos sistemas nacionais de ensino. A discussão sobre essas questões prossegue com a oficialização da CMAE pelo governo britânico, império ameaçado, mas em condições de liderar uma cooperação política e militar com os países europeus na resistência ao nazismo. Valendo-se dessas condições, cuida então de estender essa cooperação para o campo educacional. Outros países se associam posteriormente a essa discussão, na qual, desde então, inclui-se a idéia de uma organização internacional de cooperação intelectual.

Estas, entretanto, não escaparam do controle das ordens nacionais em condições, mais ou menos favoráveis de, no conjunto ou isoladamente, afirmarem-se não só perante os processos histórico-sociais que requeriam uma coordenação governamental, apresentada como cooperação multilateral, como também diante dos problemas de reconstrução e reordenação de um mundo cindido que, pela dinâmica das forças presentes, constrói-se como mundo.

Nesse contexto, o secretário-executivo da comissão preparatória da primeira reunião da Conferência Geral da UNESCO (1ª CG-1946), Julien Huxley, que será o primeiro diretor-geral da nova organização, apresenta sua proposta de elaboração de uma filosofia universal, de um sistema coerente de princípios explicativos dos objetivos e fins da existência humana, passível de orientar as ações da UNESCO. Na perspectiva dessa filosofia, essas ações devem contribuir para a construção de um mundo único, assim como para a realização, em sua amplitude, das possibilidades humanas. A proposta, evidentemente, não foi aprovada pela Conferência Geral, que decidiu publicá-la como expressão pessoal do autor.⁴ Valendo-se de uma linguagem mais atenuada, Julien Huxley insiste na defesa desse ideal, na introdução ao programa da UNESCO na Conferência Geral do ano seguinte.

UNESCO: sua gênese e as esperanças de construir um mundo novo

A realização do ideal de universalidade subjacente à concepção da UNESCO, uma organização mantida pelos Estados-membros, traduzida por Julien Huxley em sua utopia, aponta para um mundo no qual o ideal iluminista de progresso se tornasse liberto das ordens

⁴ Publicado pela Frederick Printing, sob o título *L'UNESCO : ses buts et sa philosophie*. Na documentação da UNESCO consta como UNESCO 1C/6. Cf. ARCHIBALDI, G. *Les États-Unis et l'UNESCO: 1944-1963*. Les rêves peuvent-ils résister à la réalité des relations internationales? Paris: Publications de la Sorbonne, 1993, p.108. Essas idéias estão também expostas na introdução do programa geral da UNESCO, 1946, Documento C/2. Cf. BEKRI, C. 1991, p. 155-156. As preocupações de Huxley com os destinos do homem já haviam sido apresentadas em: HUXLEY, Julien. Humanismo científico. In: *El hombre está solo*. Trad. de C. A. Jordana. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1942.

nacionais, como Friedrich von Hayek já preconizara, em 1944, em sua obra *O caminho da servidão*. Os fatos evidenciam, entretanto, que as lideranças mundiais não só se mantiveram surdas às prospecções neoliberais de Hayek, como também não se deixaram intimidar pelas advertências e críticas que, sob sua liderança, a Sociedade de Mont Pèlerin, a partir de 1947, apresentava contra o keynesianismo adotado pelos Estados-nações. (Anderson, 1995)

Os Estados-nações, de fato, “não estavam movidos, quando criaram a (...) UNESCO, por um instinto suicida” (Bekri, 1991, p. 158). Por essa razão, entre os vários projetos sobre os quais a CMAE se debruçou a partir de março de 1943, foram retidos, para a Conferência de Londres de 1945, apenas dois, enviados respectivamente em 1944 e 1945 pelos governos dos EUA e da França.

Outros projetos já haviam sido apresentados à CMAE. Um deles, de origem britânica, inclui-se no relatório intitulado *A educação e as Nações Unidas*, elaborado no final de 1942 por um comitê misto constituído pela London International Assembly e pelo Council for Education in World Citizenship (CEWC). A CEWC realizará exposição de aparelhos de leitura de microfílm na sede da UNESCO, em 1947, iniciando, desde então, uma colaboração entre ambas para o fornecimento desses equipamentos para as escolas européias em reconstrução.

Empresas privadas norte-americanas também enviaram, no final de 1943, seus relatórios à CMAE. Um elaborado pelo Liaison Committee for International Education, e outro, pelo Institute on Educational Reconstruction, constituído pela associação da Universidade de Nova York com o United States Committee on Educational Reconstruction.⁵

Os três últimos projetos tinham em comum, entre outros pontos, a idéia de criação de um organismo internacional que contribuísse,

⁵ ARCHIBALDI, G. 1993, p. 23. Listando várias organizações privadas dos EUA, o autor afirma a impossibilidade de enumerar todos os projetos de criação de um organismo internacional para a área educacional surgidos no país no período compreendido entre 1941 e 1944. BEKRI, C. 1991, p. 88, relaciona organizações nacionais e internacionais da Europa e dos EUA que contribuíram e se anteciparam na reflexão da qual resultou a criação da UNESCO.

por meio da educação, para a manutenção da paz mundial. Propunham, além das mudanças nos currículos, a criação de um centro de informação e investigação com a finalidade de organizar intercâmbios, reuniões e difundir publicações. O objetivo consistia, nas palavras de Amadou-Mahtar M'Bow, o quinto diretor-geral da UNESCO, em “harmonizar os sistemas nacionais de ensino”, porém, ressalva ele, “respeitando a soberania nacional”(1985, p.14). Uma ressalva importante nos anos 80, quando, em face do crescente processo de desterritorialização do capital e da descentralização da produção mundial de mercadorias permitidas pelo desenvolvimento das indústrias eletro eletrônica e espacial, vinham se concretizando as respostas neoliberais à questão sobre os limites do Estado-nação como instância de decisões.⁶ Essa ressalva explica também o comportamento dos governos à época do trabalho da CMAE.

Reticentes acerca da cooperação internacional no campo da educação, um domínio caro à idéia de nação, outros governos começaram a participar das discussões a partir de 1943, com representação oficial, portanto, na qualidade de membros da CMAE, ou como observadores, como ocorreu, por exemplo, com a URSS e os EUA.⁷

Este último oficializa sua participação na CMAE em março de 1944, após apaziguadas as divergências no Departamento de Estado entre os partidários da segurança coletiva como prioridade, e aqueles para os quais, num momento de reorganização da ordem mundial, a

⁶ IANNI, Octavio. *Classe e nação*. Petrópolis: Vozes, 1986; _____. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, especialmente o capítulo IV, “Nação e globalização”. Sobre a historicidade da nação, ver também HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, em especial o capítulo I, “A nação como novidade: da revolução ao liberalismo”. Sobre o neoliberalismo e as respostas neoliberais que vão se afirmando a partir dos governos Thatcher, na Inglaterra, Reagan, nos EUA, Kohl, na Alemanha e Schluter, na Dinamarca, no final da década de 1970 e início da seguinte, ver ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo – As políticas do Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

⁷ Além dos EUA e da URSS, de Luxemburgo, da África do Sul, da Austrália e do Canadá, a China e a Índia participam das reuniões da CMAE, a partir de 1943. M' BOW, Amadou Mahtar. *La UNESCO en su cuarenta aniversario*. Paris: UNESCO, 1985. p. 13; ARCHIBALDI, 1993, p. 25.

cooperação cultural não poderia prescindir do controle do Estado.⁸ A clareza dessa percepção se manifesta na preparação cuidadosa, assim como na atuação da delegação desse país⁹ nas discussões e articulações para a criação da UNESCO.

Rigorosamente articulada e em comunicação permanente com o secretário de Estado, através do telégrafo da Embaixada dos EUA em Londres, a delegação desse país garante a adoção pela CMAE de projeto por ela elaborado num final de semana. O projeto, prevendo a criação de uma Organização das Nações Unidas para a Reconstrução Educativa e Cultural (Onurec), é enviado oficiosamente às autoridades governamentais, visando à sua reformulação, após recebidas as sugestões de, no mínimo, vinte governos, para, em seguida, encaminhá-lo oficialmente aos governos nacionais.

⁸ A Divisão de Relações Culturais do Departamento de Estado dos EUA se reorganiza no começo de fevereiro de 1944, sob a denominação Divisão de Ciências, da Educação e da Arte, evidenciando uma mudança na percepção do papel da educação e da cultura para a paz e a segurança mundiais. Cria-se também o posto de secretário de Estado adjunto para assuntos públicos e culturais, ocupado por Archibald MacLeish. Grayson Kefauver (presidente do Liaison Committee for International Education) é nomeado conselheiro especial para educação, junto ao Departamento de Estado, e enviado, desde março, como membro da delegação dos EUA nas discussões em Londres para criação da futura UNESCO. Desde março de 1943, entretanto, Ralph Turner, adjunto no Escritório para Informação Pública do Departamento de Estado, participava das reuniões da CMAE, como observador. Desde dezembro de 1943, o governo britânico solicitara ao governo dos EUA a oficialização de sua representação. Cabe observar que, ao se reorganizar o Departamento de Estado, os cargos criados foram ocupados por profissionais, da iniciativa privada, em sua maioria ligados à publicidade. Alguns deles, entusiastas dos meios de comunicação de massa, atuarão na UNESCO, desde as discussões para sua criação, e alguns até a década de 1960. Cf. ARCHIBALDI, 1993.

⁹ A delegação dos EUA era constituída de seis pessoas, sob a presidência do senador J. William Fulbright. A cada um dos componentes foi atribuída uma função específica em relação aos temas de discussão na CMAE: repatriamento e recuperação de objetos de arte, arquivos etc.; conversão da CMAE em organismo das Nações Unidas; necessidades materiais nos domínios da educação e da cultura; acordos bilaterais para ajudar pessoas interessadas em estudar nos EUA; reconstrução do ensino no pós-guerra; avaliação dos programas e políticas elaborados na conferência, à luz da possibilidade de sua aceitação pelo público, assim como pelo Congresso dos EUA. Cf. ARCHIBALDI, 1993, p. 30.

A demora da China, Grã-Bretanha e URSS em se pronunciar sobre o projeto Onurec – a última solicita apenas ser informada dos acontecimentos – revitaliza as resistências no Departamento de Estado dos EUA a respeito da questão (Archibaldi, 1993, p. 41). Esses fatos evidenciam a nação como uma idéia-força naquele momento, quando, em contraposição aos nacionalismos totalitários que levaram o mundo à guerra, pretendia-se construir a democracia.

Nesse que é também o momento de construção da hegemonia, explicitam-se alguns dos elementos constitutivos do contexto mundial pós-45 que incidem na problematidade dessa construção: o movimento de internacionalização e transnacionalização dos objetivos dos organismos privados e a afirmação do Estado como instância representativa da nação; as desconfianças recíprocas entre Grã-Bretanha, França e EUA em razão da disputa pelo espaço no mundo e das divergências na discussão em pauta; a oposição e o conflito entre os EUA e a URSS, que optou por se distanciar dessa discussão; os anseios e iniciativas dos povos coloniais pela sua libertação; a esperança dos países europeus em relação aos objetivos de reconstrução da educação em seus países, sua frustração de vê-la ausente do projeto finalmente aprovado¹⁰ e, posteriormente, transformada em tema de acordos bilaterais concretizados no Plano Marshall, proposto pelos EUA, cuja execução contará com a participação de suas empresas privadas. (Adam, 1949)

Até 1945, outros projetos foram elaborados. No primeiro, o comitê de redação da CMAE, considerando as observações do Bureau Internationale du Travail (BIT) ao projeto Onurec, propõe a criação de uma Organização das Nações Unidas para a Cooperação Educativa e Cultural (Onucec); um segundo projeto, enviado pelo governo dos EUA, propunha uma Organização Internacional para a Educação e a Cooperação Cultural (Oiecc). Este último, apreciado na reunião da CMAE, em abril, obtém preeminência em relação aos

¹⁰ A reconstrução, preocupação originária da CMAE, é remetida para a competência da Agência das Nações Unidas para a Reconstrução e Socorro (Unrra) criada em acordo assinado pelos aliados, na Casa Branca, em 1943. Essa agência da ONU receberá, para seu trabalho, grandes somas das organizações privadas. ARCHIBALDI, 1993, p. 77.

demais, e será, sob o título Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (Unesco), submetido à Conferência de Londres na qual se institui a nova organização da ONU.

Antes, porém, a Conferência de São Francisco para aprovação da Carta das Nações Unidas se constituiu em foro de discussões relativas à organização da cooperação intelectual, tanto no que diz respeito à inclusão da palavra educação naquela carta,¹¹ a fim de assentar no sistema ONU as bases de uma instituição especializada para esse domínio, como na apresentação de outros projetos e pleitos referentes à questão.¹²

Ressaltam-se entre esses pleitos as solicitações da França, no sentido de que as delegações presentes recomendassem a convocação de uma conferência das Nações Unidas para o estabelecimento dos estatutos da organização responsável por essa área, acompanhada da oferta de seu território para acolher a conferência. A proposta francesa, que não resultou em mudança do foro – CMAE –, nem do local – Londres –, onde essa discussão ocorria desde 1942, inclusive com a participação da França, dá expressão ao renascimento do

¹¹ Para isso foi necessário todo um trabalho dos organismos não-governamentais (42 deles, representando diversas áreas, foram convidados pelo Departamento de Estado, para atuar como conselheiros junto à delegação norte-americana), pois, como no Congresso e no Departamento de Estado, também a delegação dos EUA se dividia quanto à conveniência, ou necessidade, de figurar a palavra educação na Carta das Nações Unidas. Apresentavam-se os argumentos de que a palavra cultura abrange as ações e questões relativas à educação mundial; sua inclusão poderia gerar um atraso da ratificação da Carta pelo Congresso, em virtude dos riscos de se associar a palavra educação à propaganda (e aqui é lembrado o uso feito pelo nacional-socialismo dos intercâmbios nessa área, na década anterior) de um organismo internacional em direção ao estrangeiro, especialmente em direção aos EUA. Cf. *La lutte pour inclure l' "éducation" dans la Carte des Nations Unies*. In: ARCHIBALDI, 1993, p. 53-59, e BEKRI, 1991, p. 105.

¹² A Venezuela envia à Conferência de São Francisco o projeto de criação de um Instituto Internacional de Cooperação Educativa e Intelectual, e o Chile e a Guatemala apresentam a proposta de criação de um Instituto Pan-americano de Educação. Recomendação para criar uma Organização Internacional de Cooperação Intelectual e Moral fora feita na Conferência Interamericana realizada na Cidade do México, de 21 de fevereiro a 8 de março de 1945. Cf. BEKRI, 1991, p. 104-105.

nacionalismo francês. A França, após a vitória sobre o Eixo, vislumbrava uma possível mudança na correlação de forças na nova ordem mundial em construção.

O embate instalado entre os nacionalismos dos aliados ocidentais se modifica com o término da guerra e a retirada das tropas nazistas dos territórios ocupados. Fortalecida moral e politicamente, a França prossegue o intento de recuperar sua atuação na cooperação intelectual internacional. Obtém, na última reunião da CMAE,¹³ a associação de seu nome à convocação da conferência para constituição da nova organização; a utilização do idioma francês ao lado do inglês na conferência, e a aceitação de outros projetos, além do projeto Uneco adotado pela CMAE. Obtidas essas vitórias, o governo francês encaminha, a 21 de agosto, ao embaixador britânico, o projeto de uma Organização de Cooperação Intelectual das Nações Unidas (Unic). (Bekri, 1991, p. 106-113)

Merecem destaque, na Conferência de Londres de 1945, a inclusão da palavra ciência na denominação da nova instituição das Nações Unidas e algumas questões relativas aos projetos Uneco e Unic, em virtude do que representam em relação ao contexto histórico da discussão e do que iriam representar nos desdobramentos posteriores desse contexto e da organização nele criada para contribuir na tarefa da ONU de manter a paz conquistada, “estreitando, através da educação, da ciência e da cultura, a colaboração entre as nações”. (Ato Constitutivo)

O bioquímico britânico Joseph Needham, desde fevereiro desse ano, fazia gestões para inclusão da ciência nas Nações Unidas. Vendo o andamento das discussões da CMAE, pleiteara a inclusão do s

¹³ Diante da iniciativa francesa na Conferência de São Francisco, o ministro da Educação britânico, nessa reunião, a 19ª Reunião da CMAE, anuncia a data da convocação, novembro, e o local, Londres, de realização da conferência para a criação da nova organização de cooperação educacional e cultural. Informa ainda sobre a criação de um comitê para examinar o projeto Uneco adotado pela CMAE e preparar a referida Conferência de Londres. Informa também sobre a constituição de uma Comissão Educativa e Cultural das Nações Unidas para receber as vinte ratificações necessárias à vigência da constituição da nova organização e para, em seguida, preparar e convocar a 1ª reunião de sua Conferência Geral. Cf. BEKRI, 1991, p. 106.

(science) na sigla do projeto Uneco, o que lhe fora recusado sob a justificativa de que a ciência está incluída na cultura. Essas resistências se arrefecem após a explosão, pelos EUA, das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki. Esse episódio evidencia a impossibilidade da manutenção da ciência como um tesouro guardado pelas nações detentoras do poder de desenvolvê-la, e de fazer uso de seus resultados, e contribui para a explicitação da ciência como campo de atuação da nova organização, resultando na adoção da sigla UNESCO, nova denominação do projeto finalmente aprovado pela conferência ocorrida em Londres em 16 de dezembro de 1945.

O projeto francês apontava para uma estrutura diversa daquela decorrente do projeto aprovado. Nele, a Conferência Geral, órgão supremo da UNESCO, é constituída pelos delegados indicados pelos governos dos Estados-membros, em número máximo de cinco para cada Estado. No projeto francês, a Conferência Geral é constituída pelos delegados governamentais, em número máximo de três para cada Estado-membro, ao lado de, no máximo, cinco delegados das comissões nacionais, assim como de um representante de cada associação intelectual de caráter internacional nos campos de atuação da organização, o que representava uma maioria para a categoria dos intelectuais.

Por conseqüência, a proposta francesa incidiria de modo também diverso na composição do segundo elemento da estrutura da UNESCO – o seu Conselho Executivo¹⁴ (Comitê Diretor, no projeto em questão) –, cujos membros são eleitos pela Conferência

¹⁴ Cf. BEKRI, 1991, p. 219; M'BOW, 1985, p. 16. As funções do Conselho Executivo incluem representar e preparar a Conferência Geral e coordenar e controlar o Secretariado (o terceiro elemento da estrutura da UNESCO), na execução dos programas aprovados pela Conferência Geral. São previstas, ainda, na estrutura inicial da UNESCO, as divisões ou os departamentos relativos às áreas nas quais ela vai atuar: Ciências Exatas e Naturais, Ciências Sociais, Informação de Massas, Filosofia e Civilizações, Atividades Culturais, Intercâmbio de Pessoas, Reconstrução e Educação. A última se estrutura em seis subdivisões: Missões e Estágios de Estudos, Compreensão Internacional, Melhoria de Manuais Escolares, Educação de Base, Educação de Adultos e Centro de Informações. Cf. UNESCO. *L'Éducation de base*. Description et Programme. Monographies sur l'éducation de base. Paris: UNESCO/Imprimerie Firmin-Didot, 1950, p. 81.

Geral entre aqueles que a constituem. Essa composição mista incluindo delegados dos governos e intelectuais, inspirada na estrutura do BIT – atual Organização Internacional do Trabalho, constituída por governos, empregadores e trabalhadores – representa uma tentativa francesa de preservar algo do antigo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI).

Esse organismo fora criado em 1924 pela Liga das Nações, graças ao empenho de personalidades expressivas no meio intelectual da época e ao apoio francês, a contragosto dos governos anglo-saxões. Estes viam a criação do IICI como uma estratégia de afirmação da cultura francesa no mundo (Bekri, 1991). Com sede na França de 1925 a 1940, o IICI, reaberto com o final da guerra, tinha como característica fundamental a independência em relação ao poder do Estado, garantida mediante sua constituição como foro de intelectuais ligados às diversas áreas do conhecimento, da literatura e das artes.

Esse aspecto é objeto de muita discussão na Conferência de Londres, em 1945, quando outras soluções foram apresentadas para garantir uma maior participação de intelectuais e estabelecer, numa organização de cooperação nas áreas da educação, da ciência e da cultura, um equilíbrio entre a dimensão ético-moral que esses campos supõem e o poder governamental, o interesse dos indivíduos e o poder do Estado. O máximo obtido, entretanto, foi que a Conferência Geral, ao eleger, entre os delegados governamentais, os 18 membros do Conselho Executivo, “se esforçasse por garantir” a escolha de personalidades atuantes nos domínios das artes, das letras, das ciências e da educação, com experiência e competência necessárias ao cumprimento das funções de que se incumbiriam no conselho.

A isto se acrescentam a exigência de que a composição do conselho fosse representativa da diversidade das culturas e das regiões geográficas, assim como a salvaguarda da “natureza exclusivamente internacional” seja das atividades do diretor-geral e do pessoal do Secretariado, seja dos membros do Conselho Executivo, que “respondem à Conferência Geral, e não aos governos de origem”, acerca do exercício de poderes a eles por ela delegados. (Ato Constitutivo)

Não tendo conseguido aprovar seu projeto e nem manter o IICI,¹⁵ no qual se situam as origens menos remotas da UNESCO, e muito menos garantir a participação de um corpo de intelectuais liberados da tutela do Estado nas decisões da UNESCO, a França foi contemplada com a sede da nova organização em sua capital.

Abstração feita das diferentes estruturas supostas nos projetos em questão, as concepções aparentemente diversas da cooperação intelectual, para a construção do mundo no pós-45, alimentação, dinâmica e contraditoriamente, a ação e a reflexão da UNESCO nos campos da educação, da ciência e da cultura. Esses campos não foram, entretanto, os únicos a merecer os cuidados das forças presentes no planejamento da nova ordem mundial. Outras instituições especializadas, atuando nos campos da agricultura e alimentação (FAO), saúde (OMS), aviação civil (Oaci), comércio marítimo (OMI), além dos organismos econômico-financeiros (Bird e FMI), comerciais e tarifários (Gatt, atual OMC), foram, simultânea ou posteriormente,¹⁶ criadas no sistema das Nações Unidas, ao qual foram integradas as instituições mundiais preexistentes relativas aos domínios da meteorologia (OMM), das comunicações (UIT e UPU) e do trabalho (OIT).

Além desse sistema, e a par das alianças militares e econômicas, unindo e dividindo nações, povos e gentes em pólos opostos, as associações, clubes, institutos de origem não-governamental, semi-oficial, e as empresas privadas vêm completar as garantias de realização de um processo civilizatório em expansão.

¹⁵ O IICI encerra suas atividades após a criação da UNESCO, na Conferência de Londres, na qual esse instituto assim como outros organismos internacionais, como o Bureau International de l'Éducation (BIE), estavam representados. Criado em 1925, como organização privada, o BIE é transformado, em 1929, na primeira organização intergovernamental a se ocupar da área. Em 1969, após mudanças em seu estatuto, é integrado à UNESCO. Cf. Ação mundial em prol da educação. In: UNESCO. *O Correio da UNESCO*, ano 24, n. 6. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, jun. 1996, p.36.

¹⁶ Nas décadas seguintes vão sendo criados, na medida das necessidades apresentadas pela dinâmica da realidade histórico-social, fundos, programas, comissões, organizações e outras instituições especializadas da ONU. Cf. Organograma das Nações Unidas e Guia das Nações Unidas. In: UNESCO. *O Correio da UNESCO*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, ano 23, n. 12, dez. 1995, p. 30-31 e 32-40.

Esse é o mundo para o qual a comissão, constituída na Conferência de Londres de 1945, deve preparar os primeiros passos da UNESCO, cuja constituição resultou de esforços empreendidos ao longo de quatro anos, durante os quais se assistiu à destruição e à morte, ao renascer da esperança na consciência da necessidade de construir um mundo novo, às dificuldades, aos obstáculos e às disputas na realização das ações julgadas fundamentais para essa construção.

Esse quadro nos permite, com base na suposição explicitada no início desta exposição, formular a questão de como, em momentos diversos de sua atuação, a UNESCO, como agente dinâmico na construção da hegemonia mundial, entendida no sentido gramsciano como “direção intelectual e moral”, articula-se e rearticula-se em relação a duas ordens de problemas. A primeira refere-se à disputa entre as centralidades culturais para se impor como dirigentes num processo cuja construção inclui também entre seus atores dinâmicos os organismos não-governamentais e as empresas privadas.¹⁷ A segunda refere-se às demandas conflitantes e às forças emergentes numa realidade de viva. Recriando permanentemente relações, processos e estruturas, essa realidade engendra-se, no final do século XX, como uma totalidade mais ampla, complexa, desconhecida. Assim como a UNESCO, esta se impõe como algo a ser desvendado em sua problematidade, pois, tornando-se, em muitos de seus aspectos, inteiramente outra, requer novas sociabilidades, inaugura novas espacialidades e temporalidades, que entram em contradição com aquelas pretérita e mesmo contemporaneamente imaginadas. (Ianni, 1995)

O objetivo de compreender a ação teórica e prática da UNESCO, na realidade social em que ela se constitui e em cujo dinamismo se insere, se articula e se rearticula, impõe-nos uma questão metodológica configurada, com clareza, na crítica superadora do conceito de imperialismo cultural desenvolvida por Renato Ortiz (1994, p. 87-97).

¹⁷ De acordo com seu Ato Constitutivo, a UNESCO pode se relacionar com as organizações internacionais privadas, valendo-se de “todas as disposições úteis para facilitar consultas e assegurar (sua) cooperação” nos campos da educação, da ciência e da cultura, “convidando-as a empreender certas tarefas determinadas”, assim como a uma participação de seus representantes “nos trabalhos de comitês consultivos criados pela Conferência Geral” (Art. 11, § 4).

Em sua crítica, o autor, após reconhecer o avanço propiciado pelo conceito em questão, nos alerta sobre o limite por ele apresentado a uma reflexão contemporânea. De um lado, o conceito de imperialismo cultural explicita a problemática da dominação ocultada pelas categorias de aculturação e difusão cultural presentes nas análises tributárias da tradição antropológica culturalista. Entretanto, nele ainda se mantém uma perspectiva de externalidade do poder imposto às nacionalidades que então se homogeneizariam pelo modelo cultural importado junto com as mercadorias provenientes de um centro.

Todavia, o cuidado de evitar uma perspectiva segundo a qual a UNESCO tem sido apreendida como instituição criada e guardada pelo imperialismo econômico, político e cultural dos EUA – e, portanto, como instrumento de americanização do mundo – não significa desconhecer a influência dos EUA numa instituição inventada num momento em que esse país detinha uma posição privilegiada perante os aliados europeus e asiáticos, tanto do ponto de vista econômico, quanto da integridade de seu território, distante dos cenários onde se deflagaram os combates. Essa influência se expressava de forma clara no jogo das forças presentes nas negociações para a paz. Nestas, os EUA apresentavam um maior potencial decisório, evidenciado também na aprovação, com poucas modificações, do seu projeto como texto de regulamentação da UNESCO.

Este, entretanto, não foi o único, nem o primeiro projeto apresentado. Além disso, ele não contemplava a reconstrução educacional européia, elemento original da discussão mediante a qual se inventou a UNESCO, também constante dos projetos enviados à CMAE pelas organizações privadas. Cabe ressaltar também que a UNESCO não permaneceu sempre a mesma em sua relação com a sociedade e a cultura, cujos problemas, em sua amplitude e complexidade, ela assume desde que é criada, executando projetos e promovendo estudos e pesquisas.

A incidência dessa ação teórico-prática na sociedade e em suas instituições, aí incluída a própria UNESCO, permite visualizá-la como objeto de estudo de alto valor heurístico diante das mudanças, cuja problematicidade desafia a nossa compreensão da própria realidade social e cultural em que vivemos. É, pois, como instituição viva, agente e produto de uma sociedade em processo de planetarização que a UNESCO se impõe como objeto privilegiado de reflexão.

UNESCO: supremacia e contradições do poder ocidental

Desde os seus primórdios, a UNESCO se constitui e se mantém como instituição basicamente ocidental. Na geopolítica bipolarizada então vigente, 50% de seus 59 Estados-membros, em outubro de 1950, estavam reunidos sob a *pax americana*, através do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), ou através da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Entre os demais, europeus e asiáticos, havia a China de Tchang Kai Chek¹⁸ e aqueles ligados ao bloco ocidental, através da Commonwealth ou do Plano Marshall e da Organização Européia para Cooperação Econômica (Oece), ou, ainda, através do Plano Colombo.¹⁹

Também eram membros da UNESCO a Austrália e a Nova Zelândia, esta associada ao Plano Colombo. Ambas ligar-se-iam aos EUA pelo Pacto Anzus²⁰ em 1951. Dos países africanos, apenas dois: o Egito – onde os resultados do nacionalismo antibritânico se

¹⁸ Na 5ª CG-1950, diante da solicitação de exclusão da China nacionalista apresentada pelos delegados da Hungria e da Tchecoslováquia, foi constituído um Comitê de Verificação de Poderes para apresentar relatório sobre a questão, para decisão posterior da Conferência Geral, aprovando-se, então, a permanência da representação chinesa pela China nacionalista, a título provisório. Cf. UNESCO. *Actes de la Conférence Générale*. Cinquième session, juin 1950a, p. 46, 51, 715. Entretanto, só em outubro de 1971, e após a aproximação diplomática entre Washington e Pequim, articulada a partir de 1970, a República Popular foi admitida como única e legítima representante da China na UNESCO. É importante lembrar ainda que em 1960 a China rompe relações com Moscou e, sete anos depois, após ter chegado à bomba atômica, em 1964, transforma-se em uma potência nuclear, com a bomba de hidrogênio.

¹⁹ Esse plano, réplica do Plano Marshall, consolida as zonas de influência ocidental no Sudeste Asiático. Com sede em Sri Lanka (Ceilão), reúne EUA, Grã-Bretanha, Canadá, Áustria, Nova Zelândia e 21 países do Sudeste Asiático. Cf. MADRIDEJOS, Mateo. *Colonialismo neocolonialismo*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979, p. 124.

²⁰ A união desses dois países do sul do Pacífico e os acordos bilaterais entre os EUA e Japão e EUA e Filipinas completarão o esquema de segurança exigido pela Guerra da Coréia (1950-1953). Também em 1951, o Japão e a República Federal da Alemanha tornam-se membros da UNESCO. A República Democrática Alemã, porém, só se torna membro da UNESCO em 1971.

concretizariam somente em 1952, quando um grupo de oficiais derubou o regime parlamentar ocidental e depôs o rei Faruk – e a Libéria, colonizada pelos EUA, e primeiro país africano a se tornar independente (1847), por meio de negociações iniciadas em 1816 entre os governantes dos dois países.

Fora desses diversos acordos de integração regional econômica e militar visando à proteção e à expansão do mundo capitalista, havia os países do Leste Europeu, dos quais apenas quatro eram, então, membros da UNESCO: Hungria, Polônia, Tchecoslováquia – ligadas ao bloco soviético – e a Iugoslávia. Esta, em 1948, sob a acusação de desvio da causa socialista, fora excluída do Centro de Informação dos Partidos Comunistas (Cominform), reativado um ano antes.

A despeito dessa maioria, uma coordenação diplomática em direção ao consenso para os acordos possíveis, na tentativa de preservar a instituição diante dos conflitos expressos em seu interior, impõe-se como necessária. Desde a sessão de abertura da 1ª CG da UNESCO, em 1946, o desafio da supranacionalidade dos novos tempos já se evidencia, em uma de suas faces, na fala de André Malraux, então ministro da Educação e posteriormente ministro da Cultura na França (1958-1969).

Recusando como verdade a então esperada “morte da Europa”, Malraux reafirma sua crença na “vontade de descobrir e obter informação” e, definindo-a como uma atitude “típica e exclusivamente européia”, ele ressalta:

século após século, neste pedaço de terra a que chamamos Europa – e nela somente – os homens, curvados perante o jugo do destino, levantaram os olhos para sondar, infatigavelmente, a escuridão, para arrancar um significado da vasta confusão do universo. (Citado por Baumer, 1990, p. 292)

A outra face dessa problemática já ganhara expressão, um ano antes, quando as grandes nações do Ocidente finalizaram o acordo pelo qual criaram a UNESCO, em análises reveladoras de alguns dos problemas por ela enfrentados no futuro, tal como se registram

nas interrogações e conclusões de Jaime Torres de Bodet, poeta mexicano, e segundo diretor-geral da UNESCO.

O que estão dipostos a fazer os países mais ricos e tecnicamente melhor preparados para ajudar os demais a elevarem o nível de instrução de suas populações? Como conciliar essa ajuda com o dever de respeitar a liberdade de cada nação na escolha dos métodos para organizar o ensino sobre seu próprio território? De qual maneira coordenaremos essa liberdade, inalienável, com a imperiosa necessidade de nos pronunciarmos de maneira decisiva sobre os fins que deve se propor a educação do homem? (...) O respeito a esses direitos não me parece de modo algum incompatível com a necessidade de determinar em comum acordo os fins gerais que devem ser aqueles de uma educação suscetível de assegurar a paz. (...) ora, salta aos olhos que uma tal educação não deveria ser preconizada num mundo onde continuam a prevalecer os abusos do imperialismo, a lei do mais forte e, sob formas veladas, o orgulho arbitrário das grandes potências e os preconceitos de raças que se crêem superiores. (Citado por Bekri, 1991, p. 124)

Considerando as propostas relativas ao uso dos meios de informação nas atividades da UNESCO, Torres de Bodet externa sua posição, segundo a qual “será inútil querer desenvolver a liberdade dos intercâmbios em matéria de informação se, ao mesmo tempo, não nos ocuparmos dos meios utilizados no mundo moderno para o intercâmbio dessas informações”. (Citado por Bekri, 1991, p. 125)

Mas é o chefe da delegação iugoslava, Vladislav Ribnikar, cuja intervenção na 1ª CG-1946 é interpretada por Bekri como “um ataque (...) na mais pura tradição stalinista”, que apreende a essência de momentos como aquele em que a UNESCO se põe a caminho. Momentos nos quais sonho e realidade, ciência e ideologia se cruzam, se contrapõem, se interpenetram e também se traduzem em fórmulas abstratas que buscam se eternizar.

Sua crítica à filosofia denominada *humanismo científico mundial*, proposta por Julien Huxley, não perdoa, sequer, a máxi-

ma de abertura do Ato Constitutivo da UNESCO, aprovado no ano anterior, na Conferência de Londres, cuja ata final é assinada, também, por seu país – “as guerras começam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz”. Ele a inclui no rol dos “juízos abstratos”, sobre os quais diz:

todo homem iniciado na ciência da história, e tendo conhecimento da guerra da qual acabamos de sair, concordará que eles (os juízos abstratos) pecam por ausência de conhecimento real e científico, não mostram, precisamente, as causas que têm provocado as guerras entre as nações para as quais, é impossível chegar a descartar eficazmente as causas da guerra. (Citado por Bekri, 1991, p. 160)

Em sua crítica, o delegado iugoslavo acusa ainda a falta de realidade, bem como a inaplicabilidade, das ações propostas pela comissão preparatória, concluindo por apontar o caráter excludente da filosofia da UNESCO. Pois ela “rejeita inteiramente, por exemplo, toda filosofia materialista e põe em dúvida o caráter científico do materialismo dialético”. (Citado por Bekri, 1991, p. 160)

Um outro aspecto do programa, também relativo aos meios de comunicação, está na mira dessas críticas e ganhará expressão nos pronunciamentos do delegado polonês em reuniões subseqüentes. Focalizados na ótica da tese do livre fluxo de informações, defendida sobretudo pela delegação dos EUA, mas também pelas delegações da Grã-Bretanha e da França, esses meios se inscrevem nas atividades voltadas para a manutenção da paz e da liberdade, ao passo que, para os delegados socialistas, eles se constituem em formas de incitação à guerra e de imposição da cultura de um país mediante o concurso da UNESCO.

Nesse cenário político-ideológico, as discussões suscitadas pela proposta de uma filosofia unificadora se desdobram, a seguir, nas dúvidas referentes à natureza da UNESCO: técnica, ideológica ou ética. Sob o exercício contínuo de exorcizar a política de uma instituição que assume como *vocação e missão*, num mundo dividido, o universal, a paz e a segurança, a solução para essa questão se

apresenta, na 2ª CG-1947, na proposta do chefe da delegação francesa, o filósofo Jacques Maritain. Argumentando que o *babelismo* impossibilita um pensamento especulativo e uma linguagem comuns, ele advoga a afirmação de um “feixe de convicções orientadas para a ação”, como o “suficiente para o início de uma grande obra”. (UNESCO, 1947, p. 27-33)

Certamente, esta se constituiu numa fórmula sábia de unir as nações desiguais, para, na desigualdade, inventar os caminhos de um novo ciclo de ocidentalização. Esse objetivo unia e opunha, ao mesmo tempo, as duas nações que postulavam formas diversas para sua concretização: a França pretendia associar, numa estrutura tríplice, o poder de Estado e as preocupações ético-morais da chamada “sociedade dos espíritos” inscrita no dever-ser da UNESCO, e os EUA, mais pragmáticos, como aliás já assinalara Weber (1981), buscavam a eficácia dessa instituição no processo de racionalização das relações entre as nações de modo a possibilitar, sob sua hegemonia, o progresso técnico e moral de todos os povos do mundo.

A solução do filósofo francês, pode-se dizer, concretiza a viabilização, jamais tranqüila, da UNESCO, em relação às finalidades práticas para as quais ela fora instituída, num mundo cujas forças instituintes se abrem para os possíveis que escapam ao *que é* tido como caminho da evolução da humanidade. A opção por um pensamento prático comum permite, por um lado, a aprovação pela Conferência Geral de projetos voltados para as necessidades defendidas pelos Estados-membros, assim como para a criação das primeiras estruturas de atuação da UNESCO. Por outro lado, essa opção não impede o prosseguimento dos questionamentos à representação teórica da cooperação cultural entre as nações articulada, em 1945, pelo mundo ocidental.

Dessa cooperação cultural, em sentido amplo, a UNESCO cuida de várias formas, até mesmo divulgando as regulamentações nacionais para o intercâmbio de material audiovisual educacional, científico e cultural, com o objetivo de facilitar e estimular a liberação tarifária sobre ele incidente e promover o intercâmbio comercial. Para atingir esse fim, a UNESCO estabelece, num trabalho conjunto com o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) e as comissões econômicas

regionais da ONU, acordos internacionais visando à superação dos obstáculos econômicos à livre circulação das idéias.²¹

A UNESCO também promove, em seus campos de atuação, estágios de estudos e seminários, a fim de possibilitar a profissionais de diversas áreas uma vivência internacional. E produz material de informação relativo à segurança coletiva e ao civismo internacional; às experiências modernizantes de educação já em curso; à regulamentação e documentos exigidos para viagens.²² Realiza ainda exposições científicas com o objetivo de “testemunhar de modo claro e palpável o caráter irresistível do progresso científico e seu impacto na vida cotidiana”.²³

²¹ O trabalho da UNESCO nesse campo começa em junho de 1946, portanto, antes da sua 1ª CG. Em reunião com o Gatt, em 1949, o diretor-geral coligiu sugestões para as cláusulas do acordo que, concluído em 1950, entrou em vigor em 1952. Em trabalho com as comissões econômicas regionais da ONU – Ceao (Ásia Ocidental), Cepal (América Latina) e CEE (Europa) –, enquetes sobre as necessidades do material, cuja importação o acordo regulamenta, são realizadas nos países em desenvolvimento, a fim de informar quais são os países europeus seus exportadores, incentivar a sua produção e facilitar os acordos para a circulação dessas mercadorias. Cf. UNESCO. *Échanges culturels et barrières commerciales*. Répertoire des règlements auxquels sont soumis les échanges d’objets de caractère éducatif, scientifique ou culturel. Paris: UNESCO, 1952; *Accord pour l’importation d’objets de caractère éducatif scientifique ou culturel*. Avantages et modalités d’application. Paris: UNESCO, 1952a. O acordo inclui protocolo anexo, visando a facilitar a adesão dos EUA que, entretanto, só o ratificou em 1959, quando é criada, no Departamento de Estado, a Divisão de Relações Internacionais e Culturais, à qual a UNESCO estará ligada, evidenciando uma retomada do interesse pela UNESCO, Cf. ARCHIBALDI, 1993, p. 26, o que coincide com as primeiras iniciativas da URSS no processo de descolonização africana. Cf. CHALLIAND, Gerard. *A luta pela África: estratégia das grandes potências*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 62.

²² DUPUY, Jean. *L’établissement de la sécurité collective*. Paris: UNESCO, 1951. Cf. ainda: UNESCO. *Les Nations Unies et le civisme internationale*. Vers la compréhension internationale. vol IV. Paris: UNESCO, s/d; UNESCO. *Les missions culturelles mexicanas y su programa*, por Lloyd H. HUHES. Série Monografias sobre Educación Fundamental, v. III, Paris: UNESCO, 1951; UNESCO. *Voyages à l’étranger*. Formalités spéciales pour voyages à buts éducatifs. Éditions révisée, Paris: UNESCO, 1953. (Válida para viagens de estudos ou de férias, excluindo-se viagens para busca de emprego).

²³ UNESCO. *Matériaux nouveaux*. Exposition scientifique organisée par l’UNESCO du 27 mai au 11 juin 1952. Paris: UNESCO, 1952 b. Trata-se da terceira exposição itinerante promovida pela UNESCO. Citação da p. 4.

Trabalhar no sentido de eliminar as barreiras legais, tarifárias, ou psicológicas que possam se opor a um novo ciclo de ocidentalização e modernização das sociedades consiste numa das formas de a UNESCO promover a racionalização do intercâmbio e de possibilitar a livre circulação das mercadorias e das idéias. Nesse sentido, fazia-se necessário racionalizar a burocracia estatal, preparar os Estados-nações para um novo momento do processo de internacionalização do capital e para as novas formas de interdependência então exigidas. Assim, em trabalho conjunto com o Instituto Internacional de Ciências Administrativas de Bruxelas, a UNESCO mobiliza as ciências sociais para um estudo comparativo das administrações nacionais, em razão da necessidade de compatibilizá-las com o novo sistema de cooperação internacional, a ser mediado pelos organismos internacionais.²⁴

Por meio de um conjunto de atividades, a UNESCO contribui, portanto, para a realização de uma das premissas básicas do capitalismo moderno, que

compreende um vasto e complexo processo social, econômico, político e cultural. Ainda que possa ser caracterizado pela racionalização das ações e relações, das instituições e organizações, para que esta racionalização ocorra e se desenvolva torna-se indispensável que se modifiquem práticas e ideais, padrões e valores socioculturais, transformando-se o imaginário e as atividades de uns e de outros. (Ianni, 1995, p. 115)

²⁴ UNESCO/IISA. *L'Administration nationale dans ses relations avec les organisations internationales*. Conclusions d'une enquête effectuée dans quatorze États. Bruxelles: UNESCO, 1951a. Envolvendo cientistas sociais nacionais, essa enquete desempenhou importante papel na internacionalização das ciências sociais e informa a recomendação da ONU, em 1953, com o objetivo de compatibilizar as administrações nacionais com os organismos internacionais. Revisões, nesse sistema de compatibilidades, se fizeram necessárias, em 1968 e em 1993, nas novas situações mundiais criadas, respectivamente, com a descolonização e com a desintegração do bloco soviético. Cf. LENGYEL, Peter. Most: le premier programme intergouvernemental de sciences sociales. In: *Revue Internationale des Sciences Sociales*. vol. XLVI, n. 142, décembre. Paris: UNESCO, 1994, p. 700.

Enquanto a UNESCO desenvolve essas atividades, prossegue, nas reuniões da Conferência Geral, a busca de acordos sobre as emendas à sua regulamentação, na discussão, cujos últimos desdobramentos dar-se-ão na década de 1990, relativa à natureza do Conselho Executivo e ao estatuto de seus membros. A questão inicial se refere à natureza da representação dos membros do conselho: eles deveriam ser eleitos a título pessoal e como representantes da Conferência Geral a ela respondendo por sua atuação, ou deveriam, de fato e de direito, representar os governos de seus países de origem? Essa questão retoma num novo contexto aquela já observada no processo de constituição da UNESCO entre a proposta dos governos da França e dos EUA, e é formalizada no projeto de mudança, nessa segunda direção, apresentado na 2ª CG-1947²⁵ pela delegação dos EUA.

A lógica da proposta confirma, após apenas um ano de funcionamento da UNESCO, a necessidade de contrapor, a uma Conferência Geral e a um Secretariado que escapam ao controle dos governos, os quais vêm na UNESCO um instrumento de realização de seus próprios projetos econômico-político-culturais,²⁶ um Conselho Executivo transformado em instância do poder dos Estados.

A mudança defendida não representa, porém, a única medida dos Estados-membros em busca do exercício do controle sobre a UNESCO, que, desde o início de suas atividades, relaciona-se também com as empresas privadas e as ONGs ligadas às mais diversas temáticas e às necessidades de diferentes grupos e setores de uma sociedade mundial a ser reconstruída material, educacional e cultu-

²⁵ Cf. LACOSTE, Michel Conil. *Chronique d'un grand dessein*. UNESCO 1946-1993. Paris: UNESCO, 1994, p.457-475, as modificações feitas no Ato Constitutivo da UNESCO, desde 1947 até 1991.

²⁶ Esse questionamento funda-se na avaliação, segundo a qual a superioridade de alguns dos Estados-membros participantes do Conselho Executivo, pois assumem uma maior carga de trabalho, aponta para a necessidade de torná-los membros permanentes desse conselho. A concretização dessa idéia significaria reproduzir, na UNESCO, a estrutura do Conselho de Segurança da ONU, no qual as cinco grandes potências são membros permanentes e têm direito de veto. BEKRI, 1991.

ralmente.²⁷ Tudo isso encontra ressonância na UNESCO e em suas preocupações com a universalidade, entendida com frequência, de forma quantitativa, conforme sua abrangência e atuação no mundo, para o qual deve difundir o progresso técnico-científico da civilização ocidental, objetivo também daquelas empresas.

Críticas à amplitude dos seus objetivos, à dispersão dos seus programas, e restrições ao orçamento têm sido uma constante, evidenciando as dificuldades do exercício de uma hegemonia *na* ou *por meio* da UNESCO. Exemplo expressivo disto encontra-se na aprovação, somente em abril de 1947, na 2ª reunião do Conselho Executivo, do primeiro programa da organização, preparado ao longo de 1946 e discutido na 1ª CG ocorrida nesse ano.

Exemplo mais expressivo foi a apresentação, pelo diretor-geral, Jaime Torres de Bodet, do seu primeiro pedido de demissão, em 1950, e sua reapresentação, em caráter irrevogável, dois anos após.²⁸ Essa decisão foi motivada pela fixação, na 7ª CG-1952, de um orçamento menor em relação àquele postulado²⁹ por Torres de Bodet, limitando a expansão da UNESCO, sentido contrário ao defendido pelo diretor-geral.

²⁷ A fim de estruturar as atividades das ONGs, e centralizar a coordenação do trabalho nacional e a campanha internacional para a reconstrução da educação, a UNESCO realiza, em 1947, reunião com essas ONGs, cria o Conselho Internacional Temporário para a Reconstrução da Educação (Ticer) e, em outras reuniões, funda os conselhos nacionais. Cf. UNESCO. *Avec le Ticer: Sur le front de la reconstruction. Regards sur vingt-neuf organisations internationales privées à la pointe du combat pour le relèvement de l'éducation*. Paris: Georges Lang, 1949.

²⁸ Torres de Bodet substituíra Julien Huxley, cujo mandato de apenas dois anos fora acordado, quando ele se candidatou ao cargo, em 1946, a despeito dos seis anos de mandato, permitida a renovação (cf. art. 6, item 2 do Ato Constitutivo). Após a interinidade cumprida por John W. Taylor, eleito na 1ª CG extraordinária-1952, ocorrida imediatamente após a decisão de Torres de Bodet, Luther Evans, é eleito diretor-geral na 2ª CG extraordinária-1952. Sua eleição se faz sem o apoio do governo dos EUA. Esse país preferia um de seus representantes como diretor-geral adjunto, cargo criado desde 1946, ocupado então por Walter Laves. Essa prática continuará nos anos posteriores, deixando de existir durante o mandato de Luther Evans. ARCHIBALDI, 1993, e BEKRI, 1991.

²⁹ A contenção orçamentária é reveladora das dificuldades já então enfrentadas pelos EUA em fazer valer dentro da UNESCO os objetivos de sua política externa. Essa dificuldade também se comprova pela “advertência” do Departamento de

Também exemplifica essas dificuldades a demora da UNESCO em atender às críticas ao seu programa, promovendo sua racionalização para torná-lo eficaz, como sugeria, reiteradamente, a delegação dos EUA. Uma resposta nesse sentido só ocorrerá em 1956, dois anos após a aprovação da proposta de mudança do Conselho Executivo, quando, pode-se dizer, a UNESCO encontrar-se-á em um momento diverso de sua existência.

Argumentos contrários à mudança proposta em 1947, apresentados nas reuniões subseqüentes, conseguem apenas retardar sua aprovação, realizada em 1954, quando, com os votos contrários da Bélgica,³⁰ Dinamarca, França, Haiti, Líbano, Panamá e Iugoslávia, obtém voto favorável da maioria da Conferência Geral (Bekri, 1991). Desde então, os membros do Conselho Executivo se tornam representantes de seus Estados respectivos, apesar de, no Ato Constitutivo emendado, manterem-se tanto sua eleição a título pessoal, como o exercício de seus poderes em nome da Conferência Geral, o que pode ser incluído no rol de “soluções engenhosas próprias à UNESCO”.³¹

Essa solução pode ser interpretada, também, como o exercício político de uma instituição que atua na linha de tensão das forças contraditórias dinamizadoras de uma realidade social em cuja construção suas áreas de atuação incidem de maneira fundamental.

Estado ao diretor-geral, Torres de Bodet, quanto à política de priorização dos pequenos países em detrimento dos países ocidentais, os maiores contribuidores financeiros da organização. Entretanto, este não é o único país que defendia à época um orçamento modesto para a UNESCO. Cf. ARCHIBALDI, 1993, p. 322.

³⁰ O psicólogo e pesquisador Jean Piaget, chefe da delegação belga, chama a atenção para o risco de aumentar a desconfiança já existente em relação à UNESCO, especialmente nos meios intelectuais, o que se agravaria com a transformação dos membros do Conselho Executivo em um grupo de funcionários governamentais. Cf. UNESCO. *Actes de la Conférence Générale*. Huitième session. Montevideo, nov. 1954, p. 553-554.

³¹ Expressão usada para se referir às soluções inventadas pela Conferência Geral diante dos impasses com os quais a UNESCO se tem deparado. POMPEI, Gian Franco. *Historique de l'organisation*. In: UNESCO. *Dans l'esprit des hommes*. Vingt-cinquième anniversaire de l'UNESCO 1946-1951. Paris: UNESCO, 1972, p. 17- 43.

A UNESCO e a bipolarização do poder num mundo multicultural

Os sete anos que separam a apresentação da proposta de mudança no Conselho Executivo da UNESCO, em 1947, de sua aprovação, em 1954, podem ser compreendidos mediante os acontecimentos que encorajam a URSS a incluir-se como Estado-membro dessa organização, a partir dessa data. As realizações soviéticas de 1947 a 1953 aprofundam os temores do mundo ocidental, ampliam as medidas em defesa da liberdade e repercutem nos organismos internacionais, especialmente na UNESCO.

Nesse período, o mais acirrado da Guerra Fria, sob influência do macartismo, a UNESCO estava sob a mira das preocupações orientadas para o anticomunismo, sendo alvo de avaliações externas³² e interna. Os resultados das primeiras isentaram a organização das acusações de infiltração comunista e de trabalhar para a promoção de um governo global. A segunda avaliação contribuiu para o agravamento das dificuldades nas relações entre o diretor-geral, Luther Evans, e o Conselho Executivo, e para a perda de autoridade do primeiro, acusado de manter, em relação aos funcionários da UNESCO originários dos EUA, uma atitude considerada nacionalista.³³

³² Nos EUA, em 1951, a campanha *The Cross and the Flag* pretende abolir as Nações Unidas. The American Flag Committee critica as brochuras da UNESCO, publicadas na coleção *Vers la comprehension internationale*, pelas referências à cidadania mundial aí percebidas. Também dessa coleção, *L'influence du foyer et de la communauté sur les enfants de moins de treize ans* é vista como “antinorteamericana e defensora de um governo mundial”. No Congresso aumentam as restrições à contribuição financeira dos EUA à UNESCO. Em 1953, a intensificação das críticas à organização motiva o presidente Eisenhower a criar um comitê especial de três pessoas, sob a presidência de Irving Solomon, para examinar o fundamento das acusações, segundo as quais, a UNESCO estaria sob o controle dos comunistas. Em 1951, a Fundação Ford, antes de cumprir o intuito de destinar fundos à UNESCO, encomendara, também a Irving Solomon, uma enquete sobre a instituição. Cf. ARCHIBALDI, 1993, p. 232.

³³ O diretor-geral não reconduziu aos postos do Secretariado os funcionários originários dos EUA considerados desleais ao governo de seu país, por terem se recusado a cooperar com a comissão que procedia às investigações, cuja realização fora determinada pelo Decreto Presidencial n. 10422, de 9.01.1953. Cf. *Être Americain à l'UNESCO*. In: ARCHIBALDI, 1993, p.169-184.

Além disso, a UNESCO já passara pela experiência de, mediante uma única atividade, falhar no atendimento das expectativas dos seus mantenedores dos dois lados do mundo bipolarizado. Assim foi, por exemplo, sua atuação por ocasião da Guerra da Coreia. O serviço de informação à população coreana sobre as ações das Nações Unidas iniciado em 1952, além de acanhado e pouco ágil, aos olhos dos EUA, incluía as declarações sobre questões de raça, das quais a UNESCO já então se ocupava. Esse julgamento contribuiu para o agravamento de uma já crescente insatisfação dos governantes dos EUA em relação à organização.

Essa insatisfação é compreensível se considerarmos as repercussões, nesse país, das lutas coloniais, explicitadas pelos movimentos aí organizados contra o racismo, críticos da incongruência entre o interesse dos EUA na libertação dos povos coloniais e sua política interna de segregação racial. Acrescente-se ainda a reverberação dessas lutas, na Conferência Geral, nas discussões e conflitos entre os representantes dos dois blocos que então dividiam o mundo. Por outro lado, a aprovação pelo Conselho Executivo de resolução condenando a invasão norte-coreana, somada ao apoio da UNESCO à intervenção dos EUA na Coreia através da ONU, motivou a retirada da Hungria, Polônia e Tchecoslováquia da organização.

Nesses primeiros anos de atuação, a UNESCO também já contabilizara, em meio às dificuldades de várias ordens, os sucessos e fracassos na execução de seus projetos modernizantes na área de educação de base,³⁴ cuja realização apontou para a necessidade de

³⁴ Cf. UNESCO. *L'éducation de base*. Description et programme. Monographies sur l'éducation de base. Paris: UNESCO/Imprimerie Firmin-Didot, 1950. Dos projetos de educação de base aprovados na 1ª CG-1946, três foram interrompidos, devido à complexidade da situação que alia projetos de desenvolvimento rural às condições políticas locais: África britânica, Peru e China. Cf. BEKRI, 1991, p. 168. O quarto projeto, financiado pela Fundação Rockefeller para a pesquisa antropológica coordenada por Alfred Métraux, foi realizado. Cf. UNESCO. *El proyecto piloto de Haiti*. Primera etapa 1948-1949. Serie Monografias sobre educacion fundamental. Paris: Bellenand, 1951b; Cf. UNESCO. *L'Éducation des communautés à Porto Rico*: rapport établi par la Division des Communautés du Département de l'Éducation sur l'oeuvre accomplie à Porto Rico entre le 1er juillet et le 15 octobre 1951. Paris: UNESCO, 1952c. Na China, uma das áreas prioritárias, o projeto foi interrompido com a vitória de Mao Tse Tung no final

mudanças conceituais posteriores nesse campo de atuação. Do aprofundamento da perspectiva originária de educação de base, definida como “fundo comum da humanidade”, a UNESCO formula os conceitos de alfabetização funcional e educação permanente, que se desdobrarão, no futuro, nas distinções entre educação formal e não-formal e no aprimoramento da noção de educação como técnica social em suas relações com a sociedade.³⁵

Assim, processar-se-á a construção de uma perspectiva de educação tecnicizada, a ser enriquecida permanentemente pelos desenvolvimentos da ciência e da tecnologia. A noção de uma educação capaz de, adequando-se aos progressos técnicos da civilização, à medida que eles se concretizem, responder às exigências do progresso técnico e da produção por ele possibilitada. Essa noção de educação fundamenta desde então e – com os aportes das teorias da modernização, dos anos 60 e a sofisticação da teoria sistêmica e da cibernética a partir dos anos 60 e 70 – ainda hoje, era da informação satelitizada e informatizada, as ações e reflexões da UNESCO nesse campo de atuação.

Finalmente, a admissão de novos Estados-membros iniciara uma mudança na composição da UNESCO, uma instituição cuja Conferência Geral, na qual cada membro tem um voto, começa a registrar o questionamento da supremacia de seus principais idealizadores, também seus maiores financiadores. Em 1954, quando a URSS, após ter alcançado os EUA no poder nuclear, ingressa na UNESCO, ela traz consigo novos membros do Leste Europeu – a Ucrânia e a Belarrus – assim como obtém o retorno da Hungria, Polônia e Tchecoslováquia. Dois anos depois, também a Romênia e a Bulgária tornam-se membros da UNESCO.

de 1949. Cf. UNESCO. *La salud en la aldea*. Una experiencia de educación visual en China. Serie Monografías sobre educación fundamental. vol. V. Paris: UNESCO, 1952d.

³⁵ A noção de técnica social, assim como a de planejamento democrático teorizadas por Mannheim informam as ações da UNESCO, diante de uma realidade em transformação e crise. Cf. MANNHEIM, Karl. *O homem e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962; e ainda *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

Este constitui apenas um aspecto da mudança da composição política e sociocultural da UNESCO – uma instituição que, buscando a universalidade, vai, daí em diante, tornando-se cada vez mais multicultural e multiétnica e cada vez menos bipolarizada, com a entrada maciça dos países constituídos pelo processo de descolonização. Para se ter uma idéia dessa mudança, de 1954 a 1965, 31 novos Estados-membros do continente africano e cinco países da Ásia e do Oriente Médio ingressam na UNESCO. Nos dez anos seguintes, outros cinco países africanos e seis asiáticos se agregam à organização.

Nesses dois períodos observam-se momentos qualitativamente diversos do período anterior, tanto no que se refere à realidade mundial, como à realidade interna da UNESCO. Acontecimentos que resultam em momentos de distensão entre os dois blocos mundiais, mas também em momentos de grande tensão,³⁶ que expressam os desdobramentos, nos mais diferentes rincões de um mundo plural, das contradições geradas no processo de desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista.

³⁶ A URSS se antecipa na exploração do espaço e, desde 1958, questiona o estatuto de Berlim acertado no pós-guerra; em resposta à proposta de unificação alemã proposta pela Europa Ocidental, constrói, em 1961, o Muro de Berlim, materializando a separação dos lados ocidental e oriental da cidade. Em 1962 ocorre o embate URSS–EUA na denominada Crise dos Mísseis em Cuba. O impasse é resolvido com a retirada dos mísseis soviéticos da ilha em troca da inviolabilidade de seu regime político. Os referidos mísseis, porém, não influenciavam o equilíbrio estratégico mantido pelas duas superpotências. Cf. HOBBSAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1919-1991*. Trad. de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 227 e 240. Segue-se a esse incidente a instalação do “telefone vermelho”, o qual, ligando o Kremlin à Casa Branca, simboliza o acordo tácito entre EUA–URSS, em face dos riscos de desestabilização do sistema internacional pela constante ameaça de guerra nuclear. Em maio de 1963, é assinado acordo americano-soviético de cooperação na utilização pacífica da energia nuclear, pelo qual ficam proibidas provas nucleares na atmosfera, ampliando os acordos de cooperação entre as duas potências nucleares, iniciados desde o final da década anterior pelos campos educacional, científico, cultural e econômico.

Nova composição da UNESCO e caminhos possíveis do progresso da humanidade

Os reordenamentos econômico-políticos e os avanços tecnológicos desde a segunda metade dos anos 50 anunciam um novo momento nas relações mundiais e configuram um contexto em que se ampliam os recursos financeiros da UNESCO, tanto em relação ao orçamento ordinário como aos recursos extra-orçamentários provenientes de outras fontes, incluindo os organismos privados.

Assim, na 11ª CG-1960, pela primeira vez, é aprovado um orçamento superior ao valor estimado pelo diretor-geral.³⁷ Além desses, novos recursos extra-orçamentários provenientes do Fundo das Nações Unidas para o Congo (Onuc),³⁸ do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), da cooperação com o Banco Mundial e sua filial, Agência Internacional para o Desenvolvimento (IDA), criada nesse ano, são obtidos para serviços de consultoria a ser prestados pela UNESCO

³⁷ Desde 1950, a contenção do orçamento ordinário da UNESCO se vê compensada pelos recursos do Programa Ampliado de Assistência Técnica (Peat), réplica do Plano Marshall para as demais regiões do mundo, proposto em 1949 por Truman à ONU e adotado, no ano seguinte, pela UNESCO. O plano compreende projetos multilaterais a cargo da ONU e suas agências e projetos bilaterais a cargo dos EUA e de outros países que contribuíssem com recursos além de suas cotas devidas à organização. Ver ARCHIBALDI, 1993, p. 129-144. O autor analisa as implicações da adoção do Peat para a identidade da UNESCO, argumentando que, por remeter imediatamente ao sentimento de gratidão dos assistidos, as ações desse programa terminam por reforçar, entre os Estados-membros, um tipo de relações que deveria, mediante a atuação da UNESCO, ser desestimulado. Recursos extra-orçamentários foram, entretanto, tornando-se proporcionalmente maiores do que o orçamento ordinário da UNESCO, representando a possibilidade de as decisões escaparem ao seu controle. Não por acaso, portanto, a equipe do presidente Kennedy, ao mesmo tempo que prossegue a política de limitar o orçamento ordinário da UNESCO, defendia uma forma de apresentação dos orçamentos e programas de modo que os Estados-membros pudessem visualizá-los em sua totalidade, “sem diferenciação entre orçamento ordinário e fundos extra-orçamentários”. *Ibidem*, p. 303.

³⁸ Criado em 1960, o Onuc fornece o suporte financeiro às ações das diversas agências especializadas da ONU na guerra civil do Congo, que conta com a participação da URSS e dos EUA. Sobre as ações civis desenvolvidas no Congo, que nesse ano se torna membro da UNESCO, ver FULLERTON, Garry. *L'UNESCO au Congo*. Paris: UNESCO, 1961.

à então potencialmente explosiva América Latina, assim como para serviços de assessoria na definição de prioridades em outros continentes.

Novos recursos, destinados até então exclusivamente a projetos de infra-estrutura material, possibilitam uma ampliação da capacidade de atuação da UNESCO nesse período, em que o Banco Mundial se volta para as reformas das estruturas educacionais, a fim de sintonizá-las quantitativa e qualitativamente com o desenvolvimento econômico.³⁹

A inclusão da educação como fator de desenvolvimento nos objetivos do banco intensifica a busca de racionalização das estruturas educacionais, conforme as diretrizes acordadas em reuniões dos ministros da Educação africanos, asiáticos e latino-americanos, realizadas desde o final da década de 1950, e seguidas das reuniões desses ministros com os da área econômica. Cria-se, em 1963, o Instituto Internacional de Planejamento Educacional (IIPE), um dos primeiros resultados da cooperação entre a UNESCO e o Banco Mundial, empreendimento do qual também participa a Fundação Ford. A sede do instituto é oferecida pelo governo francês, mas seu primeiro diretor é Philip Coombs, que fora antes secretário de Estado adjunto para assuntos educativos e culturais no Departamento de Estado dos EUA.

Registra-se, nesse período, sobretudo nos anos Kennedy, uma retomada de interesse dos EUA pela UNESCO. Oportunidades não faltaram, porém, para a reafirmação das duas versões de ocidentalidade, em contraposição e pretendendo-se exclusivas, presentes na missão civilizatória da organização. Em 1963, por ocasião das visitas do diretor-geral, René Maheu, aos EUA, registra-se um exemplo nesse sentido.

Numa primeira oportunidade, Maheu se expressa a respeito da evolução em curso na UNESCO. Esta, segundo ele, transformara-se numa organização operacional, cuja preocupação essencial, muito mais do que a cooperação intelectual, centrava-se na melhoria de vida dos povos do mundo em desenvolvimento. Maheu ressalta ainda a boa acolhida da UNESCO entre esses povos, atribuindo-a a uma maior preocupação da organização com as tradições culturais e a dignidade humana deles do que com a melhoria das condições físicas.

³⁹ Cf. POMPEI, Gian Franco, 1972, p. 3. Ver também TOMMASI, Livia de, WARDE, Mirian Jorge e HADDAD, Sérgio (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*, São Paulo: Cortez, 1996.

De outra feita, por ocasião da 9ª Conferência da Comissão Nacional dos EUA para a UNESCO, a resposta de Maheu ao conteúdo da mensagem do presidente Kennedy, lida na sessão de abertura, posiciona a UNESCO no jogo das forças presentes. À Europa forte e unida, como parceira eficaz dos EUA em sua tarefa de preservar o “mundo livre”, o diretor-geral contrapõe a Europa como “uma entidade cultural”, ressaltando, portanto, os valores culturais, em oposição ao armamento, como o “caminho de os americanos ganharem os corações dos europeus”. E, reafirmando as novas relações da Europa com suas ex-colônias, Maheu adverte: “não haverá nem o monopólio, nem a bipolarização no futuro do mundo em vias de desenvolvimento”. (Citado por Archibaldi, 1993, p. 299-301)

A posição enunciada por René Maheu pode ser lida como a afirmação da universalidade, sempre buscada pela UNESCO que, vivendo a experiência do contraponto de uma ocidentalidade de origem européia, da sua tradução norte-americana e de sua ressignificação pelas múltiplas culturas agora nela representadas, e fundamentada sobretudo no seu Programa de Estudos sobre os Estados de Tensão, compreende essa universalidade como processo construído na interdependência, e também pela integridade e diversidade das culturas.

Essa perspectiva, fundamental ao Projeto Principal de Apreciação Mútua dos Valores Culturais do Oriente e do Ocidente ⁴⁰

⁴⁰ Cf. FRADIER, Georges. *Orient et Occident. Peuvent-ils se comprendre?* Paris: UNESCO, 1958. Respondendo à questão incluída no título e tendo como motivação o Projeto Principal sobre a Apreciação Mútua dos Valores do Oriente e do Ocidente, o autor questiona a fragilidade dos critérios – a geografia, as raças, as línguas, as formas sociais, a idéia de progresso social como progresso industrial, “que lisonjeia a consciência de um Ocidente confiante de seu avanço técnico, de seus gostos e sentimentos que administram com frequência os romances e o cinema” –, a partir dos quais o Ocidente inventa o Oriente pelo folclórico, o bizarro, ou o misterioso, ou, ainda, como “vasto domínio de nações subindustrializadas, com predominância de civilizações agrárias e sociedades do tipo feudal ou patriarcal” (p. 13). Dessa perspectiva crítica, ele denuncia a ignorância européia, a intolerância, o desprezo e a pressa com que a Europa, parece, esquecera-se do Oriente em cujas fontes ela bebeu e se enriqueceu, preparando-se, assim, para transformar o planeta (p. 20). Enfatizando essa origem comum, sustenta, então, a possibilidade de compreensão Ocidente–Oriente para o que se faz necessário, porém, a aquisição, por parte do Ocidente, de virtudes como a modéstia e a tolerância.

aprovado em 1956, já se anunciara, em 1953, quando se cria a coleção *Unidade e diversidade cultural*; reafirma-se em 1965, quando é aprovado o Projeto Principal sobre a História Geral da África; traduz, enfim, a reorientação exigida pela nova composição da UNESCO.

Essa reorientação ocorre num contexto em que a vontade expressa na mensagem do presidente dos EUA, empenhado em reafirmar a auto-imagem da América no mundo que lhe escapa, depara-se com um processo de integração, nos campos da economia, com a Mercado Comum Europeu (CEE), e da energia nuclear, com a Comunidade Européia de Energia Nuclear (CEEA), de uma Europa que, atingindo sua recuperação econômica, enfrenta as contradições, então explicitadas, e avança em direção ao processo de unificação já iniciado desde o Tratado de Paris em 1951.

Essa é, então, uma Europa onde, por um lado, a França, contabilizando grandes perdas coloniais,⁴¹ abre uma crise na Otan e avança em seu esforço de obter uma força militar independente, realizando, em 1960, seu primeiro teste atômico, e conseguindo ainda, ao longo de toda essa década, excluir a Inglaterra de suas iniciativas em direção à unificação. E, por outro lado, uma Europa onde a Alemanha, ao despontar como uma força econômica, não só motiva acordos pelos quais se estabelecem o seu rearmamento e sua admissão na Otan, mas também reorganiza suas estruturas institucionais de ajuda ao desenvolvimento econômico, educacional e cultural, as quais atuarão também em conjunto com a UNESCO.⁴²

⁴¹ De 1953 a 1955, ocorre o processo de independência do Camboja; em 1954, termina a Guerra da Indochina, com a derrota da França em Dien Bien Phu; em 1956 e 1957, respectivamente, sob pressão dos nacionalismos locais e da política convergente dos EUA, da URSS e da ONU, a França reconhece a independência da Tunísia e do Marrocos; em 1958, a Guiné Francesa declara sua independência, fora dos quadros da Comunidade Francesa; em 1960, Camarões, Togo, Senegal, Mali, Costa do Marfim, Daomé, Alto Volta, Níger, República Central Africana, Congo, Gabão, Chade tornam-se repúblicas independentes e membros da ONU, e da UNESCO, mantendo, porém, a cooperação com a França; em 1962, novamente por pressão política convergente dos EUA, da URSS e da ONU, a França reconhece a independência da Argélia, após quase oito anos de sangrenta luta dos argelinos pela libertação do jugo colonial.

⁴² Cf. BAHIANA, Henrique Paulo. *Política alemã de auxílio ao desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Olímpia, 1966; ALEMANHA OCIDENTAL/FKA/ISI. IV

A esses fatos se acrescentam os acontecimentos econômico-político-culturais na América Latina, assim como as incursões da URSS no continente africano e no Oriente Médio. Ressaltam-se, nesse período, as realizações das indústrias eletro-eletrônica e espacial, pelas quais multiplica-se o poder de informação e modifica-se a face da realidade mundial, não só em razão das possibilidades acrescentadas às relações de produção, e às novas formas de divisão do trabalho, mas também em virtude do processo de desterritorialização do capital, mercadorias e das gentes e de redimensionamento da realidade espacial e temporal.

Alguns dos acontecimentos, contemporâneos da ampliação da composição da UNESCO, terão seus desdobramentos nas acomodações e rupturas posteriores. No conjunto, expressam sobretudo as tensões dos e entre os nacionalismos diversos, no contexto de uma economia em processo de crescente transnacionalização;⁴³ contribuem ainda para a retomada da estratégia da Guerra Fria, após o breve período de *détente*; finalmente, dão expressão sobretudo a mudanças na ordem econômica, pondo em cheque o sistema criado em Bretton Woods e prenunciando as novas configurações mundiais dos anos 80 e 90, nas quais uma civilização mundial assimila, interroga, recria, subsume, recobre a ocidentalidade. A “civilização ocidental”, não obstante tudo isso, continua se autopercebendo como um “em si” para “os outros”.

Entre esses fatos é possível destacar, em primeiro lugar, a emergência do então chamado Terceiro Mundo, cujas iniciativas de

Seminário Latinoamericano para Directores de Teleducación. Doc.140, México, 1970. Esse seminário realiza-se por ação conjunta do Instituto de Solidariedade Internacional da Fundação Konrad Adenauer e do Instituto Latino-americano de Comunicação Educativa da UNESCO (Ilce), sediado no México. A respeito da ajuda alemã ao desenvolvimento cf. também EVANGELISTA, E. G. S. *Educação e mundialização*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

⁴³ Sobre a reestruturação econômica, por meio da integração regional, em resposta às tensões e dilemas dos nacionalismos diante de uma economia em processo de globalização, ver IANNI, Octavio. Regionalismo e globalismo. In: *A era do globalismo*, 1996, p. 127-152. “O contraponto nacionalismo, regionalismo e globalismo abala a economia e a sociedade, assim como a política e a cultura, tanto provocando distorções como abrindo horizontes” (p. 128).

organização transnacional, por um lado, forçarão o seu reconhecimento como força política e, por outro lado, evidenciarão a necessidade de rearticulações para a manutenção do poder estabelecido. Uma iniciativa nesse sentido ocorre em 1955, quando, respondendo à convocação da Indonésia, Índia, do Ceilão, Paquistão e da Birmânia, 29 países afro-asiáticos se reúnem na Indonésia, na Conferência de Bandung. Nessa ocasião, esses países se pronunciam pelo socialismo, ressaltando, porém, sua posição de neutralidade em relação ao conflito capitalismo–socialismo, e afirmam sua disposição de luta pela autodeterminação e independência dos povos, assim como pelo fim do racismo e da dominação colonialista.⁴⁴

Em 1961, países dos três continentes – África, Ásia e América Latina – reúnem-se em Belgrado, na Primeira Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, em busca de soluções para os problemas mundiais. Assumindo também uma postura equidistante em relação à polarização Leste-Oeste, esses países reivindicam a abertura do diálogo Norte-Sul, declarando-se em luta contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o sionismo, o *apartheid* e todas as formas de racismo, assim como pela libertação econômica, política, social e cultural dos povos excluídos dos benefícios do desenvolvimento mundial capitalista. Essas idéias são aprofundadas em outras reuniões,⁴⁵ e repercutem no Sistema das Nações Unidas, determinando a criação, em 1961, da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), foro cuja primeira reunião ocorre em 1964 e a partir do qual o Movimento dos Não-Alinhados se corporifica no G-77.⁴⁶

⁴⁴ Nesse ano, é elaborada por Malik Bennabi, argelino exilado no Cairo, a teoria do afro-asiatismo. MADRIDEJOS, M, 1979, p.106.

⁴⁵ Acerca dessas reuniões, cf. GOSOVIC, Branislav e RUGGIE, John Gerard. Overview: origins and evolution of the concept. In: *International Social Science Journal*, v. XXVIII, n. 4, Paris: UNESCO, 1976, p. 639-646.

⁴⁶ Em 1960 foi criada a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne Europa Ocidental, EUA, Canadá, Japão e Turquia. Em 1973, é criada a Comissão Trilateral que reúne empresas privadas dos EUA, da Europa e do Japão, tendo em vista o reordenamento da economia mundial em franco processo de transnacionalização das empresas japonesas e européias, sobretudo na Alemanha. Dois anos depois é criado o G-7, reunindo os sete países mais

Potencializadas na estratégia de controle do petróleo adotada pelos países árabes, após o desfecho da Guerra do Yon Kippur (1973) – que obriga ao reconhecimento internacional da Organização para Libertação da Palestina (OLP) – essas idéias serão traduzidas na então chamada Nova Ordem Econômica Internacional (Noei). Nessa ocasião é aprovada, na Assembléia Geral da ONU, a contragosto das maiores forças do capitalismo, uma declaração para a instauração dessa nova ordem, em nome da qual a ONU convoca suas agências especializadas a se reestruturarem, tendo em vista a obtenção de maior eficácia na mediação da cooperação internacional para o desenvolvimento.⁴⁷

industrializados num novo “diretório mundial”. Cf. BERTRAND, Maurice. Os caminhos da paz. In: *O Correio da UNESCO*, ano 23, n. 12, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, dez. 1995, p.17. Vale ressaltar que esse novo diretório mundial é criado logo após a aprovação pela Assembléia Geral da ONU da declaração para a instauração de uma Nova Ordem Econômica Internacional, como veremos adiante.

⁴⁷ Desde o final da década de 1960 a cooperação internacional para o desenvolvimento, além de motivar diversas manifestações antiimperialistas, vinha sendo objeto de avaliações variadas. Cf. PEARSON, Lester B. *Sócios no progresso*. Relatório da Comissão de Desenvolvimento Internacional. Rio de Janeiro: Apec, 1971 (estudo iniciado em 1968, a pedido do então presidente do Banco Mundial, Roberto S. McNamara, a quem o relatório é enviado em 15.09.1969); COOMBS, Philip H. *A crise mundial da educação*. Uma análise de sistemas. São Paulo: Perspectiva, 1976 (trabalho que serve de documento básico para a Conferência Internacional sobre a Crise Mundial da Educação, realizada por sugestão dos EUA em Williamsburg, no final de 1967. Síntese do relatório de Jaime Perkins, acadêmico da Cornell University, que presidiu a conferência, é apresentado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 48, n. 108, out./dez. 1967, p. 305-312); CECLA. Consenso Latino-americano de Viña del Mar. *Comércio Exterior*. v. XIX, n. 6, México, jun. 1969, p. 421-427 (avaliação da ajuda internacional procedida pela Cecla, organismo de consulta regional, exclusivamente latino-americano, criado a partir da Unctad. Ambos fazem parte da estrutura da ONU); FAURE, Edgar et alii. *Aprender a ser: La Educación del Futuro*. Madri: Alianza/UNESCO, 1975 (estudo apresentado pela Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação constituída pela UNESCO, em 1971, com a finalidade de produzir informe sobre a educação do futuro, a ser submetido, com os comentários do diretor-geral, aos Estados-membros, ao Conselho Executivo e à Conferência Internacional de Educação. O informe inclui avaliação da ajuda internacional e sugestões para a rearticulação da UNESCO nas ações relativas à ajuda internacional para a tecnificação da educação).

Na direção dessa eficácia é aprovado o Primeiro Plano de Médio Prazo da UNESCO, compreendendo três exercícios bianuais, abrangendo o período de 1977 a 1982.⁴⁸ Dessa forma, a UNESCO responde às reiteradas críticas à fragmentação de seu programa e, ao mesmo tempo, aos conflitos reais reproduzidos em seu interior entre Oriente e Ocidente.

Resposta semelhante já está presente, desde 1956, na aprovação dos Projetos Principais, entre os quais o referente à Apreciação Mútua dos Valores do Ocidente e do Oriente. Também desta feita a UNESCO responde, ao mesmo tempo, às críticas do Ocidente à fragmentação de seu programa e à sugestão da Índia quanto à necessária distinção entre as atividades operacionais desenvolvidas mediante o Peat⁴⁹ e as atividades gerais. As primeiras atenderiam às necessidades pontuais dos Estados-membros, enquanto as segundas se voltariam para o universal buscado pela UNESCO. Ambas, de fato, unem e dividem Oriente e Ocidente diante dos caminhos possíveis ao progresso da humanidade.

Os planejamentos de médio prazo são vistos com frequência como meios de, considerando as novas necessidades dos Estados-membros, e as reorientações e inovações para permitir seu atendimento, garantir a coerência e continuidade do programa da UNESCO (M'Bow, 1985, p. 34). Mas podem ser vistos também como mais um mecanismo de controle dos Estados-membros sobre a organização, pois, numa realidade cuja dinâmica se faz cada vez mais célere, a prática de detalhar atividades e recursos para execução em seis anos não deixa de ser um procedimento que “impõe uma rigidez considerável (...) e torna particularmente difíceis as inovações e as atividades experimentais que devem ser cuidadosamente negociadas uma por uma com grande antecedência”. (Lengyel, 1994, p.701)

⁴⁸ A respeito do processo de elaboração desse plano, cujo primeiro esboço é apresentado em 1972, em atendimento à recomendação feita na 14ª CG -1966, ver HUMMEL, Charles. *International cooperation and world problems: the standpoint of UNESCO*. In: *International Social Science Journal*. vol. XXXIV, n. 1. Paris: UNESCO, 1982.

⁴⁹ Cf. nota 37 deste capítulo.

Contraditoriamente, esta pode ser uma exigência dos novos tempos, quando a realidade, que sempre transborda o plano, o regulamento e o conceito, escapa aos Estados-nações, principais fundadores da UNESCO, empenhados na racionalização de seu programa e no controle da instituição. Exemplificando a afirmação, é suficiente lembrar: a ocasião em que os ministros de Educação dos três continentes, reunidos pela UNESCO, ultrapassam a preocupação com uma educação de base, ainda hoje sem solução, e vislumbram a necessidade de “promover sistematicamente um programa completo de ensino obrigatório para os jovens de seus países” (Pompei, 1972, p. 33); a expressão dos movimentos nacionalistas, contrapondo ao discurso político harmonizador a fragmentação das diferenças cunhada em meio às contradições locais agravadas nas e pelas relações, processos e estruturas excludentes da economia em transnacionalização; a reivindicação dos novos Estados-membros de novas bases de diálogo entre as nações e a expressão de seu interesse comum nas questões relativas à comunicação, justificado pelo “vazio imenso deixado pelas Nações Unidas” em matéria de informação.⁵⁰

Estatização do Conselho Executivo: hegemonia ocidental e ordens nacionais

Nas novas relações de forças entre os Estados-nações, retoma-se, na Conferência Geral da UNESCO, a discussão cujo alvo é o Conselho Executivo. O fato concreto levantado em 1966 diz respeito à necessidade de mudança em sua composição e uma nova distribuição dos seus assentos, após a entrada dos novos Estados-membros. Reivindica-se então o atendimento ao critério geográfico, bem como à representação da diversidade cultural no conselho.

⁵⁰ Cf. MACBRIDE, Sean et alii. *Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época*. Relatório da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ UNESCO, 1983. Apresenta a discussão realizada na ONU e UNESCO sobre a informação no contexto social, econômico, ético e político criado pelo avanço tecnológico nessa área.

Proposta resultante de estudo feito pelo próprio Conselho Executivo, por recomendação da Conferência Geral, aprovada em 1968, portanto, no limiar da segunda Guerra Fria, aumenta para 34 os assentos no conselho. Sua distribuição contemplaria, então, os cinco grupos eleitorais propostos, como provisórios, tendo em vista as eleições a se processar nas duas reuniões subseqüentes da Conferência Geral. Esses grupos, ao contrário da proposta, mantiveram-se e consolidaram-se como estruturas institucionais, na seguinte forma: G-I: Europa Ocidental, América do Norte, Turquia e Israel, com nove assentos; G-II: Europa do Leste, com três assentos; G-III: América Latina e Caribe, com seis assentos; G-IV: Ásia, Austrália e Nova Zelândia com cinco assentos; G-V: África e países árabes, com 11 assentos.

A composição dos grupos indica que a UNESCO, também nessa oportunidade, não escapou às injunções da Guerra Fria, estratégia política global de contra-revolução de que se serviram os EUA na tentativa de manter sua hegemonia, num mundo em que a modernidade transpõe, com a força inerente às contradições por ela geradas, as fronteiras não apenas dos territórios nacionais, como também dos dois blocos em que se dividia então o mundo. Esse processo não se fez sem a contribuição da URSS, cujos líderes, além de alimentar a política do terror, sustentáculo da Guerra Fria, no dilema relativo ao desenvolvimento da produção ou modernização do consumo, não hesitaram em optar pela segunda alternativa, na denominada “era da estagnação”, sobretudo a partir da década de 1970.⁵¹

⁵¹ Em 1972, foi criado o Centro Europeu para o Ensino Superior (Cepes), “órgão de informação e (...) fórum e centro para a promoção da pesquisa e do desenvolvimento na região Europa da UNESCO (...)”, com sede em Bucareste, na Romênia. Cf. UNESCO. Ação mundial em prol da educação. In: *O Correio da UNESCO*, 24, n. 6, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, junho de 1996, p.36-7. A Romênia encontrava-se então sob liderança de Nicolae Ceausescu (1961-89), que, desde 1965, manifestava seu nacionalismo, em oposição à política de satélites soviéticos. Vale lembrar que, em 1973, a Pepsi-Cola e a agência Hertz Rent a Car instalaram-se em Bucareste, evidenciando, por um lado, os sinais da crise de poder da URSS sobre seus satélites e, de outro lado, que a economia nos moldes soviéticos estava se escrevendo como passado. Cf. HOBBSAWM, 1995, p. 389; HOROWITZ, Irving Louis. A déttente e as multinacionais. In: *Dados*, Rio de Janeiro: Iuperj, n. 12, 1976, p. 91.

No início dessa década, a UNESCO se empenha na realização de enquete, nos países da África, Ásia e América Latina, a fim de adequar as necessidades nacionais relativas à ciência e à tecnologia para o desenvolvimento, primeiro ao âmbito regional e, em seguida, ao plano mundial. Esse trabalho atende à solicitação do Conselho Econômico e Social da ONU (Ecosoc), originada da Conferência das Nações Unidas sobre a Aplicação da Ciência e da Tecnologia para o Desenvolvimento ocorrida em 1963. (UNESCO, 1977a)

Nesse momento, é apresentada, agora pela Suécia, uma outra proposta de mudança no Conselho Executivo. Encaminhada ao diretor-geral, em 1972, a proposta tem ainda como alvo o estatuto dos membros do Conselho Executivo e reorienta a transformação já em processo nesse conselho, no sentido de aprofundar a mudança postulada no projeto apresentado em 1947, ou seja, de definir o critério de eleger para o Conselho Executivo não as pessoas, mas os Estados-membros, os quais, eleitos pela Conferência Geral, nomeariam seus representantes junto àquele conselho. De sua discussão nas reuniões da Conferência Geral, de 1972 e 1974 resultou a recomendação de um estudo da questão realizado pelo Conselho Executivo e de consulta aos Estados-membros sobre a proposta.

Aos resultados obtidos por esses meios, acrescenta-se, na 19ª CG-1976, em que se deliberou sobre a mudança pleiteada, uma outra emenda, apresentada pelo México. Essa emenda anula a proposta sueca, ao mesmo tempo que atinge o objetivo por ela pretendido – fortalecer o poder dos Estados-membros no Conselho Executivo. Essa proposta, aprovada pela maioria de dois terços, permite ao Estado-membro substituir seu representante no Conselho Executivo, se as circunstâncias exigirem, dispensando-se, nesse caso, a formalização do pedido pelo funcionário a ser demitido.

É curioso notar a divisão no interior dos diferentes grupos da UNESCO, tal como foram constituídos em 1968, entre Estados-membros favoráveis e contrários à proposta sueca, assim emendada. Entre os favoráveis à proposta, junto com os EUA, encontram-se, por exemplo, a Noruega (G-I); a Bulgária e a Iugoslávia (G-II); Cuba (G-III); o Iraque (G-IV); a Argélia e a Nigéria (G-V).

Mais curiosa e, sobretudo, surpreendente é a resposta ambígua do Ministério de Assuntos Exteriores da França à consulta procedida

pelo diretor-geral, conforme recomendara a Conferência Geral da UNESCO. Uma ambigüidade dirimida, porém, na clareza da expressão do representante francês junto ao Conselho Executivo. Argumentando em favor da proposta, ele chama a atenção para a necessidade de “pôr o direito de acordo com os fatos”, lembrando que, “com a evolução do mundo, todos os problemas, incluindo os relativos à educação, à ciência e à cultura tinham se tornado amplamente políticos” (Citado por Bekri, 1991, p. 211). Como se percebe, a França mudara sua posição, defendida desde 1945, contrária à politização da UNESCO mediante a estatização do seu Conselho Executivo.

Simultaneamente à ocorrência dessa discussão, não é demais acrescentar, a UNESCO está vivendo o agravamento de sua situação financeira, em virtude da crise econômico-financeira mundial, mas também em razão da ausência do depósito da contribuição de alguns Estados-membros, entre os quais os EUA, cujos governantes recorrem a essa medida em represália aos resultados de decisões da Conferência Geral sobre temas cruciais para esse país, tais como a regulamentação das comunicações espaciais e as questões raciais. Esses temas, recorrentes na UNESCO, são retomados com intensidade, nesse período, e prosseguem nas décadas seguintes.

Ao mesmo tempo, e com mais de uma década de distância em relação às providências tomadas pelo governo dos EUA quanto à reorganização institucional para exploração comercial da tecnologia espacial, os países da Europa Ocidental se integram na Agência Espacial Européia (ESA), visando à racionalização da produção nessa área, a fim de eliminar competições desvantajosas para a Europa na nova fase de reestruturação do capitalismo.

Por outro lado, no contexto das lutas pela libertação colonial desse período, o agravamento das relações raciais, a intensificação das intolerâncias às diferenças, assim como a emergência do “outro” no cenário internacional como um sujeito político, explicitam a problemática racial em seus fundamentos econômicos, político-culturais e geopolíticos, sugerindo seu exame para além de suas manifestações locais.

Enquanto se realizam, na UNESCO, as discussões sobre novas mudanças no Conselho Executivo, o ataque do Iraque aos curdos, suscitando apoio do Irã (1973-74), a intensificação da legislação do *apartheid* na Rodésia (1965), as medidas segregacionistas em relação

ao ensino adotadas na África do Sul (1976), a manutenção do poder colonial português, a violência inerente aos desdobramentos da insolúvel questão palestina são exemplos de práticas racistas, cujas razões, em última instância econômicas, projetam, para o mundo, a questão racial.

Intensificam-se então as ações, resoluções e estudos promovidos pela UNESCO sobre a questão, justificando a decisão, em 1956 e 1972, respectivamente, de Portugal e da África do Sul se retirarem da UNESCO. As resoluções acusando o racismo de Israel aprovadas na 18ª CG-1974 motivam ainda o protesto dos EUA, mais uma vez materializado na ausência do depósito da contribuição financeira desse país ao orçamento da organização para o biênio 1975-1976.

A questão racial permanece nas décadas seguintes, no mundo e na UNESCO, ressurgindo na constituição das novas nações após a desintegração da URSS. Na década de 1990, esta questão motiva nova Declaração dos Princípios sobre a Tolerância proclamada e assinada pela 28ª CG-1995. Nessa declaração, a educação e as novas tecnologias educativas são evidenciadas como meios eficazes na formação de “cidadãos solidários, abertos a outras culturas, capazes de apreciar o valor da liberdade, respeitar a dignidade dos seres humanos e suas diferenças”. (UNESCO, 1990, p. 34)

No início da década de 1980, as ações da UNESCO em relação aos meios de comunicação, que, juntamente com a questão racial, tangenciam suas atividades no campo da educação, são apontadas pelos EUA como motivo para sua decisão de se retirarem da UNESCO. Os argumentos apontados pelo secretário de Estado referem-se à ineficácia da organização quanto à política, à orientação ideológica e ao orçamento; à existência de tendências que desviaram a UNESCO dos princípios adotados em 1946, que serviram, sobretudo, às políticas nacionais dos Estados-membros; à demonstração, exemplificada pela 22ª CG, de que não se pode esperar o retorno da UNESCO aos princípios de 1946; à convicção relativa à possibilidade de os EUA, por outros meios de cooperação, nos campos da educação, ciência e cultura, realizar os princípios originais da UNESCO. (CCIU, 1984, p. 2)

Todavia, em 1983, quando a UNESCO recebe a notificação da retirada dos EUA, acompanhados nesse ato pela Inglaterra, ela recebe como novos membros São Cristóvão e Nevis, São Vicente de

Granadinas, países insulares das Antilhas associados à Commonwealth, e Fidji, arquipélago do sudoeste do Pacífico, colônia britânica desde 1874 e independente, nos quadros da Commonwealth, desde 1970. No ano anterior, Belize, na América Central, e Antígua e Barbuda, no Caribe, ambos Estados independentes ligados à Commonwealth, haviam se tornado membros da UNESCO, o que pode representar um lucro obtido por aqueles dois países na troca de seus dois votos por cinco de seus aliados, na Conferência Geral.

A discussão acerca do estatuto dos membros do Conselho Executivo, da qual resultam resoluções sucessivas, para acomodar, no arcabouço teórico que regulamenta o caminhar da UNESCO, a realidade social e histórica, rebelde por natureza, prolonga-se de 1947 até a década de 1990. Assim, o Japão que, em 1972, pronunciara-se contrário à proposta sueca, propõe uma emenda, aprovada na Conferência Geral de 1991, segundo a qual os 51 Estados-membros, eleitos pela Conferência Geral, indicariam, a partir de então, os seus representantes para compor o Conselho Executivo. Essa mudança não será a última, e nem chega a reproduzir, na UNESCO, uma estrutura semelhante à do Conselho de Segurança da ONU, como sugeriam os questionamentos do delegado dos EUA, em 1947.⁵²

Os questionamentos sobre a composição do Conselho Executivo, único órgão da estrutura básica da UNESCO passível de ser modificado e cuja posição entre a Conferência Geral e o Secretariado é de fundamental importância, assim como as mudanças nele processadas, desde a década de 1950 até a de 1990, têm sido justificados pela necessária ampliação e pelo atendimento dos critérios de distribuição geográfica e de representação da diversidade cultural dos assentos para incluir os novos Estados-membros. Essa ampliação se justificava ainda pela necessidade de racionalizar as relações entre esse órgão e o diretor-geral e seu secretariado. Não se pode descartar, entretanto, o objetivo de possibilitar um controle sobre a instituição como um todo.

⁵² Acerca dos questionamentos apresentados, em 1947, pela delegação americana, há registro de que, na prática, havia desde o início dos trabalhos da UNESCO um acordo tácito segundo o qual aqueles Estados, membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, estivessem sempre representados no Conselho Executivo.

Além disso, as mudanças procedidas no Conselho Executivo, desde a década de 1950, revelam, no seu conjunto, momentos diversos da realidade, em seus aspectos econômico-políticos, e portanto socioculturais, e sua repercussão na UNESCO, instituição que, desde os seus primeiros passos, tem sido mantida sob rígido controle dos Estados-membros entre os quais, não sem razão, pairava o receio de utilização, por alguns deles, do potencial da organização, cujos campos de atuação incidem de modo substantivo na dinâmica da sociedade mundial.

Referindo-se às potencialidades dos organismos internacionais, e às eventuais resistências interpostas pelas nações e suas elites ao crescimento de sua força, Deutsch (1982, p. 238) apresenta a seguinte conclusão:

até agora, o principal problema de cada organismo internacional destinado à manutenção da paz e da segurança tem sido sua fragilidade e não sua força. Em cada caso, o organismo se mostrou fraco exatamente porque a maioria de seus membros temia sua força e também receava a possibilidade de essa organização internacional ou federal transformar-se em mero instrumento do exercício de poder e da hegemonia de um ou de alguns de seus membros mais poderosos – de certa forma, da mesma maneira como uma holding quase sempre serve de instrumento para ampliar e multiplicar o poder de uma minoria bem organizada de acionistas contra os demais. No caso de organismos internacionais que pretendem que todos os países deles façam parte, as diferenças entre os membros tendem a ser enormes, o mesmo ocorrendo com seus receios recíprocos.

Este parece ser bem o caso da UNESCO. Ao longo de sua existência, essa instituição viveu momentos expressivos de força e de fraqueza, qualidades que ora se alternam, ora se imbricam. Isso nos permite compreender a UNESCO como um processo: ao mesmo tempo instituída pela sociedade ocidental, ela é também instituinte de seus caminhos, de sua dinâmica própria.

O que não significa, entretanto, a perda de sua ocidentalidade. Produto de um momento específico da sociedade ocidental, a UNESCO

se estrutura na dinâmica contraditória de um processo de ocidentalização, realizando-se num jogo de forças que une e opõe nações, povos, gentes; formas de organização social; Estado, empresas privadas e organizações não-governamentais.

Nesse processo, a UNESCO se re-constrói, pelas determinações socialmente produzidas, como instituição com responsabilidades em áreas fundamentais para a vida social. Determinações que não cessam de se reproduzir, gerando mudanças qualitativas nas estruturas, processos e relações. Gerando também novas configurações e demandas antes insuspeitadas, desafiando e pondo em questão os ideais e os limites propostos e impostos à UNESCO por seus fundadores, exigindo dela novas rearticulações.

Apelos em direções variadas e sentidos contraditórios chegam à UNESCO, impulsionados pelas forças presentes nas múltiplas disputas envolvidas na construção da história mundial. A complexidade desse contexto impõe obstáculos à compreensão imediata da UNESCO. Seus campos de atuação, diversificados em múltiplas temáticas, oferecem e sugerem vários temas e questões. O exame desses temas e questões, em seus desdobramentos nessa instituição e na realidade em que são produzidos, pode permitir uma compreensão da UNESCO e de sua inserção no “vasto processo de transculturação (...) em curso desde os primórdios do capitalismo”. (Ianni, 1996, p. 219)

O exame desses temas e questões, nesta perspectiva, pode permitir ainda a compreensão do modo pelo qual a UNESCO enfrenta as questões-problema emergentes nesse processo de mundialização. Algumas delas são privilegiadas, por sua abrangência e recorrência no percurso da instituição, o que significa a sua permanência como problema na realidade social na qual se produzem. A esperança na educação como meio de construir a paz entre nações, povos e gentes, e sua potencialização pela revolução das comunicações são desafiadas pelas manifestações de intolerância às diferenças e de exclusão do “outro”, que se expressam na violência de nacionalismos, fundamentalismos, guerras, revoluções. Compreender a ação teórico-prática da UNESCO no encaminhamento dessas temáticas constitui um desafio que merece ser enfrentado.

A UNESCO e a comunicação entre as culturas

(...) desenvolver e multiplicar as relações entre os povos, a fim de que melhor se compreendam e adquiram conhecimento mais preciso e verdadeiro de seus respectivos costumes.

(Ato Constitutivo da UNESCO)

A intensificação do processo de descolonização na segunda metade da década de 1950 e o posterior desenvolvimento das tecnologias da comunicação abrem novas perspectivas à ação da UNESCO e tornam mais complexos os problemas e desafios com os quais ela se defronta, situando-a em momentos qualitativamente diversos de sua atuação. Nos anos 60, às três áreas inscritas em sua denominação soma-se uma quarta: a comunicação – área que motivou críticas dos meios de informação dos países industrializados, assim como gerou impasses nas sessões da Conferência Geral, com adiamento de decisões nesse foro. O pomo da discórdia reside, sobretudo, nas ações desenvolvidas nas décadas de 1970 e 1980, em busca de uma nova ordem mundial da informação, culminando na decisão de os EUA e a Inglaterra se retirarem da UNESCO. O retorno da Inglaterra, em junho de 1997, os impasses já citados e o poder de influência ainda mantido pela UNESCO permitem pensar numa nova rearticulação dessa organização, após os episódios das duas décadas anteriores, assim como na sua atualização diante da realidade dos anos 90.

A despeito da preeminência dos meios modernos de informação na configuração da sociedade mundial, e também da UNESCO, é necessário considerar, na busca de uma compreensão do caminhar dessa organização, que sua atuação na área da comunicação não se reduz a esses meios, abarcando outras formas de expressão

sociocultural, no âmbito da filosofia, da ciência e da arte, elementos dinâmicos na reconstrução, intentada, desde o pós-guerra, de uma “morada segura para a humanidade” (Vaz, 1993). E, nesse empreendimento, coube à UNESCO um papel fundamental.

Desde a Conferência de Londres, em 1945, quando essa agência especializada da ONU foi criada, expressam-se com clareza as expectativas em relação a ela, num mundo em que a guerra não acabara, prosseguindo nos conflitos locais.¹ Naquela conferência, o primeiro-ministro britânico, Clement Attlee, assim enuncia o âmbito e o sentido da atuação da nova organização: “hoje os povos do mundo são ilhas que lançam apelos por cima de oceanos de mal entendidos. ‘Conhece-te a ti mesmo’, dizia o velho provérbio. ‘Conhece teu vizinho’, dizemos a partir de agora, pois nosso vizinho é o mundo inteiro”. (citado por Lacoste 1994, p. 4)

Esta porém é apenas uma das expressões reveladoras das esperanças na tarefa de ocidentalização do mundo, delegada pelas Nações Unidas, no imediato pós-guerra, à UNESCO. Em Lacoste (1994, p. 5) consta ainda que, em 1946, quando se realiza a primeira Conferência Geral (1ª CG) da organização, o romancista e ensaísta francês André Gide anotou em seu diário: “envio a Huxley, como epígrafe ao programa da UNESCO, o último verso do Canto II da *Eneida* carregando-o de uma significação simbólica: ‘... e assumindo todo o peso de meu patrimônio, esforço-me em ganhar as alturas’ ”.

Críticas, porém, não faltaram. Em 1950, quando controvérsias já alimentavam o debate, na Conferência Geral, motivado também pelas diferentes concepções acerca da cooperação intelectual e cultural entre os povos, o filósofo italiano Benedetto Croce referiu-se à UNESCO como uma “empresa equivocada”: uma instituição intergovernamental

¹ Pode-se mencionar, a título de exemplo, a guerra civil tendo lugar então na Grécia e na China, países onde os partidos comunistas lutam contra o poder constituído; a luta pela independência travada com apoio da URSS na Indonésia, de onde os holandeses só se retiraram em 1949; a guerra civil na Índia, cujos resultados foram a partilha do território indiano em dois Estados, Paquistão e Índia, e a antecipação de sua independência prevista pelos ingleses para 1948; a presença de tropas anglo-francesas até 1946 na Síria e no Líbano, independentes desde 1943; o início de revolta na Argélia e o bombardeio de Setif como represália da França, em luta também no Marrocos para a manutenção da situação colonial.

com um ideal ético-moral, de tendência universalista, fadada, num mundo tensionado por ideologias diversas, a ceder espaço ou sucumbir ao poder do Estado. (Bekri, 1993, p. 14)

Cinco anos antes, T. S. Eliot, objetivando definir a palavra cultura, necessidade imposta, segundo ele, pela má utilização que dela então se fazia, escreve o ensaio *Notas para uma definição de cultura*.² Aí encontram-se referências às palavras de Clement Attlee, bem como às finalidades da UNESCO divulgadas em documento de agosto de 1945. Esses e outros exemplos justificam seu ensaio, do qual dois capítulos são dedicados a “desembaraçar a cultura da política e da educação” (1988, p. 27), associação indevida, redutora e perigosa para a sobrevivência, o florescimento e o enriquecimento das culturas.

A preocupação do poeta norte-americano é com o mundo ocidental, com a Europa, e, sobretudo, com a Inglaterra, onde se radicara desde 1915. Eliot focaliza a visível desintegração cultural sob a égide das teorias política, sociológica e antropológica, na sociedade moderna, cuja raiz religiosa-cristã se perdera. Numa cultura “unida e dividida”, Eliot toma distância em relação ao reconhecimento da cultura como instrumento de política para trazer à memória “o fato de que, em outros períodos, a política foi uma atividade praticada dentro de uma cultura e entre representantes de culturas diferentes”. (1988, p. 106)

Deixando de lado o eurocentrismo subjacente à reflexão de T. S. Eliot, importa destacar seu ceticismo em relação à planificação mundial da cultura.³ Pensa nos riscos de desumanização da humanidade como um resultado do que poderia vir a ser um pesadelo.

² ELIOT, T. S. *Notas para uma definição de cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1988. (Coleção Debates)

³ A planificação para a liberdade é teorizada por Mannheim a quem Eliot toma como interlocutor em seu ensaio, no que respeita à definição e ao papel da elite na cultura em *Man and society*. Eliot argumenta que, em comparação com seu entendimento da cultura e sua relação com a sociedade em todos os seus grupos, o conceito de cultura em Mannheim é mais limitado. O papel dos organismos internacionais, entre os quais a UNESCO, a educação como técnica social fundamental, assim como o controle e a coordenação dos meios técnicos de difusão na planificação democrática, são considerados por Mannheim. Ver: MANNHEIM, Karl. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972; *O homem e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

Percebe, então, uma cultura mundial não mais do que como um ideal inimaginável, porém, um “termo lógico de relações entre culturas”. Recusando-a como objeto de planificação, não a descarta, pois, como ideal, e admite: “devemos aspirar a uma cultura comum, que ainda assim não diminuirá as particularidades das partes constituintes” (Eliot, 1988, p. 81-82). Analisando como “forças de atração e repulsão” as relações enriquecedoras entre culturas, Eliot aponta, em sua leitura do tratamento oficial à questão cultural, no imediato pós-guerra, não apenas os riscos, mas também problemas e dificuldades para a realização prática de uma cultura mundial, alguns dos quais estão na base de questões que se imporão à UNESCO, como mediadora das relações culturais Ocidente–Oriente, no novo capítulo do processo de ocidentalização do mundo que então se inicia. (Ianni, 1995)

A consciência desses problemas não está ausente desde a idealização da UNESCO, nas discussões da Conferência dos Ministros Aliados da Educação (CMAE) e se expressa de várias formas: primeiro, na intenção explicitada no seu Ato Constitutivo de respeito à “fecunda diversidade das culturas”; em seguida, por exemplo, no programa da UNESCO, atendendo à solicitação feita pela ONU, em 1946, de tradução e divulgação de obras-primas da literatura de diferentes povos, quando foram selecionados trabalhos de literatura árabe e persa, da Índia, do Extremo Oriente, da Itália e da América Latina; ou ainda nas críticas, apontando negligência relativa ao intercâmbio de informações e a outras atividades, suscitadas pelo programa similar da UNESCO na área da música, cuja ênfase, segundo a crítica, privilegiava a gravação em discos e concertos voltados para uma elite. Expressa-se, sobretudo, na observação feita, em 1947, pela representação indiana na UNESCO de que “os estudiosos da Índia olham para a história a fim de corrigir a miopia dos sábios ocidentais, alguns dos quais, incapazes de verem além da Grécia, têm recusado ao Oriente, e especialmente à Índia, o crédito devido à prioridade cultural”. (Citado por Laves e Thomson, 1957, p. 400)

Interpretadas 25 anos após como “antinomias inerentes à concepção da UNESCO e à natureza das coisas”, as dificuldades concretamente enfrentadas pela organização, entre as quais Pompei destaca como fundamental aquela ressaltada por Eliot – a oposição entre a liberdade da cultura e sua organização planificada –,

expressam a necessidade de “empreender a síntese dos contrários”. (Pompei, 1972, p. 20)

Na mesma ocasião, a análise dos primeiros dez anos da UNESCO empreendida por René Maheu é sugestiva para a compreensão de como e por que se intentou a busca dessa síntese, no solo conturbado em que essa instituição deveria enraizar-se. Em sua análise, Maheu, então no exercício de seu segundo mandato como o quinto diretor-geral, após ter ocupado outros postos e funções, beneficia-se de uma longa vivência na UNESCO. Beneficiou-se ainda da distância, que lhe permite ver esses primeiros anos à luz dos acontecimentos da década de 1960 e do início da seguinte, quando ocorrem mudanças significativas na composição da organização, assim como na estruturação das forças mundiais, e, conseqüentemente, nas prioridades políticas da UNESCO e em seu quadro conceitual.

Nessa altura da história da sociedade mundial, Maheu sente-se seguro em definir a paz, alvo prioritário das ações da UNESCO, como sendo não “a ilusória segurança ou a possibilidade passageira de uma potência dominante, ou mesmo de um equilíbrio de forças obstinado em prosseguir a corrida armamentista”, mas como “a justiça reconhecida, que só poderá ser atingida por meio de mudanças radicais na estrutura das sociedades e na organização do mundo”. E, numa perspectiva “exclusiva do estatismo”, ele vislumbra, naquele contexto, o “advento de uma civilização universal”, para a qual paz e progresso devem convergir e concorrer. (1972, p. 316)

A realização pacífica e harmoniosa do progresso da humanidade em direção ao universal, pode-se dizer, é o objetivo maior, embora não isento de contradições e de ambigüidades, a ser mediado pela UNESCO. Tarefa de fato complexa para uma organização intergovernamental, num momento em que se reescreve o mapa do mundo e se processa uma nova divisão do mercado mundial. Momento, portanto, de acomodações, disputas, afirmação e reconstrução dos espaços nacionais e culturais. Momento, ainda, de surgimento do antagonismo entre modos diversos de organização da vida social, e de busca dos possíveis no confronto de civilizações diversas, assim como de ressignificações da ocidentalidade expressivamente exemplificadas em memorando produzido numa reunião da Comissão Nacional indiana para a UNESCO realizada no início da década de 1950, com

a participação de países asiáticos. Nele encontra-se a observação segundo a qual “ao mesmo tempo que a UNESCO ajuda a trazer para o Oriente os avanços do Ocidente em educação e ciências naturais, os valores permanentes da cultura oriental são proveitosos para o Ocidente”.⁴

Predominantemente ocidental nos seus primeiros dez anos, como admite René Maheu, a UNESCO depara-se, ainda, com a discussão sobre sua própria natureza – se técnica ou política, ideológica ou ética –, assim como sobre a natureza de seu Conselho Executivo – se intelectual e cultural, ou se político. Uma solução pragmática para a primeira questão direciona a realização de projetos específicos, entre os quais aqueles relativos à educação fundamental, atendendo às necessidades expressas pelos Estados-membros. Esses projetos satisfaziam aos objetivos de construção da hegemonia dos EUA, num mundo bipolar, e, ao mesmo tempo, não deixaram de despertar os receios de países europeus ocidentais preocupados com a possibilidade de a organização servir a objetivos políticos e de propaganda político-ideológica, em detrimento da cooperação intelectual percebida como relativamente desinteressada.

⁴ Citado por LAVES, W. H. C. e THOMSON, C. A. *UNESCO: purpose, progress prospects*. Bloomington: Indiana University Press, 1957, p. 58. Nesse memorando encontram-se reivindicações relativas aos meios necessários ao desenvolvimento cultural dos povos africanos e asiáticos, assim como a afirmação de sua contribuição ao desenvolvimento cultural geral. Reivindicam-se a preservação e divulgação de monumentos históricos, a constituição de bibliotecas públicas e museus, o estabelecimento de editoras, a produção de livros a custo acessível à população escolar e a adultos recém-alfabetizados, o desenvolvimento do cinema nacional, a fim de possibilitar uma contraposição à violência presente nos filmes importados do Ocidente. Propõe-se ainda a diferenciação, no programa da UNESCO, entre as atividades permanentes destinadas a finalidades universais e aquelas limitadas no tempo e no espaço, segundo as necessidades específicas dos Estados-membros. Essas sugestões e críticas, revelando a insatisfação daqueles que percebiam suas necessidades como inadequadamente consideradas pelos organismos internacionais, serão consideradas pelo Conselho Executivo e repercutirão no programa da UNESCO para o biênio 1955-1956 e na Conferência Geral do último ano, quando tomarão corpo nos Projetos Principais então aprovados pela primeira vez na UNESCO. Entre estes estão o Projeto de Pesquisas sobre as Terras Áridas e o Projeto de Apreciação Mútua dos Valores do Ocidente e do Oriente.

Razões diversas fundamentam os argumentos, reiteradamente apresentados pelos países do Leste Europeu, contra o caráter propagandista desde o início presente nos projetos de educação e difusão cultural, nos quais os meios de informação se constituíam como elementos e técnicas sociais fundamentais. Desde as primeiras reuniões da Conferência Geral, os delegados da Iugoslávia e da Polônia denunciam a ausência de condenação, pela UNESCO, da forma pela qual o princípio da livre circulação das idéias estava sendo utilizado para produzir a desinformação, em vez da informação, e sustentar a criação e o agravamento de tensões em vários locais do mundo.⁵

Por ocasião da Guerra da Coréia, o governo dos EUA julgará insatisfatório o tardio trabalho referente à informação das massas realizado pela UNESCO. Conforme registram Laves e Thomson (1957, p. 274-276), a UNESCO teria evitado então o uso do termo

⁵ Os interesses políticos e econômicos que unem e opõem a Inglaterra, a França e os EUA num mundo bipolarizado evidenciam-se na visualização geopolítica das “missões” enviadas pela UNESCO para assessorar as reformas de ensino e na configuração dos projetos piloto de educação de base compreendidos no objetivo de educação para compreensão internacional aprovados e realizados, ou não, nos três primeiros anos de sua atuação. A partir de 1948, grupos de especialistas em educação são enviados: para as Filipinas, onde os EUA, em 1946, garantem a manutenção de suas bases navais por um período de 99 anos e concedem a esse país uma independência negociada entre os dois países; para o Afeganistão, território de disputa anglo-russa desde as últimas décadas do século XIX e de valor estratégico para a URSS; para a Tailândia, aliado estratégico dos EUA no Sudeste Asiático, membro da Organização do Tratado do Sudeste Asiático (Otase) a partir de 1952; para a Síria, membro da Liga Árabe, uma tentativa mal-sucedida de a Inglaterra conter, sob a liderança do Egito, o pan-arabismo que se manifesta nos nacionalismos diversos no Oriente Médio. O projeto de re-educação dos países ex-inimigos, Alemanha e Japão, é aprovado na 1ª CG-1946 e sua execução, iniciada no ano seguinte, suscita críticas da imprensa, por seu caráter autoritário. Dos quatro projetos de educação de base e de educação das comunidades aprovados, apenas o do Haiti foi executado, não sem dificuldades. Foram suspensos: o da China, após a vitória de Mao Tse Tung; o do Peru, onde o Gal. Manuel Odria, no poder, combatia as forças sociais que se expressavam no aprismo de Haya de la Torre; o de Tanganica (Tanzânia) e Niassalândia (Malauí). O último fará parte, junto com a Rodésia Meridional (Zanzibar) e Rodésia Setentrional (Zâmbia), da Federação Centro-Africana, criada pela Inglaterra no início da década de 1950. A independência de ambos ocorrerá na primeira metade da década de 1960, o primeiro deles nos quadros da Commonwealth.

“agressão” em relação à Coréia do Norte, no que foi apoiada pelos países europeus ocidentais. Com isso não evitou, entretanto, o agravamento do descontentamento das delegações da Hungria, da Polônia e da Tchecoslováquia, seguido do anúncio, em 1952, da retirada desses países da organização.

Nesse contexto, e enquanto prossegue a discussão sobre a estatização do Conselho Executivo, a UNESCO vai construindo as bases mundiais de sua atuação. Ao fazer isso, ela, longe de “emprender a síntese dos contrários” (Pompei, 1972), certamente busca conciliar seus objetivos práticos com seu ideal ético-moral. E, ao mesmo tempo, a UNESCO cuida de articular o consenso possível, em meio às posições divergentes relativas às condições de expansão ocidental e do desenvolvimento capitalista, desigual e combinado em sua essência e, portanto, visceralmente beligerante.

Essa interpretação permite compreender a afirmação de René Maheu (1972, p. 325) de que a UNESCO “é essencialmente um sistema de comunicação intelectual e uma empresa de diálogo e de compreensão entre os povos”, não como um dado, mas como um ideal buscado desde seus primeiros anos de existência, visto ser este um meio necessário à realização dos interesses contraditórios do capital em planetarização, num mundo que aprendera como imperativo o propósito de evitar para si um novo conflito bélico.

Facilitar a comunicação entre as nações, nos diferentes continentes geográficos, mediante suas áreas de atuação e os elementos de sustentação da ocidentalização do mundo – filosofia, ciência e arte –, constitui-se, de fato, numa meta da UNESCO e num recurso fundamental à abertura de fronteiras ao progresso. O alvo postulado é a humanidade, cuja universalidade já habita e alimenta o pensamento dos clássicos da ilustração e do liberalismo desde o século XVIII.

Construindo uma rede mundial de comunicação e entendimento dos povos

Na construção das condições para sua atuação, a UNESCO vale-se da experiência do extinto Instituto Internacional de

Cooperação Intelectual (IICI),⁶ associando-se, em 1947, ao Conselho Internacional das Uniões Científicas (Icius), criado em 1919. Do acordo então firmado, resultam a abertura de um escritório na sede da organização e a criação da União Internacional para a História da Ciência e de uniões internacionais em outras áreas como cristalografia, mecânica teórica e aplicada, assim como a realização de estudos para a criação de uniões científicas em campos como geologia, matemática, fisiologia e ciências da nutrição.

Ainda nesse domínio de atuação a UNESCO cria, até 1948, quatro postos de cooperação: um no Cairo, outro em Nova Delhi,⁷ o terceiro em Nanquim e o quarto no Rio de Janeiro, onde se instala,

⁶ Organismo de cooperação intelectual criado em 1924 pela Liga das Nações, graças à iniciativa francesa e a contragosto dos governos anglo-saxônicos que o percebiam como um serviço aos objetivos de expansão cultural da França. Constituindo-se como foro de intelectuais ligados às diversas áreas do conhecimento, da literatura e das artes, o IICI, que exerce suas atividades até 1940, tinha como característica fundamental a independência em relação ao poder do Estado. A respeito da cooperação intelectual em períodos anteriores ao pós-45, ver *La pre-histoire de la coopération intellectuelle 1789-1919* e *L'organisation de coopération intellectuelle (OCI) 1920-1940*. In: BEKRI, Chikh. *L'UNESCO: Une entreprise erronée?* Paris: Éditions Publisud, 1991.

⁷ Desde 1947, o governo indiano solicita à UNESCO a criação de uma rede de institutos tecnológicos nos moldes dos institutos da Europa e dos EUA. Além do Instituto de Nova Delhi, outros foram instalados em Kharagpur, Kampur e Madras inseridos num programa de cooperação internacional que prosseguirá nas décadas seguintes e se estenderá a outros países asiáticos e africanos. Os institutos ou centros objetivam a formação de bacharéis nas áreas de química, engenharia civil, eletricidade, mecânica e metalurgia e a realização de pesquisas relativas ao aproveitamento de água salobra, às terras áridas, entre outras. Os recursos utilizados nesses programas são, desde 1949, do Programa Ampliado de Assistência Técnica (Peat), proposto por Truman à ONU, além dos recursos locais. Para a Índia, a UNESCO concluiu acordo, em 1955, permitindo alocar para o Instituto de Bombaim uma contribuição em rublos repassados pela URSS ao Peat. Ver a respeito: BEHRMAN, Daniel. *Réseaux du progrès: quelques aspects de l'action scientifique de l'UNESCO*. Paris: UNESCO, 1964; BATISSE, Michel. No começo, o deserto. In: *O Correio da UNESCO*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, mar. 1994, p. 29-33. Os dois autores identificam nesses centros a origem dos projetos da UNESCO, da década de 1960, sobre o meio ambiente, o que evidencia, segundo Batisse, uma tendência de antecipação da UNESCO em relação aos problemas mundiais, constantes da pauta das Nações Unidas na

em 1947, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica.⁸ Entre os objetivos dos postos de cooperação científica consta o de facilitar a comunicação internacional de cientistas e estudiosos, cujas descobertas devem ser postas a “serviço da comunidade mundial” e, certamente, articulá-los, assim como as diferentes regiões e seus recursos, às necessidades internacionais de desenvolvimento do capital.

No domínio da educação de base, a UNESCO reúne, sistematiza, completa e difunde, por intermédio do Centro de Informação, ligado ao seu Departamento de Educação, informações sobre as experiências em curso, tanto as referentes aos aspectos metodológicos como as relativas ao uso dos recursos tecnológicos existentes, estabelecendo, assim, a comunicação entre especialistas da área de várias regiões do mundo. Cria, ainda, em acordo com os governos, Centros Regionais de Educação de Base para a América Latina, Ásia, África e Estados Árabes. Promove também reuniões, em 1947, com as empresas internacionais privadas e cria o Conselho Temporário para a

década de 1990. Não é demais lembrar que esses problemas resultam da força incontrolável do capital, para cuja expansão a UNESCO concorre, desde a segunda metade da década de 1940. Sobre a criação de institutos internacionais e regionais de pesquisa entre 1948 e 1952, ver UNESCO. *Rapport aux Nations Unis*: 1949-1950, Paris, 1950 b, p. 36-37.

⁸ Esse instituto, devido às resistências de parlamentares brasileiros, é transferido no ano seguinte para Montevidéu (zona neutra?!). A respeito do projeto de pesquisa ligado a esse instituto, a UNESCO realizou, em 1947, uma reunião em Iquitos, no Peru, e outra, em colaboração com o governo francês, na qual se discutiu a criação da União Internacional para a Proteção da Natureza. Cf. BEKRI, 1991, p. 168. Os interesses do capital internacional bem como a inter-relação dos campos de atuação da UNESCO, na realização desses interesses, podem ser percebidos nos objetivos do instituto, entre os quais constam: “organizar explorações botânicas que cubram de maneira progressiva e sistemática a totalidade da Hiléia Amazônica, com o fim de coligir plantas de interesse econômico (...); estudar a possibilidade de utilizar, para a educação das populações amazônicas, caravanas compostas de sanitaristas, etnólogos, agrônomos e professores, aparelhados com recursos modernos de projeções fixas e móveis, de discos, rádios etc; (...) estudar os elementos folclóricos e lingüísticos dos diversos grupos indígenas (...)”. Cf. CARNEIRO, Paulo E. Berredo. *O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica*. Razões e objetivos de sua Criação, 1951, p.27.

Reconstrução da Educação (Ticer),⁹ visando à coordenação e à articulação, nos âmbitos nacionais e internacional, do programa de reconstrução educacional nos países devastados pela guerra.

No curto período de seus três primeiros anos, a UNESCO contribuiu ainda para a criação do Conselho Internacional de Música, do Instituto Internacional do Teatro e, em seguida, da Associação de Críticos de Arte e da Associação Internacional de Artes Plásticas. Contribuiu também para a criação de conselhos internacionais nas seguintes áreas ou campos de atuação: dos museus, de arquivos, de intercâmbios literários, de filosofia e ciências humanas e das universidades. A UNESCO reúne, ainda em 1952, pintores, escultores, arquitetos, escritores e produtores de teatro e cinema de mais de quarenta países, buscando explicitar a possível contribuição dos profissionais e personalidades da área da cultura, da arquitetura e do urbanismo para seus objetivos e ideais.

Essa lista, não exaustiva, compõe um conjunto de instituições às quais a UNESCO se associa para a realização dos objetivos nas suas três áreas de competência, inscritos no seu Ato Constitutivo, que estabelece como uma de suas funções o encorajamento do “intercâmbio internacional de representantes da educação, da ciência e da cultura, assim como aquele de publicações, de obras de arte, de material de laboratório e de toda documentação útil”. Daí deriva uma multiplicidade de temas e atividades, cujas discussão e realização envolverão instituições privadas, instituições intergovernamentais e não-governamentais.¹⁰

⁹ No ano anterior, as empresas privadas norte-americanas haviam constituído a Comissão Internacional para a Reconstrução Educacional (Cier), com o objetivo de coordenar as operações nessa área. Cf. ARCHIBALDI, Gail. *Les États-Unis et l'UNESCO: 1944-1963. Les rêves peuvent-ils résister à la réalité des relations internationales?* Paris: Sorbonne, 1993, p. 109. Cf. UNESCO. *Avec le Ticer. Sur le front de la reconstruction. Regards sur vingt-neuf organisations internationales privées à la point du combat pour le relèvement de l'éducation.* Paris: Georges Lang, 1949.

¹⁰ A UNESCO tem se valido da contribuição dessas diversas associações para a difusão do conhecimento, do que são exemplos: seu programa de intercâmbio internacional de material para bibliotecas, impresso ou microfilmado; a produção e difusão de índices de bibliografia e resumos de pesquisas nas áreas das ciências da natureza e biológica; produção e difusão de listas de obras de arte representativas das diferentes correntes artísticas e dos principais períodos da história da arte, e a reprodução, de qualidade, dessas obras; exposições itinerantes científico-tecnológicas e artísticas, assim como seu programa de bolsas de estudos e viagens ao exterior.

O trabalho da UNESCO com as organizações internacionais não-governamentais (Oings), às quais se destinam 6% do seu orçamento ordinário, em 1957, não se faz, porém, sem questionamentos nas reuniões da Conferência Geral. Interroga-se sobre a real contribuição das Oings ligadas às ciências da natureza à manutenção da paz, objetivo maior da UNESCO, sendo apresentados, então, argumentos favoráveis e contrários à subvenção a essas instituições. Um questionamento, certamente, relacionado ao exercício do poder de controle sobre o saber científico e tecnológico produzido nessa área. Registra-se ainda nesses questionamentos o temor de que aquelas Oings se tornem dependentes, pois não dispunham de outra subvenção além daquela proveniente da UNESCO. A respeito desse assunto os EUA se contrapõem à maioria dos demais Estados-membros favoráveis a tal subvenção. A questão se resolveu pelo estabelecimento de critérios para o controle da destinação de verbas e pela instituição de um sistema de inspeção pelo Conselho Executivo para o exame seja das subvenções, seja dos contratos que regulamentam o trabalho das Oings com a UNESCO.

A UNESCO tem sabido superar as dificuldades interpostas ao estabelecimento de uma ampla, diversificada e heterogênea rede de comunicação internacional em contribuição à realização dos objetivos expressos no seu Ato Constitutivo. O prosseguimento desse intento, a despeito das divergências suscitadas dentro e fora da Conferência Geral, pode ser exemplificado não só pela criação, em 1955, do Comitê de Ligação das organizações internacionais no campo das artes, com a finalidade de estreitar as relações entre as Oings criadas no pós-45 e aquelas preexistentes, mas também pelo número crescente de Oings – 125 em 1956, atingindo, em 1990, o total de 585 – associadas aos seus projetos, nas diversas frentes de atuação, mediante acordos aprovados pela Conferência Geral.

As comissões nacionais, as associações e clubes da UNESCO e as escolas associadas¹¹ completam essa vasta, complexa e contradi-

¹¹ As comissões nacionais, elos de ligação entre a UNESCO e os Estados-membros, são previstas no artigo 7 do seu Ato Constitutivo e compostas de personalidades destacadas nas áreas de competência da UNESCO. A inclusão de grupos nacionais com interesses nos problemas dessas áreas garante a participação dos organismos

tória estrutura racional que, pode-se dizer, evolui para o atual sistema de parcerias com a UNESCO, em que são categorizados como “outros parceiros”: o Comitê Internacional da Cruz Vermelha; a Agência da Francofonia; o Banco Internacional de Informação sobre os Estados Francófonos; o Banco de Desenvolvimento Asiático; o Agrupamento Francês da Indústria de Informação; o Instituto Francês de Pesquisa para o Desenvolvimento da Cooperação; o Centro Europeu de Gestão de Políticas de Desenvolvimento; a União Interparlamentar, a União Latina, grupos de parlamentares amigos da UNESCO,¹² e também a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os 25 países mais industrializados do mundo, e seu Centro de Ajuda ao Desenvolvimento.

E, num momento em que se proclama, na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a necessidade de reforçar as parcerias (UNESCO, 1990), diante de recursos públicos cada vez mais reduzidos para a educação, ao mesmo tempo em que a crescente convergência das telecomunicações, da informática e do audiovisual,

privados que, na Comissão Nacional dos EUA, por exemplo, atingiam um total de cem representantes. As comissões nacionais cuja formação se faz desde o início da atuação da UNESCO existem atualmente em 180 dos 185 Estados-membros. Também as associações e clubes da UNESCO se constituíram desde os primeiros anos da UNESCO. Os primeiros surgiram em 1947, dois no Japão e um nos EUA. Hoje chegam a cerca de cinco mil distribuídos em mais de 120 países. São formados por grupos de pessoas de todas as idades que comungam os ideais da UNESCO. A idéia de escolas associadas tem origem no Primeiro Seminário para a Compreensão Internacional realizado pela UNESCO em 1947. Cf. *Crônica da UNESCO*, vol. X (2), fev, Paris, 1964. Em 1953, são 33 escolas secundárias associadas à UNESCO, distribuídas em 15 Estados-membros. Atingem, em 1995, o total de 3.300 instituições localizadas em 125 países, cujas atividades se articulam em quatro eixos: problemas mundiais e o papel das Nações Unidas; os direitos do homem; o conhecimento de outros países e o respeito a outras culturas e ao patrimônio mundial; o meio ambiente.

¹² Em 1994 a UNESCO cria na sua estrutura a Unidade das Relações com os Parlamentares, e dois anos após promove em sua sede a Conferência Interparlamentar sobre a Educação, a Ciência, a Cultura e a Comunicação no Limiar do Século XXI. No ano de 1997 constituem-se os grupos de parlamentares amigos da UNESCO na Argentina, no Brasil, na Bulgária, no Japão, em Israel, na Federação da Rússia, Tailândia e Venezuela. As informações sobre as parcerias da UNESCO encontram-se no site: <http://www.UNESCO.org>.

ao eliminar cada vez mais as barreiras entre as diversas instituições sociais, une-as num mercado comum (UNESCO/UIT, 1995, p. 3), especificamente para a área de educação, assumem parceria com a UNESCO: a IBM, o Centro Internacional de Ensino a Distância e o Fórum Consultivo Internacional de Educação para Todos. Deste último fazem parte as agências internacionais ou Ministérios de Ajuda ao Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), dos EUA (Usaid), da Suécia (Sida), do Canadá (Cida), e os Ministérios para Relações Exteriores de países tais como a Finlândia, a Noruega, a Dinamarca, a França.¹³

A abrangência do atual sistema de parcerias da UNESCO, os diversos e mesmo contraditórios interesses nele representados permitem imaginar uma continuidade funcional em seu complexo trabalho na busca da compreensão entre nações e culturas, assim como de seu ideal ético-moral, num mundo cada vez mais regido pela lógica excludente do mercado. A complexidade do trabalho da UNESCO pode ser ricamente demonstrada através de exemplos particulares na articulação do consenso necessário ao seu caminhar, realizado, desde seus primeiros passos, sob rígido controle dos Estados-membros.

Mais importante, todavia, antes de trazer ao campo da memória os aspectos relativos aos meios de informação – que motivaram, desde os primeiros anos da UNESCO, expectativas e frustrações, divergências, resistências, mas também acomodações e acordos –, é considerar sua atuação mais abrangente, mediante a qual, para além das ordens nacionais, a UNESCO tem promovido a comunicação internacional e a remoção das barreiras à livre circulação das idéias, de profissionais, estudiosos e estudantes das diversas áreas, e também das mercadorias.

Nesse sentido, não se pode deixar de registrar os acordos firmados em 1948 e 1950 para facilitar a circulação internacional, bem como a importação de material relativo às suas áreas de atuação, trabalho realizado em cooperação com o Gatt e as comissões econômicas regionais da ONU, e iniciado desde junho de 1946, antes,

¹³ Informação obtida no site <http://www.education.org:80/efa>.

pois, de sua 1ª CG, realizada em novembro/dezembro desse ano. Em 1952, a UNESCO, com conhecimento de causa obtido em estudos por ela já realizados, marca presença no Congresso da União Postal Universal (UPU), sugerindo mudanças nas regulamentações internacionais de tarifas telegráficas e apresentando sugestões adotadas então como recomendações que obtiveram a aceitação de trinta países.

É importante destacar também os cinco anos de trabalho da UNESCO, com a finalidade de fechar acordos visando à proteção do direito à propriedade intelectual numa legislação de âmbito mundial, superando, na elaboração da Convenção Internacional dos Direitos do Autor, adotada em Genebra, em 1952, as divergências existentes entre os dois sistemas legislativos então vigentes: o Sistema Interamericano e o Sistema Europeu, este último existente desde a Convenção de Berna, de 1886.¹⁴

A UNESCO, os meios de informação e um ideal de liberdade para os povos

Especificamente acerca dos meios de informação, são ambiciosas as expectativas da França, Inglaterra e principalmente dos EUA, desde a Conferência de Londres na qual fica instituída a UNESCO. Na véspera da assinatura da Ata Final da Conferência, a delegação dos EUA apresenta três resoluções, entre as quais uma definia o papel da organização em relação aos meios de informação.

¹⁴ Uma revisão, ainda na década de 1950, foi necessária, na Convenção de 1952. A forma revisada entra em vigor em 1957, quando é assinada por 22 Estados-membros. Esse trabalho, realizado em conjunto com a União dos Direitos Autorais de Berna e a OIT, objetivou incluir nessa legislação a representação artística, a produção de discos e a organização da radiodifusão. Cf. LAVES e THOMSON, 1957, p. 133-134. No início da década de 1990, os Estados-membros se dividem entre uma nova revisão feita, desde 1971 (50 subscritores), e aquela da década de 1950 (com 84 subscritores). Cf. LACOSTE, Michel Conil. *Chronique d'un grand dessein*. Paris: UNESCO, 1994, p. 66.

A consciência do poder desses meios evidencia-se também nos trabalhos da Comissão Preparatória da 1ª CG-1946.¹⁵ Nesta, assim como nas reuniões subseqüentes, em meio à atmosfera acirrada da Guerra Fria, explicitar-se-ão as posições divergentes acerca do uso dos meios de informação, assim como os interesses diversos em relação ao papel da UNESCO na questão. Diante da reivindicação de proteção da liberdade, através de código elaborado pela UNESCO,¹⁶ e na defesa da liberdade como um “em si”, que, por natureza, escapa a qualquer controle, jogava-se com a consciência existente no pós-guerra do papel desempenhado por esses meios na expansão do nazi-fascismo. Da mesma forma, em razão das emoções suscitadas pela experiência da qual o mundo acabara de sair, contava-se com as alianças em torno de considerações a respeito de seu significado num mundo bipolarizado, onde fora retomado o processo de libertação colonial.

“As massas sentem-se desorientadas e traídas”, disse o delegado da Inglaterra, na 2ª CG-1947, invocando, em seguida, os meios de informação – rádio, imprensa, cinema – para “ressuscitar a esperança, lutar contra o pessimismo e reavivar as regras ordinárias da moral e dos valores comuns a todos” (Citado por Bekri, 1991, p. 78). Proposta de estabelecimento de prêmios para jornalismo e promoção de viagens coletivas de profissionais da área são sugeridos pela delegação francesa,¹⁷ enquanto os delegados dos

¹⁵ O Documento C/2, preparado ao longo de 1946 e aprovado na 1ª CG, apresenta, no item III, sobre os meios de informação, análises e propostas que, na análise de BEKRI, 1991, p. 152, nada deixam a desejar em relação àquelas constantes dos programas da UNESCO da década de 1980, e até as superam em clareza e precisão.

¹⁶ Entre as propostas constantes no Documento C/2 está a apresentada pela França referente à elaboração pela UNESCO de um código de proteção à liberdade de informação. A elaboração de uma regulamentação dessa questão ocorrerá em 1972, acarretando problemas de ordem política e financeira para a UNESCO.

¹⁷ No início da década seguinte, a França procura realizar plano de introdução da televisão na África, onde, desde 1945, enfrentava problemas para conter os movimentos de libertação colonial. O plano visava à Argélia, à Tunísia e ao Marrocos. Concessão especial foi obtida do governo marroquino pela Rádio e Televisão Telma, sociedade privada, oficialmente constituída em junho de 1952, com sede em Paris, que reúne firmas de rádio e cinema, além de bancos. No primeiro trimestre de 1953, ainda não fora estabelecida a data para o início do empreendimento. Cf. TERROU, Fernand. *La télévision dans le monde*. Paris: UNESCO/Imprimerie Strasbourgeoise, 1954, p. 35-36.

EUA insistem reiteradamente no trabalho da organização junto à ONU, com a finalidade de criar uma ampla rede de radiodifusão, cuja direção seria assumida pela UNESCO.¹⁸

E, na 5ª CG-1950, três anos após a criação de serviços de informação e contra-informação pelas duas superpotências em antagonismo no pós-guerra,¹⁹ o chefe da delegação dos EUA, cujo governo já havia também cuidado de estabelecer alianças militares para garantir suas zonas de influência,²⁰ considerando a ameaça que pesava sobre o mundo, exorta a UNESCO a usar todos os recursos dos meios de informação para “narrar a admirável crônica da liberdade”. (Citado por Bekri, 1991, p. 198)

Além dos projetos experimentais de uso dos meios de informação então existentes, a UNESCO, atendendo à preocupação expressa desde a 1ª CG-1946 relativa às desigualdades existentes no uso desses meios, empreende enquetes e estudos sobre as condições para realização da livre circulação das idéias, em primeiro lugar, nos países devastados pela guerra, e posteriormente em outros países, abrangendo, nos seus primeiros dez anos, 170 Estados e territórios.

As enquetes e os estudos então realizados tratavam da verificação de aspectos tais como: condições materiais e técnicas, recursos humanos e sua formação, estatutos e estrutura jurídica

¹⁸ Em 1949, a UNESCO monta estúdio de gravação radiofônica e passa a difundir o programa *UNESCO World*, transmitido em 18 línguas para 47 países. Cf. LACOSTE, 1994. Ver UNESCO. *Rapport aux Nations Unis 1949-1950*. Paris, 1950 b, p. 87.

¹⁹ Nos EUA, em 1947, o Congresso autoriza a criação da Agência Central de Inteligência (CIA), para fins de informação no exterior e operações de contra-informação, assim como para a organização da política secreta e das operações de guerra em âmbito internacional. Nesse ano a URSS reativa o Centro de Informação dos Partidos Comunistas (Cominform), a fim de internacionalizar a orientação aos partidos comunistas.

²⁰ Em 1947, “os povos da América” são reunidos, sob a égide dos EUA, no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar). Dois anos após é criada a Otan, pelo Tratado do Atlântico Norte, através do qual os EUA garantem sua presença em toda a Europa não-oriental (à exceção da Espanha franquista), na África do norte, no Mediterrâneo e no Atlântico. Em 1950, EUA, Grã Bretanha, Canadá, Áustria, Nova Zelândia e 21 países do Sudeste Asiático associam-se no Plano Colombo que, com sede em Sri Lanka, consolida a posição ocidental na região.

dos organismos de radiodifusão, tarifas postais, fretes aéreos, transmissão de notícias de imprensa, incluindo as disparidades das tarifas em vigor, emprego de rádio, cinema e, mais tarde, da televisão para fins educativos.²¹ No seu conjunto, atendem, portanto, a um público amplo e diversificado, oferecendo informações de interesse dos serviços governamentais, das emissoras de programas de rádio e televisão, dos produtores e distribuidores de programas e de filmes, dos educadores, dos especialistas em ciências sociais e da informação, e dos fabricantes de aparelhos e equipamentos técnicos.²²

Desde a 2ª CG-1947, apresenta-se também a questão relativa à necessidade de imprimir à formação de jornalistas um caráter internacional. Reivindica-se, desde então, o estabelecimento de um Instituto Internacional de Imprensa e Informação, a fim de atuar como um centro de pesquisa e de reunião de jornalistas de vários países promovendo o estudo e a discussão dos problemas presentes nas preocupações dos profissionais da área desde o fim do século XIX e, posteriormente, objeto de atenção da Liga das Nações.

Os EUA, na defesa da liberdade da informação, fizeram oposição a essa proposta, argumentando sobre os riscos do possí-

²¹ Em seu relatório à 5ª CG-1950, o diretor-geral informa acerca das monografias realizadas em 1949 pelo Film Center of London, e pelo diretor do Instituto de Radiodifusão da Bélgica, sobre o uso do rádio e do cinema para a educação de base. Informa ainda sobre duas outras monografias, tratando da formação profissional de jornalistas e de pessoal para o rádio, uma a cargo do presidente da Escola de Jornalismo da Universidade da Califórnia e outra realizada pelo diretor de programas da BBC de Londres. UNESCO. *Rapport du Directeur Général sur l'activité de l'organisation d'octobre 1949 a mars 1950*. Présenté à la Conference Général lors de sa cinquième session, mai-juin 1950. Paris, 1950c, p. 65.

²² Ver KNIGHT, Robert P. Atividades da UNESCO na comunicação internacional. In: FISCHER, Heinz-Dietrich e MERRILL, John C. (Org.) *Comunicação internacional: meios – canais – funções*. São Paulo: Cultrix, 1975. O autor apresenta as atividades da UNESCO nessa área, no período de 1947 até o final da década de 1960. Uma síntese das publicações da UNESCO nessa área até o início da década de 1950 é apresentada por TERROU, Fernand, 1954, p. 9-10.

vel exercício de controle da imprensa pelos Estados mantenedores do instituto. A idéia foi abandonada, certamente não por acaso, quando, em 1951, o Instituto Internacional de Imprensa (IPI) é criado em Zurique, graças à liderança de um grupo de jornalistas daquele país.²³

Cabe ressaltar, entretanto, que a 4ª CG-1949 autorizara o diretor-geral a encorajar a criação do Instituto Internacional de Imprensa e Informação (Res. 7.2114). Foi recomendada, então, a criação de comitê de especialistas cujo objetivo é preparar relatório sobre a questão, a ser apresentado para deliberação da 5ª CG-1950 (Res. 7.21141). Se fosse aprovada a criação do referido instituto, o diretor-geral deveria verificar, junto às organizações não-governamentais, a possibilidade de encontrar fundos para o empenhimento (Res. 7.21142). (UNESCO, 1950, p. 178)

Não é demais lembrar ainda que, no ano anterior, um dos projetos apresentados pela UNESCO na Conferência sobre a Liberdade da Informação, promovida pela ONU em Genebra, foi o relativo à criação desse instituto, cuja aceitação expressa-se, então, no convite aos Estados-membros e organizações profissionais nacionais e

²³ Não se pode desvincular essa iniciativa das insatisfações causadas pela atuação da UNESCO, apoiada pelos países europeus ocidentais, em relação à Guerra da Coreia. Vale observar que o IPI, cuja criação deve-se à liderança de Lester Markel, do *New York Times*, recebe, desde o início, financiamento da Fundação Rockefeller, da Fundação Carnegie para a Paz Internacional, e em seguida da Fundação Ford e de outras fundações norte-americanas. Ressalte-se ainda a estruturação do IPI segundo o modelo dos organismos internacionais. Tem sua Assembléia Geral e, em 1952, já conta com comissões nacionais em 29 países. Também promove reuniões e seminários nas várias regiões do mundo, realiza enquetes, uma das quais teve como tema “as notícias da Rússia”. Numa dessas reuniões, em 1968, reuniu jornalistas de 21 países, entre os quais um jornalista de Praga, quando o IPI recebe a acusação de ter como objetivo “minar o socialismo por dentro”. Na avaliação de Koszik, o resultado do trabalho do IPI tem sido “o despertar de uma atitude mais realista no mundo do jornalismo”. Atitude aí explicada como sendo o resultado da aprendizagem de jornalistas da Europa e dos EUA ainda “dispostos a apresentar uma idéia muito dogmática sobre a independência da imprensa (...) de que as coisas não podem ser julgadas pelos tradicionais padrões da Europa Ocidental”. KOSZIK, Kurt. A expansão do Instituto Internacional de Imprensa. In: FISCHER, Heins-Dietrich e MERRILL, John. 1975, p. 284.

internacionais a considerarem a possibilidade de realização comum desse projeto (Res. nº. 34).²⁴

Em 1956, entretanto, quando já se registravam mudanças significativas na composição e nos programas da UNESCO – e após os resultados das avaliações das quais ela foi alvo, procedidas por iniciativa do presidente Eisenhower, no calor da campanha anticomunista encabeçada nos EUA pelo senador Joseph McCarthy –, ocorre a primeira reunião de técnicos da UNESCO com jornalistas de 25 países. Após formuladas, nessa reunião, as orientações relativas à formação de jornalistas, a UNESCO contribui para o estabelecimento do Centro Internacional para Formação Superior em Jornalismo,²⁵ em Estrasburgo. Dois anos após, é criado o Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina (Ciespal), sediado em Quito, onde, no ano anterior, técnicos da UNESCO haviam se reunido com jornalistas da região.

Na bibliografia sobre a UNESCO é freqüente a observação acusando sua timidez, nos seus primeiros anos, sobre o uso dos meios de informação. Archibald (1993, p. 196-197) exemplifica essa crítica ao mencionar, já em 1948, a perda das esperanças de William Benton,²⁶

²⁴ A UNESCO contribuiu com outros projetos nessa reunião, aí aprovados em forma de recomendação, por exemplo, o referente à redução de impostos sobre a venda de mercadorias na área de informação e da imprensa, e outro sobre o aumento da produção e distribuição mais equitativa de papel jornal. Cf. UNESCO, 1949, p. 23.

²⁵ Integrado à Universidade de Estrasburgo e organizado como um estabelecimento público autônomo, esse centro não se subordina à UNESCO e nem se trata de uma instituição intergovernamental. As decisões sobre suas atividades são da competência do Conselho de Administração presidido pelo reitor da universidade. A maior parte dos subsídios financeiros provém do governo francês. Cf. UNESCO. *Le développement des moyens d'information*. Col. Études et documents d'information, n. 30. Paris: UNESCO, 1961, p. 108.

²⁶ William Benton foi subsecretário de Estado e responsável pela formulação e explicação da política de comunicação dos EUA, no imediato pós-guerra, assumindo, em seguida, a chefia da delegação de seu país na 1ª CG-1946. Desde então, transitou da UNESCO para o Departamento de Estado, ou Comissão Nacional para a UNESCO, e vice-versa, tendo sido ainda o presidente da delegação dos EUA na Conferência sobre a Liberdade da Informação em 1948. Cf. SOMAVÍA, Juan et alii. *La información en el nuevo orden internacional*. México: ILET/MATTA, F. R. 1977.

chefe da delegação dos EUA na UNESCO, em relação ao papel da organização na criação de uma rede internacional de radiodifusão.

É possível, porém, que as percepções e interesses divergentes em relação aos meios de informação – vistos como potencialmente úteis, seja para o bem seja para o mal, meios poderosos de educação, de difusão cultural e de edificação da paz entre as nações, mas também de incitação à guerra, ao ódio e a preconceitos entre os povos – tenham feito a UNESCO se orientar para a busca da conciliação de seus objetivos práticos de construção de espaços da modernidade no mundo pós-guerra, assim como de construção e desenvolvimento de sociabilidades então exigidas, com seu ideal de universalidade, intrinsecamente relacionado a esses objetivos.

Nesse sentido, é interessante considerar a expressão, em 1948, de René Maheu, assessor de imprensa da UNESCO na ocasião, sobre o significado dos meios de informação para a organização:

não é seu [da Divisão de Comunicações de Massas] objetivo nem seu dever desenvolver e ampliar a imprensa, o rádio e o cinema enquanto tais. A UNESCO usará esses meios como canais para levar a educação, a ciência e a cultura, no sentido mais amplo das palavras, aos povos do mundo, esforçando-se para promover a mútua compreensão e conhecimento da vida uns dos outros. (Citado por Knight, 1975, p. 271-272)

Posição semelhante depreende-se dos relatórios do diretor-geral nos anos imediatamente subsequentes. Neles, a promoção do desenvolvimento dos meios de informação no mundo inteiro se insere nas três áreas de atuação da UNESCO, definidas, por sua vez, como meios para a compreensão internacional (UNESCO, 1950, p. 86). A preocupação com o espírito internacional – “compreendê-lo e poder agir para desenvolvê-lo nos homens” – é central no programa da UNESCO votado na 3ª CG-1948, realizada em Beirute, na qual se reafirma o papel da educação para a paz e a compreensão internacional e o papel dos meios de informação das massas para esse fim. (UNESCO, 1948, p. 17)

Trata-se de, na divisão reinante, edificar um mundo unido, finalidade que impõe como essencial a tarefa de “multiplicar as

relações culturais entre os povos (...), criar condições para fazer reinar uma cultura essencialmente humana, o que supõe uma organização do trabalho intelectual num plano internacional”. Trata-se, enfim, de orientar todos os esforços empreendidos, nas diversas áreas de atuação da UNESCO, “para fazer respeitar os direitos e as liberdades fundamentais, fazer reinar a justiça, fazer subordinar o particular ao universal, a nacionalidade à humanidade”. Isto requer trabalhar a fim de que “o homem torne-se um cidadão do mundo, sendo um cidadão de seu próprio país”. (UNESCO, 1948, p. 26-28 e 14)

Para esses objetivos, concorrem ainda os projetos piloto, envolvendo, desde o início das atividades da UNESCO, equipes multidisciplinares (antropólogos, sanitaristas, educadores, agrônomos, especialistas em biblioteconomia, animadores culturais). Compreendam ainda trabalho conjunto com outras agências especializadas da ONU, como a FAO, a OMS, a OIT, a UIT, mediante o qual a UNESCO cumpre a função de integração no sistema das Nações Unidas. (Deutsch, 1982)

Os objetivos dos projetos piloto consistem em educar as populações, eliminar o analfabetismo, promover conhecimentos elementares e das práticas profissionais, e melhorar os métodos de cultivo e conservação do solo, as condições sanitárias, enfim, as condições de vida das populações. Educação de base, educação de adultos, homens e mulheres, educação de jovens, educação técnico-profissional, educação das comunidades. Emancipar os povos das atitudes tradicionais, obstáculos ao progresso. Desenvolver atitudes necessárias à vida moderna, supondo, portanto, a cooperação, a racionalização, o emprego de processos modernos e do método científico, os cuidados com a casa e hábitos de higiene. Mas também proceder a estudos e sanear os estados de tensão ou os riscos de desagregação social provocados pela modernização dos modos de viver, sentir, pensar e agir das sociedades que devem se modernizar.

Por essa razão, diante das freqüentes queixas de aborrecimento por parte dos jovens haitianos privados do baile e da música relacionados ao culto vodu, uma das orientações da UNESCO consiste em buscar

meios que permitam voltar a introduzir em uma nova forma divertimentos inatos do povo. O desenvolvimento de antigas e novas formas de entretenimento local e de recreio não deverá ser considerado pelo educador como algo acessório junto aos temas sérios da educação, mas uma parte essencial de um programa encaminhado a criar um novo modo de viver no mundo moderno. (UNESCO, 1951b, p. 53)

Nesse sentido, os meios de informação, rádio e cinema, desenho animado, cartazes e outros recursos audiovisuais da época e, mais tarde, a televisão são desde o início considerados fundamentais aos objetivos da UNESCO de manutenção da paz, de garantia da segurança e dos direitos dos povos à educação, à ciência e à cultura.

O emprego desses meios para esses fins envolve metodologia experimental, isto é, a organização dos sujeitos da pesquisa em grupo experimental e grupo de controle. Requer a aplicação de questionários antes e depois da apresentação de programas, especialmente preparados, nos telepostos de recepção coletiva. Abre diversas frentes de trabalho, incluindo formação de animadores culturais e a realização de enquetes para verificação das atitudes dos indivíduos sobre a vida da comunidade, das atitudes das famílias-alvo sobre os modos de produção agrícola.

Envolve ainda a comparação dos resultados, sua divulgação e replicação em outras localidades. Assim, a primeira experiência piloto de recepção coletiva de programas de televisão no meio rural realizada sob os auspícios da UNESCO, na França, em 1953-1954, foi proposta, no ano seguinte, para o Japão, onde a experiência foi realizada, a partir de janeiro de 1957. Para sua realização, concorreu a Comissão Nacional japonesa para a UNESCO, promovendo a articulação do Ministério da Educação e a NHK, empresa de radiodifusão japonesa. (UNESCO, 1961a)

Envolve também a compreensão da real contribuição desses meios para a comunicação entre os povos, um dos objetivos do Comitê de Experts sobre Educação para Compreensão e Cooperação Internacional constituído, em 1953, pelo diretor-geral. Além das sugestões visando à adaptação de idéias relativas à compreensão e à cooperação internacional, para os meios de informação, o comitê

manifesta-se, em seu relatório, sobre a inadequação da expressão “comunicação de massas”, pois, além de supor a existência de um público geral, passivo, ela desconsidera a capacidade de escolha de públicos específicos. Dessa observação decorre a sugestão segundo a qual, a despeito do que já se conhece acerca do emprego desses meios para a educação para a paz e a compreensão, muitas pesquisas ainda seriam necessárias a fim de orientar a produção de programas para públicos específicos, de modo a atingir a efetividade deles esperada.

No limiar da década de 1960, quando tomarão corpo as teorias da modernização, no desdobramento dos conflitos e tensões provocados pelas contradições do processo de modernização em curso, em que os meios de informação cumprem um papel fundamental, a UNESCO dá mais um passo na consolidação da rede de instituições não-governamentais necessárias ao atendimento de seus objetivos, colaborando para estabelecer, em 1959, o Conselho Internacional de Cinema e Televisão. A contribuição desse conselho far-se-á sentir na facilitação da circulação de obras audiovisuais e no estímulo à criação nesse campo, através de co-produções, assim como na definição da relação dos recursos da mídia com a educação e a pedagogia. (Morsy, 1984, p. 7)

Dois anos antes, a UNESCO contribuíra para a criação da Associação Internacional para Pesquisa de Comunicação de Massa, conforme indicara o Comitê de Experts sobre Educação para a Compreensão e a Cooperação Internacional. Na mesma ocasião a UNESCO e o governo indiano estarão desenvolvendo em 150 aldeias da região do Poona o Projeto Fórum de Alfabetização e Desenvolvimento, experiência fundamentada no conceito de alfabetização funcional, isto é, alfabetização como um componente dos projetos de desenvolvimento econômico. Esse projeto será desenvolvido na década seguinte pela UNESCO e pelos fundos especiais das Nações Unidas, com recursos financeiros do Banco Mundial, nos países da África e América Latina. (UNESCO, 1970 e 1977)

Mas o trabalho da UNESCO nessa área prossegue, sobretudo numa perspectiva marcadamente norte-americana, sendo visto como de fraco impacto no volume de notícias através das fronteiras, assim como na orientação da *media* para um esforço consciente em busca

da promoção da paz e da compreensão internacional. (Laves e Thomson, 1957, p. 121)

Ressalte-se, entretanto, que a modernidade traduzida no imperativo da modernização contribui para uma permanente explicitação das contradições manifestadas nas mais diversas formas, na Conferência Geral, no Secretariado da UNESCO e, fundamentalmente, no mundo em construção.

A respeito das insatisfações expressas pelas diferentes delegações na Conferência Geral, é possível que elas evidenciem, em primeiro lugar, as dificuldades de construção da hegemonia de qualquer país por meio da UNESCO. Em segundo lugar, é possível que revelem, na atuação da UNESCO, desde o início, um objetivo mais amplo do que aquele no qual, no contexto da Guerra Fria e das disputas intercapitalistas, circunscreve-se a tese da “livre circulação das idéias” ou do “livre fluxo de informação”. A UNESCO, todavia, não deixou de emprestar seu engenhoso empenho a essa tese, por exemplo, aprovando, na 4ª CG-1949, a recomendação do reconhecimento, pelos Estados-membros, do direito de seus cidadãos escutarem livremente as emissões radiofônicas provenientes de outros países.

Mas este é também um momento quente da Guerra Fria, quando, em virtude da quebra do monopólio atômico pela URSS, é criada a Otan. É ainda nesse ano que Jaime Torres de Bodet, o segundo diretor-geral da UNESCO, recebe advertência do Departamento de Estado dos EUA pela priorização dos pequenos países, em detrimento dos países ocidentais, os maiores financiadores da organização.

O livre fluxo de informação, a UNESCO e a dinâmica do contexto mundial

A tese da “livre circulação das idéias pela palavra e pela imagem” consiste em um dos fundamentos das ações da UNESCO no campo da comunicação e encontra sua tradução no princípio do “livre fluxo da informação”, trunfo de especial significado nos primeiros anos da Guerra Fria. Nesse contexto, essa tese faz parte não apenas do ideário da UNESCO mas também da ONU que, em 1948, promove a Conferência sobre a Liberdade da Informação, em Genebra, quando

essa tese é aprovada como um princípio universal, a despeito do voto contrário da Polônia e das desconfianças e relutância de outros países, entre os quais a URSS, que, juntamente com a Belarrus, a Tchecoslováquia, a Ucrânia e a Iugoslávia, absteve-se na votação.

A aprovação da tese da livre circulação das idéias representa uma vitória da *media* dos EUA que, num mundo ainda em guerra, dá início a uma verdadeira batalha contra o controle das estruturas de comunicação mundial, até então detido pelas agências de notícias européias (Somavía, 1977). Deve-se ainda ao empenho do governo dos EUA, desde a constituição dos organismos internacionais no pós-45, e também à Guerra Fria, que mantém os países europeus ocidentais, a despeito de seus interesses específicos na questão, alinhados aos EUA.

Deve-se ainda ao importante concurso da UNESCO. Em 1946, atendendo à sugestão da delegação dos EUA, a UNESCO cria, em sua Divisão de Comunicação de Massas, a Seção de Informação, especialmente para preparar relatório de suas contribuições à conferência acima referida. O relatório então apresentado foi subsidiado pelas enquetes e estudos realizados desde 1947, incluídos nas várias ações mediante as quais a UNESCO tem se dedicado à promoção da livre circulação das idéias antes mesmo de seu estabelecimento oficial.

É possível afirmar que, no conjunto de suas ações, a UNESCO tem administrado as divergências e trabalhado no sentido de compreender a realidade mundial e nela inserir-se de forma ativa. Persistente nos objetivos estabelecidos desde sua idealização e na edificação dos meios julgados necessários para sua realização, sensível às novas configurações da realidade e aos desafios que ela lhe apresenta, a UNESCO tem se construído, na dinâmica contraditória das forças que nela se expressam e pelas quais ela se rearticula, contribuindo para a construção da sociedade mundial, buscando o consenso e sempre proclamando os direitos humanos e os valores liberais que os fundamentam.

Ao momento inicial, marcadamente ocidental, segue-se um período no qual a composição da UNESCO sofre mudanças, tanto no Conselho Executivo, quanto na Conferência Geral. O primeiro passa a ser constituído por representantes dos Estados-membros, eleitos pela Conferência Geral, direção apontada desde a 2ª CG-1947. Essa

mudança coincide com a entrada da URSS, da Ucrânia e da Belaruss na UNESCO, para a qual retornam, na mesma ocasião, a Polônia, a Hungria e a Tchecoslováquia. Logo após, a Romênia e a Bulgária também ingressam na organização, dando início às mudanças que se processarão na Conferência Geral, abrindo a possibilidade de um novo equilíbrio das forças nesse foro.

O ingresso dos países do bloco socialista na UNESCO é enaltecido por Pompei, que ressalta não apenas o decorrente enriquecimento do programa da organização como também o importante passo então propiciado à aspiração de universalidade da organização. Em sua avaliação,

as discussões no seio da Conferência Geral e do Conselho Executivo que, muito elevadas, não tinham podido sempre evitar um certo academicismo, assumiram daí em diante uma intensidade, um conteúdo político, (...) uma acuidade, sobretudo nos primeiros anos, que reforçaram o contato com o real, e prepararam a UNESCO para tarefas que ela até então apenas entrevira. (Pompei, 1972, p. 30)

É necessário considerar, entretanto, que fatos anteriores e posteriores à entrada dos referidos países na UNESCO modificam a correlação de forças no mundo e nessa organização. É suficiente lembrar as novas realizações da URSS, em 1953 e 1957, na corrida armamentista em curso, de que resultam nova equiparação dos dois pólos mundiais no poder nuclear, assim como a dianteira da URSS na pesquisa espacial com o lançamento do Sputnik. Diante desses dois acontecimentos, novas relações são ensaiadas entre EUA e URSS, que anunciam uma nova perspectiva para a Guerra Fria, evidenciada na proposta de desarmamento feita por Eisenhower, ao assumir a presidência dos EUA e, quatro anos mais tarde, no anúncio feito por Krushev da possibilidade de coexistência pacífica entre as duas superpotências. Logo em seguida, é assinado o primeiro acordo de cooperação científica, cultural e educacional entre a URSS e os EUA, fato que antecede em três anos o estabelecimento da “linha vermelha” que permite a ligação direta e instantânea entre os dois chefes de governo mundial.

Inicia-se, então, a corrida espacial, protagonizada pelo governo dos EUA em seu empenho de superar o feito soviético. As repercussões desse esforço na área da comunicação mundial far-se-ão sentir na década seguinte, nas possibilidades abertas pelas conquistas relativas ao uso do espaço que caracterizarão a chamada revolução eletrônica e conferirão uma nova face à realidade mundial, assim como um novo significado às ações da UNESCO e às suas áreas de atuação.

A emergência dos novos Estados, libertos dos laços coloniais, e seu ingresso na UNESCO, assim como a organização política do chamado Terceiro Mundo, constituem acontecimentos cuja importância deve ser destacada. Retomada na Conferência de Bandung, em 1955, onde se reuniram países africanos e asiáticos, essa organização política amplia-se para incluir países da América Latina no Movimento dos Países Não-Alinhados, cuja primeira reunião ocorre em Belgrado, em 1961. Assim organizados, os países dos três continentes assumem uma posição de neutralidade em relação à disputa entre socialismo e capitalismo e, buscando o desenvolvimento nacional fundado em novas relações internacionais, declaram-se em luta contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o sionismo, o *apartheid* e a todas as formas de racismo.

A aceleração do processo de libertação colonial muda num curto espaço de tempo a composição dos organismos internacionais, fato particularmente notório em relação à UNESCO, em cuja Conferência Geral cada Estado-membro representa um voto. Decorre daí que um país como os EUA, cuja quota de contribuição, ao orçamento ordinário da UNESCO para o biênio 1957-1958, representa cerca de 31%, poderia aí encontrar-se em minoria. Isto começa a ocorrer na década seguinte,²⁷ atingindo, especialmente, as matérias relacionadas ao livre fluxo de informações, desde então sob franco questionamento também na Conferência Geral da UNESCO.

²⁷ Até 1950, a UNESCO contava com 59 Estados-membros. Em 1965 serão 120 e, dez anos após, 136. Em 1960, freqüentemente referido como o ano africano, 17 países desse continente ingressaram na UNESCO. Nesta, após a primeira reunião da Unctad (1964), o Terceiro Mundo se organiza, sob a liderança dos países não-alinhados, como o Grupo-77, que conta, no final da década, com mais de cem Estados.

Considere-se ainda um novo passo no processo de unificação europeia já iniciado em 1950, com o Benelux, evoluindo, em 1957, para a consolidação da “Europa dos Seis”, mediante os acordos estabelecidos no Tratado de Roma, que prevê a integração europeia nas áreas do comércio interno e externo, nas relações capital – trabalho e na exploração pacífica da energia nuclear.²⁸

Além disto, o fortalecimento de uma nova opção à política dos EUA em relação à Europa, com a alternativa franco-alemã sob liderança francesa, evoluirá para uma crise na Otan provocada por De Gaulle à frente da V República, que então se rearticula em razão das guerras e perdas coloniais. Nessa crise o presidente francês condiciona a colaboração da França à atribuição de maior peso ao seu voto nas decisões da Otan. E, ao longo de toda a década seguinte, ganhará relevo o veto francês à participação da Inglaterra na Comunidade Econômica Europeia (CEE).

Não é demais acrescentar aqui a possibilidade do surgimento de uma nova consciência europeia acerca das relações com as áreas até então submetidas ao seu domínio, tendo em vista a necessidade de salvaguardar, na independência política das ex-colônias, os benefícios da “cooperação” econômica.

²⁸ Na Conferência Europeia de Cultura, em Lausana, em 1949, lança-se a idéia de se criar um laboratório europeu de investigação nuclear. O objetivo claramente explicitado nas discussões posteriores consiste em garantir o exercício da intelectualidade europeia no domínio de seu equipamento energético e nas investigações de ciência pura como uma das condições para impedir uma futura dependência econômica e política da Europa em relação aos EUA. Em face desse propósito, a delegação dos EUA apresenta, na 5ª CG-1950, proposta de resolução prevendo a organização de laboratórios e centros regionais de investigação. Do primeiro desses centros surge o Conselho Europeu de Investigação Nuclear, sediado na Itália, no seio do qual é criada uma oficina de estudos, através da qual a UNESCO dá prosseguimento à idéia inicial. Seguem-se duas conferências convocadas pelo diretor-geral, em 1951 e 1952, sendo criado, na segunda, o Conselho Europeu de Investigação Nuclear (Cein), com sede em Genebra por acordo que, firmado entre 11 países europeus, não contou com a adesão oficial da Inglaterra. Antes dos dois anos previstos, o Cein conclui o seu objetivo, permitindo a assinatura, em julho de 1953, da convenção criando a Organização Europeia de Investigação Nuclear (Oein). Cf. UNESCO. *La cooperación europea en la investigación nuclear*. Col. La UNESCO y su programa XI. Paris: UNESCO/ Union Tipographique de Villeneuve-Saint-Georges, 1954 b.

Na nova situação em configuração desde meados da década de 1950, a apresentação, no Congresso dos EUA, de projeto de resolução, prevendo a abolição da lei que criou a Comissão Nacional para a UNESCO, revela o crescimento da oposição interna nesse país à organização. Ao mesmo tempo, entretanto, o cargo de diretor do Escritório de Relações com os Estados-membros, criado em 1957, e o cargo, já existente, de diretor do Departamento de Educação da UNESCO são então ocupados por funcionários originários dos EUA, evidenciando, assim, uma retomada do interesse do governo desse país em relação às potencialidades da instituição no cenário internacional. Interesse também demonstrado pelo lançamento, no início de 1958, pela American Broadcasting Company, do programa radiofônico *Easy as ABC*. Contando com a participação de grandes astros de Hollywood, o programa, focalizando temas pelas respectivas iniciais alfabéticas de A a Z, cumpria a finalidade de divulgar o trabalho da UNESCO (Archibald, 1993, p. 263-264). Esse interesse será intensificado nos anos seguintes, quando o quarto diretor-geral da UNESCO, o italiano Vitorino Veronese, é eleito na 10ª CG-1958,²⁹ em substituição a Luther Evans, a quem faltou o apoio do governo de seu país, os EUA, para a reeleição prevista no Ato Constitutivo da UNESCO.

Também em 1958, a Comissão dos Direitos Humanos da ONU apresenta conclusões de estudo sobre a discriminação que requerem o concurso da UNESCO na área da educação. No ano seguinte, essa comissão apresenta ao Conselho Econômico e Social da ONU (Ecosoc) solicitação de estudo de um programa de desenvolvimento dos meios de informação nos países não-industrializados. Meios de informação e educação são defendidos, então, como as prioridades, especialmente para o continente africano, novo cenário para o qual se deslocara a Guerra Fria. Medidas concretas, tais como criação de jornais, estações de rádio e televisão, assim como estúdios de cinema nos países em desenvolvimento, são então recomendadas pela Assembléia Geral da ONU, sendo

²⁹ Vitorino Veronese será substituído pelo diretor-geral adjunto, René Maheu, eleito, na 13ª CG-1961, diretor-geral, cargo que assumira, interinamente, desde 1960, em virtude de problemas de saúde enfrentados por Veronese.

atribuída à UNESCO a tarefa de realizar o levantamento de recursos necessários numa proposta para esse fim.³⁰

Em seu discurso na Assembléia Geral da ONU, em 1960, o presidente Eisenhower conclama as Nações Unidas a redobrar os esforços no campo da educação no continente africano, a fim de garantir a preservação e o desenvolvimento da liberdade ali conquistada. Motivos para essas preocupações evidenciam-se nesse e em outros continentes, por volta de 1960, quando a questão nacional abre-se a respostas diversas tendo em vista a promoção da liberdade cuja defesa se intenta realizar pela mediação da ONU e de suas agências: o Vietnã do Norte retoma as armas visando à unificação do país, dando início a uma guerra que só terminará na década de 1970, quando os EUA, com sua imagem de potência hegemônica mundialmente abalada, vêem-se obrigados a retirar suas tropas do território vietnamita; a vitória eleitoral do Movimento Nacional Congolês leva Patrice Lumumba ao poder e o Congo Belga à guerra civil; a criação da Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep), que reúne países africanos, asiáticos e latino-americanos na defesa dos seus interesses nessa área de produção; vence em Cuba o movimento liderado por Fidel Castro. Estes constituem apenas alguns exemplos.

Este é o contexto do lançamento, em março de 1961, da Aliança para o Progresso e seu Plano Decenal, prevendo reformas tendo em vista o desenvolvimento no respeito à liberdade. É também o momento de proclamação pela Assembléia Geral da ONU, em novembro do mesmo ano, do Primeiro Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

³⁰ Reuniões são realizadas pela UNESCO, em 1960, 1961 e 1962, respectivamente, em Bangkok, Santiago do Chile e Paris, sobre o desenvolvimento dos meios de informação na Ásia e no Extremo Oriente, na América Latina e na África. Segue-se a essas reuniões a criação de agências de notícias regionais. Wilbur Schramm, então diretor do Instituto de Pesquisa e Comunicação da Universidade de Stanford, participou dessas reuniões e organizou, a partir de seus resultados, estudo publicado conjuntamente pela UNESCO e Universidade de Stanford, sob o título *Mass media and national development*, em 1964, atendendo à recomendação aprovada na 12ª CG-1962. Sobre as reuniões para o desenvolvimento dos meios de informação para a Ásia e para a África, assim como a criação de agências de notícias, Cf. TOPUZ, Hifzi. La UNESCO y las agencias de información. In: *Crónica de la UNESCO*, vol. XVI, n. 12, Paris, 1970, p. 513-516.

Nos dois programas decenais, projetados no alvorecer da era espacial, os meios de informação associados à educação ganham preeminência, e com eles também a UNESCO que, além da longa experiência em trabalho dessa natureza, já dera início com as reuniões de ministros da Educação, desde o final da década de 1950, à prática do planejamento educacional de longo prazo e de uma educação tecnicizada, como fator de desenvolvimento econômico.³¹

Tal perspectiva também desencadeará, na década de 1960, sob a égide das teorias da modernização e do capital humano, as iniciativas do Banco Mundial – em cuja estrutura cria-se então a Agência Internacional de Desenvolvimento (AID), com o fim de agenciar financiamentos para o setor da educação, consolidando-se, a partir de então, a aproximação entre os objetivos da UNESCO e aqueles do banco. Trata-se de racionalizar as estruturas dos sistemas de educação, a fim de articulá-los ao desenvolvimento integral, adequando-os ao atual estágio da civilização técnica e às possibilidades eminentes da prometida tecnologia espacial para a produção do consenso.

Passo importante nessa direção, e um dos primeiros frutos do trabalho conjunto da UNESCO e do Banco Mundial, foi a criação pela UNESCO, em 1963, do Instituto Internacional de Planejamento da Educação (IIFE), empreendimento no qual a França e os EUA tomam a dianteira. A primeira oferecendo a sede em Paris para o IIFE, o último inaugurando o cargo de diretor da nova instituição, ocupado por Philip Coombs.³²

³¹ As Conferências Regionais de Ministros da Educação, a partir de 1959, iniciam-se pela reunião dos ministros da Educação africanos e asiáticos, que se segue à realização do Seminário sobre Planejamento Integral da Educação, ocorrido em Washington em 1958. Prosseguem nos anos 60 nas demais regiões, incluindo posteriormente os ministros da área econômica. Nessas reuniões são formulados planos para a eliminação do analfabetismo até a década de 1980.

³² Philip Coombs, antes de assumir a direção do IIFE, foi secretário de Estado adjunto para assuntos educativos e culturais do Departamento de Estado dos EUA. Na direção do IIFE, constituirá uma equipe, da qual participa Wilbur Schramm, para realizar, em 1965-1966, enquetes sob encomenda da Usaid, cujos resultados são sintetizadas em obra que apresenta experiências de uso dos meios de comunicação na educação em 18 países, com o objetivo de fornecer elementos aos planejadores da educação sobre as possibilidades de renovação da educação e de solução dos seus problemas. Cf. SCHRAMM, Wilbur et alii. *Techniques modernes au service d'une éducation planifiée*. Conclusions d'un programme

Em sua Assembléia Geral de 1962, a ONU expressa sua preocupação com os dados do diagnóstico apresentado pela UNESCO. Segundo eles, 70% da população mundial não dispõe de meios para o exercício do direito à informação, consagrado, desde 1948, no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Considerando então a importância dos meios de informação para o desenvolvimento e para a educação, a Assembléia Geral recomenda aos Estados-membros a previsão de medidas nos seus planos econômicos para o estabelecimento desses meios e solicita à UNESCO o prosseguimento, em conjunto com a ONU e suas agências, de seu trabalho nessa área.

O período de cerca de dez anos a partir da segunda metade da década de 1950, rico em mudanças de ordem econômica, política, tecnológica, social e cultural, presencia alterações espetaculares no mundo, que vai se tornando outro, e também nos organismos internacionais, especialmente a UNESCO, chamada a assumir novas tarefas, em particular, na área da comunicação, nova instância de poder mundial em processo de transnacionalização.

Intensificam-se suas atividades operacionais e, ao mesmo tempo, ampliam-se os recursos financeiros à disposição da UNESCO, ou a ela prometidos. Seu orçamento ordinário, até então submetido pelos Estados-membros a uma política de contenção – o que levou Jaime Torres de Bodet a demitir-se do cargo de diretor-geral, em 1952 –, supera na 11ª CG-1960 o valor estimado pelo diretor-geral. Por outro lado, recursos extra-orçamentários, desde então, ampliam-se a cada biênio. Essa tendência faz-se acompanhar de sugestão da delegação dos EUA no sentido de que não seja previsto aumento do orçamento ordinário, do biênio 1963-1964, em virtude de seu crescimento em 20% no biênio anterior.

Esse encaminhamento não deixa de suscitar preocupações com as possibilidades de, reforçada a mencionada tendência, grande parte das ações financiadas por verbas extra-orçamentárias, aí incluídos os fundos em depósito – contribuições voluntárias dos Estados-membros destinadas à execução de projetos específicos ligados a acordos bilaterais –, escapasse ao controle da UNESCO. (Archibaldi, 1993)

d'enquêtes par un contrat de l'Agence Américaine pour le développement International. Paris: UNESCO/IPE, 1970.

Na 11ª CG-1960, momento em que a tecnologia espacial no mundo ocidental consiste apenas numa promessa a alimentar a esperança de potencialização das atividades ligadas à “construção dos baluartes da paz nas mentes dos homens”, a UNESCO, em meio a controvérsias que exigem cautela na condução dos trabalhos, marca o início de seu programa na área das *comunicações espaciais*, com a discussão desse novo conceito, que aí se apresenta pela primeira vez.

Antecipando-se em cinco anos à fase de comercialização dos satélites espaciais, a UNESCO, desde então, dá prosseguimento às atividades nessa área. Antecipa-se até mesmo às providências do governo dos EUA que, para esse fim, criará em 1962 a Communication Satellite Corporation (Comsat) e, dois anos depois, o Sistema Internacional de Comunicação via Satélite (Intelsat), a integrar EUA, Europa, Japão, Canadá e Austrália na exploração das novas tecnologias da comunicação.

Refletindo as divergências nesse novo campo em exploração e conforme recomendação aprovada na 12ª CG-1962, a UNESCO promove estudos sobre o uso da tecnologia espacial, percebido, desde então, como uma ameaça à soberania nacional. Ao mesmo tempo, em continuidade ao objetivo de promover essa tecnologia, a UNESCO reúne psicólogos, especialistas da comunicação e educadores para o exame das possibilidades de sua utilização eficaz na educação. Participa ainda das iniciativas de uso da televisão educativa, de que são exemplos os acordos assinados, em 1962, com a Organização dos Estados Americanos (OEA), para um trabalho conjunto nessa área. Ao longo de toda a década, participa ainda das atividades relativas à modernização da educação empreendidas pela Aliança para o Progresso e pela Usaid, dando ainda sua contribuição às fundações européias, principalmente da Alemanha Federal,³³ na promoção da teleeducação.

Em 1965, quando tem início a fase de comercialização da nova tecnologia, com o lançamento do satélite Early Bird, a UNESCO,

³³ Ver a respeito BAHIANA, Henrique Paulo. *Política alemã de auxílio ao desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Olímpia, 1966. Sobre o trabalho da Fundação Konrad Adenauer e outros organismos, entre os quais a UNESCO, na modernização da educação na América Latina, ver: EVANGELISTA, E. G. S. *Educação e mundialização*. Goiânia: Editora da UFG, 1997, de modo particular os capítulos II e IV: “A ajuda internacional – faces e interfaces” e “Da tecnologia espacial à tecnologia educacional”, p. 63-102 e 161-230, respectivamente.

atendendo à resolução aprovada na 13ª CG-1964, promove uma reunião de *experts*, com o objetivo de levantar sugestões para um programa de longo prazo com as finalidades de promover o uso da comunicação espacial para o livre fluxo de informações, possibilitar a expansão da educação e um maior intercâmbio cultural. Nessa reunião, da qual participam a ONU e a UIT, foram delimitadas as funções dos três organismos. Nessa divisão de tarefas, à UNESCO não caberia ocupar-se dos aspectos materiais e regulamentares das novas tecnologias. Deveria atuar na definição dos acordos internacionais cabíveis e necessários à sua difusão, assim como no estímulo ao desenvolvimento econômico, social e cultural. A ONU e a UIT tratariam, a primeira, dos aspectos jurídicos e políticos da liberdade da informação no emprego dos satélites, e a segunda, dos aspectos regulamentares e técnicos relativos ao emprego das radiofrequências.

Dessa reunião retira-se a recomendação de um projeto experimental, sugerindo-se, a fim de obter um conveniente impacto internacional, que ele fosse pensado para regiões caracterizadas por grande extensão territorial, grande densidade demográfica e problemas a ser atendidos pela nova tecnologia. Na continuidade desse trabalho, o objetivo e a estratégia sugeridos foram contemplados em relatório produzido na Universidade de Stanford.

Para tanto, a 14ª CG-1966, na qual os resultados da reunião de *experts* foram apresentados, recomenda a análise das tendências recentes da tecnologia espacial, assim como o exame contínuo das funções da UNESCO no seu emprego, tarefas então confiadas a um comitê constituído por especialistas que haviam participado da reunião de 1965. Esse comitê aprovará as principais conclusões do estudo confiado no início de 1966 a um grupo de especialistas da Universidade de Stanford. Desse estudo, apresentado em 1967 com o título de *Relatório Ascend*, resultam o Projeto Saci para o Brasil e o Projeto Site para a Índia.³⁴

³⁴ Ver: OLIVEIRA, João Batista A. e MC ANANY, Emile G. *Le projet brésilien Saci/Exern: étude analytique de cas*. Col. Études et Documents d'Information, n. 89. Paris: UNESCO, 1981; SANTOS, Laymert Garcia dos. *Desregulagens*. Educação, planejamento e tecnologia como ferramenta social. São Paulo: Brasiliense, 1981; RAGHAVAN, G. N. S. *Les médias atteignent-ils les masses? L'expérience indienne*. In: Perspectives, vol. X, n. 1, p. 96-106. Paris: UNESCO, 1980.

Apoiando e/ou apresentando planos de uso dos satélites para a educação, a UNESCO depara-se, no final da década, com a crítica de países latino-americanos aos seus projetos de uso da tecnologia para a educação. Entre outras providências, esses países se reuniram no Convênio Andrés Bello ao perceberem tais projetos como ameaças à soberania nacional e como invasão cultural mal ocultadas na corrida dos múltiplos agentes envolvidos na ajuda ao desenvolvimento.

A criação, em 1960, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como o próprio nome sugere, vem responder à necessidade de uma articulação das economias mais desenvolvidas do mundo capitalista para, na interdependência, promover a ajuda ao desenvolvimento, considerado um antídoto contra ameaças que então pairavam sobre a liberdade. Nem sempre, porém, a eficácia dessa coordenação foi possível em razão da natureza contraditória dos interesses em jogo nesse empreendimento que une e, ao mesmo tempo, divide os seus promotores ocidentais.

O não-atendimento, por parte dos países mais ricos, da resolução da ONU que determina a destinação de 1% de seu PNB para ajuda ao desenvolvimento, assim como sua preferência pela ajuda do tipo bilateral em detrimento da multilateral, a multiplicidade de agentes e organismos envolvidos atropelando-se nessa empresa são alguns dos aspectos apontados como evidências da necessidade de uma correção nos princípios e rumos para a promoção do progresso, num mundo que se fragmentava apesar das possibilidades técnicas oferecidas desde então para sua unidade.

Sinais expressivos de tal situação, que põe em risco a universalidade perseguida pela UNESCO, revelam-se nas repercussões da ajuda ao desenvolvimento nas sociedades para as quais ela se dirige, materializadas no empobrecimento das populações, no endividamento dos Estados, nos conflitos e tensões sociais, nas guerras civis locais imediatamente internacionalizadas, nos movimentos organizados contra a exploração econômica e a dominação cultural, na proliferação dos regimes militares, nos mecanismos articulados pelas elites locais imbuídas da ideologia do desenvolvimento e da segurança nacional, nas violações dos direitos humanos, na revolta estudantil em âmbito mundial e nos movimentos de contracultura no final da década.

Este é o contexto em que transcorre o Primeiro Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico, concorrendo para que, antes do seu término, não apenas a ajuda internacional seja objeto de avaliações diversas,³⁵ mas também sejam examinadas no âmbito da UNESCO a própria noção de desenvolvimento e do progresso ilimitado como fim, a generalização do modelo ocidental de constituição das nações, bem como a educação e os mecanismos de tratamento da cultura e de difusão da ciência, até então acionados na busca da universalidade e da paz. (Maheu, 1974)

No interior da UNESCO, foro privilegiado de repercussão desse contexto e das reflexões por ele suscitadas, essas avaliações tiveram seu início bem antes como demonstram duas obras publicadas, em 1970 e 1972, por recomendação das 15^a CG-1968 (Res. 3.251) e 16^a CG-1970 (Res. 3.24), sob os títulos respectivos de *Pour que mon pays s'éveille* e *Il est temps de passer à l'action*, aos quais é aposto o subtítulo: *le rôle de l'homme dans le développement*. Completa o subtítulo a finalidade a que se propõem as duas obras: apresentar reflexões válidas para os anos 70.

Ambas, organizadas por Michel Wolfert, objetivam precisar algumas idéias fundamentais às áreas de atuação da UNESCO em sua relação com o desenvolvimento econômico. Reunindo artigos e pronunciamentos do diretor-geral adjunto da UNESCO, o economista indiano Malcolm S. Adishesiah, apresentados ao longo de toda a década de 1960, bem como elementos extraídos de documentos oficiais da UNESCO e de outras agências da ONU nesse período, as obras destinam-se ainda, segundo o objetivo expresso nas resoluções citadas, a orientar a atuação da UNESCO para o Segundo Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com início no ano de 1970, ao qual se atribui a designação de Ano Internacional da Educação.

³⁵ A esse respeito ver estudo encomendado em 1968 pelo Banco Mundial: PEARSON, Lester B. *Sócios no progresso*. Relatório da Comissão de Desenvolvimento Internacional. Rio de Janeiro: Apec, 1971. Uma avaliação da ajuda pelos seus beneficiários pode ser encontrada no documento CECLA. Consenso Latino-americano de Viña del Mar. In: *Comércio Exterior*, vol. 19, n. 6, México, jun. 1969, p. 421-427.

Adishesiah busca uma abordagem filosófico-humanista para o desenvolvimento, visando à superação do enfoque meramente quantitativo na consideração dos aspectos nele envolvidos. E, numa avaliação crítica do Primeiro Decênio para o Desenvolvimento, tomando como ponto de partida aspectos e dimensões apreendidos no seu trabalho, desde 1949, na condução do Peat, empreende um exercício conceitual do qual, deixando de lado os elementos futuristas vislumbrados pelo autor como características da sociedade pós-industrial, importa destacar alguns conceitos que evidenciam uma vez mais a forma pela qual, num novo contexto, a UNESCO prossegue sua tentativa de “empreender a síntese dos contrários” (Pompei, 1972), organizando, de fato, as condições intelectuais e morais para unir a chamada “comunidade mundial” em torno dos objetivos por ela mediatizados.

Tais conceitos estão presentes na reflexão apresentada pelo diretor-geral da UNESCO, em 1969, ao comitê encarregado pela Assembleia Geral da ONU de elaborar o programa e a estratégia para o Segundo Decênio para o Desenvolvimento. Fundamentarão ainda as participações do diretor-geral nas reuniões do Ecosoc em julho de 1969 (Maheu, 1969) e em junho de 1973, assim como, em novembro do mesmo ano, na 28ª sessão da Assembleia Geral da ONU.

O conceito de desenvolvimento endógeno, sem descartar o crescimento econômico como um imperativo necessário à emancipação da humanidade, impõe o homem como agente e beneficiário, justificativa e fim do crescimento econômico e remete à dimensão cultural do desenvolvimento, assim como à noção da identidade cultural dos povos e nações. A cultura constitui, nessa perspectiva, dimensão central do desenvolvimento econômico, pois são os valores significados numa cultura os determinantes das escolhas em relação ao progresso promovido pela ciência e sua aplicação tecnológica. Isto significa que o desenvolvimento econômico não se faz sem o desenvolvimento cultural, impondo-se, portanto, a exigência de uma ampliação do conceito de cultura.

Para além do conceito de cultura até então presente nos objetivos difusionistas nessa área de atuação da UNESCO, desenvolve-se uma posição com o objetivo de superar a identificação da cultura com a produção e preservação dos bens espirituais, das artes e das

humanidades por uma pequena elite que os difundiria a todos; essa nova posição, sem descartar a anterior, remete à noção da marcha da cultura na direção da democratização da vida social, de sua contribuição ao desenvolvimento intelectual e moral da humanidade, na realização do direito à cultura, como estabelece o artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948.

O conceito ampliado de cultura inclui ainda a problemática do uso do tempo livre e do desenvolvimento da criatividade, portanto, da necessidade da educação artística do grande público, assim como da redescoberta do conteúdo cultural da educação. Inclui também os aspectos mercadológicos inerentes ao turismo cultural, enfatizando sua importância para o intercâmbio cultural, o conhecimento das culturas e a valorização da cooperação cultural internacional. Segundo esse conceito, todos os indivíduos e povos, como participantes ativos, constituem-se na força criadora e fundante da cultura. Esta, por sua vez, abarca, ao mesmo tempo, a aquisição de conhecimento e a exigência de um modo de viver e ser consigo mesmo, com os outros e com a natureza.

Associam-se, então, crescimento econômico e mudança como componentes do desenvolvimento. Mudança de atitude em relação ao trabalho, às inovações, à formação de capital, e em relação ao outro. Incluem-se nessas mudanças a “perseverança no esforço”, a “consciência profissional”, a “adaptabilidade”, “a propensão à poupança”, “a eliminação dos preconceitos” de várias ordens. De acordo com a argumentação do autor, é porque os países pobres, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento não podem arcar com o peso dos desperdícios, da corrupção, da preguiça e dos comportamentos anti-sociais que se faz necessário cuidar do desenvolvimento cultural mediante políticas bem concebidas no campo da cultura. E, nesse sentido, “a exploração da força de persuasão própria aos meios de informação pode ter uma influência direta, imediata e poderosa no substrato cultural, transformando-o em motor do desenvolvimento” (Adishesiah, 1970, p. 175). Desenvolvimento que requer, ao contrário de uma aceitação passiva, participação efetiva, iniciativa, espírito de empreendimento, qualidades já consideradas por Weber na sua *Ética protestante e espírito do capitalismo*.

As conseqüências decorrentes dos novos conceitos de cultura e desenvolvimento endógeno incidem numa crítica aos sistemas de ensino nos quais a sociedade moderna pretendeu encerrar a educação. Sua divisão em graus a limitar no tempo e no espaço uma suposta preparação para a vida, pretensamente medida em exames comprovadores da conclusão desse processo, consiste num dos aspectos responsáveis pelo distanciamento dos sistemas de ensino, na forma em que são organizados, das necessidades da sociedade moderna. Reprodutores do sucesso e do fracasso, mediante mecanismos de promoção e de exclusão, os sistemas de ensino se desvincularam da vida. Constituem, nessa perspectiva, uma tradição herdada que impõe, por um lado, uma discussão sobre sua adequação e mesmo sua necessidade, na forma em que se encontram, numa sociedade em mudanças cada vez mais céleres, apontando para um futuro sempre imprevisível e exigindo adaptabilidade ao longo de toda a vida do indivíduo. Tal situação impõe um novo conceito de educação: o conceito de educação permanente.

Este conceito, cuja origem o autor situa nas experiências diversas de educação de adultos, engloba o sistema de ensino, assim como a alfabetização funcional, e obrigará a uma completa reestruturação do primeiro, pois supõe sua integração sistemática – horizontal, isto é, em todos os seus graus, e vertical, ao longo de toda a existência do indivíduo –, com as atividades extra-escolares, vale dizer, sociais, que incluem as atividades na família, na igreja, na mesquita, no trabalho, no lazer, assim como a inevitável exposição dos indivíduos aos meios de informação.

Dizendo de outro modo, com o desenvolvimento tecnológico, o sistema de ensino perde o monopólio da educação que, estando na sociedade como um todo, requer o planejamento integrado dos vários setores dos governos de modo a atender aos diferentes aspectos da vida das sociedades e dos indivíduos, agentes e beneficiários do “aprender”, do “aprender a aprender”, do “aprender a ser”, aprendizagem sempre inacabada. (Adiseshiah, 1972, p. 109-122)

Nas ações e reflexões futuras da UNESCO os três conceitos serão reafirmados, precisados, aprofundados em novas reelabora-ções, em conformidade com a dinâmica da realidade em que se aplicam e buscam compreender. Assim, uma das finalidades da Comis-

são Internacional para o Desenvolvimento da Educação, constituída por autorização da 16ª CG-1970, consiste em estudar as estratégias para o desenvolvimento dos sistemas de ensino, no sentido de concretizar, tornar real o conceito de educação permanente – já admitido na 15ª CG-1968 como princípio de ação futura da UNESCO nessa área e adotado na reunião seguinte como um princípio universal.³⁶

O objetivo então estabelecido para a Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação explica-se pela incipiência da noção de educação permanente, apontada por Adiseshiah como a grande descoberta da sociedade industrial no Primeiro Decênio de Desenvolvimento. Entretanto, o próprio autor admite, essa noção encontra-se “apenas formulada, ainda mal compreendida, considerada por muitos com desconfiança, ou suscitando apenas um interesse limitado”, sendo necessário, portanto, “determinar tudo o que ela implica e assegurar sua difusão e realização em todas as escalas da vida social e individual” (Adiseshiah, 1970, p. 224). E este consiste num dos objetivos para o Segundo Decênio nessa área de atuação da UNESCO, para cuja realização o papel da universidade é, desde então, ressaltado.

As afirmações evidenciadoras da incipiência do conceito de educação permanente, assim como as resistências à imposição – consentida ou aceita, ou mesmo reivindicada – dos meios de comunicação de massas, permitem compreender como a UNESCO, num momento em que a história registra a convergência das áreas de sua competência, articuladas pela nova tecnologia espacial, trabalha a convergência lógica de seus campos primordiais de atuação. Articulando esses campos principais pelo novo campo a ela atribuído, a UNESCO cumpre o seu papel de “consciência das Nações Unidas”, expressão pela qual Torres de Bodet a ela se referiu por ocasião da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948.

³⁶ Dessa comissão, presidida por Edgar Faure, ex-ministro de Educação da França, fazem parte um representante da URSS e o conselheiro de Educação Internacional da Fundação Ford. Seu relatório, conhecido como Relatório Faure, é encaminhado ao diretor-geral da UNESCO em 1972 e por ela publicado sob o título “Aprender à être”. Sob tema designado “Um inquérito mundial, a escola em crise, diagnóstico e soluções”, o trabalho dessa comissão é divulgado ao grande público em UNESCO. *O Correio da UNESCO*, 1, n. 1, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, jan. 1973.

A UNESCO, seu ideal de universalidade e o direito à cultura

Na defesa do direito à cultura, e na afirmação de sua diversidade, visando à operacionalização dos conceitos formulados na década de 1960, a UNESCO estende, ao campo da cultura e da comunicação, a prática do planejamento inaugurada, nessa década, nos campos da educação e da ciência. Assim, atendendo à resolução aprovada em sua 15ª CG-1968 realiza-se em Veneza, em 1970, a Primeira Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais, à qual se seguem as conferências intergovernamentais regionais com o mesmo tema: Eurocult, 1972, em Helsinque; Asiact, no ano seguinte, em Jacarta; Áfricact, 1975, em Accra; Américact, 1978, em Bogotá; e Árabact, 1981, em Bogotá.

O objetivo principal da planificação, estendida a todas as áreas de atuação da UNESCO, nas diferentes regiões, como ressalta René Maheu (1974, p. 41), consistiu em conduzi-las a se “definirem, não de forma a se isolarem em suas especificidades, mas, ao contrário, projetando-se no contexto mundial e abrindo-se ao diálogo e à colaboração com toda a humanidade”.

Assim, no apelo às obrigações do Estado moderno na promoção da cultura, reitera-se, nessas conferências, a Declaração sobre os Princípios da Cooperação Cultural, aprovada na 14ª CG-1966. Nela, afirma-se o direito à cultura em todas as suas formas de expressão e o respeito à diversidade e à originalidade das culturas, defendendo-se a promoção da criatividade de cada uma delas. Defende-se também a reciprocidade na cooperação cultural internacional, cujas finalidades são a paz, a amizade, a educação moral e intelectual da juventude e o respeito à soberania do Estado nacional, evidenciando a presença, no ideário da UNESCO, da idéia assim expressa, na 11ª CG-1960, por Gaston Berger: “de fato e de verdade, somos todos engajados num único e mesmo mundo; a ação de cada um reage sobre todos”. (Citado por Mboumoua, 1972, p. 184)

A consciência de “um único e mesmo mundo” para todos não pode ser desvinculada das reações culturais às realizações desenvolvimentistas do Primeiro Decênio das Nações Unidas. Daí a importância da centralidade da cultura no desenvolvimento econômico. Trata-se de, reforçando a identidade cultural, pelo reconhecimento e respeito aos valores e crenças que unem as populações

locais, nacionais, regionais, possibilitar sua abertura aos valores e crenças que devem unir todos os povos numa cultura mundial, ou seja, harmonizar o desejo de salvaguardar a autenticidade das culturas, expresso de diversas formas, sobretudo, diante da possibilidade técnica da invasão cultural pelas novas tecnologias, com a necessidade de difusão e assimilação das técnicas modernas.

As conferências sobre os diversos aspectos das políticas culturais, bem como a rearticulação conceitual da UNESCO, constituem-se, portanto, em respostas ao contexto acima descrito. Uma ampliação do conceito de cultura impõe-se como necessária desde o início do caminho da UNESCO. Desde então, em ocasiões diversas, reafirmam-se os valores permanentes do Oriente, bem como a contribuição das diversas culturas à universalidade pretendida mediante o trabalho da UNESCO.

Na década de 1960, com a maior representatividade da diversidade cultural na UNESCO, acrescida das decepções, dos conflitos e tensões que se acumulam no decorrer do Primeiro Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento, unindo-se à delegação indiana, portavoz insistente dos valores do Oriente, levantam-se as vozes da África. Assim, na 13ª CG-1964, os delegados do Senegal e de Camarões apresentam considerações acerca do dogmatismo dos programas da UNESCO na área de ciências sociais – as questões da negritude são o exemplo destacado – e sobre a unilateralidade dos programas da organização, em que os países africanos são percebidos como meros consumidores. E, na 16ª CG-1970, mais de uma década após as solicitações da ONU em busca de soluções para a precariedade dos meios de informação nos países em desenvolvimento, os delegados desses países explicitam os problemas relativos ao desequilíbrio na distribuição desses meios, reclamam medidas viabilizadoras do intercâmbio de informações e reiteram reivindicações de respeito à sua identidade cultural.

Entretanto, o marco de referência da adoção, pelos Estados-membros da UNESCO, do conceito ampliado de cultura, com todas as implicações teorizadas por Adiseshiah e outros teóricos, fundados nas experiências da UNESCO na década de 1960, situa-se na Conferência de Veneza de 1970. Nela também se produzem novas recomendações para a atuação da organização diante do novo momento tecnológico e de suas conseqüências para as diversas sociedades e para a sociedade

mundial. Aprovadas pela Conferência Geral, essas recomendações fundamentarão as conferências regionais subseqüentes à Conferência de Veneza. Uma das recomendações diz respeito ao especial cuidado da UNESCO na preparação da primeira das conferências regionais sobre os diversos aspectos das políticas culturais. (UNESCO, 1970a)

Aprovada sua realização na 16ª CG-1970, a Eurocult reúne delegados dos países da Europa Ocidental e Oriental, à exceção da República Democrática da Alemanha. Esse fato foi registrado, no primeiro dia da conferência, como lamentável pelo delegado da Romênia, cujo governo já expressara sua posição, apoiada pelo delegado da URSS, sobre o reconhecimento da participação daquele Estado nas instâncias internacionais. No curso do debate geral, também os delegados da Bulgária, da Polônia e da Iugoslávia apresentam observação no mesmo sentido.

A despeito disto, René Maheu, em seus pronunciamentos na abertura e no encerramento dos trabalhos, enfatiza o espírito da conferência, consistente em buscar, para além dos divisores, aqueles aspectos que conferem à Europa uma unidade: de cultura, de civilização. Essa idéia ressoa, ao longo da conferência, nas comissões de trabalho, das quais faz parte um representante do diretor-geral, ou ele próprio. A pauta de discussão, previamente preparada e aprovada no primeiro dia, tendo como subsídios os documentos elaborados pelo Secretariado da UNESCO, apresentava os seguintes itens: estruturas administrativas dos Estados europeus em matéria de políticas culturais; ampliação do acesso à, e da participação na, cultura; o problema das inovações para o desenvolvimento cultural; cultura e meio ambiente; o papel e o lugar dos artistas nas sociedades européias contemporâneas; a formação de administradores e animadores culturais; os instrumentos de análise do desenvolvimento cultural e bases e perspectivas da cooperação cultural.

A leitura dos temas propostos para discussão nos remete aos conceitos de desenvolvimento, cultura e educação formulados na década de 1960, assim como à sua articulação pela comunicação, na sociedade moderna, articulação corroborada nas recomendações aprovadas na conferência, dispensando assim comentários específicos a respeito de ambos. Isso permite focalizar aqui algumas suposições referentes ao significado da Eurocult, inaugurando a série de conferências regionais sobre os aspectos culturais.

Neste sentido, é interessante lembrar as afirmações feitas por René Maheu quando visita os EUA, em 1963. Em resposta à mensagem do presidente Kennedy lida em reunião da Comissão Nacional para a UNESCO, o diretor-geral assevera que, nas novas relações da organização com o mundo em desenvolvimento, fundadas nas preocupações com a melhoria de vida e a dignidade dos povos, bem como no respeito às suas tradições culturais, a parceria América–Europa nucleada na força militar deve substituir-se por uma parceria fundada na percepção da Europa como uma “entidade cultural”, excluindo-se, portanto, das relações internacionais, no que diz respeito ao mundo em desenvolvimento, os recursos ao monopólio e à bipolarização.

O conteúdo dessas afirmações, expressas nos EUA, quando a UNESCO, como vimos, está engajada na promoção da tecnologia espacial desenvolvida nesse país, permite duas considerações.

A primeira delas consiste em compreendê-las como uma expressão da nova correlação de forças atuantes também na Conferência Geral. Nesse foro, o debate sobre a comunicação, de grande vigor na década de 1960, reacende as divergências que atingem um ponto crítico a partir da década seguinte, quando, por motivos distintos e evidenciando sinais da queda da hegemonia dos EUA também nesse foro, o bloco socialista e alguns países europeus ocidentais unem-se aos países do Terceiro Mundo, aí articulados no chamado Grupo dos 77, na verdade, mais de cem países em desenvolvimento entre os 149 Estados-membros da UNESCO.

Assim, poucos meses após a Eurocult, na 17^a CG-1972, os estudos sobre o uso do espaço, iniciados pela UNESCO dez anos antes, culminarão na aprovação, com o único voto contrário, o dos EUA, de proposta apresentada pela URSS sobre a regulamentação das transmissões espaciais,³⁷ representando a primeira tentativa de estabelecimento de limites à tese do livre fluxo de informações.

³⁷ Sobre a proposta da URSS, aprovada também na ONU, com o único voto contrário dos EUA, ver Revista *Comunicación y Cultura*, n. 3, Buenos Aires: Editorial Galerna, 1974, p. 169-174. Ver a respeito MATTELART, Armand. *Multinacionais e sistemas de comunicação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1976. Esse autor apresenta às páginas 88 a 92 a ofensiva dos EUA nos organismos internacionais, quando da discussão desse assunto, incluindo um memorando com a orientação e recomendações da Casa Branca à delegação norte-americana junto à UNESCO.

Em segundo lugar, e considerando o conjunto dessas conferências que culminarão na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mondialcult) realizada no México em 1982,³⁸ assim como o contexto em que elas se desenvolvem, é possível compreender esse esforço da UNESCO como um repensar do universal, por ela incansavelmente perseguido, mediante a revitalização da ocidentalidade em suas origens européias. Todavia, essa revitalização pressupunha, em primeiro lugar, uma Europa cuja união, pelos elementos comuns e transcendentais à diversidade de organização econômica e político-ideológica, pretende-se fazer nos quadros da cooperação regional. Pressupunha também a abertura da Europa ao mundo, especialmente ao mundo em desenvolvimento que, aspirando ao universal mediado pela UNESCO, não cessara de questioná-lo.

A conferência que reúne em 1972 em Helsinque os ministros europeus da Cultura não consiste no primeiro passo nesse intento. Desde a Conferência de Ministros da Educação promovida pela UNESCO, em Viena, em 1967, quando se estabelece a primeira oportunidade de as autoridades européias, do Leste e do Oeste, discutirem as relações da educação com a sociedade, tal como são vividas e pensadas em ambos os lados, a idéia de uma Europa como uma unidade cultural, já afirmada por Maheu em 1963, está no horizonte de preocupações da UNESCO (Maheu, 1974). Reunião semelhante é realizada na sede da UNESCO com os ministros da Ciência da Europa, em 1970, ano em que a Conferência Geral adota a Resolução 5.7 sobre a cooperação européia.³⁹ Além disto, no mês

³⁸ Ver resumo do conjunto das conferências no documento UNESCO. *Conferência Mundial sobre Políticas Culturais*. Problemas e perspectivas. CLT- 82/MONDIALCULT/3. México, jul./ago. 1982. Paris: UNESCO, 1982. Ver também UNESCO. *Conferência Mundial sobre Políticas Culturais*. Informe Final, México, jul./ago. Paris: UNESCO, 1982 a. Inclui a Declaração do México aprovada nessa conferência. Sob o título “Povos e Culturas”, o tema da universalidade e diversidade da cultura é apresentado em UNESCO. *O Correio*, ano 10, n. 9. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, set., 1982 b, contendo reflexão de vários autores sobre os temas discutidos nas conferências sobre os diversos aspectos das políticas culturais.

³⁹ A satisfação em relação ao interesse crescente para o desenvolvimento de cooperação e de relações de boa vizinhança entre Estados de diferentes modelos de organização social e política é registrada na resolução 2129(XX) da Assembléia Geral da ONU.

antecedente à realização da Eurocult, é criado, em Bucareste, na reunião das Comissões Nacionais européias para a UNESCO, o Centro Europeu para o Ensino Superior (Cepes).⁴⁰

Num momento de crise da cultura, crise de hegemonia do modelo que se impunha, desde 1945, expressas nas críticas a todas as formas de organização da sociedade e de domínio então vigentes, a UNESCO parece buscar o universal, num mundo que parece se desintegrar. Nessa busca do universal, vale-se de uma Europa em que a distensão política se faz sentir, de um lado, pela suspensão do veto francês à participação da Inglaterra na CEE e, de outro lado, no restabelecimento de relações diplomáticas entre a República Federal da Alemanha com a Romênia e a Iugoslávia – guardadas as diferenças, os rebeldes do mundo socialista. Uma mudança nas relações entre Europa Oriental e Ocidental prossegue e se amplia com o reconhecimento dos dois Estados alemães, pelo então chanceler da Alemanha Ocidental, Willy Brandt, e com os tratados germano-soviéticos para solução dos problemas de fronteiras, objeto de atritos desde o pós-45. A Europa do final da década de 1960 e início da seguinte, vale lembrar, assiste, sob a *détente*, ao sopro do capitalismo em direção ao socialismo, como demonstram as aspirações de reformas, assim como a presença de multinacionais do ramo hoteleiro e de locação de carros em países satélites do bloco soviético. (Horowitz, 1976)

É também uma Europa que, colhendo os frutos do crescimento econômico em sua parte ocidental, num sistema capitalista cuja crise se evidencia no fim da conversibilidade do dólar (1971), reinsere-se nesse sistema pelo trilateralismo (1973). Trata-se, sem dúvida, de um período de reordenamento da economia mundial, a fim de integrar governos e empresas privadas da Europa e do Japão, em franco processo

⁴⁰ É necessário considerar aqui, em face do objetivo do Cepes de se constituir como foro e centro de informação e pesquisa para a “região Europa da UNESCO”, que essa região é formada pelos países da Europa Ocidental, Israel, Turquia e América do Norte, enquanto os países do Leste Europeu formam um outro grupo regional, numa regionalização aprovada pela 15ª CG-1968, a fim de resolver, como vimos, a questão surgida em razão da admissão dos novos Estados-membros na década de 1960, sobre a distribuição dos assentos no Conselho Executivo. Ver BEKRI, C. 1991, p. 205-206.

de multinacionalização, e também dos EUA. Este país, não obstante seu poder econômico e sua supremacia na área das comunicações, que se transnacionalizam, encontrar-se-á política e militarmente abalado, tendo de planejar a retirada de suas tropas do Vietnã e de responder às medidas do Oriente Médio, onde os países árabes, após o desfecho da Guerra do Yon Kippur articulado via Conselho de Segurança da ONU, decidir-se-ão pelo controle do petróleo, como arma de sua luta política. Nesse momento, além disso, revigora-se a Guerra Fria, após um período de *détente*, num mundo em que o poder nuclear extravasara as fronteiras de seus dois pólos antagônicos.

Ao referir-se, em seus pronunciamentos na abertura e no encerramento da conferência de Helsinque, ao porquê de as conferências regionais sobre os aspectos culturais começarem pela Eurocult, Réne Maheu enfatiza o “respeito escrupuloso” da UNESCO à “diversidade qualitativa das culturas”, procurando eliminar qualquer interpretação de uma primazia cultural européia. Ressalta, entretanto, o fato de que a Europa, abstraindo os aspectos ligados ao domínio técnico, militar, econômico, pode legitimamente “orgulhar-se de haver dado origem a culturas de vocação universal, cuja fecundidade não cessa ainda hoje de manifestar-se para além de suas fronteiras” (UNESCO, 1972, p.57). Ao expressar sua satisfação com os resultados obtidos na conferência a respeito do lugar da cultura na UNESCO e do lugar da UNESCO na Europa, Maheu lembra ainda que, por “estranhas vicissitudes da história”, nos 25 anos de seu trabalho na ajuda ao desenvolvimento e em suas relações com o Terceiro Mundo, a UNESCO, mesmo nascida na Europa e resultando de um produto conceitual tipicamente europeu, “parecera, algumas vezes, representar um papel apenas marginal nos assuntos do continente”. (UNESCO, 1972, p. 66)

A Eurocult ocorre um ano após a criação do Intersputnik pela URSS, fato coincidente com a proposta de mudança na distribuição das ações do Intelsat, a fim de reduzir a supremacia dos EUA, tal como estabelecida quando da criação desse sistema. Nela, os países europeus, considerando as potencialidades oferecidas pelos satélites e sua combinação com outras tecnologias na individualização da recepção, manifestam suas preocupações com o imperialismo cultural e a uniformização dos comportamentos, alertando para o risco de,

em decorrência da concentração desses meios, seja no plano nacional ou internacional, criar-se um impedimento para as prometidas possibilidades de escolha e participação dos usuários.

Das preocupações então explicitadas derivam recomendações aos Estados-membros. Recomendam-se, entre outros, que eles encorajem a realização de atividades pan-européias, desenvolvendo relações de intercâmbio entre instituições culturais nos diversos campos – cinema, música, belas artes, bibliotecas, museus, rádio, televisão, edição –; associem políticas culturais e políticas de comunicação, de modo a harmonizar os diversos meios, antigos e modernos, na difusão da cultura; promovam iniciativas para a criação e o desenvolvimento de fundações com fins culturais e sociais.

As recomendações dirigidas à UNESCO incluem: realizar estudos, em cooperação com a União Européia de Radiodifusão e a União Internacional de Radiodifusão e Televisão tratando da oportunidade e dos meios de introduzir um programa permanente de televisão cultural européia sobre assuntos de interesse comum, assim como outros projetos similares; cooperar com as fundações européias nos quadros de seu programa; ajudar na organização de manifestações culturais européias, favorecendo a transformação de algumas manifestações nacionais de valor, já existentes, em manifestações internacionais. É também recomendado à organização seu apoio aos países em desenvolvimento na busca da ressurreição e do desenvolvimento de suas culturas nacionais e da eliminação das seqüelas do colonialismo, do neocolonialismo, do racismo e do domínio cultural.⁴¹

Preocupação presente nas conferências sobre os diversos aspectos das políticas culturais, e subjacente às recomendações nelas aprovadas, o empobrecimento da humanidade – antevisto por Eliot, no imediato pós-guerra, como um possível pesadelo – é assinalado na Declaração do México, aprovada na Mondialcult, em 1982, como

⁴¹ A Eurocult apresenta como saldo uma recomendação geral e mais 32 recomendações diretamente ligadas aos temas constantes da pauta de discussões, organizadas na forma habitual: alguns considerando no início do documento seguidos de recomendações aos Estados-membros e à UNESCO. Ver UNESCO. *Conférence Intergouvernementale sur les Politiques Culturelles en Europe*. Rapport Final. Helsink, 19-28 jun. 1972. Paris: UNESCO, 1972.

conseqüência do ato de ignorar ou destruir a cultura de um grupo qualquer entre aqueles que compõem a diversidade dos povos. Nessa declaração em que se sintetizam as reflexões coordenadas pela UNESCO no conjunto das conferências regionais antecedentes à *Mondialcult*, o universal é definido por aquilo que ele não pode ser – “postulado por qualquer cultura em particular” –, e por aquilo que constitui sua própria fonte – “a experiência de todos os povos do mundo, cada um dos quais afirmando sua identidade” que, indissociável da diversidade cultural, favorece a “comunhão nos valores universais que unem os povos”.

A recusa a um modelo, presente desde a Conferência de Veneza e reafirmada na *Eurocult*, expressa-se ainda na disposição dos países em desenvolvimento de, sem descartar a cooperação internacional, fortalecer a cooperação cultural entre a América Latina e o Caribe e desenvolver as relações dessas regiões com as culturas africanas, árabes, asiáticas e européias (*Américacult*, 1973), assim como estimular a cooperação interárabe e entre países em desenvolvimento. (*Árabcult*, 1981)

A convergência de propósitos manifestada nas conferências sobre os diversos aspectos das políticas culturais é acompanhada do esforço dos delegados dos governos dos países asiáticos, africanos, árabes e latino-americanos visando ao estabelecimento de uma sintonia entre seus objetivos nacionais e aqueles da UNESCO: afirmando, porém, sua identidade como fator de liberdade e dignidade, condições para o advento de uma nova ordem, requisitos e condições para uma cooperação cultural nacional, regional, inter-regional e internacional; definindo essa cooperação pela justa reciprocidade, pela tolerância e compreensão entre co-partícipes, visando à paz; reivindicando, enfim, a valorização do patrimônio de cada cultura em sua autenticidade, como condição de coesão da nação, necessária à assimilação das técnicas modernas e afirmando, ao mesmo tempo, a solidariedade regional e inter-regional como estratégia do mundo em desenvolvimento.

A exigência da intercomplementaridade das políticas relativas aos campos da cultura, da educação, da ciência e da comunicação é ressaltada no conjunto das conferências realizadas entre 1970 e 1982, e, na Declaração do México, essa exigência se associa à finalidade de estabelecer um equilíbrio entre o progresso técnico e a

estatura intelectual e moral da humanidade, cujo descompasso Adiseshiah já apontara em suas obras *Pour que mon pays s'éveille e Il est temps de passer à l'action*. Nessas obras, a intercomplementaridade das políticas nos diversos campos de atuação da UNESCO, fundadas nos conceitos de desenvolvimento endógeno, da cultura como um direito que não se restringe à elite e no conceito de educação permanente, responde à constatação de que “a participação da coletividade local é um imperativo absoluto” para as mudanças duráveis. (Adiseshiah, 1972, p. 176)

A UNESCO, o livre fluxo de informação e o “direito de comunicar”

A Declaração do México, aprovada na Mondialcult em 1982, abre-se com a constatação de que as profundas transformações provocadas pelo avanço técnico modificam o lugar do homem no mundo, assim como suas relações com a natureza. Num novo contexto tecnológico, essa declaração, além de precisar a definição da universalidade e reafirmar a intercomplementaridade das políticas governamentais nas áreas da educação, da ciência, da cultura e da comunicação, reafirma também um objetivo já constante da pauta da UNESCO: a “promoção da circulação livre das idéias pela palavra e pela imagem”. Esse objetivo, passível de ser compreendido como um princípio de ação, é então associado àquele relativo a uma “difusão mais ampla e melhor equilibrada da informação, das idéias e dos conhecimentos”, situados, ambos, como princípios de uma nova ordem mundial da informação e da comunicação, viabilizadora do “direito de todas as nações não apenas receber, mas também transmitir conteúdos culturais, educativos, científicos e tecnológicos”. (UNESCO, 1982a, item 36)

Sintetizando a discussão sobre os diversos aspectos das políticas culturais, essa declaração expressa, dessa forma, algumas das motivações presentes nos debates sobre as desigualdades da ordem mundial realizando-se então em diversos foros internacionais e também na Conferência Geral da UNESCO. Ao longo da década de 1970 prosseguem na UNESCO os questionamentos e reivindicações

do mundo em desenvolvimento concernentes aos problemas relativos à informação e à comunicação, nos quais se incluem: a identificação do princípio do livre fluxo de informação com um passado colonial a ser superado; a necessidade do estabelecimento de condições para um diálogo Norte-Sul em novas bases, como também para uma intercomunicação Sul-Sul; a necessidade de superação dos estereótipos produzidos pelas imagens inexatas, falsas ou distorcidas veiculadas pela indústria cultural mundializada em fluxos de informação e mensagens comercializados pelas corporações transnacionais.

Enquanto esse debate se desenvolve, a crise do sistema financeiro repercute na UNESCO, reduzindo suas possibilidades de atuação, num momento em que, com o agravamento da situação política mundial, ela é percebida como um foro privilegiado para a discussão dos problemas decorrentes das relações Norte-Sul, vigorosamente enfrentados desde a Primeira Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados, em 1961, tendo em vista o estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial.

Em 1973, em Argel, na sua quarta conferência, as lideranças governamentais do Movimento dos Países Não-Alinhados, envolvendo agora países dos três continentes, explicitam a indissociabilidade entre uma nova ordem econômica mundial e uma nova ordem mundial da informação e da comunicação e contrapõem ao princípio do livre fluxo de informação a reivindicação de uma informação mais ampla, livre e equilibrada. Retomadas em reuniões posteriores, essas idéias serão aprofundadas e, desde a Conferência de Ministros da Informação desses países, em 1976, serão formalizadas numa declaração, ratificada na Quinta Conferência dos Chefes de Governos, realizada também em Colombo, nesse ano.

Os países não-alinhados reivindicam o estabelecimento das condições para um equilíbrio nos fluxos de informação, de modo a conferir um pleno sentido da liberdade de expressão, viabilizar a democratização da informação no plano internacional, com a finalidade de tornar possível a difusão da auto-imagem dos países do mundo em desenvolvimento, assim como seu acesso às informações necessárias à tomada de decisão na condução das economias nacionais.

Essas reivindicações repercutem na ONU, cuja Assembléia Geral, após difíceis negociações,⁴² aprova, em sessões extraordinárias, ocorridas em 1974 e 1975, a Declaração das Nações Unidas sobre o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional e a Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados. Nesses documentos, explicita-se a impossibilidade de – sob a permanência de vestígios da dominação estrangeira, colonial e neocolonial, da discriminação, assim como da partilha desigual dos benefícios do desenvolvimento tecnológico – atingir-se a emancipação e o progresso dos países em desenvolvimento, reconhecendo-se então o direito de esses países se beneficiarem dos progressos científicos e tecnológicos para a aceleração de seu desenvolvimento econômico.

O senegalês Amadow-Mahtar M’Bow, eleito diretor-geral na 18ª CG-1974, situa nesse ano o final do primeiro período de realizações bem-sucedidas da UNESCO, no cumprimento dos objetivos estabelecidos em seu Ato Constitutivo, e relaciona, entre as ações indicativas do início de um segundo período, a inclusão no programa da UNESCO da noção do “direito de comunicar”;⁴³ a ampliação da organização com a admissão de novos membros, entre os quais a República Democrática da Coreia e a Guiné-Bissau, que obtivera no

⁴² Divididos na aprovação desses documentos, os sete países mais industrializados – EUA, Canadá, Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Japão – unem-se, em 1975, no grupo dos sete (G-7), um novo diretório mundial de decisões sobre as relações Norte-Sul, então questionadas. Prossegue, assim, a tendência de criação de centros de poder mundial, num sistema paralelo ao sistema ONU, para, acima deste, defender os interesses dos países mais ricos do planeta. Cf. DREIFUSS, René. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1919-1986*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

⁴³ Esse conceito, apresentado, em 1969 por Jean D’Arcy, então diretor dos serviços visuais e de rádio no Escritório de Informação Pública da ONU, aponta para a necessidade de, no novo momento de progresso tecnológico, ampliar-se o direito à informação, estabelecido 21 anos antes na Declaração Universal dos Direitos do Homem (art. 19), a fim de abarcar, nas condições políticas presentes, o direito de comunicar. FISCHER, Desmond. *O direito de comunicar: expressão, informação e liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1984, publicado pela primeira vez na coleção da UNESCO, *Rapports and Papers on Communication*, n. 94, em 1982.

Acordo de Argel o reconhecimento de sua independência; a admissão, na Conferência Geral, na qualidade de observadores, de movimentos sociais que, desde 1970, recebiam o apoio da UNESCO: a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), reconhecida, no ano anterior, pela Liga Árabe, assim como de 14 movimentos de libertação reconhecidos pela Organização da Unidade Africana (OUA). (UNESCO, 1974)

Nesse segundo período, a UNESCO é punida com a suspensão da contribuição dos EUA para o orçamento do biênio seguinte, em represália às resoluções aprovadas sobre Israel, sendo este apenas um exemplo das oposições interpostas à UNESCO desde que ela se envereda no contraditório terreno da liberdade de informar – ciosa, ideológica e agressivamente guardada mediante o princípio do livre fluxo de informação – e da liberdade de informar-se, bem como das capacidades e do direito de comunicar.

A análise do direito de comunicar, assim como a ajuda aos Estados-membros na formulação de suas políticas de informação constavam, desde 1970, de ações do diretor-geral autorizadas pela Conferência Geral, que recomenda, nesse segundo período, a realização de Conferências Intergovernamentais sobre Políticas de Comunicação para a América Latina e para a Ásia. Recomendação que, na interpretação dos defensores do princípio do livre fluxo de informação, aponta para o objetivo de atribuir ao Estado uma tarefa que não é a dele, ou seja, a tarefa de estabelecer o controle sobre os fluxos e o conteúdo da informação. Além disso, a Conferência Geral aprovava ainda resolução convidando o diretor-geral a convocar um grupo de especialistas para apresentar relatório sobre a influência das empresas transnacionais na educação, na ciência, na cultura, na comunicação, no meio ambiente e no desenvolvimento.⁴⁴

Os rumos e desdobramentos do debate e dos programas de ação da UNESCO desde o início da década de 1970 permitem compreender o sentido da mesa-redonda do seu Secretariado, organizada

⁴⁴ Vários estudos sobre a influência das sociedades transnacionais nas áreas de atuação da UNESCO são por ela desenvolvidos a partir de 1975. Ver: REIFERS, Jean-Louis. *Sociétés transnationales et développement endogène: effets sur la culture, la communication, la science et la technologie*. Paris: UNESCO, 1981.

em 1970 por René Maheu, com a finalidade explícita de estudar possíveis melhorias nos programas, nas estruturas e nas relações humanas desse Secretariado. Permitem ainda compreender a contundência da expressão de M'Bow (1976a, p. 350) em matéria intitulada *Um programa executado em que pesem sérios obstáculos*, segundo a qual, durante o biênio 1974-1976,

pela primeira vez na história da Organização, uma campanha sistemática era conduzida contra ela, desde seu exterior, com ramificações no seio mesmo do seu Secretariado, cujo objetivo, na aparência, era impedir que o Diretor-geral executasse o programa aprovado na Conferência Geral.

É possível compreender também a expressão o “espírito de Nairóbi”, utilizada com frequência para se referir à 19ª CG-1976, no sentido de traduzir a atitude de tolerância, assim como a disposição para a conciliação de interesses divergentes na busca do consenso, e tendo em vista evitar o confronto que ameaçava a sobrevivência da organização transformada, à época, em notícia na grande imprensa ocidental.

A atitude de tolerância e a disposição para chegar ao consenso foram alcançadas mediante o uso de técnicas de negociação nas questões controversas, geradoras de impasses na Conferência Geral. Tal estratégia, objetivando preservar a UNESCO após os afrontamentos ocorridos na 18ª CG-1974, tem origem na proposta de M'Bow, aprovada pelo Conselho Executivo, visando à constituição de um grupo de redação e de negociação, para obtenção de acordo e aprovação de decisões pelo consenso, e não apenas pela forma habitual do voto, pois ela estava colocando em minoria, na Conferência Geral, os maiores financiadores da UNESCO.

Posta em prática pela primeira vez na 19ª CG-1976, realizada em Nairóbi, essa técnica de negociação resultou no adiamento de questões, entre as quais os anteprojetos de declaração sobre os meios de informação e a questão racial, consolidados, após novos estudos e negociações, na Declaração sobre os Princípios Fundamentais Relativos à Contribuição dos Meios de Comunicação de Massas, ao Fortalecimento da Paz e da Compreensão Internacional, à Promoção

dos Direitos Humanos e à Luta contra o Racismo, o Apartheid e a Incitação à Guerra, aprovada na 20ª CG-1978.⁴⁵ Essa técnica permitiu, nesse momento de grande complexidade, a aprovação de amplo leque de questões, algumas controversas, entre as quais o Primeiro Plano de Médio Prazo da UNESCO 1977-1982, cujo primeiro esboço fora apresentado na 16ª CG-1970, em atendimento à recomendação feita desde a 14ª CG-1966. (Hummel, 1982)

Unidade e diversidade em tensão permanente, exigindo uma análise e soluções globais dos problemas, pois eles são globais, constitui a idéia fundamental da reflexão do diretor-geral sobre as questões com as quais o mundo se defronta, no novo contexto de desenvolvimento tecnológico, na obra *Comprendre pour agir: l'UNESCO face aux problèmes d'aujourd'hui et aux défis de demain*, que apresenta o Primeiro Plano de Médio Prazo 1977-1982. O corolário imediato dessa idéia apresenta-se naquela segundo a qual, num mundo de sociedades cada vez mais interdependentes, impõem-se o respeito às diferenças, a solidariedade entre as nações e sua união na superação das desigualdades e dos conflitos e na construção e realização de um projeto humano, para a humanidade.

A universalidade e indivisibilidade dos direitos do homem são então consideradas e relacionadas às questões postas pelo desenvolvimento: a exigência de uma visão unitária e global da problemática mundial, seus desdobramentos nas contradições, nos confrontos e tensões e nas desigualdades profundas e inaceitáveis, em todos os campos ou dimensões da vida e da expressão humanas. Em consequência, argumenta-se aí com a noção da universalidade, atribuindo-a tanto ao desenvolvimento como à ciência que lhe fornece fundamentos e meios.

⁴⁵ Em 1980, em Oslo, a UNESCO apresenta, no Colóquio sobre o Consenso, organização conjunta da sua Divisão dos Direitos do Homem e da Paz e da Comissão Nacional norueguesa para a UNESCO, reflexão sobre o consenso defendendo sua necessária institucionalização naquele momento da sociedade mundial, visando à obtenção de acordo nas questões cuja finalidade seja o bem comum da humanidade, preservando, ao mesmo tempo, a soberania dos Estados-nações. Ver a respeito: M'BOW, Amadou Mahtar e outros. *Le consensus et la paix*. Paris: UNESCO, 1980.

M^o Bow ressalta, então, as características de objetividade e neutralidade da ciência, as quais, junto com sua universalidade, supostamente a ligariam, em nome de sua natureza teórica, à busca desinteressada do conhecimento como fim, um “em si”, justificando a liberdade do cientista na busca do conhecimento. Alerta, todavia, para o pressuposto inerente a essa perspectiva segundo a qual a atividade científica é percebida como algo separado do contexto social e cultural em contraposição à necessidade de reconhecer a não-neutralidade dessa atividade que, sendo política, explica-se pelo contexto social em que se realiza.

Objeto, portanto, de escolhas e decisões, a atividade de pesquisa incide nos caminhos e finalidades do desenvolvimento, em sua dimensão global. Da relação mútua desses caminhos e finalidades com os problemas do crescimento econômico, impulsionado pelo conhecimento científico, decorre a necessidade imperativa de uma ética da ciência. Levando-se em conta a indissociabilidade desses dois aspectos fundamentais da ciência – sua dimensão teórica que a faz universal, e sua dimensão social, cultural e política impondo-lhe a diversidade do particular, do local –, faz-se necessário considerar o conhecimento científico como patrimônio comum da humanidade, em contraposição a uma apropriação exclusiva desse saber. Até porque, ressalta M^o Bow, o desenvolvimento por ele possibilitado, em sua universalidade e diversidade, “é um processo que está em todas as partes, mas cujo centro não está em parte alguma”. (1977, p. 22)

Na versão finalmente aprovada, o Primeiro Plano de Médio Prazo da UNESCO, fundado nos conceitos de desenvolvimento endógeno e descentrado, na consideração da ciência como patrimônio comum da humanidade, no respeito à identidade cultural dos povos e às necessidades das nações, seus Estados-membros, no reconhecimento da indivisibilidade e universalidade dos direitos do homem, inclui modificações, entre as quais aquela relativa à nova formulação do princípio sobre o fluxo de informação agora defendido como “fluxo mais livre e equilibrado da informação”. Essa modificação atende à recomendação da Assembléia Geral da ONU, pela qual as agências especializadas desse sistema são chamadas a elaborar programas em suas áreas de competência com a finalidade de edificar uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei).

Nessa nova situação, uma reorganização institucional da UNESCO é também aprovada na 19ª CG-1976, criando-se três novos setores: o de Apoio ao Programa e à Administração, o de Desenvolvimento das Relações Exteriores e o de Cultura e Comunicação. Além disso, o Departamento de Ciências Sociais, cada vez mais solicitado numa sociedade que se quer una, sendo, ao mesmo tempo, diversa, tensionada, contraditória, foi transformado em Setor de Ciências Sociais.

Simultaneamente a essa reorganização institucional, numa organização intergovernamental que, nas palavras do então subdiretor-geral de Cultura e Comunicação, “não pretende mais falar de modo geral em ‘liberdade de expressão’ e ‘liberdade de informação’ e sim em ‘acesso e participação na informação’ e ‘circulação equilibrada de informação’”,⁴⁶ é também aprovada nova modificação na composição do Conselho Executivo. Desde então, seus membros, eleitos pela Conferência Geral, mas indicados pelos Estados-membros, podem ser substituídos segundo as conveniências exclusivas dos governos nacionais que representam.

Também nesta 19ª reunião da Conferência Geral, é obtido ainda o acordo para constituir a Comissão Internacional para Estudo dos Problemas da Comunicação (CIC). Presidida pelo jornalista irlandês Sean MacBride, a CIC, constituída um ano depois, em dezembro de 1977, seguiu os procedimentos habituais. Contempla na sua constituição as diversas, e até contrárias, posições defendidas pelas heterogêneas forças protagonistas do debate sobre a informação e a comunicação na sociedade mundial.⁴⁷ Como de costume, as divergências apresentadas no exame das questões constantes de seus objetivos,

⁴⁶ Cf. MAKAGIANSAR, Makaminan. A UNESCO e os problemas da comunicação. In: *O Correio*, ano 5, n. 6. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, jun. 1977. Com o tema: “Informação: de quem e para quem?”, esse número de *O Correio* é dedicado ao assunto que dividiu a Conferência Geral de 1976, apresentando as posições diversas dos envolvidos na questão, incluindo os países não-alinhados, a posição soviética e a dos EUA, assim como o trabalho da UNESCO na criação e no apoio ao funcionamento de agências nacionais de notícias.

⁴⁷ Utilizando aqui uma terminologia que não é a da UNESCO estão aí representados o bloco soviético, o bloco ocidental (França, Canadá, Holanda e Estados Unidos) e o G-77, ou seja, os países não-alinhados, que incluem a Iugoslávia e países da Ásia, África e América Latina.

diante da impossibilidade e/ou da inconveniência de um aprofundamento, são registradas em notas de rodapé incluídas no relatório final.

Esse relatório, intitulado *Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época*, foi apresentado, em sua forma definitiva, na 21ª CG-1980, realizada em Belgrado, onde é aprovado pela Resolução 4/19. Essa resolução, junto com a Resolução 4/21, que trata da criação do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC),⁴⁸ também aprovada nessa reunião da Conferência Geral, nortearão a ação da UNESCO na área de comunicação nos anos imediatamente subseqüentes. (UNESCO, 1985, p. XXV)

Considerar em conjunto as ações aprovadas nessas duas resoluções, a primeira relacionada à fase de reflexão sobre os problemas da comunicação mundial, a segunda voltada para as medidas operacionais relativas à promoção das políticas e das infra-estruturas de comunicação, bem como à formação de profissionais para a área, nos quadros da cooperação internacional, permite compreender melhor seu significado no contexto em que se desenvolvem.

Permite ainda compreender como, mais uma vez, a UNESCO realiza “a síntese dos contrários”, explicitados e, ao mesmo tempo, ocultados no relatório da CIC, cujo título, de acordo com Mustapha Masmoudi, em vez de *Um mundo e muitas vozes* deveria ser *Por uma nova ordem mundial da informação e da comunicação*, designação mais compatível, segundo ele, com o objetivo do texto. Interpretação diversa é apresentada pelo representante soviético, Sergei Losev, para

⁴⁸ O PIDC tem origem em sugestão da delegação dos EUA apresentada na 20ª CG-1978, na qual, após um ano de trabalho, a CIC apresenta seu relatório em versão provisória. O objetivo estabelecido para o PIDC na Resolução 4/21 consiste em “promover políticas, infra-estruturas e formação em matéria de comunicação”. Tendo em vista a contribuição da UNESCO à cooperação internacional nessa área, a resolução citada também convida o diretor-geral a convocar os “representantes dos governos para uma reunião de planificação em que se defina e proponha um mecanismo institucional de consulta sistemática sobre as atividades, as necessidades e os programas relativos ao desenvolvimento da comunicação”, do que resultará a criação do Conselho Intergovernamental do PIDC. Cf. UNESCO. *Actas de la Conferencia General, 20ª reunión*. Resoluciones, volume 1, Paris, 24 out./nov. 1978, Res. 4/9.4, p. 109.

quem o conceito de uma nova ordem internacional da informação “foi solapado durante a preparação do relatório”, “demasiadamente ocidentalizado, tanto na terminologia quanto no seu enfoque”.⁴⁹

Em sentido semelhante, Gabriel Garcia Marquez e Juan Somavía, também membros da CIC, chamam a atenção para a “tendência a ‘glorificar’ as soluções tecnológicas”, presente no relatório, que, focalizando, de outro lado, a comunicação como processo social, para além da informação, “permite situar o debate geral da comunicação no contexto global, ao mesmo tempo político, econômico e cultural, como se deve”. E, concordando com a legitimidade de pensar no desenvolvimento das infra-estruturas de comunicação dos países do Terceiro Mundo, alertam para a inadequação de adotar-se, para esse fim, a idéia de um “Plano Marshall”, cuja tendência seria “reproduzir os valores ocidentais e os interesses transnacionais nas sociedades do Terceiro Mundo”. (MacBride e outros, 1983, p. 465)

A respeito dos limites e possibilidades do Relatório MacBride – os limites, mais que as possibilidades são freqüentemente apontados –, é necessário considerar, em primeiro lugar, que, quando a CIC inicia seu trabalho, a discussão sobre os problemas da comunicação, na perspectiva da defesa de uma nova ordem internacional da informação, já se encontra em curso. Esse debate tem início na década de 1970 e prosseguirá na seguinte, envolvendo não apenas os atores intergovernamentais,⁵⁰ mas também organizações de profissionais, como a Federação Latino-Americana de Jornalistas e a Federação

⁴⁹ Mustapha Masmoudi, um dos membros da CIC, fora secretário de Estado encarregado da informação e, além de delegado permanente da Tunísia na UNESCO, é, na ocasião, presidente do Conselho Intergovernamental de Coordenação e Informação dos Países Não-Alinhados. Cf. UNESCO. MACBRIDE, Sean et alii. *Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época. Relatório da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ UNESCO, 1983, p. 482. A citação é retirada do Apêndice I, p. 463, do relatório, também conhecido como Relatório MacBride.

⁵⁰ Além do Movimento dos Países Não-Alinhados já citado, também os países do Pacto Andino haviam explicitado em declaração de 1972 suas preocupações com a circulação, na sub-região, de informações em sua maioria processadas no exterior.

Árabe de Jornalistas, além de organizações de pesquisa, como a Fundação Internacional para Alternativas de Desenvolvimento (Suíça), a Fundação Dag Hammarskjöld (Suécia), o Instituto Internacional de Comunicação (Colônia, Alemanha Ocidental), o Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (Ilet, México), cujas atividades se relacionam com o desenvolvimento da questão na ONU, na UNESCO e na CIC, realizando-se, algumas delas, em promoção conjunta das duas últimas.⁵¹

Acrescente-se ainda a repercussão nos trabalhos da CIC das Conferências Intergovernamentais sobre as Políticas de Comunicação realizadas pela UNESCO – em 1976, para a América Latina, em São José da Costa Rica, e em 1979, em Kuala Lumpur (Malásia), para a Ásia e a Oceania –, ambas consideradas, em suas recomendações básicas, no relatório da CIC. Em 1980 realiza-se, em Yaoundé, Camarões, conferência sobre esse tema, para a África, o que para os Estados Árabes somente será possível em 1987.⁵²

Nos debates propiciados por essas conferências, seus objetivos, que incluem o papel da comunicação numa abordagem global do

⁵¹ Cf. RONCAGLIOLO, Rafael. A Nomic. Contra-informação e democracia a partir do Terceiro Mundo. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (Org.) *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Cortez/Intercom, 1982; FISCHER, Desmond, 1984; SOMAVÍA, Juan. (Org), 1977; MACBRIDE, Sean et alii, 1983; BELTRÁN, Luis Ramiro S. e CARDONA, Elizabeth Fox. Mass media et domination culturelle. In: *Perspectives*, vol. X, n. 1, Paris: UNESCO, 1980, p. 81-95; UNESCO. *Telecommunication tariffs for the mass media*. New Communication order, n. 8. Paris: UNESCO.

⁵² A Conferência Intergovernamental sobre as Políticas da Comunicação para os Estados Árabes foi convocada pelo diretor-geral da UNESCO desde 1982, em atendimento à resolução adotada pela 21ª CG-1980. Sua realização, prevista inicialmente para esse ano, foi adiada para 1984, por resolução da 22ª CG-1983, em razão do agravamento crescente da situação política no Oriente Médio, desde a segunda metade da década de 1970, referida no relatório final da conferência como “circunstâncias imprevistas”. Após novo adiamento, o Conselho Executivo autoriza o diretor-geral a proceder ajustamentos necessários no programa e no orçamento do biênio 1986-1987, visando à realização da conferência, que tem lugar, nesse último ano, na capital do Sudão. Cf. UNESCO. *Conférence intergouvernementale sur les politiques de la communication dans les États Arabes*. Rapport final. Khartoum (Soudan) 19-23 jul. 1987. CC-87/Arabcom/3.

desenvolvimento, com referência particular à educação, ciência, tecnologia e cultura, desdobram-se em várias questões como: a afirmação das identidades culturais; a recusa à imposição cultural vertical, assim como a padrões de comportamentos uniformes que podem resultar na perda da substância cultural autóctone; a valorização das formas tradicionais de comunicação interpessoal e comunitária, vistas como não impeditivas do desenvolvimento da comunicação; a defesa do uso racional dessas formas de comunicação; a afirmação do papel dos meios de comunicação na preservação dos fundamentos espirituais da nação árabe, cuja fonte primordial é o Islã. (UNESCO, 1987, p.24)

As recomendações decorrentes dizem respeito à criação de conselhos nacionais de comunicação, à criação e ao desenvolvimento de agências nacionais e regionais de notícias, a fim de garantir o pluralismo das fontes de informação, e ao papel da UNESCO na promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento de sistemas nacionais de comunicação. Considerando a comunicação como um bem social, um serviço público e não como mercadoria, recomenda-se o reforço do trabalho conjunto da UNESCO com a UIT, tendo em vista o estabelecimento de tarifas preferenciais ou a preço reduzido para as novas agências de notícias que forem sendo criadas, não obstante as dificuldades interpostas pelas agências privadas, em defesa de seus interesses no mercado da informação.

A criação da Agência Latino-Americana de Serviços Especiais de Informação (Alasei), em 1983, fornece um exemplo das dificuldades então enfrentadas. Sua criação atende às recomendações da Conferência Intergovernamental de Políticas de Comunicação de São José da Costa Rica, na qual os governos participantes estabelecem que a criação de agências de notícias, então reivindicada, não deveria resultar em qualquer prejuízo para o livre funcionamento, presente ou futuro, das agências já estabelecidas na região. (UNESCO, 1977 b, p. 6)

Assim, os protestos e a mobilização da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), que reúne proprietários de 1500 jornais da região, e da Associação Interamericana de Radiodifusão (AIR), que congrega proprietários de emissoras de rádio e televisão da América

Latina e dos EUA, contra a criação da Alasei, não são isolados das salvaguardas de seus interesses também pelos governos locais.⁵³

De outro lado, é necessário considerar as dificuldades para implantação de legislação nacional visando ao cumprimento do direito constitucional de comunicar. Essas dificuldades encontram exemplo nas tentativas de sucessivos governos mexicanos no sentido de concretizar recomendações da Conferência Intergovernamental de Políticas de Comunicação de São José da Costa Rica, num momento em que o poder do Estado perante as corporações transnacionais e seus associados locais é crescentemente diminuído e delimitado por sua localização na divisão internacional do trabalho e no sistema econômico mundial. Esse fato é demonstrado por John Sinclair, em sua análise do caso específico da Televisa “mexicana”, em suas articulações transnacionais, visando à conquista do mercado de língua hispânica no campo da informação e do entretenimento.⁵⁴

Acerca dos limites e possibilidades do relatório da CIC, vale considerar ainda o fato de que, desde a segunda metade dos anos 70, a UNESCO e suas ações, principalmente aquelas relacionadas às Conferências Intergovernamentais sobre as Políticas de Comunicação, à CIC, ao PIDC e à Mondialcult, foram objeto de uma campanha sistemática empreendida pelos meios privados de comunicação e potencializada pela participação ativa do governo dos EUA, principalmente no período presidencial de Ronald Reagan. Seu governo,

⁵³ Cf. A SIP boicota a Alasei . In: *Cadernos do Terceiro Mundo*, VI, n. 61, dez., 1983, p. 86-87.

⁵⁴ O autor defende a necessidade de superar os vícios da análise crítica, a fim de que ela dê conta das múltiplas e contraditórias relações no campo da comunicação nas novas condições de expansão mundial de um modelo comercial de informação e comunicação. Postula então o abandono de uma perspectiva que divide o mundo em dois blocos distintos de Estados-nações mantidos em um equilíbrio desigual: um bloco ocidental reproduzindo as relações coloniais no neocolonialismo, sob uma nova hegemonia e mediante uma arqui-manipulação do Terceiro Mundo, bloco também visto como homogêneo. SINCLAIR, John. Neither west nor third world: the mexican television industry within the NWICO debate. In: *Farewell to NWICO? Media, Culture and Society*, vol. 12, SAGE, London, Newbury Park and New Delhi, 1990, p. 343-360. Ver também na mesma fonte: ROACH, Colleen. The movement for a new world information and communication order: a second wave?, p. 283-307.

na nova orientação do mundo capitalista, destaca-se, juntamente com o governo inglês de Margareth Thatcher, na luta contra o capitalismo assistencialista da “Era de Ouro” (Hobsbawm, 1995, p. 245). No curso dessa campanha, é anunciada pelo secretário de Estado, George P. Schultz, a retirada dos EUA da UNESCO, em 1984, seguida no ano seguinte pela retirada também da Inglaterra e de Cingapura.

Os ataques e acusações endereçados à UNESCO e a suas ações, fartamente documentados, analisados e discutidos em *Hope & folly: the United States and UNESCO 1945-1985*,⁵⁵ não são isentos das prerrogativas conferidas pelo poder de selecionar, organizar e difundir as informações. Tampouco são isentos dos preconceitos diversos que supostamente justificam a defesa de interesses garantidos pelo princípio do livre fluxo de informação, de longa data preservado, inclusive pela própria UNESCO, então transformada em ré.

Assim, para os meios ocidentais de informação, a CIC é traduzida como uma ameaça à imprensa livre, contra a qual a “antiamericana e antidemocrática”⁵⁶ UNESCO teria declarado guerra, através da Nova Ordem Internacional da Informação e da Comunicação (Nomic). Esta é interpretada como “ataque, sob o patrocínio soviético, à imprensa livre” (citado por Preston Jr., p. 128). Nomic e PIDC são aí considerados como instrumentos de uma Noei, por sua vez interpretada como “fórmula para um Estado socialista global”; ou como um “esquema simplista de redistribuição de saúde e recursos a mais de cem nações subdesenvolvidas, mediante a criação de um Estado de bem-estar global financiado, principalmente pelos Estados Unidos e as nações industriais do mundo” (citado por Ray e Schaap, 1989, p. 22). É necessário ressaltar, entretanto, que, no contexto do neoliberalismo em processo de consolidação, as duas

⁵⁵ Com o objetivo de situar em sua perspectiva histórica a campanha contra a UNESCO e defender a cooperação internacional e o sistema das Nações Unidas, o livro apresenta estudos sobre as relações dos EUA–UNESCO desde o período em que esta foi idealizada. Em 1989, ainda no prelo, foi, ele também, objeto de ataques. Cf. RAY, Ellen e SCHAAP, William. Introduction. In: *Hope & folly: the United States and UNESCO 1945-1985*. Institute for Media Analysis Inc. NewYork: University of Minnesota Press, Mineapolis, 1989.

⁵⁶ Citado por HERMAN, Edward S. Anatomy of a smear: Ed Bradley and “60 minutes” on UNESCO. In: *Hope & folly: the United States and UNESCO*, 1989, p. 328.

formas de Estado se equivalem, sendo ambas percebidas como ameaças à liberdade do mercado. Nesse contexto, a cooperação multilateral, sob a coordenação dos organismos intergovernamentais, postulada no pós-45, cede seu espaço, já restrito, aos contratos bilaterais apoiados pela UNESCO da década de 1990, na realização de seu papel catalisador. (Mayor, 1995)

Considerando o debate sobre a Noei e a Nomic em realização nos diversos espaços mundiais, desde o início da década de 1970, assim como o fato de que a UNESCO, na defesa de um fluxo equilibrado da informação, não abra mão do princípio do livre fluxo de informação, uma compreensão da campanha empreendida contra ela não pode ignorar, em primeiro lugar, a posição absolutamente contrária do monopólio transnacional da *media* quando se trata de discutir a partilha do poder de comunicar, por menor que seja a parcela reivindicada. Não pode ignorar ainda que, mesmo no esgotamento do multilateralismo, uma recomendação aprovada num organismo da ONU, ainda que não-cumprida, constitui sempre um constrangimento moral para as grandes democracias do mundo ocidental.

O livre fluxo de informação, a UNESCO e sua nova estratégia

A realidade mundial dos anos 90 apresenta novos desafios às organizações criadas no pós-45, para coordenar a cooperação entre as Nações Unidas tendo em vista a reconstrução do mundo, seu desenvolvimento, o progresso e a paz. Em relação à UNESCO, e mais especificamente ao seu ideal de universalidade, essa realidade se apresenta, ao mesmo tempo, carregada de promessas e de esperanças. A promessa de uma humanidade unida, mantendo na UNESCO, já nos meados da década, a esperança de repetir-se, com a derrubada dos muros da pobreza, da exclusão e da ausência de solidariedade ainda separando povos e nações, o “sentimento propiciado pela conquista espiritual que, em novembro de 1989, a todos emocionou”.⁵⁷

⁵⁷ Fala do diretor-geral, Federico Mayor, na sessão de abertura da 28ª CG-1995. Cf. UNESCO. *Comptes rendus des débats*. Vingt-huitième session. Paris: UNESCO, 1995, p. 12.

A UNESCO da década de 1990, fundada nos objetivos já alcançados na direção do desarmamento, nutre a esperança de que recursos até então destinados à indústria da guerra sejam encaminhados para a correção do abismo entre a prosperidade de poucos e a pobreza de muitos. Na expressão de Federico Mayor, esperança de que o cumprimento desse dever, de todas as nações, possa ser o início “da grande transição de uma cultura fundada na força para uma cultura cujo fundamento seja a paz”. (UNESCO, 1989, p. 11)

Concentração em sua missão ética, tendo em vista um “retorno” da UNESCO à essência do seu Ato Constitutivo – “construir a paz no espírito dos homens” –, constitui o propósito expresso pelo diretor-geral na 25ª CG-1993. Propósito sugestivo se, lembrando que este sempre foi o objetivo da UNESCO, o associarmos ao clima de guerra desencadeado nas duas décadas anteriores, por suas ações visando à construção de uma Noei e de uma Nomic, incorporadas aos objetivos dos dois planos de médio prazo para os períodos de 1977-1982 e 1984-1989, e ao PIDC. Esse clima de guerra culminou numa redução significativa da abrangência da UNESCO, que deixa de contar, na primeira metade da década de 1980, com três dos seus Estados-membros, dos quais dois eram os maiores contribuidores de seu orçamento.

Compreender esse retorno, essa esperança e esse propósito nos remete à “nova estratégia” adotada por consenso na 25ª CG-1989, quando é também aprovado o Terceiro Plano de Médio Prazo da UNESCO, para o período de 1990-1995. A elaboração tanto do plano quanto da “nova estratégia”, por exigência da situação em que então se encontrava a UNESCO, considera os resultados de um amplo e diversificado processo de avaliação dos três biênios de execução do Segundo Plano de Médio Prazo e da UNESCO como um todo.

Incluem-se nesse processo estudos realizados pelo Secretariado da UNESCO e por órgãos intergovernamentais, pelo Secretariado em colaboração com outras agências da ONU, pelo Conselho Executivo e por avaliadores externos. Entre estes, o General Accounting Office dos Estados Unidos, cujo relatório sobre a administração da UNESCO é apresentado em 1984. Há ainda a comissão independente, presidida por Knut Hammar skjöld, e o Grupo Consultivo Internacional, sob a presidência de Peter

Wilenski, que apresentam relatórios de avaliação da UNESCO, respectivamente, em 1988 e 1990.⁵⁸

A elaboração dos dois documentos – o plano de médio prazo e a “nova estratégia” – envolve, ainda, um amplo processo de consulta e de negociação, em reuniões e conferências das Comissões Nacionais para a UNESCO da América Latina, da África, da Ásia e do Pacífico, dos Estados Árabes e da Europa, realizadas entre janeiro de 1987 e fevereiro de 1989. Considera também o informe do Conselho Executivo, em que, revisadas e analisadas as relações entre a UNESCO e as ONGs no período 1983-1988, acompanhadas de recomendações acerca da preparação e execução do programa, das subvenções às ONGs e da descentralização das atividades da organização. Considera ainda os resultados obtidos pelas organizações internacionais não-governamentais (Oings) reconhecidas pela UNESCO como entidades consultivas das categorias A e B, na sua 21ª Conferência realizada em junho de 1988, na sede da UNESCO.

Desde a 23ª CG-1985, a primeira após a retirada dos EUA e da Inglaterra, tem início nas instâncias máximas da UNESCO o processo de elaboração da “nova estratégia”, e também da organização das condições para, mais uma vez, empreender-se a

⁵⁸ Tem início, a partir de 1990, uma reforma administrativa e de pessoal, abrangendo os seguintes aspectos: concentração e descentralização do trabalho da UNESCO, redução de despesas administrativas, simplificação e racionalização de procedimentos e práticas de administração, delegação de poderes, contratação e avaliação de pessoal, compreendendo redução de postos de serviço, estratégia de recrutamento para atender ao critério de concorrência no preenchimento dos postos de serviço, sistema de horários flexíveis com verificação efetiva de presenças e sistema de notação visando a uma avaliação por mérito. O processo de reforma conta ainda com o trabalho de acompanhamento do grupo consultivo constituído por: C. L. Sharma, então diretor-geral adjunto da UNESCO (presidente); K. Hammarskjöld, diplomata suíço, então membro da direção geral de várias sociedades públicas e privadas, e J. Fobes, ex-chefe da Usaid na Índia, após ter ocupado o cargo de diretor-geral adjunto da UNESCO (1971-1977). Quando participa do grupo consultivo, é presidente da Associação para as Nações Unidas (Oeste da Carolina do Norte, EUA) e membro do Clube de Roma. Esse grupo apresentou um relatório em 1993, outro em 1994, dois em 1995 e um em abril de 1996. O General Accounting Office apresenta relatórios em 1979, 1984, 1992 e 1993. Cf. UNESCO. *La volonté de réforme*. Aperçu des réformes réalisées: 1988-1996. Paris: UNESCO, 1996 a.

“síntese dos contrários”. Quando M’Bow apresenta nessa reunião da Conferência Geral o documento “Métodos de preparação do Terceiro Plano de Médio Prazo e o calendário de seu exame e aprovação”, é aprovada a Resolução 23 C/48. Por ela o diretor-geral é convidado a realizar estudo sobre o calendário e os preparativos do projeto desse plano, cuja apresentação ao Conselho Executivo em sua 124ª reunião fica então estabelecida para maio de 1986, prevendo-se a discussão e votação dessa matéria para a 25ª CG-1989.

Na 124ª reunião do Conselho Executivo, é aprovada a Decisão 124 Ex/4.1, pela qual o diretor-geral é convidado a proceder a ampla consulta aos Estados-membros e membros associados, às organizações internacionais governamentais e não-governamentais, a personalidades eminentes dos meios intelectuais nos campos de atuação da UNESCO e também aos ex-membros do Conselho Executivo.⁵⁹ Em sua reunião seguinte, o conselho estabelece a orientação para elaboração do questionário a ser usado na consulta solicitada com a finalidade de preparar o Terceiro Plano de Médio Prazo.

Os questionários foram enviados em janeiro de 1987, e os dados obtidos subsidiaram o documento 24 C/4, “Informe sobre a preparação do Terceiro Plano de Médio Prazo”, apresentado por M’Bow, na 24ª CG, ocorrida em novembro/dezembro desse ano, o último de seu segundo mandato como diretor-geral. A conclusão do processo de elaboração do Terceiro Plano de Médio Prazo e da “nova estratégia” da UNESCO para os anos 90 ocorre, portanto, sob a coordenação do sucessor de M’Bow, o espanhol Federico Mayor Zaragoza, eleito diretor-geral na 24ª CG.

Esse trabalho se prolongará, entretanto, por mais três reuniões do Conselho Executivo. Nestas, o novo diretor-geral apresenta,

⁵⁹ Cf. UNESCO. *Tercer Plan a Plazo Medio* (1990-1995), (25 C/4 Aprobado). Paris: UNESCO, 1989. p. 7. A respeito dessa consulta, é válido supor que os ex-membros do Conselho Executivo a serem consultados se limitem àqueles que representavam nesse conselho os dois Estados-membros recentemente afastados da UNESCO, os EUA e a Inglaterra, e que por meio dessa consulta pretende-se reabilitar a organização perante seus governos na espera de um pedido de reingresso na UNESCO.

primeiro, esboço do plano e síntese das respostas aos questionários de consulta, em seguida, o informe oral sobre o andamento dos preparativos para o plano e, finalmente, seu anteprojeto elaborado conforme estrutura e orientações fornecidas pelo conselho. Assim, nas 129^a, 130^a e 131^a reuniões do Conselho Executivo, são cuidadosamente elaborados o Terceiro Plano de Médio Prazo e a “nova estratégia” da UNESCO, cuja aprovação ocorre na 25^a CG-1989, como previsto desde a 23^a CG-1985.

A “nova estratégia”, elaborada na 129^a reunião do Conselho Executivo e confirmada na seguinte, é definida e justificada no parágrafo 25 do documento anexo à Decisão 129 EX/4.1. Seu ponto de partida consiste no reconhecimento da legitimidade da reivindicação dos países em desenvolvimento relativa ao fluxo equilibrado de informações, assim como das atividades desenvolvidas pela UNESCO, visando à instauração de uma *Nomic*, todas elas, ressalta-se, aprovadas por consenso na Conferência Geral.

Na seqüência desse raciocínio, reconhece-se que, em meio a acordos e reservas acerca dessa reivindicação e atividades a ela correspondentes, prevaleceram mal-entendidos e interpretações equivocadas da atitude da UNESCO perante a questão da liberdade da informação. E, considerando o consenso obtido na 24^a CG-1987, segundo o qual a UNESCO se dispõe a, “sem renegar seu passado, empreender o caminho da inovação”, justifica-se a oportunidade de “explorar as vias de uma nova estratégia que permita alcançar o objetivo global que a organização havia se fixado, em condições que descartem os mal-entendidos”.

Na “nova estratégia” fica mantido, portanto, o objetivo de promover a construção de uma nova ordem internacional da comunicação, entendida como um processo evolutivo e contínuo. Considerando os resultados obtidos numa avaliação das ações desenvolvidas no Segundo Plano de Médio Prazo – de que nem sempre as questões relativas ao desequilíbrio dos meios de informação, ao fortalecimento do pluralismo cultural, ao entendimento internacional, ao conhecimento mútuo e ao favorecimento da livre circulação da informação se resolvem pelo crescimento exponencial dos canais de informação –, justifica-se a “nova estratégia” como necessária à obtenção desses fins.

Quanto à área da comunicação, a “nova estratégia” consiste em voltar-se mais claramente para a formação de profissionais da área e para uma educação para os meios de comunicação, priorizando o desenvolvimento do espírito crítico dos usuários da *media*. Espera-se assim desenvolver a capacidade de reação das pessoas a qualquer tipo de informação recebida e favorecer-lhes uma correta compreensão dos meios de que dispõem para a defesa de seus direitos. Pretende-se, dessa forma, alcançar, paulatinamente, um equilíbrio na circulação da informação. (UNESCO, 1989, p. 106-107)

A nova ordem mundial da informação, mantida como objetivo da UNESCO, tanto na introdução ao plano como na definição da “nova estratégia”, não figura uma vez mais sequer ao longo de todo o plano. Saltam aos olhos em sua leitura, particularmente de seu Grande Programa IV, a comunicação a serviço da humanidade, a repetição incansável da adesão da UNESCO aos princípios da liberdade da imprensa, do pluralismo e da diversidade das fontes de informação e comunicação, assim como o cuidado de que as menções à “difusão mais ampla e melhor equilibrada da informação” sejam seguidas, sempre, da expressão “sem nenhum obstáculo à liberdade de expressão”, procedimento compatível com o objetivo geral da Área Principal do Plano, assim expresso:

que se manifeste com uma eficácia cada vez maior o interesse da Organização em garantir uma circulação livre da informação nos planos internacional e nacional, e sua difusão mais ampla e melhor equilibrada, sem nenhum obstáculo à liberdade de expressão, e que se fortaleça a capacidade de comunicação dos países em desenvolvimento. (UNESCO, 1989, p. 107)

Fruto de um amplo processo de avaliação e de negociação, a “nova estratégia” traduz a rearticulação necessária para adequar a UNESCO aos novos tempos. Continuidade e inovação, concentração e descentralização, racionalização de procedimentos e métodos ganham expressão no lema “fazer menos para fazer melhor”, adotado então pela UNESCO a fim de contribuir, em suas áreas de competência, para o enfrentamento dos três grandes desafios dos anos 90: o desenvolvimento solidário, a proteção do meio ambiente e a construção da paz.

Assim, enquanto o Segundo Plano de Médio Prazo constituía-se de 14 grandes programas, no Terceiro Plano de Médio Prazo eles se reduzem a sete, a saber:

a educação e o futuro; a ciência a serviço do progresso e do meio ambiente; a cultura: passado, presente e futuro; a comunicação a serviço da humanidade; as ciências sociais e humanas num mundo que se transforma; contribuição da UNESCO aos estudos prospectivos e às estratégias de desenvolvimento; contribuição da UNESCO para a paz, os direitos humanos e eliminação de todas as formas de discriminação. (UNESCO, 1989, p. 107)

O quarto desses grandes programas e seus três programas – “livre circulação da informação e solidariedade; a comunicação a serviço do desenvolvimento; as repercussões socioculturais das novas tecnologias da comunicação” – e respectivos subprogramas repercutem nas demais áreas de atuação da UNESCO e também no PIDC, chamado a se adequar à “nova estratégia”, mediante seu reforço, aumento de sua eficácia e profissionalização, como estabelecem os objetivos do Plano de Médio Prazo.⁶⁰

⁶⁰ O PIDC, cuja 1ª sessão ocorrera em 1981, financiara, desde então, vários projetos, entre os quais a criação da Agência Pan-Africana de Informação (Pana), Agência de Informação do Caribe (Cana), e da Agência Latino-Americana de Serviços Especiais (Alasei). Foram ainda aprovados créditos para apoio a essas agências, às uniões regionais de radiodifusão, assim como ao *pool* de agências de notícias dos países não-alinhados. Projetos nacionais, regionais e inter-regionais, relativos à formação e à reciclagem de pessoal, à criação e ao desenvolvimento de infra-estruturas de comunicação, ao desenvolvimento dos diversos meios de comunicação e informação, entre outros, são financiados desde então, seja na conta especial aberta pelo diretor-geral com recursos do orçamento ordinário da UNESCO, seja mediante recursos extra-orçamentários provenientes do PNUD ou dos fundos em depósito. Cf. UNESCO. *Rapport du Directeur Général présenté aux États membres et au Conseil Exécutif*. 23 C/3. Vingt-troisième session, 1985; UNESCO. *Conseil intergouvernemental du Programme International pour le Développement de la communication* (première session). Rapport Final, Maison de l'UNESCO, Paris 15-22 jun. 1981.

Em março de 1989, o Conselho Intergovernamental do PIDC, contando com a presença das delegações dos EUA e da Inglaterra, na qualidade de Estados-não-membros com estatuto de observadores permanentes, realiza sua 10ª sessão,⁶¹ a primeira após a elaboração da “nova estratégia” da UNESCO. Nessa sessão, François Nordmann, presidente do conselho, ressalta a importância do ano anterior para a UNESCO, no que diz respeito à comunicação. Referindo-se em seguida à 129ª reunião do Conselho Executivo, destaca quatro conjuntos de questões entre as quais a necessidade de estabelecer uma clara ligação entre o programa de comunicação da UNESCO e suas atividades relativas às áreas da educação, da cultura e da informação, de dar prioridade à formação de jornalistas, assim como de fazer refletir no domínio da comunicação a “missão” intelectual da UNESCO.

Assegura então ter chegado o momento propício para um relançamento do PIDC, traduzido na necessidade de sua profissionalização e no distanciamento das controvérsias ideológicas. Considera também a necessidade de aumentar sua eficácia, por meio da aprovação de projetos compatíveis com os critérios de credibilidade e utilidade imediata. Como também já assinalara Eduardo Portella, aí representando o diretor-geral, prossegue defendendo a necessária redução do número de projetos atendidos, de modo a permitir a alocação de fundos necessários a cada um, a fim de obter um impacto real.

Não obstante a gravidade da situação, em meio aos acordos e às tentativas de inscrever o PIDC no novo momento da UNESCO, articulando-o ao Plano de Médio Prazo, ao programa ordinário, à “nova estratégia” e ao lema “fazer menos para fazer melhor”, foram então apresentadas posições de reserva em relação ao novo caminho proposto, exemplificadas nas ressalvas contra a tendência de limitar os esforços para a construção de uma nova ordem mundial da comunicação à formação de jornalistas. Chamava-se então a atenção para a necessidade de que o PIDC não perdesse de vista seu objetivo original: o desenvolvimento da capacidade endógena dos países em matéria de comunicação.

⁶¹ Sobre essa sessão do PIDC, ver UNESCO. *Conseil Intergouvernemental du Programme International pour le Developpement de la Communication* (dixième session). Rapport final. CC/MD/10. Paris, 7-13, mars, 1989a.

A discussão do ponto fundamental da ordem do dia – a melhoria dos procedimentos e métodos de trabalho do PIDC – funda-se no documento básico (CC-89/CONF.211/3), preparado pelo Secretariado da UNESCO em conjunto com o Escritório do PIDC, com base nas discussões realizadas na sessão anterior. Abordando os temas “objetivos, procedimentos gerais e práticas correntes; elaboração, submissão e modelo de apresentação dos projetos e pré-seleção, seleção e classificação dos projetos por categorias”, o documento e as discussões visavam à promoção do relançamento do programa.

Concordâncias e divergências nessa sessão evidenciam que a pacificação do Conselho do PIDC e sua adequação à “nova estratégia”, tentada desde o período que se seguiu à sua 9ª sessão, de fevereiro de 1988, demandaria mais tempo e trabalho da UNESCO. Às declarações favoráveis ao conjunto das recomendações apresentadas no documento básico, seguem-se discordâncias, por exemplo, acerca da prioridade ou não dos projetos nacionais em relação aos projetos regionais e inter-regionais. Diante do acordo em relação à qualidade profissional como critério principal de seleção dos projetos chama-se a atenção para outros aspectos, além dos operacionais e técnicos, entre os quais o intelectual, incluídos no termo “profissionalismo”.

Apresenta-se também, no debate, argumentação favorável à adoção de uma interpretação menos estreita das necessidades dos países em matéria de comunicação, a fim de modificar a visão que privilegiava a aprovação das *media* ligadas ao Estado, defendendo-se, então, que pelo menos 50% dos projetos aprovados deveriam situar-se entre aqueles apresentados pelas ONGs. Essa posição dá continuidade a uma polémica presente desde a 1ª sessão do Conselho do PIDC.

A tensão entre público e privado se evidenciará também na 12ª sessão desse conselho, realizada em fevereiro de 1991. O documento básico de discussão preparado pelo Secretariado da UNESCO para essa sessão se estrutura em torno de quatro temas: “formulação de orientações gerais, tomada de decisão e planificação; preparação, seleção, execução e avaliação de projetos e atividades; financiamento, e resumo das questões e pontos a

examinar”.⁶² Retomam-se, assim, questões já discutidas, mas não concluídas de modo a atender à “nova estratégia” da UNESCO.

Segundo prognóstico do diretor-geral da UNESCO, apresentado na abertura dos trabalhos, a reforma do PIDC, prevista no parágrafo 262 do Plano de Médio Prazo (1990-1995) para o primeiro biênio de sua execução, deveria ser concluída nessa 12ª sessão. Apresentado o fato de que, nos dez anos de atuação desse programa, 90% dos seus recursos foram aplicados em iniciativas públicas, defende a necessidade de, para garantir o pluralismo das *media*, seja aumentada, “como se deve, a assistência às iniciativas privadas”. (UNESCO, 1991, p. 1)

Fazendo estimativa semelhante acerca do término dos trabalhos de adequação do PIDC ao novo momento da UNESCO e do mundo, o subdiretor-geral para a comunicação, a informação e a informática, setor recém-criado na UNESCO,⁶³ elogia o trabalho já realizado pelo Conselho do PIDC e, reportando-se à origem estatal dos fundos do programa, lembra as possibilidades e a conveniência de um esforço para buscá-los também no setor privado.

A reunião de Windhoek (Namíbia), prevista para abril de 1991, com o tema “pluralismo da imprensa na África”, é mencionada por François Nordmann, quando apresenta o aumento do financiamento dos projetos privados como um imperativo da credibilidade do PIDC. E, num esforço de convencimento do conselho em relação à “nova estratégia” da UNESCO, lembra não apenas o seu sucesso em pôr fim a um decênio de polêmicas, como também sua aprovação pela Assembléia Geral da ONU, o que “nos encoraja e nos obriga”. Acrescenta ainda a posição central do PIDC na “modificação durável”

⁶² UNESCO. *Conseil Intergouvernemental du Programme International pour le Développement de la Communication* (douzième session). Rapport Final. CII/MD/1, Paris, 11-18 fev. 1991.

⁶³ O objetivo da criação desse setor, em 1990, consiste em reunir os programas intergovernamentais da UNESCO na área da comunicação que conta, além do PIDC, com o Programa Geral de Informação (PGI) e o Programa Intergovernamental de Informática (PII). Na mesma ocasião é também criado o Comitê sobre a Livre Circulação da Informação. Tendo como membros funcionários da UNESCO, esse comitê, presidido pelo diretor-geral, tem como objetivo promover a idéia de livre circulação em todos os programas da UNESCO. Cf. UNESCO. 1991, p. 6.

realizada pela Conferência Geral na “paisagem da comunicação”, pois ele “encerra as esperanças e as aspirações, não somente da grande família da UNESCO, mas também aquelas ainda mais vastas das Nações Unidas”. (UNESCO, 1991, p. 2-3)

Na seqüência do debate, as questões apontadas acima obtêm apoio, mas também suscitam discordâncias. Diante do acolhimento e da defesa da idéia de ampliar-se a assistência ao setor privado, insiste-se na atenção necessária ao não-comprometimento da eficácia das *media* como instrumento de mudança social e econômica. A afirmação do multilateralismo como traço marcante do PIDC e a defesa da necessidade de incluir na noção de pluralismo das *media* não apenas as questões acerca da diversidade das fontes, mas também aquelas relativas ao conteúdo e à diversidade das mensagens, trazem ao presente aspectos cruciais da polêmica anunciada como finda.

Evidências da não-obtenção de um acordo total nesse foro apresentam-se ainda no relatório do grupo de trabalho constituído para, à luz do debate, apresentar à plenária relatório conclusivo, cujo conteúdo abarca aspectos relacionados à planificação e à tomada de decisão, prevista no documento básico, assim como as possíveis modificações das 22 recomendações adotadas na 11ª sessão do PIDC. Nesse relatório, adotado pela plenária, o aumento da coordenação e do intercâmbio de informação entre o PIDC e o programa ordinário da UNESCO obtêm parecer favorável do grupo de trabalho, que, entretanto, sublinha a necessária salvaguarda da natureza e do papel específicos do PIDC. O grupo reconhece o sucesso da reunião ocorrida em Caracas.⁶⁴ Ao mesmo tempo, porém, sugere que essas reuniões sejam, no futuro, realizadas a título experimental, mediante solicitação da região interessada e financiadas com recursos extra-orçamentários. A respeito do formulário experimental de notação confidencial dos projetos, proposto nessa

⁶⁴ Examinar os projetos e as prioridades do PIDC para a sessão em curso consistiu em objetivo dessa reunião, organizada com o apoio da Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (Asdi), como informa o presidente do PIDC no relatório das atividades do Escritório do PIDC após a 11ª sessão, no qual ele, destacando o “caráter eminentemente profissional” da reunião, ressalta sua eficácia e propõe a organização de reuniões do gênero em outras regiões. Cf. UNESCO, 1991, p. 3.

sessão, o grupo defende seu caráter complementar em relação à avaliação qualitativa permitida somente pelo debate, acrescentando que sua manutenção deve ser objeto de decisão a ser tomada, na 13ª sessão do PIDC, à luz do exame da experiência de sua utilização.

O grupo de trabalho reitera ainda, em seu relatório, o caráter multilateral do PIDC, ressaltando a importância de maiores contribuições na conta especial do programa. Considerando concluído o exame dos procedimentos do PIDC, observa ainda que, salvo questões urgentes, novo exame dos procedimentos em vigor torna-se desnecessário por um período de pelo menos três anos. Eventuais modificações nas recomendações já aprovadas pelo Conselho do PIDC são também avaliadas como desnecessárias pelo grupo.

Essa revisão será feita, entretanto, na 13ª sessão do PIDC, realizada em Paris em fevereiro de 1992, quando o programa “modificou suas regras para ficar em condições de aceitar projetos do setor privado”, segundo nos informa Alain Modoux (1995, p. 29-30). Essa modificação é relacionada a uma recomendação feita na Conferência de Windhoek, que reunira cerca de sessenta editores e jornalistas independentes da África,⁶⁵ alguns meses antes da 13ª sessão do PIDC. A Conferência de Windhoek, bem como a realizada em Alma-Ata (Ásia) são mencionadas por Mayor como uma “guinada rica em novas perspectivas”, no que diz respeito à posição favorável da UNESCO ao “desenvolvimento dos meios de comunicação livres, independentes e pluralistas, no setor público como no privado”. (Mayor, 1995, p. 32)

Assim, é possível que a reforma realizada em 1992, sob o signo da continuidade e da inovação, atenda ao que M'Bow, ao referir-se ao objetivo de assegurar uma maior expansão da liberdade de informação, na 1ª sessão do PIDC, em 1981, apontava como um risco que deveria ser evitado: “desnaturar o PIDC, transformando-o em simples órgão de registro de acordos e de assistência concluídos

⁶⁵ Como saldo dessa reunião, o projeto da UNESCO, Desenvolvimento da Imprensa Independente na África é mantido, desde 1993, pela Dinamarca, França, Itália e pelos EUA, como informa o então subdiretor-geral da UNESCO. Cf. UNESCO. A estratégia da UNESCO: entrevista com Henrikas Iouchkiavitchious. In: *O Correio da UNESCO*, ano 23, n. 4, abr. 1995, p. 28.

fora dos procedimentos e modalidades por ele estabelecidos”. Onze anos depois o PIDC estabelece novos procedimentos e métodos, ficando assim em condições de aceitar esses acordos de assistência, “conforme procedimentos e modalidades por ele estabelecidos”. É interessante observar, porém, que às modificações enfim obtidas no PIDC, classificadas pelo diretor da Divisão de Comunicação da UNESCO como uma evolução, “não se seguiu nenhum aumento sensível de contribuição dos países do Norte aos diversos orçamentos do PIDC”, fato atribuído por Modoux (1995, p. 29) ao peso representado pelos setores da comunicação e da informação no PNB que, em alguns desses países, atinge cerca de 10%.

Vale ressaltar, entretanto, que na discussão sobre o sistema de financiamento e recursos necessários à atuação do PIDC, em sua 1ª sessão, vários delegados se pronunciaram, solicitando ao Secretariado a elaboração, para uma de suas próximas sessões, de um inventário das possíveis fontes de recursos para o programa, incluindo “instituições, empresas ou associações internacionais, regionais, não-governamentais ou privadas”. (UNESCO, 1981, p. 11)

Além disso, não obstante as ressalvas então apresentadas por alguns delegados acerca dos riscos da aceitação de ajuda de fontes não-governamentais, o projeto de resolução proposto pelo Grupo dos 77, adotado por aclamação na 1ª sessão do PIDC como Resolução I, contempla tanto as fontes públicas como também as privadas para a busca de recursos para esse programa. Isto se evidencia, em particular, no item 6 da resolução e no parágrafo 8 de seu preâmbulo, onde se expressa a satisfação pela abertura da conta especial e também pelo fato de que as contribuições a ela “podem ser fornecidas pelos Estados-membros ou Membros associados da UNESCO, organizações do sistema das Nações Unidas ou outras organizações intergovernamentais, e organizações públicas ou privadas ou pessoas físicas”. (UNESCO, 1981 p. 19-20)

Orientação semelhante é reafirmada na Recomendação 3 da comissão constituída para examinar as questões relativas ao sistema de financiamento do PIDC. Nela se lê que “nenhuma fonte de financiamento deve ser excluída”, recomendação aprovada pela plenária, evidentemente, com ressalvas afirmativas da natureza multilateral do PIDC, acrescidas da observação de que o orçamento do

programa não deveria ser inchado artificialmente com projetos submetidos a contratos bilaterais. (UNESCO 1982c, p. 1 e 3)

Desde as primeiras sessões do PIDC reivindica-se a ampliação dos recursos da conta especial. Essa conta, entretanto, vinha sendo preterida pelos Estados-membros mais ricos, cujos recursos são preferencialmente dirigidos para os fundos em depósito, ligados a projetos nominais, para os quais são exigidos contratos bilaterais. É interessante considerar ainda que, ao longo das sessões do PIDC, nas divergências, às vezes aparentes, ocultam-se, de um lado, os diferentes modelos de comunicação, ora vista como bem social, portanto como serviço público, ora como mercadoria, portanto como um serviço privado de interesse público. E, de outro lado, a resistência em ceder qualquer parcela de poder conferido pela capacidade de comunicar, o que transforma qualquer reivindicação em grande risco, em ameaça inaceitável. Está em questão, assim, a democratização da informação e da comunicação, o exercício efetivo da liberdade de expressão.

Dessa forma, na 2ª sessão do PIDC, realizada em janeiro de 1982, considera-se um risco o financiamento, por esse programa, de projetos passíveis de “introduzir processos desfavoráveis à liberdade da informação”. Trata-se então de uma referência diretamente voltada à recomendação de aprovação dos projetos apresentados, respectivamente, pela Argentina e pelo México: um de formação teórica e prática de técnicos de comunicação popular e o outro de desenvolvimento da imprensa sindical. (UNESCO, 1982 c, p. 6-7)

Essa observação está em sintonia perfeita com as críticas e ataques da imprensa ocidental naquele momento à UNESCO. Exemplo dessa sintonia encontra-se em reunião de maio de 1981. Nela, lideranças da imprensa ocidental, ao afirmarem, na Declaração de Talloires, sua disposição de apoiar a liberdade de imprensa como um direito básico dos homens, resolvem “instar a UNESCO a abandonar as tentativas de regular a informação internacional e a lutar por soluções práticas para o progresso dos meios de comunicação no Terceiro Mundo”. As soluções práticas aí referidas dizem respeito ao livre fluxo de informação, cuja expansão é objetivo e promessa do grupo aí reunido, declaradamente disposto a apoiar, como já o fizera antes, os “esforços de organismos internacionais, governos e agências particulares que resolvam cooperar para o progresso dos meios

de comunicação do Terceiro Mundo e para o treinamento de pessoal para trabalhar nestes meios”. (Citado por Roncagliolo, 1982, p. 192)

Onze anos após, as reformas empreendidas contabilizam um saldo positivo para a UNESCO na avaliação do General Accounting Office, cujo relatório de junho de 1992, cerca de três meses após as mudanças no PIDC, aponta os seguintes pontos positivos: uma maior clareza na apresentação do orçamento; um avanço na eficácia dos métodos de gestão, mediante a descentralização, a delegação de poderes e o reforço da responsabilização das unidades fora da sede; uma fiscalização muito mais estreita do Secretariado exercida desde 1987 pelos órgãos diretores. (UNESCO, 1996a)

Além das mudanças que desde então permitem ao PIDC aceitar projetos do setor privado, seu programa, num terreno em que qualquer semelhança não se trata de mera coincidência, parece ter-se voltado com maior clareza ao objetivo regulamentado pelas resoluções aprovadas na 20ª CG-1978: “promover políticas, infra-estruturas e formação em matéria de comunicação e estimular uma melhor utilização dos meios de comunicação com fins sociais”, aí compreendidos a formação pós-graduada de especialistas da comunicação, a adaptação dos sistemas de comunicação social às necessidades e aspirações das populações, o progresso da educação, da ciência e da cultura. (UNESCO, 1978, p. 109)

Encontra-se aí reafirmada a articulação dos campos de trabalho da UNESCO pela comunicação, que parece ser sua área central de atuação. Nas novas condições técnicas e políticas da década de 1990 essa articulação ganha nova dimensão pelas possibilidades muito maiores de combinação múltipla das novas tecnologias. Telecomunicação, redes de computadores, sistemas de meios de comunicação de massas, abrindo novas oportunidades para a criação de redes de inovação pedagógica, viabilizando sistemas de educação aberta e a distância, constituem, mais do que antes, o meio tecnológico propício ao conceito de educação permanente.⁶⁶ Desde o início da

⁶⁶ “Aprendizagem sem fronteiras” será o novo conceito de realização da educação permanente. Sua formulação se faz na comissão *ad hoc* constituída em 1993 pelo Conselho Executivo, que nesse ano também é alvo de mudança em sua composição. Desde então ele se compõe dos Estados-membros.

década de 1990 e da aprovação da “nova estratégia”, trabalha-se nessa direção, mediante o papel catalisador da UNESCO, e sem as resistências observadas nas décadas de 1960 e 1970, na realização de seus programas: educação básica para todos; educação para o século XXI,⁶⁷ e fomento à educação, para os quais concorrem: a Oficina Internacional de Educação (OIE), o Instituto Internacional de Planejamento da Educação (IPE), o Instituto de Educação da UNESCO (IUE), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Mundial, assim como associações e organizações diversas incluídas no diversificado sistema de parceria da UNESCO, anteriormente referido.

Assim, é possível compreender o retorno da UNESCO à essência do seu Ato Constitutivo – “construir a paz no espírito dos homens” – como uma retomada da ação operacional da organização ao sentido dado aos meios de comunicação, como resposta do Segundo Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no alvorecer da era espacial. Sentido do qual, segundo interpretações diversas, a UNESCO teria se desviado.

⁶⁷ A respeito desses dois programas ver, respectivamente: UNESCO/PNUD/UNICEF/BM. *Rapport final. Conférence mondiale sur l'éducation pour tous: répondre aux besoins éducatifs fondamentaux*. 5-9 mar. 1990, Jomtien, Thaïlande. Nessa conferência, os nove países de maior população e elevado índice de analfabetismo – Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão – firmam compromisso de, num esforço coletivo e valendo-se da cooperação internacional, promover o atendimento universal das necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos. Ver, também, VISSER, Jan. *Learning without frontiers*. UNESCO, 1994 (mimeo) – relatório apresentado ao diretor-geral da UNESCO, após missão do autor no Egito, contendo considerações sobre o planejamento do programa Aprendizagem sem Fronteiras (LWF) e sua relação com o programa Educação para Todos”, também conhecido pela sigla DE9. Ver, ainda, BRASIL/MEC. Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília: MEC, 1993. Esta é uma das fontes em que o MEC apresenta a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Nessa declaração são estabelecidos os compromissos assumidos pelos países signatários, compromissos reiteradamente afirmados em reuniões internacionais ao longo de toda a década de 1990, prosseguindo na década atual. Os princípios, assim como as pistas e recomendações para a educação para o século XXI encontram-se em: DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Lisboa: UNESCO/Edições Asa, 1996.

Esse retorno exigiu uma ação política, educativa e auto-reflexiva da própria UNESCO e pode ser percebido também como a busca da realização do seu pressuposto teórico e idelógico, já afirmado por René Maheu: a convergência entre progresso e paz e a concorrência de ambos para uma civilização universal, objetivo constitutivo da UNESCO. Objetivo em direção ao qual, diante das “antinomias inerentes à concepção da UNESCO e à natureza das coisas”, ela tem, na expressão de Pompei, realizado a “síntese dos contrários”.

Este é o resultado a ser obtido com a “nova estratégia” nos anos 90, segundo afirmação de Federico Mayor, diretor-geral da UNESCO de 1987 a 1999. Retomando a idéia de direitos humanos como patrimônio da humanidade, Mayor afirma a indissociabilidade desses direitos com a solidariedade, cujo espírito se revela na “capacidade de refletir e atuar para além de nós mesmos, de nossas fronteiras, de nossa geração”; associa a essa concepção, em face dos desequilíbrios resultantes das condições de realização dos intercâmbios entre as nações, a necessidade da cooperação multilateral, insubstituível, não obstante as dificuldades apresentadas em sua articulação; defende a reativação da vontade que animava os idealizadores das Nações Unidas e da UNESCO; antevê uma nova era, o advento de uma ética global fundada na vontade de cooperar, no diálogo construtivo, num clima de tolerância recíproca entre os Estados, e afirma o compromisso da UNESCO com a evolução dessa ética. (UNESCO, 1989, p. 11-14)

Nesse contexto, que exige continuidade e inovação, na proposta da “nova estratégia” é afirmada e reafirmada a fidelidade ao mandato da UNESCO que, “sem ambigüidade alguma”, trabalhará no sentido de alcançar o seu objetivo constitucional relativo à livre circulação da informação “pela palavra e pela imagem”. O respaldo regulamentar está estabelecido na letra “a”, item 2 do artigo 1 do Ato Constitutivo, no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e nas disposições sobre essa matéria constantes dos pactos internacionais, de que são exemplos os artigos 19 e 20 do Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos. Por outro lado, o fundamento teórico e ideológico encontra-se na reafirmação do imperativo ético que caracteriza, em sua essência, a “missão” da UNESCO: “contribuir para a paz e a segurança estreitando mediante

a educação, a ciência e a cultura a cooperação entre as nações, a fim de assegurar o respeito universal à justiça, à lei, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião”. (Ato Constitutivo da UNESCO)

Assim fundamentado, o diretor-geral propõe: a inserção da UNESCO na trama das relações culturais e intelectuais dos Estados-membros; a racionalização de seus procedimentos e métodos; a harmonização de suas ações com as demais organizações atuantes na cooperação internacional; a assunção plena de seu papel de mediadora, nos seus campos de atuação, entre os diversos agentes no cenário internacional; o reforço de sua função catalisadora e a exploração dos caminhos do futuro. Assim, o diretor-geral pode declarar, ao final de sua introdução ao Terceiro Plano de Médio Prazo, a convicção de que “a UNESCO, ao empreender as vias da renovação (...) restabelecerá rapidamente sua universalidade⁶⁸ e desempenhará de modo cabal a missão singular que lhe corresponde”. (UNESCO, 1989, p. 22)

Sem haver restabelecido a universalidade pretendida, a 25ª CG-1995 aprova a Estratégia de Médio Prazo da UNESCO: 1996-2001, também fundamentada na “nova estratégia”. Na abertura dessa reunião, Federico Mayor, ao afirmar a missão ética da UNESCO fundada nos valores universais e no respeito à pessoa humana, assevera ser esse um mandato do qual “nenhuma crença, nenhuma consideração sobre a evolução do mundo, nenhum oportunismo a desviará”. Ressalta ainda a interdependência que torna cada vez mais real a aldeia global, onde não cabe o isolacionismo, e alerta: “nenhum país, por mais forte que seja, pode hoje avançar só”. (UNESCO, 1995a)

Nos cinquenta anos de enfrentamento dos desafios a ela apresentados pela dinâmica contraditória das relações mundiais, a UNESCO parece não ter sucumbido ao poder dos Estados, como temia Benedetto Croce, em 1950. Mas, certamente, o caminho por ela escolhido, para exercer o importante trabalho educativo de seus Esta-

⁶⁸ Conforme o sentido de universalidade aí empregado, de abrangência da UNESCO em relação aos Estados-nações que compõem a chamada comunidade mundial, vale lembrar que a Inglaterra só retornará à UNESCO em 1997, e os EUA permanecem na condição de Estado-não-membro, com estatuto de observador permanente .

dos-membros, na realização de sua ética universal – que permanece sendo a ética do capital –, foi um entre os caminhos possíveis. Aquele da proeminência, ou melhor, da hegemonia da comunicação transnacional, num mercado mundializado. Nesse mercado, o princípio do livre fluxo de informação se redimensiona como livre fluxo de serviços, em foros internacionais, que com maior clareza podem se expressar em sua linguagem, como é o caso da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da União Internacional de Telecomunicação (UIT), da Organização Mundial do Comércio (OMC, que vem substituir o Gatt) e do Banco Mundial.

Sociedade e cultura: a UNESCO e a questão racial

Contribuir para a manutenção da paz e da segurança estreitando, através da educação, da ciência e da cultura, as relações entre as nações, a fim de assegurar o respeito à justiça, à lei, aos direitos do homem e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião.

(Ato Constitutivo da UNESCO)

A utopia de um mundo pacificado mediante a concorrência de ações coordenadas nas áreas da educação, da ciência e da cultura esbarra, desde os primórdios da atuação da UNESCO, num mundo em expansão modernizadora, com os obstáculos apresentados pelas relações sociais em âmbito local e mundial, pelo encontro/confronto/desencontro da diversidade de povos e gentes, de modos de viver, pensar, sentir, agir e ser, de culturas e civilizações. Mais especificamente, a questão racial, conseqüência direta da Segunda Guerra Mundial, tendo o anti-semitismo como uma de suas mais extremadas manifestações, impõe-se e logo se desdobra nas mais diversas formas de expressão contra as minorias, os refugiados, os trabalhadores migrantes, os imigrantes, as populações indígenas, numa palavra, o “outro”. Enfim, o diferente, seja na cor da pele, seja na fé que professa, marcas que se transformam, na trama das relações sociais, em estigma. (Ianni, 1996)

Nesse cenário de racialização das relações sociais desenvolve-se o trabalho da UNESCO de educação dos povos para a compreensão e a paz mundial desde a sua fundação em 1945. E, a partir de 1949, o objetivo de explicitar os fundamentos de uma educação para uma compreensão científica das “diferenças raciais” tem motivado a reunião, em ocasiões diversas, de cientistas e estudiosos dos diversos aspectos da questão racial. O resultado dessas reuniões se expressa

em várias resoluções, programas de ação, pactos e convenções, declarações e proposições, formuladas com a concorrência de especialistas de diversas áreas, na década de 1950 e nas seguintes.

A persistência do racismo em suas diversas manifestações e seu agravamento no mundo contemporâneo são sugestivos de que o entendimento desse trabalho da UNESCO pode fornecer elementos para uma compreensão de problemas e dilemas da realidade mundial e local que continuam a nos desafiar. Compreensão que requer, por sua vez, a consideração do debate científico promovido, assim como de outras ações correlatas realizadas, incentivadas ou coordenadas pela UNESCO, em sua relação de reciprocidade com o contexto em que seu trabalho vem se desenvolvendo.

A questão racial, ontem e hoje: conflitos, acomodações e antagonismos

Duas reportagens apresentadas em revistas de circulação nacional fornecem pistas para iniciarmos um caminho de compreensão dos esforços da UNESCO para a construção de uma “cultura da paz”, no período de 1949 a 1967, quando o mundo é um vasto, conturbado, tenso e violento campo de guerras pela libertação e de lutas pela independência colonial. Nesse período, também são redigidas três declarações sobre a raça, sobre as diferenças entre as raças humanas e sobre os preconceitos raciais, intercaladas por um conjunto de proposições sobre os aspectos biológicos da questão racial. Estas últimas são elaboradas em reunião de especialistas realizada em Moscou, em 1964, quando tanto a UNESCO como a realidade mundial em que ela se insere encontram-se num momento distinto do anterior.

“Seja racista se for capaz”, manchete de capa da revista *Isto É* (n.1520, nov./1998), nos dá conta de pesquisa cujos resultados autorizam o biólogo Alan Templeton a se pronunciar com segurança sobre a inexistência de raças humanas. Na revista *Veja* (n. 1595, abril/1999), reportagem intitulada “A raiz da diferença” apresenta pesquisa realizada ao longo de vinte anos com gêmeos univitelinos, cujas conclusões, diferentemente do que se tem imaginado, apontam para uma maior influência genética no comportamento do homem.

Algumas das questões que essas pesquisas recentes pretendem responder – os grupos humanos podem se dividir em raças? qual a influência relativa da genética e do meio social e cultural nas diferenças entre os indivíduos e entre grupos humanos? as diferenças físicas de origem genética explicam as diferenças psicológicas entre grupos humanos? – estavam presentes nos debates nos quais se produziram as declarações da UNESCO sobre a raça e o documento contendo proposições sobre seus aspectos biológicos. Essas questões são reiteradamente reapresentadas na continuidade desse debate até os dias atuais, acompanhadas, com frequência, de seu corolário referente a uma desejada ou necessária hierarquia racial, assim como das ilações acerca das diferenças entre os grupos humanos.

A primeira declaração da UNESCO sobre a questão racial é elaborada por sociólogos, antropólogos e geneticistas, em reunião realizada de 12 a 14 de dezembro de 1949, em Paris. Sua elaboração atende às determinações de três resoluções aprovadas na quarta reunião da Conferência Geral da UNESCO (4ª CG-1949). Por meio delas o diretor-geral dessa instituição é autorizado a reunir e difundir fatos e o conhecimento científico sobre a questão racial, com a finalidade de preparar uma campanha educativa, visando à eliminação do preconceito racial. A UNESCO responde, assim, à Resolução 116 (B) iii, aprovada, em dezembro de 1948, na sexta sessão do Conselho Econômico Social e Cultural da ONU (Ecosoc).

Entre 4 e 8 de junho de 1951, cerca de um ano após a publicação, em julho de 1950, da Declaração sobre a Raça, antropólogos físicos e geneticistas, também convocados pela UNESCO, elaboram uma segunda declaração, dessa vez a Declaração sobre a Natureza da Raça e as Diferenças Raciais.

O curto espaço de tempo entre duas declarações formuladas sobre uma mesma questão suscita várias interrogações. Antes de considerá-las, porém, é importante lembrar que a UNESCO já se encontrava em fase de execução de seu Projeto de Estudos sobre os Estados de Tensão quando, em resposta à resolução do Ecosoc, promove a reunião da qual resulta a primeira de suas declarações sobre a questão racial.

Discutido desde a 2ª CG-1947, o Projeto de Estudos sobre os Estados de Tensão, visando à promoção da compreensão internacional, previa inicialmente a realização de estudos em três áreas ou temas:

nacionalismo agressivo, movimentos de populações e impacto da tecnologia moderna e da industrialização nas relações entre os povos. O fato de um quarto item referente às relações raciais ter sido acrescentado ao projeto,¹ somente na 3ª CG-1948, quando ele é então aprovado, é revelador das controvérsias inerentes às questões suscitadas pelas relações entre os diversos povos, no imediato pós-guerra.

Uma explicação se encontra, certamente, de um lado, nas tentativas diversas então empreendidas pelos países europeus ocidentais para manter seu domínio – fundamentado nas doutrinas justificadoras de uma hierarquia racial – sobre os territórios ultramarinos, então na mira do capital norte-americano em seu movimento de expansão para áreas do mercado mundial até então restritas às relações com as metrópoles. E, de outro lado, a explicação se encontra na projeção política de lideranças africanas no cenário mundial. Logo em 1945, num congresso realizado em Manchester, cerca de duzentos delegados da África negra afirmam seu propósito de libertar o continente africano do domínio colonial.

Este é, portanto, o contexto em que, num mundo bipolarizado, o racismo se coloca, simultânea e contraditoriamente, como uma delicada questão da diplomacia mundial e como um trunfo disputado pelas duas superpotências do pós-guerra. Essa situação impõe dificuldades ao combate direto às manifestações do racismo e, ao mesmo tempo, exige uma tomada de posição de uma instituição que, tendo aplaudido entusiasticamente em sua 3ª CG-1948² a Declaração dos Direitos do Humanos, então aprovada na Assembléia Geral da ONU, adota os princípios dessa carta como fundamento de todas as suas atividades, atribuindo-se a tarefa de difundir-la e, conseqüentemente, defender o cumprimento dos direitos nela estabelecidos. (UNESCO, 1948, p. 5)

¹ Cf. LAVES, Walter H. C. e THOMSON, Charles A. *UNESCO: purpose, progress, prospects*. Indiana University, Bloomington, 1957, especialmente o capítulo XI, no qual os autores consideram, em seu histórico e desenvolvimento de 1947 até a primeira metade da década de 1950, o Projeto de Estudos sobre os Estados de Tensão, que recebeu a denominação abreviada de programa de tensões, pela qual será também designado doravante neste trabalho.

² No encerramento dos trabalhos dessa reunião da Conferência Geral os delegados recebem a notícia de que a Assembléia Geral da ONU acabara de aprovar essa declaração, cuja elaboração recebeu subsídios de estudo, realizado pela UNESCO, acerca dos conceitos nela referidos.

A coincidência temática e temporal da aprovação do programa de tensões com a resolução do Ecosoc sugere a necessidade de explicitar não apenas as relações entre ambos, o programa e a resolução, como também a natureza da relação entre a UNESCO, agência especializada das Nações Unidas, e a própria ONU no combate ao racismo. Nesse intento nos ajuda Otto Klineberg, quando, em exposição feita na reunião anual da Associação Oriental de Psicologia, ocorrida em 8 de abril de 1949, explica as áreas definidas em seis resoluções aprovadas na 3ª CG-1948, para as quais se projeta a realização de enquetes relacionadas ao programa de tensões,³ então sob sua coordenação.

Ao referir-se então à resolução do Ecosoc, em estudo na UNESCO desde o início de 1949,⁴ Klineberg informa acerca das providências já agilizadas em seu atendimento, bem como alguns desdobramentos futuros no mesmo sentido. Assim, declarações sobre a questão racial elaboradas em diversos países⁵ já se encontravam

³ Nas resoluções então aprovadas está prevista a realização de enquetes que permitam comparar diversos fatores interferentes na compreensão entre povos e nações, a saber: 1) o modo de vida de cada nação - traços culturais, ideais e sistema jurídico; 2) a percepção que os habitantes têm de seu próprio país e dos demais; 3) os métodos criados para modificar atitudes mentais e condições políticas favoráveis ao emprego de uma técnica particular; 4) influências que predisõem à compreensão e ao nacionalismo agressivo; 5) questões demográficas e, em particular, as referentes à assimilação dos imigrantes; 6) influência da técnica moderna na formação de atitudes coletivas e nas relações entre os povos. O objetivo desse programa de estudos consiste em desenhar um mapa do mundo no que se refere ao entendimento e/ou aos conflitos entre os povos, um “barômetro mundial de tensões”. KLINEBERG, Otto. Plan d'étude de l'UNESCO sur les états de tension internationale. Un appel aux sciences de l'homme. Allocution présidentielle prononcée lors de la réunion annuelle de la “Eastern Psychological Association”, Springfield, Mass., le 8 avril 1949. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. I, n. 1-2, Paris, 1949, p. 88-99.

⁴ É interessante considerar ainda uma observação constante do relatório da UNESCO às Nações Unidas a respeito do ano de 1949, particularmente sobrecarregado com a realização e preparação das reuniões da Conferência Geral. Sua quarta reunião realizou-se em setembro de 1949, apenas nove meses após a terceira e oito meses antes da quinta, então prevista para o mês de maio de 1950, fatos reveladores da urgência e complexidade dos assuntos em discussão, assim como a exigência de respostas da UNESCO no atendimento de finalidades de três ordens: técnica, social e política e moral. Cf. UNESCO. *Rapport aux Nations Unies 1949-1950*. Paris: UNESCO, 1950b. Acrescente-se ainda que este é o segundo relatório encaminhado esse ano à ONU.

disponíveis e serviriam de subsídios a um grupo de especialistas em ciências sociais e biológicas, que seriam convidados a formular uma nova declaração, como de fato ocorreu no final do ano, como vimos.

Possivelmente também em resposta a essa resolução, Klineberg, ao informar sobre a primeira das seis resoluções do Ecosoc referente às enquetes acerca das diferenças entre as culturas nacionais, ou seja, sobre o caráter nacional que a UNESCO se propõe conhecer, mediante um programa de monografias em realização, ressalta o fato de essas monografias não serem realizadas pela UNESCO. Ela, apenas, como aliás determinam as resoluções aprovadas em sua 3ª CG-1948, incentiva e apóia instituições, cientistas políticos e “renomadas autoridades nacionais” encarregadas da elaboração das monografias, cuja publicação, insiste Klineberg, depende da aprovação de um comitê de redação nomeado pela Conferência Geral, constituída pelos representantes dos governos nacionais, que poderiam, portanto, deliberar sobre a conveniência, ou não, de publicar as monografias em questão.

A esclarecimentos como esses deve-se acrescentar o texto da resolução do Ecosoc, citado por Klineberg (1949, p. 97-98), pois seu conteúdo nos ajuda a compreender o sentido de sua afirmação segundo a qual as futuras enquetes da UNESCO seriam realizadas “em estreita relação com o Ecosoc”. Diz o texto:

o Conselho Econômico e Social informa a UNESCO do interesse das Nações Unidas na redação de programas educativos no domínio da luta contra as medidas discriminatórias e a proteção das minorias e 1) solicita à UNESCO colocar à disposição da Subcomissão⁶ *todos os documentos ou análises* que tratem da questão *que poderão resultar da enquete projetada* por esta organização *ou de qualquer outro programa da UNESCO*; 2) a UNESCO *continuará a colaborar* com as Nações Unidas e *acolherá favoravelmente toda demanda de nova colaboração* ; 3) incita a UNESCO a considerar a oportunidade de propor e

⁵ São mencionadas as declarações elaboradas durante a Segunda Guerra pela Sociedade Real de Antropologia da Grã-Bretanha e da Irlanda, pela Sociedade Americana de Antropologia e pela Sociedade Brasileira de Antropólogos.

⁶ Trata-se da subcomissão do Ecosoc para a luta contra as medidas discriminatórias e a proteção das minorias. Grifos meus.

recomendar a adoção geral de um programa de difusão de fatos científicos destinados a fazer desaparecer o que *se convencionou chamar* preconceitos de raça.⁷

Ao tom inquiridor da solicitação feita no item um e ao caráter imperativo determinando, no item dois, a natureza da atitude a ser adotada pela UNESCO no futuro, é necessário acrescentar a discussão em curso nessa organização, desde sua 1ª CG-1946, reveladora das dificuldades em obter, entre seus Estados-membros, o acordo necessário ao exercício da cooperação supranacional planejada no pós-guerra e regulamentada em seu Ato Constitutivo e no acordo assinado em seguida com a ONU. Desde então, críticas à amplitude e à dispersão dos objetivos e dos programas, assim como a defesa de um orçamento menor, têm sido freqüentes. Em virtude dessas críticas,⁸ a UNESCO se depara com o adiamento da aprovação de seu primeiro programa, preparado ao longo de 1946,⁹ discutido na 1ª CG, ocorrido em novembro/dezembro deste ano, e aprovado somente em abril do ano seguinte, na 2ª reunião do seu Conselho Executivo.

⁷ Vale a pena ressaltar que as solicitações feitas nessa resolução são regulamentadas no artigo VI do Acordo entre as Nações Unidas e a UNESCO, assinado em seguida à criação dessa agência especializada do sistema ONU. Cf. Texte de l'accord entre les Nations Unies et l'Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture, Annexe VII. In: UNESCO, 1950b, p. 192-200.

⁸ As críticas vieram da delegação dos EUA e se sustentavam no argumento de que os 40 mil dólares alocados pelo Conselho Internacional para a Reconstrução Educacional (Cier), criado pelas empresas privadas desse país e as ONGs no pós-guerra para a reconstrução educacional dos países europeus, dispensariam uma maior destinação de verbas para a UNESCO. Cf. ARCHIBALDI, Gail. *Les États-Unis et l'UNESCO 1944-1963. Les rêves peuvent-ils résister à la réalité des relations internationales?* Paris: Sorbonne 1993, p. 109-110. O Conselho Internacional temporário para a Reconstrução Educacional (Ticer) é criado pela UNESCO para a coordenação dos trabalhos de reconstrução educacional, por intermédio do Cier. Cf. UNESCO. *Avec le Ticer. Sur le front de la reconstruction. Regards sur vingt-neuf organisations internationales privées à la pointe du combat pour le relèvement de l'éducation.* Paris: Georges Lang, 1949.

⁹ Uma comissão preparatória foi constituída na Conferência de Londres, em 1945, na qual é aprovado o Ato Constitutivo da UNESCO, para elaborar o seu primeiro programa em preparação de sua 1ª CG. Cf. BEKRI, Chikh. *L'UNESCO: "Une entreprise erronée ?"* Paris: Éditions Publisud, 1991.

Exatamente a respeito do Conselho Executivo da UNESCO, evidencia-se o embate de forças entre os nacionalismos do imediato pós-guerra, numa discussão iniciada na 2ª CG-1947, prolongando-se nos anos seguintes. Abrindo-se com as interrogações da delegação dos EUA sobre a natureza desse órgão, que junto com a Conferência Geral e o Secretariado compõe a estrutura da UNESCO, a discussão concretiza-se na proposta segundo a qual os membros desse conselho deveriam nele representar seus países de origem, em substituição à forma como se idealizara e aprovara no Ato Constitutivo a estrutura da organização.

Nessa estrutura, para preservar o caráter exclusivamente internacional da atuação, tanto do diretor-geral como do pessoal do Secretariado e também dos membros do Conselho Executivo, estes últimos representam a Conferência Geral, órgão soberano da UNESCO e única instância a que eles devem responder pelo exercício das funções a eles delegadas.

Presente no questionamento da delegação dos EUA, mas não materializada na proposta apresentada em 1947, está a avaliação segundo a qual a superioridade de alguns dos membros do Conselho Executivo, em razão de assumirem uma maior carga de trabalho,¹⁰ justificaria a busca de um meio de torná-los membros permanentes do referido conselho.

Assim, após um ano de funcionamento da UNESCO, já se confirmam as dificuldades apresentadas por sua estrutura original ao exercício da hegemonia, disputada pelas potências europeias enfraquecidas com a guerra – Inglaterra e, principalmente, a França – e pelos EUA, potência ocidental única, naquele momento, em condições de exercer a liderança na ordem mundial em construção. Sem condições, porém, de se beneficiar, na exata medida de suas pretensões, das prerrogativas inerentes ao poder de veto que, juntamente com os grandes da política mundial, detinha no Conselho de Segurança da ONU,¹¹ pois, na Conferência Geral da UNESCO, cada Estado-membro representa um voto.

¹⁰ É importante considerar aqui que a cota da contribuição financeira dos EUA corresponde então a 44,03% do orçamento da UNESCO. Cf. ARCHIBALDI, 1993, p. 123 e 128.

¹¹ O uso dessas prerrogativas, principalmente pela URSS e pelos EUA, tem resultado, segundo avaliações correntes, na imobilização da ONU em diversas ocasiões ao longo de seus primeiros cinquenta anos.

Num mundo bipolarizado, em franco processo de libertação colonial, além dos problemas decorrentes da guerra – mutilados, desenraizados, imigrantes, refugiados –, coexistiam, contraditoriamente, ideais de sua reconstrução, contemplando tradições diversas e utopias de sua transformação revolucionária. Nessa situação, a proposta de mudança na estrutura da UNESCO, uma organização de atuação supranacional nas áreas da educação, da ciência e da cultura, expressa a necessidade de, a uma Conferência Geral e a um Secretariado que escapam ao controle, contrapor-se um Conselho Executivo subordinado aos governos,¹² particularmente àqueles que vêm na UNESCO um instrumento de realização de seus próprios projetos de política internacional, ou de política de além-mar.

A busca do exercício do controle sobre uma organização reconhecida por René Maheu como essencialmente ocidental nos seus primeiros dez anos de vida,¹³ mas “não tão facilmente domável” do ponto de vista dos EUA (Archibaldi, 1993, p. 119), resultou, além das reiteradas críticas aos aspectos já mencionados, na divisão de trabalho entre a UNESCO e a ONU, de modo que as atividades políticas caberiam a esta última, enquanto a UNESCO trataria do incentivo e da articulação da cooperação intelectual e da solidariedade moral entre os povos. Dessa forma, quer se negar o caráter político das atividades da UNESCO, realizadas em suas três áreas de atuação e fundamentais ao desenvolvimento e à realização universal do chamado “progresso da humanidade”.

Sem nos esquecermos da quebra do monopólio dos EUA em tecnologia nuclear em 1949, quando a URSS obtém a bomba atômica, nem dos países que obtiveram sua independência até esse

¹² Ressalte-se, entretanto, que há registros da existência de um acordo tácito, segundo o qual os Estados-membros com maiores cotas de contribuição financeira ao orçamento da UNESCO sempre estivessem representados no Conselho Executivo. Trata-se, portanto de efetivar, de direito, o que, de fato, já ocorria. Cf. BEKRI, Chikh. *L'UNESCO: “Une entreprise erronée?”* Paris: Éditions Publisud, 1991.

¹³ A URSS torna-se Estado-membro da UNESCO somente em 1954, quando foi finalmente aprovada a proposta apresentada em 1947 de mudança do Conselho Executivo da UNESCO. Sobre as mudanças ocorridas no Conselho Executivo até o início da década de 1990 ver: LACOSTE, M. C. *Chronique d'un grand dessein*. UNESCO 1946-1993. Paris: UNESCO, 1994, p. 457-475.

ano;¹⁴ lembrando-nos também das guerras ou revoluções, assim como das negociações em curso no processo de libertação colonial, envolvendo França, Grã-Bretanha e Holanda,¹⁵ Ásia, África, Oceania, EUA e URSS, e ainda do ambiente social propício ao nacionalismo na América Latina e no Caribe, num mundo em contraditório processo de expansão industrial, é necessário considerarmos os projetos piloto¹⁶ da UNESCO sobre estudos de comunidades locais. Incluídos no item referente às influências da técnica moderna na compreensão internacional do programa de tensões, esses projetos possibilitariam futuros estudos comparativos.

¹⁴ Na Ásia: Birmânia, Cambodja, Ceilão, Coréia, Índia, Indonésia, Laos, Paquistão, Filipinas e Vietnã. No Oriente Médio: Israel, Jordânia, Líbano e Síria. Ver Groupe de travail de l'UNESCO sur les problèmes juridiques, sociologiques et administratifs des États ayant récemment accédé à l'indépendance. Maison de l'UNESCO, 23-25 janvier 1952. In: UNESCO. *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. IV, n. 2, Été 1952e, p. 404-408.

¹⁵ Eis alguns exemplos desses conflitos ou guerras: desde 1945, a França está enfrentando a revolta na Argélia e a resistência no Marrocos ao seu projeto de descolonização e desencadeando uma escalada de violência; desde 1947, a Inglaterra luta contra o partido comunista na Malásia, onde, diante da resistência da guerrilha organizada contra as companhias européias, em 1948, é decretado o estado de emergência seguido de violenta repressão, numa luta que só termina com a independência em 1954; a Inglaterra vê-se ainda obrigada, após tentativas frustradas de negociar com o líder U Nu, a reconhecer a independência da Birmânia; mais tarde, ela enfrentará no Quênia a insurreição dos Kikuyu (Mau Mau), cuja independência só ocorrerá em 1963, permanecendo, entretanto, sem solução as questões ligadas ao acesso à terra, cuja interdição à população negra constituiu um exemplo de racismo; somente em 1949, as tropas holandesas se retiram, mediante pressão dos EUA e da ONU, da Indonésia, cuja independência fora proclamada por Sukarno desde 1946. Ao longo da década de 1950, enquanto ocorre a discussão sobre os aspectos biológicos da raça, prosseguem os movimentos de libertação e a independência negociada ou aceita pela França e pela Inglaterra, que vão perdendo seus territórios de ultramar.

¹⁶ Na reunião realizada de 24 a 28 de janeiro de 1949 para elaborar o plano geral de aplicação dos questionários, esses projetos piloto foram previstos para a França, a Austrália, a Índia e, talvez, a Suíça, tendo em vista sua posterior replicação em outras áreas. Cf. Réunion d'experts chargés d'élaborer un plan de travail pour l'étude de communautés sociales dans différents pays, 24-28 Janvier 1949. In: UNESCO. *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. I, n. 1-2, Paris: UNESCO, 1949 a, p. 102-105.

Seu plano geral foi elaborado por sociólogos, etnólogos, antropólogos, psicólogos e psiquiatras, entre os quais constavam representantes da Organização Mundial de Saúde e da Federação Mundial de Saúde Mental. Segundo o plano elaborado, os estudos deveriam considerar a atitude familiar em relação à criança, desde sua concepção, assim como as relações afetivas entre os membros no seio da família e no plano social ampliado. Deveriam considerar ainda desde a organização escolar até as formas de exercício e manutenção de autoridade e de governo, assim como as repercussões desses aspectos no grupo social em estudo.

Entre os objetivos desses projetos encontra-se ainda a necessidade de verificar se a autoridade governamental no exercício de seu poder estava sendo percebida pela sociedade como “eles” ou como “nós”. Trata-se de fazer um diagnóstico de uma realidade na qual, como advertiu Mannheim (1972, p. 82), “se a ONU não conseguir concentrar as lealdades humanas na nova organização mundial, inevitável se tornará o desenvolvimento dos sentimentos de ‘nós’ (*we feelings*) rivais e regionais e, além disso, militantes”.

Os projetos piloto da UNESCO buscavam, portanto, a elaboração de uma radiografia minuciosa da vida social em suas diversas dimensões e relações individuais, grupais, nacionais e também das atitudes em relação aos demais grupos nacionais,¹⁷ contemplando, dessa forma, os três níveis de tensão tal como definidos por Otto Klineberg: no indivíduo, no grupo nacional, entre as nações.

A identificação das tensões em seus diversos níveis e a busca de sua compreensão em situações determinadas não significam, contudo, a aspiração de eliminá-las, junto com o “que se convencionou chamar preconceitos de raça”. Em consonância com o conceito psicológico de tensão – um estado de instabilidade que impele à ação – que fundamenta o plano de estudos da UNESCO, as tensões sociais são naturais e desejáveis. O conhecimento das causas dos conflitos

¹⁷ Cf. L'UNESCO et le problème des conséquences sociales du progrès technique: Le département des Sciences Sociales: états de tension et technologie. In: UNESCO. *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. IV, n. 2, Été, 1952f, p. 393-402 e Le département des activités culturelles: conséquences sociales du progrès technique. In: UNESCO. *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. IV, n. 2, Été, 1952 e, p. 402-403.

e tensões fornece subsídios para as ações voltadas ao objetivo maior desses projetos: organizar as condições para a paz entre os povos. Mas uma paz diligente, ativa.

O programa de tensões, na sua totalidade, portanto, objetiva fundamentar as deliberações acerca do uso de técnicas sociais, entre as quais a educação, e descobrir os meios ou métodos para, impedindo que as tensões ultrapassem o patamar suportável, garantir-lhes o grau de intensidade moderado, necessário ao direcionamento da ação dos grupos humanos, em sua diversidade, para a compreensão e cooperação internacionais, na construção do progresso.

Além dos projetos já mencionados, há aqueles que, usando a técnica de entrevista por amostragem de populações locais, objetivavam verificar, mediante o método comparativo, em que medida as características atribuídas a cada cultura são próprias de cada uma delas ou são comuns a várias nações. Dizendo de outra forma, buscavam verificar como se articulam o singular e o universal, as partes e o todo, a nação e o mundo.

Também nesse aspecto não faltaram, porém, críticas e resistências ao trabalho da UNESCO, num momento em que o capitalismo, avançando pelo globo, luta contra o internacionalismo comunista. Nesse momento, o ideal humanitário da UNESCO, por um lado, impõe-lhe a “missão” de “criar condições para fazer reinar uma cultura essencialmente humana (...) em todos os seus domínios” e, por outro lado, deixa-lhe claro que, num mundo bipolarizado, em que “os sentimentos de ‘nós’” ganham expressões diversas nos vários nacionalismos, inerente à realização dessa missão “encontre-se o cuidado de construir um mundo unido (...) de fazer substituir o particular pelo universal”. E, conseqüentemente, esse ideal humanitário leva à conclusão de que “para multiplicar as trocas intelectuais entre os povos, para chegar a uma verdadeira cooperação dos espíritos para além das fronteiras é necessário que a idéia de humanidade domine aquela da nacionalidade e que o homem torne-se um cidadão do mundo sendo um cidadão de seu próprio país”. (UNESCO, 1948, p. 14)

Exemplificando essas críticas e resistências, mas também a forma como a UNESCO lidou com elas, é oportuno lembrar: a advertência, em 1949, do Departamento de Estado dos EUA ao

diretor-geral, Jaime Torres de Bodet, contra sua política de priorização dos pequenos países em detrimento dos maiores financiadores da UNESCO. No mundo ocidental (Archibaldi, 1993, p. 322); as críticas de setores organizados da sociedade civil nos EUA após a publicação das brochuras incluídas no programa para a compreensão internacional da UNESCO, percebidas como anti-norte-americanas e promotoras de um governo mundial;¹⁸ a enquete sobre a percepção dos habitantes acerca de seu próprio país e dos demais realizada na Nova Zelândia, graças à anuência do proprietário de uma escola privada, pois o diretor de ensino público, temendo uma possível emergência de tensões sociais provocadas pelos próprios questionários da UNESCO, discordou de sua aplicação nos estabelecimentos oficiais de ensino.¹⁹ É, pois, compreensível a cautela da UNESCO na orientação ao Conselho Internacional de Ciências Sociais, quando lhe encaminha a solicitação de que estabeleça um escritório de pesquisa sobre as repercussões sociais das transformações tecnológicas. Suas preocupações se dirigiam à delimitação do campo dessas pesquisas – ele não deveria ser nem muito vasto, nem tampouco poderia ser de tal forma “restrito ao ponto de falsear a situação estudada ou negligenciar dados ou fontes

¹⁸ A respeito das críticas da The Cross and the Flag sobre as brochuras publicadas pela UNESCO na coleção *Vers la comprehension internationale*. Cf. ARCHIBALDI, 1993, p. 232. O autor nos informa também que Irving Solomon é chamado em duas ocasiões a realizar trabalho de avaliação da atuação da UNESCO num período em que ela estava sendo acusada de infiltração comunista: em 1951 a pedido da Fundação Ford, interessada em destinar fundos para a organização, e, em 1953, quando é designado pelo presidente Eisenhower para presidir o comitê especial criado em razão da intensificação das críticas à UNESCO.

¹⁹ A orientação metodológica seguida pelos investigadores consistia na aplicação de pré-teste objetivando verificar a simpatia ou antipatia dos sujeitos do experimento em relação a outros grupos nacionais, seguida de informações visando à mudança de atitude no sentido de favorecer a compreensão internacional, após o que se aplicava o pós-teste. Das informações constavam aquelas relativas aos habitantes de outros países, à semelhança entre os diversos representantes da espécie humana e à superioridade das atitudes internacionais sobre as nacionais. Cf. L'Étude des états de tension au Victoria University College (Nouvelle-Zélande). In: UNESCO. *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. IV, n. 1, Printemps, 1952f, p. 154-158.

essenciais de informação”.²⁰ Dirigiam-se também à delimitação das atribuições do escritório, pois convinha evitar o possível risco de a ele se “associar a idéia de um instituto monolítico de ciências sociais”.²¹

Orientação semelhante será feita em relação aos meios de comunicação, cujo uso pela UNESCO os delegados da Polônia e Tchecoslováquia consideravam então como incitação à guerra e imposição cultural de um país sobre os demais, ao passo que o chefe da delegação dos EUA insistia na necessidade de empregar os recursos da comunicação a fim de, com maior empenho e agilidade, “narrar a admirável crônica da liberdade” (citado por Bekri, 1991, p. 198). Nesse contexto, na orientação fornecida pela UNESCO – que havia preparado a fundamentação para a aprovação, em 1948, da “tese do livre fluxo de informações”, defendida principalmente pelos EUA – “não cabe ao escritório de pesquisa ocupar-se diretamente dos problemas relativos à comunicação e à informação, entretanto, não poderá deixar de considerar a incidência destes meios numa dada região em estudo”.²²

Os estudos aqui mencionados, incluídos no “programa de tensões”, demonstram como a UNESCO, no exercício de seu objetivo maior – “a conquista das mentes” – busca, no “campo minado” que é o mundo pós-guerra, conhecer os povos em sua diversidade cultural a fim de articulá-los ao projeto de construção das condições desde então, mais do que antes, vistas como necessárias ao progresso e à paz. Esses estudos nos fornecem

²⁰ Cf. Le bureau international du recherches pour l’étude des repercussions sur le plan social des transformations de la technique. In: UNESCO. *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. VI, n.1, 1954 b, p. 93-98.

²¹ Esse risco havia sido apresentado por Quincy Wright, professor de Direito Internacional e de Ciências Políticas nos Estados Unidos, em carta, com o timbre do Comitê de Relações Internacionais da Universidade de Chicago, datada de 10 de fevereiro e enviada a Otto Klineberg. A preocupação do professor Wright é no sentido de que um “superorganismo contribua para o agravamento das tensões que, por sua atuação, objetiva compreender e resolver”. Cf. *Bulletin International de Sciences Sociales*, vol. I, n. 1-2, Paris, 1949a, p. 100-101.

²² Cf. UNESCO. *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. VI, n. 1, Paris: UNESCO, 1954b, p. 93-98. Citação da p. 95.

ainda exemplos de como a UNESCO respondeu aos limites a ela impostos, e também aos controles, sejam internos ou externos, exercidos sobre seu trabalho, cujo lado prático, assegura Klineberg (1949, p. 99), “aparecerá mais nitidamente à medida que a síntese das múltiplas enquetes em realização possa ser feita”.

A esse modo de agir, revelador ao mesmo tempo da força e da fraqueza da UNESCO, talvez se deva, num momento em que a realidade mundial se encontra atravessada pela racialização das relações sociais (Ianni, 1996), o fato de seu trabalho diretamente referido ao tema da raça e do preconceito racial realizar-se somente após as determinações constantes da resolução do Ecosoc.

É necessário, no entanto, considerar o Plano Ampliado de Assistência Técnica (Peat) proposto à ONU, em 1949, pelo presidente Truman. Compreendendo projetos multilaterais a cargo da ONU e suas agências e projetos bilaterais sob responsabilidade dos Estados interessados em contribuir com verbas, além de suas devidas cotas como membros da ONU, o Peat tinha em vista, mediante investimentos e assistência técnica a projetos nas áreas da agricultura, transportes, indústria, trabalho, educação, ciência, saúde e segurança social, a elevação dos níveis de vida “dos povos amantes da liberdade”.²³

A referência de Klineberg ao Peat, então em estudo no Ecosoc, é elucidativa. O caráter de urgência conferido pelo plano proposto por Truman aos estudos relativos às influências da técnica moderna nas relações entre os povos é ressaltado por Klineberg. Não é demais

²³ O Peat constituía-se, pode-se dizer, em uma réplica empobrecida e consorciada do Plano Marshall. Cerca de 12 milhões de dólares foram emprestados pelos empresários dos EUA, no período entre 1948 e 1951, em condições favoráveis, para a reconstrução européia. Em 1950, o Peat, destinado aos dois terços da humanidade vivendo fora da Europa Ocidental, recebe um total de 20 milhões de dólares. Desse total, a parte investida pelos EUA representa 1/500 do empréstimo à Europa através do Plano Marshall. Cf. *Le coût de l'UNESCO pour les Etats Unis*, principalmente o subtítulo *Du Plan Marshall a l'assistance technique*. In: ARCHIBALDI, Gail, 1993. Trata-se, na verdade, de uma ampliação da “doutrina Truman”, que, a essa altura dos acontecimentos do pós-guerra, já havia resultado na assinatura do Tiar, unindo o continente americano na paz e na guerra, assim como na constituição da Comissão Mista Brasileiro-Americana, ou Missão Abbink, após negociações entre os presidentes Truman e Dutra.

deduzir que o mesmo raciocínio também fundamenta a Resolução 116 (B) iii, na qual o Ecosoc solicita o trabalho da UNESCO e, ao mesmo tempo, estabelece os meios para o controle de sua atuação no que diz respeito à questão racial.

Para compreendermos não apenas a resolução do Ecosoc mas também o trabalho da UNESCO mais diretamente voltado para os assuntos relativos à raça, nesse período, devemos considerar o contexto anteriormente descrito ao qual devem-se acrescentar: os primeiros sinais de insucesso da Liga Árabe, criada por incentivo da Inglaterra para conter o pan-arabismo então expresso nos nacionalismos diversos; a situação criada no Oriente Médio com a instalação do Estado de Israel, imediatamente reconhecido pelas duas superpotências do pós-guerra; o ceticismo em relação aos organismos internacionais considerado como o sentimento do homem comum no mundo árabe;²⁴ os conflitos provocados pelo movimento de populações; a discriminação e segregação racial na então União Sul-Africana, sob protesto organizado do Congresso Indiano Sul-Africano, assim como sob os protestos apresentados pela Índia na Assembléia Geral da ONU, desde 1946; o agravamento dessa situação com a intensificação da política do *apartheid* desde 1948, quando o Partido Nacional chega ao poder e prossegue mantendo a subalternidade dos habitantes sul-africanos não-brancos, sobretudo dos negros, até a década de 1990, a despeito de seguidas resoluções da ONU contra essa política.

²⁴ Cf. UNESCO. *Les Nations Unies et le civisme internationale*. Vers la compréhension internationale, vol. IV, Paris: UNESCO, s/d. Apresenta relatório de estágios realizados pela UNESCO, a fim de propiciar a vivência de uma situação internacional e organizar material para o ensino relativo às Nações Unidas. Um desses estágios foi realizado no verão de 1948, reunindo seis educadores do Afeganistão, do Chile, da França, do Líbano, da Tailândia e dos Estados Unidos (presidente e relator do grupo). Um outro estágio reuniu, no Adelphi College em Nova York, 36 especialistas de 21 países. Neste os representantes do Egito e da Síria alertam para a desconfiança e o ceticismo dos árabes em relação ao Ocidente, o que, segundo eles, poderia retardar a “ocidentalização” do mundo árabe (p. 29). Na conclusão essa advertência é reiterada, acrescida de uma segunda que subordina o sucesso da popularização das organizações internacionais mediante o ensino sobre as Nações Unidas nas escolas, que se faça acompanhar de um tratamento equitativo dispensado aos países árabes (p. 36).

Este é, portanto, o contexto em que devemos compreender a persistência do racismo, cujas ressurgências exigem da UNESCO a consideração, em sucessivas décadas, dos aspectos biológicos da questão racial, assim como daqueles relativos à sociedade e à cultura, à economia e ao poder.

Raça, ciência, poder e a busca de um modelo de democracia racial

O trabalho da UNESCO, a partir de 1949, materializado, primeiro, em duas declarações consecutivas,²⁵ concretiza-se mediante um debate já em curso nos meios científicos, incluindo o conceito de raça, as classificações raciais e as diferenças entre os grupos humanos, povos e culturas, os contrapontos raça e nação, raça e história, raça e cultura, raça, casta e classe, num momento em que descobertas da genética forçam uma nova síntese entre esse campo de conhecimento e a antropologia física.

Desenvolvendo-se nos anos 50 e 60, em íntima relação com a luta pela libertação colonial e pela manutenção ou conquista de vantagens econômicas na ordem mundial em reconstrução, o debate sobre as questões de raça desdobra-se, portanto, num daqueles momentos em que os objetivos da ciência se tocam, se imbricam e se confundem com os do poder constituído, em que as classificações se desembocam em hierarquizações e se insiste na necessidade de acumular suficientes evidências corroboradoras da igualdade na diversidade, o que, vale ressaltar, traduz-se em desigualdades sociais. Nesses momentos, também, os resultados da pesquisa se prestam, mais uma vez, à fundamentação e à justificação do domínio de uns sobre outros e à tomada de decisões que afetam o destino de pessoas e grupos humanos, em benefício de grupos diversos e distantes dos primeiros.

²⁵ Com a finalidade de facilitar a exposição, a referência às declarações sobre a raça e sobre as diferenças raciais será feita pelos anos respectivos de sua elaboração: declaração de 1950 e declaração de 1951.

Essa perspectiva permite compreender a afirmação do antropólogo Washburn (1978, p. 454), em artigo de 1953, segundo a qual “a antropologia física de 1950 se parecerá muito mais com a de 1900 do que com a de 1960”. Nesse contexto, a declaração de 1950, elaborada por sociólogos, antropólogos e geneticistas convocados pela UNESCO, suscita reações diversas e mesmo contrárias, motivando a elaboração de uma nova declaração, dessa vez por um grupo constituído exclusivamente de antropólogos físicos e geneticistas, mais especificamente aqueles que se pronunciaram contra a declaração de 1950.

A declaração de 1951, por sua vez, também suscitou controvérsias, resultando em duas publicações. A primeira, destinada à educação do grande público, tarefa fundamental da UNESCO, consiste numa publicação do seu Departamento de Informação. Sob o título *Qu'est-ce qu'une race? Des savants répondent* (Dunn, 1952), toma como base três ensaios: “Raça e psicologia”, de Otto Klineberg, “Raça e biologia”, de L. C. Dunn, e “Raça e civilização”, de Michel Leiris.

Já publicados em 1951 como brochuras individuais, esses ensaios farão parte da coletânea *Le racisme devant la science*, publicada em 1956, que incluirá o ensaio de Claude Lévi-Strauss, “Race et histoire”, cuja primeira publicação ocorre em 1952.²⁶

A reedição dos ensaios evidencia a persistência, também como forças sociais, das idéias que buscam combater, defender e/ou clarificar. Idéias ou temas que continuam dividindo as opiniões nos meios científicos e políticos, impondo à UNESCO e aos sábios e cientistas de diversos campos de estudo, por ela convocados, um trabalho cujos objetivos incluem: estabelecer a impossibilidade de deduzir da noção de raça qualquer conclusão sobre o caráter e capacidades mentais dos indivíduos;

²⁶ Essa edição de 1956 de *Le racisme devant la science* é traduzida no Brasil em dois volumes. Cf. COMAS, Juan et alii. *Raça e ciência I*. São Paulo: Perspectiva, 1970 e DUNN, L.C. et alii. *Raça e ciência II*. São Paulo: Perspectiva, 1972. O volume II apresenta em apêndice os textos das declarações de 1950, 1951 e 1967, assim como aquele relativo às proposições sobre os aspectos biológicos da questão racial de 1964, versões aqui utilizadas. Em 1973, a UNESCO apresentará nova edição de *Le racisme devant la science*, mantendo da edição anterior os três ensaios referidos, assim como o de autoria de Claude Lévi-Strauss, antropólogo que fizera parte do grupo que redigiu a declaração de 1950, que, obviamente, não figura na relação dos cientistas consultados por ocasião da elaboração da declaração de 1951.

prosseguir com as classificações raciais com base nas diferenças entre os grupos humanos e ao mesmo tempo difundir e fixar a noção da inexistência de raças puras; combater a crença a respeito da superioridade do homem branco, ocidental e cristão sobre os demais povos habitantes do globo terrestre; eliminar a confusão entre fatos naturais, herança genética dos indivíduos e cultura, herança social freqüentemente confundida com a primeira e atribuída à raça; derrubar o mito relativo às conseqüências negativas ou desastrosas da miscigenação; afirmar, quando os aspectos biológicos se impõem nas interpretações sobre as raças e as diferenças raciais, a igual aptidão dos diferentes grupos humanos de se desenvolverem tecnicamente.²⁷ Explicitar, enfim, as dimensões históricas, geográficas e socioculturais da originalidade da participação dos diversos grupos humanos na construção de uma civilização mundial, cuja vitalidade e riqueza dependem da preservação da diversidade cultural, assim como do desenvolvimento da tolerância como uma atitude dinâmica, isto é, não-contemplativa.

Como indicam seu título e subtítulo *Le concept de race: des savants répondent*, a segunda publicação apresenta as apreciações de antropólogos e geneticistas consultados sobre o texto da declaração de 1951. Desde sua introdução, o leitor é preparado para compreender as divergências ou controvérsias sobre a questão, como decorrentes da subsistência de elementos de dúvida no espírito de muitos dos consultados. É ainda persuadido de que, ao apresentar os comentários suscitados pela declaração de 1951, “a UNESCO dá ao público os meios de conhecer as flutuações do pensamento científico diante do problema da raça” (p. 9). Aí também, ao equiparar-se a publicação então apresentada a um “laboratório da ciência”, o leitor é alertado para o fato de que, se nesse laboratório “se encontra alguma desordem (...), precisamente destas oposições, e mesmo de ásperos ataques,²⁸ nasce o que chamamos de verdade” (p. 10).

²⁷ Este último aspecto, presente na pauta da UNESCO desde a década de 1950, só ganhará expressão na Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais, aprovada em 1967, em deferentes condições políticas, como veremos adiante.

²⁸ Um exemplo notável desses ásperos ataques pode ser visto em artigos publicados nos primeiros anos da década de 1950, na discussão provocada pelo determinismo biológico defendido então pelo biologista Darlington. Cf. DARLINGTON, C.

L. C. Dunn, professor do Departamento de Zoologia da Universidade de Colúmbia, participou do grupo de cujas sugestões o professor Ashley Montagu se valeu na revisão final do texto da declaração de 1950 e é o relator do grupo chamado para redigir a declaração de 1951. Em seu relatório, duas razões são enunciadas para a ocorrência dessa segunda reunião para a qual a UNESCO convocou um grupo de 12 antropólogos físicos e biólogos do campo da genética humana, com o objetivo de redigir uma declaração que “refletisse de maneira mais precisa o ponto de vista dos meios científicos” sobre o conceito de raça, assim como o estado do conhecimento sobre as diferenças raciais.

Reconhecendo a igual propriedade do interesse dos sociólogos, antropólogos e biólogos pelas questões raciais, L. C. Dunn afir-

D. La conception génétique de la race dans l'espèce humaine. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*. Vol. II, n. 4, Hiver 1950d, p. 501-511. O biologista Mirsky, do Rockefeller Institute for Medical Research, de Nova York, vê na exposição de Darlington não os princípios da genética, mas hipóteses e preconceitos como fundamentos do conceito de raça. Cf. UNESCO. *Le concept de race*. Résultats d'une enquête. Col. La question raciale devant la science moderne. Paris: UNESCO, 1953a, p. 21. Também para Montagu, relator do grupo que elaborou a declaração de 1950, Darlington, como “sobrevivente obstinado de um grupo dissidente, está fatalmente voltado a se encontrar em desacordo com a massa daqueles cuja opinião conta”. Cf. MONTAGU, Ashley. O conceito de raça e o mecanismo da formação das raças humanas. In: MUSSOLINI, Gioconda (Seleção, org. e notas). *Evolução, raça e cultura: leituras de antropologia física*. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978. Críticas como estas merecem de Darlington, em resposta à solicitação para escrever artigo sobre a questão racial para publicação no *Bulletin International des Sciences Sociales*, o seguinte pronunciamento: “não explicarei numa simples carta, por que eu disse que os genes determinam os caracteres; por que eu não partilho da opinião do professor Thorndike sobre a ‘verdadeira tarefa do homem’; por que eu não me inclino diante do professor Klineberg como diante de um oráculo da “ciência”; por que eu me separo da maior parte dos psicólogos, mas não de todos; (...) por que eu não aceito a interpretação dada pelo professor Montagu sobre o despovoamento (...)”. Após essa enumeração remete o leitor interessado em seus argumentos ou fatos novos que descobrira a seus escritos em outras fontes, que não o *Bulletin Internationale des Sciences Sociales*, ou a seu livro *The facts of life*, prestes a ser publicado. Cf. DARLINGTON, C. D. La conception génétique de la race dans l'espèce humaine. In: *Bulletin Internationale des Sciences Sociales*. Vol. IV, n. 1, Printemps, 1952f, p. 237-8.

ma, como uma das razões da reunião, o particular interesse dos cientistas representantes da antropologia física e da genética humana nessas questões. A predominância dos sociólogos na primeira reunião²⁹ e a conseqüente característica essencialmente sociológica do texto da declaração de 1950 constituem a segunda razão a justificar a elaboração de uma outra declaração, uma vez que a primeira “carece da autoridade que somente os especialistas da antropologia física e da genética humana, particularmente competentes no que concerne ao aspecto biológico da raça podem lhe conferir”.³⁰

L. C. Dunn acusa ainda a existência, no texto da declaração de 1950, de uma confusão entre raça, fato biológico, e raça, fenômeno social, razão pela qual o grupo se manifesta contrário à abordagem do tema sob o ângulo dos problemas sociais e pedagógicos, alegando serem eles relacionados às conjunturas locais às quais deveriam ser associados. É, portanto, do ponto de vista das recentes descobertas da teoria moderna da evolução que o grupo se propõe a abordar o tema.

²⁹ O grupo que redigiu a declaração de 1950 se compunha de oito cientistas, sendo um da Nova Zelândia, um do México, um do Brasil, dois dos Estados Unidos, um do Reino Unido, um da Índia e um da França. Além destes, outros 13 cientistas deram sugestões ao relator do grupo, Ashley Montagu, na revisão final do texto. O exame da lista como um todo não confirma a supremacia dos sociólogos, pois no mínimo quatro dos que participaram da revisão final do texto eram biólogos. Um aspecto se ressaltava, entretanto, quando comparamos, quanto a sua composição, os grupos que elaboraram as declarações de 1950 e a de 1951. A homogeneidade do segundo grupo é evidente não somente naquilo que menciona seu relator – que o grupo se constituiu exclusivamente de antropólogos físicos e geneticistas –, mas na origem deles: quatro eram da Inglaterra, três, dos Estados Unidos, dois, da França, um, da Suécia, um, da Holanda e um, da Alemanha. Cf. lista em DUNN, L. C. et alii. *Raça e ciência II*, citado, p. 283 e 287. Em artigo de Ashley Montagu, publicado em 1950, L. C. Dunn está entre as interlocuções do autor que busca dar precisão a determinadas idéias presentes na literatura sobre a questão racial, a exemplo da afirmação de Dunn e Dobzhansky de que “olhos azuis são bastante comuns na maior parte dos Estados Unidos, mas muito raros na maior parte do México”. Cf. MONTAGU, Ashley, 1978.

³⁰ Nesse sentido, as críticas do grupo à declaração de 1950 coincidem com aquelas expressas na revista *Man*, do Instituto Real de Antropologia, sediado em Londres.

De uma perspectiva neo-evolucionista esses antropólogos e geneticistas, preocupados com a neutralidade e o rigor científicos, chamam a atenção para a ausência de provas corroboradoras da inexistência de diferenças mentais entre os grupos raciais, afirmando, ao mesmo tempo, a impossibilidade de, numa perspectiva cientificamente respaldada, estabelecer, com base nessas diferenças, uma hierarquia das raças humanas. Defendendo-se contra a identificação de sua posição como racista ou contra seu uso para interpretações racistas, o relator ressalta ainda a adoção de um conceito dinâmico de raça,³¹ do qual não decorre, porém, a conclusão da inexistência das raças – fato biológico evidenciado por caracteres, passíveis de observação pelo homem comum, e nos quais se ancoram as classificações propostas por antropólogos. Tampouco decorre desse conceito, como muitos defendiam desde décadas anteriores,³² o abandono do termo “raça”, cujo uso científico o grupo afirma como necessário. O relator ressalta, ainda, por um lado, a distância existente entre as conclusões consubstanciadas na declaração elaborada pelo grupo de que é o porta-voz e aquelas constantes na obra de Gobineau sobre a desigualdade das raças; por outro lado, chama a atenção para sua proximidade em relação à Declaração da Independência americana e à Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma vez que, reconhecendo a igualdade como condição da existência social, afirma a inexistência de descoberta científica que permita restringir a aplicação desse princípio às raças.

Nessas observações aspectos distintivos das duas declarações da UNESCO ganham relevo. Para além dos detalhes destacados

³¹ Dinâmico no sentido de que o termo raça se refere a um estágio do processo de diferenciação das populações e de sua adaptação ao meio em que vivem. Cf. UNESCO, 1953 a, p. 95 e 98.

³² A substituição do termo raça por “grupo étnico” é sugerida, por exemplo, por Julien Huxley, em 1936 e em 1941, por Ashley Montagu, em 1945, e também na declaração de 1950. Cf. MONTAGU, Ashley, 1978; e HUXLEY, Julien. El concepto de raza. In: *El hombre está solo*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1942. A justificativa é de que seriam evitados erros decorrentes do uso abusivo do primeiro termo, freqüentemente associado, na linguagem comum, a grupos humanos estigmatizados em virtude de caracteres externos que os diferenciam, ou ainda a grupos nacionais, religiosos, geográficos ou culturais.

pelo relator, entretanto, são notórias a afinidade e a semelhança entre ambas, que prosseguem sendo reeditadas e citadas igualmente na literatura sobre a questão racial. Conclusões e proposições comuns às duas declarações, de 1950 e 1951, presentes também nos ensaios publicados na ocasião explicam-se, certamente, pela vocação universalista da UNESCO, na realização de seu trabalho político de coordenação dos esforços das Nações Unidas em direção à reconstrução da ordem mundial. Essa preocupação com o universal parece fundamentar também a reflexão em que Alfred Métraux (1950a, p. 8-9) aponta o paradoxo da civilização ocidental. Refere-se ele à exigência de que as demais culturas assimilem os valores aos quais essa civilização atribui “perfeição indiscutível”, sem contudo admitir aos dois terços da humanidade a capacidade de atingir o fim que ela propõe. A isso acrescenta que “por estranha ironia, as vítimas mais dolorosas do dogma racial são precisamente os indivíduos que por sua inteligência ou por sua educação testemunham sua falsidade”.

Essas observações – do então diretor da divisão criada em 1950 no Departamento de Ciências Sociais da UNESCO especialmente para tratar das questões raciais – levam-nos a uma idéia defendida por Ashley Montagu em artigo publicado nesse ano e constante da declaração, elaborada sob sua coordenação, veementemente atacada pelo grupo que escreve a declaração de 1951. Trata-se da atribuição às pesquisas biológicas da descoberta de uma “ética da fraternidade universal” fundada numa “tendência inata do homem à cooperação”, idéia fundamental, vale ressaltar, para a união dos povos e para a contribuição das culturas diversas na reconstrução do mundo segundo um modelo postulado como universal.

Sobre esse aspecto, entretanto, evitando “uma solução política para uma questão pertencente ao domínio da ciência”, o grupo reunido em junho de 1951 para elaborar a segunda declaração da UNESCO, agora sobre o conceito de raça, buscará, no caráter instintivo do comportamento do homem, a explicação para a coexistência, num mesmo indivíduo, de uma tendência à associação em relação aos indivíduos de seu próprio grupo e a um comportamento agressivo em relação aos indivíduos de outro grupo. Uma vez atribuída aos preconceitos raciais uma origem psicológica, a conclusão decorrente indica a necessidade de mais estudos psicológicos sobre a questão.

A ênfase na tendência à cooperação talvez explique a decisão da União Francesa – em reunião de 20 de novembro de 1951,³³ após quase dois anos da elaboração da declaração de 1950 e transcorridos cinco meses da redação da declaração de 1951 – de adotar o texto da primeira declaração nos programas de suas escolas, assim como de dar-lhe ampla difusão. Esse fato permite lembrar a crítica apresentada na 1ª CG-1946 por Torres de Bodet, quando se refere às dificuldades de realizar a educação preconizada no Ato Constitutivo da UNESCO, num “mundo em que continuam a prevalecer os abusos do imperialismo, a lei do mais forte e, sob formas veladas, o orgulho arbitrário das grandes potências e os preconceitos de raças que se crêem superiores”. (Citado por Bekri, 1991, p. 125)

Esse problema, explicitado por Torres de Bodet em 1946, pode ser ainda detectado em 1951, quando, a fim de desvincular grupos nacionais de grupos raciais, a expressão “os ingleses” é retirada da primeira redação, do parágrafo três da declaração elaborada nesse ano, em virtude da argumentação de J. C. Trevor. Ressaltando sua origem galesa para evitar interpretação estranha ao seu objetivo de precisão, o professor da Faculdade de Arqueologia da Universidade de Cambridge afirma que, diferentemente dos franceses e dos alemães, cuja heterogeneidade racial fora demonstrada respectivamente pelo professor Henri Vallois (1943) e pelo Dr. Morant (1939), “os ingleses – os ingleses (insiste ele) e não os britânicos – são hoje e mesmo desde a época dos Tudor, bem mais homogêneos do que a maior parte dos povos do continente”. (UNESCO, 1953 a, p. 48)

³³ Desde setembro de 1945 tropas anglo-francesas estão em Saigom na tentativa de restabelecer a antiga ordem diante dos movimentos pela independência no Sudeste Asiático. E a partir de 1951, a França recebe ajuda financeira dos EUA a fim de prosseguir sua luta na Indochina. O desfecho para a França virá somente em 1954 com sua derrota em Dien Bien Phu e com as conferências que desde abril se realizavam em Genebra com a participação de representantes da França, Grã-Bretanha, dos EUA, da URSS, China Popular, do Camboja, Laos e do Vietnã do Norte, sob Ho Chi Minh, e Vietnã do Sul, sob Bao Dai. Conforme o armistício aí assinado, além de se acertar o reconhecimento da independência do Laos e do Camboja, as tropas francesas deveriam se retirar do Vietnã que, como a França, não poderia receber reforços militares de nenhum país. Cf. PERNAU, José. *História mundial desde 1939*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979, p. 108-110.

Com a finalidade de contornar esse obstáculo, ou resistência “cientificamente” fundamentada, o parágrafo três é aprovado com a seguinte redação:

os grupos nacionais, religiosos, geográficos, lingüísticos e culturais não coincidem necessariamente com os grupos raciais e os aspectos culturais desses grupos não têm nenhuma relação demonstrável com as características próprias à raça. *Os americanos não constituem uma raça, tal como os franceses ou os alemães.* Nenhum grupo nacional constitui uma raça *ipso facto*. Os muçulmanos e os judeus não formam uma raça, tal como os católicos ou os protestantes, os habitantes da Islândia, da Grã-Bretanha ou da Índia, os povos que falam o inglês ou qualquer outra língua, os indivíduos que pertencem à cultura turca ou chinesa, etc. O emprego da palavra ‘raça’ para designar a um desses grupos pode constituir um erro grave; no entanto, este é freqüentemente cometido. (Dunn e outros, 1972 p. 284)

Em busca da universalidade, a UNESCO deve, portanto, lidar com interesses nacionais diversos e eventualmente conflitantes, expressos nos argumentos de sábios, cientistas e estudiosos da evolução da espécie humana, explicando-se, assim, a elaboração de duas declarações sobre a raça, cujas diferenças dizem respeito sobretudo à multiplicidade de interpretações e aos desacordos entre os estudiosos da genética e da antropologia, da sociologia e da psicologia. Esses desacordos, observados num período de transição ou de refinamento do discurso científico, são fruto do desenvolvimento de novas interpretações relacionadas à moderna etnologia, então invocada pelo Departamento de Ciências Sociais da UNESCO como a ciência cuja interpretação das diferenças culturais à luz do conceito de civilização minimizaria o peso relativo dos aspectos biológicos nas diferenças entre os diversos povos e entre indivíduos. (UNESCO, 1950 d)

Tanto é assim que o antropólogo Washburn, ao considerar o impacto da nova teoria da evolução, enuncia os pontos sobre os quais a obtenção de um acordo se fazia necessária:

1) a antropologia física precisa de um quadro de referência teórico consistente e provado; 2) as teorias genéticas e evolutivas necessárias estão à disposição e deveriam ser aplicadas aos problemas da evolução humana; 3) dever-se-iam abandonar os conceitos insustentáveis; 4) dever-se-ia *acolher com regozijo* uma época de transição, durante a qual seria de esperar grandes diferenças de opinião pessoal. Estas diferenças deveriam ser resolvidas pela pesquisa, evitando-se que se transformassem em excentricidades individuais ou nacionais. (1978, p. 465)

Em sua conclusão, Washburn, reafirmando que a compreensão do processo de evolução humana requer, além de uma biologia moderna e dinâmica, “uma profunda compreensão da história e funcionamento da cultura”, aponta essa necessidade como aquela que “dá à antropologia toda sua unidade como ciência”. (1978, p. 470)

Um outro ângulo da questão se evidencia, entretanto, se considerarmos a ocorrência anterior, simultânea e posterior à discussão entre os cientistas dos vários campos da ciência e de diversas nacionalidades sobre as questões raciais, de um dos mais gritantes exemplos de racismo na segunda metade do século XX, também posteriormente incluído na luta da UNESCO, desde sua criação, pela paz entre os povos. No momento em que se realiza o debate do qual resultam as duas primeiras declarações da UNESCO sobre a raça (1950), e sobre as diferenças raciais (1951), é quando também são tomadas as primeiras medidas de segregação do ensino na África do Sul, ³⁴ justificadas, diante do Parlamento sul-africano, em 1953 e em

³⁴ O Partido Nacional chega ao poder na África do Sul em 1948 e intensifica a legislação do *apartheid*. Uma das medidas foi a divisão dos africanos em dez tribos, justificada pelas supostas diferenças tribais e desconsiderando não só costumes e valores comuns desses povos, como também a história da formação sul-africana. A intensificação da legislação de discriminação e segregação racial prossegue nas décadas de 1950, 1960 e 1970, apesar de, nesta última, ter se mudado o nome *apartheid* para “desenvolvimento separado”, como meio de responder aos acontecimentos externos e pressões internacionais contra o regime, que se manifestam a partir da década de 1960. Cf. CHALIAND, Gerard. *A luta pela África: estratégia das grandes potências*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 94-106.

1954, por H. Verwoerd, ex-primeiro-ministro, com os seguintes princípios: “se se ensina ao indígena da África do Sul que ele é chamado a viver sua vida adulta sob um regime de igualdade de direitos, será levá-lo a cometer um grande erro (...)” e, mais incisivo: “nosso sistema de ensino não deve enganar os Bantus mostrando a eles as delícias da sociedade européia às quais eles não têm direito”.³⁵

As origens da política racial da África do Sul remontam ao final do século XIX, quando os britânicos promulgam leis restritivas ao acesso dos povos autóctones às riquezas em ouro e diamantes então explorados pela De Beers Consolidated Mine. Desde 1946, essa política é combatida pela população sul-africana e constitui-se também em tema dos debates da Assembleia Geral da ONU desde sua primeira sessão. Nessa assembleia, a Índia reclama posição das Nações Unidas quanto ao tratamento discriminatório a que o governo da então União Sul-Africana submetia os trabalhadores indianos ali residentes. É necessário, entretanto, esperar a década de 1950 para a concretização desse posicionamento, quando, em sucessivas resoluções, a Assembleia Geral se pronuncia a respeito, convidando o governo daquele país, que intensificava a legislação de segregação racial, a reconsiderar sua posição à luz da Carta da ONU. Nessas resoluções a ONU expressava sua preocupação com as medidas tomadas pelo governo sul-africano e fazia um apelo na direção de um reexame de sua política interna nas décadas seguintes.

Política dirigida aos povos não-brancos, aí incluídos os indianos, e cuja intensificação, a despeito das várias resoluções da ONU, ao longo das décadas de 1950 e 1960, assim como sua persistência até o final da década de 1980, deve-se explicar também pelo papel estratégico de seus protagonistas na defesa do “mundo livre” e da civilização ocidental no continente africano.

Para além de uma perspectiva bipolarizante, entretanto, é possível perceber uma outra, que evidenciará os muitos pólos

³⁵ Cf. UNESCO. *Le racisme et l'apartheid en Afrique australe. Afrique du Sud et Namibie. Dossier établi d'après une documentation réunie par le mouvement anti-apartheid*. Presses de l'UNESCO, Paris, 1975. Ver também: UNESCO. *L'Apartheid. Ses effets sur l'éducation, la science, la culture et l'information*. Paris: Imprimeries Réunies de Chambéry/UNESCO, 1968.

envolvidos na manutenção do sistema do *apartheid* que – na expressão de Oliver Tambo, um dos dirigentes do Congresso Nacional Africano – consiste em

um sistema altamente industrializado, um Estado bem armado dirigido por um grupo fanático de homens brancos decididos a defenderem seus privilégios e seus preconceitos e sustentados pela cumplicidade do capital americano, britânico, alemão-ocidental e japonês investido no sistema de opressão mais lucrativo do continente.³⁶

Vendo a questão sob esse ângulo, compreende-se também a ineficácia do embargo de venda de armas e munições estabelecido em resolução da ONU de 1962, que não impediu a África do Sul seja de obter as armas de que precisava, seja de adquirir a capacidade de fabricá-las. Essa alternativa parecia então mais satisfatória do que armar os africanos para sua defesa contra o comunismo como se depreende dos inconclusos debates, na Conferência sobre os Meios de Defesa da África – realizada em 1951 em Nairóbi, com representantes do Reino Unido, da África do Sul, da Bélgica, da França, da Itália, de Portugal, da Etiópia, da Rodésia do Sul e dos Estados Unidos, na condição de observador – e retomados em 1954 em Dakar.

O acordo sobre os meios de defesa contra as investidas soviéticas e indianas em direção à África ocorre com a concretização da idéia, negociada a partir de 1955 entre a África do Sul e a Inglaterra, de submeter a base naval de Simonstown, na península do Cabo, à autoridade de cinco potências ocidentais e de reforçar a frota de guerra da África do Sul para garantir a proteção do Oceano Índico (UNESCO, 1975, p. 124-128). Essa estratégia previa, ao mesmo tempo, fortalecer sua armada de terra e ar para defesa de sua política interna, que logo receberá a designação de “desenvolvimento separado”, mantido até a década de 1980, mesmo enfrentando com

³⁶ Fala extraída da introdução ao livro de Nelson Mandela, publicado em 1965. Citado por ESSIEN-UDOM, E. U. Tribalisme et racisme. In: *Le racisme devant la science*. Nouvelle édition, Paris: UNESCO, 1973, p. 239-266.

violência a resistência da população africana aos instrumentos que legalizam a desigualdade e a segregação racial nos diversos campos da vida social: educação, ciência, cultura e informação.

Isto não se fez, é preciso ressaltar, sem os apelos para reconsideração da política interna sul-africana, sem as censuras e reprovações, e nem sem as recomendações de boicotes e embargos aprovados também pelos parceiros ocidentais do governo de Pretória, os protagonistas da Guerra Fria que muito serviu ao desenvolvimento do capitalismo. Não se fez ainda, sob os desdobramentos dessa parceria, sem a indignação e o boicote, de fato, de setores organizados da sociedade civil mundial. (Sampson, 1988)

É possível, portanto, considerar o papel desempenhado pela questão racial nas estratégias políticas das grandes potências, e a partir daí compreender o ritual de condenação do *apartheid* seguido do esquecimento sempre que seu combate exigia sanções econômicas determinadas por nações com grandes interesses na África do Sul. Para a preservação desses interesses essas nações se valem do sistema incompatível com os ideais democráticos que defendem: “o racismo é uma racionalização das relações de poder que existem de fato entre um grupo racial dominante e um grupo racial dominado. A ideologia racista visa a justificar e perpetuar esta relação de superior e inferior”. (Essien-Udom, 1973, p. 244)

É assim que, tendo no horizonte o ideal de progresso da humanidade e, ao mesmo tempo, o ocultamento das raízes econômicas e políticas das desigualdades raciais nas situações e localidades específicas, prossegue, pela mediação da UNESCO, a busca da explicitação dos fundamentos científicos das diferenças entre os grupos humanos. Mantém-se, assim, o paradoxo da coexistência dos ideais de igualdade de indivíduos e grupos humanos sem distinção de raça, sexo ou religião, consagrados nos documentos produzidos desde 1945 para balizar as relações entre as nações e povos, com as ressurgências dos antagonismos e conflitos raciais e com as desigualdades relativas aos direitos proclamados universais. Essa situação suscita ainda hoje, após décadas de discussão, respostas a questões sobre a pertinência do uso do termo “raça” para classificação das populações humanas, ou sobre o peso relativo dos fatores genéticos e culturais no comportamento dos grupos e indivíduos.

No cenário científico-político, em suas ocultadas motivações econômicas, fontes dos estereótipos raciais e das teorias que os justificam, o debate que “divide os espíritos”, e também as civilizações, fundamenta e ultrapassa no tempo a redação das declarações de 1950 e 1951. Esse cenário, todavia, ficaria incompleto sem a referência a três resoluções incluídas no Programa de Tensões da UNESCO, que não escapa da pauta de sua Conferência Geral. Uma delas autoriza a realização de estudos sobre a situação de contato racial no Brasil. As outras duas referem-se às relações culturais entre o Oriente e o Ocidente na reconstrução mundial que então se empreende.

Aprovadas na 5ª CG-1950, essas resoluções e seus desdobramentos nos fornecerão outros elementos para a compreensão das dificuldades e mesmo das ambigüidades do trabalho da UNESCO nessa questão, assim como para o entendimento de suas rearticulações tendo em vista sua participação, não isenta de controle e limites, como vimos, na coordenação do processo de construção de uma ordem mundial de que participam forças opostas, contrárias e contraditórias.

A primeira dessas resoluções parece ter sua origem no conjunto de sugestões de temas de pesquisas³⁷ apresentadas pelo grupo que redigiu a declaração de 1950, em atendimento ao mandato a ele atribuído pela UNESCO. Fundamentando-se na hipótese das influências diversas na intensidade do preconceito racial nas culturas, conforme o tipo de colonização – portuguesa, espanhola, holandesa, ou anglo-saxônica –, uma das sugestões propõe o exame da atitude racial de diferentes tipos étnicos na América do Sul.

A delegação brasileira acolhe entusiasticamente essa sugestão e, na 5ª CG-1950, propõe sua transformação em texto de resolução, fato que sugere uma origem mais remota das referidas resoluções. Em defesa da proposta, argumenta-se que, no Brasil, país de composição multirracial, não se verificariam os antagonismos ou, pelo menos, eles seriam destituídos

³⁷ Entre as sugestões apresentadas pelo grupo que redigiu a declaração de 1950 consta o estudo da influência de fatores tais como a segregação na África do Sul na intensificação das hostilidades raciais, assim como estudos comparados sobre a atitude racial de pessoas da mesma origem, os neerlandeses, por exemplo, em relação à população colonizada de diferentes regiões como África do Sul, Austrália, região do Pacífico. Cf. MÉTRAUX, Alfred. L'UNESCO et le problème racial. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. II, n. 3, Automne, 1950.

de violência, razão suficiente para esperar, da realização desses estudos no país, conclusões úteis para uma análise dos fatores ou mecanismos sociais, econômicos e psicológicos responsáveis por uma situação tão favorável, conforme atestam autores diversos.³⁸

A resolução proposta e aprovada, quando está em curso a discussão suscitada pela declaração de 1950, situa-se no marco de uma nova perspectiva da UNESCO e no novo papel atribuído então pela Conferência Geral ao seu Departamento de Ciências Sociais: voltar-se para o lado prático da questão racial, isto é, trabalhar no sentido de anular as conseqüências de um passado, ainda presente, em que grupos humanos foram mantidos em situação de inferioridade, conseqüências evidenciadas seja na forma dos chamados nacionalismos agressivos, seja no esgotamento das energias dos povos então libertos do jugo colonial; examinar as situações em que as relações entre grupos raciais diferentes apresentam características compatíveis com os ideais democráticos professados pela civilização ocidental; “atenuar a virulência dos preconceitos” entre “grupos raciais inimigos”,³⁹ o que naquele momento “exige uma

³⁸ São mencionados autores como Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Donald Pierson, Roger Bastide, Herskovits, Frazier, Ruth Landis, cujos trabalhos, entretanto, no julgamento de Métraux, carecem de dados que permitam o exame que a UNESCO se propõe, ou seja, o exame da “natureza das relações entre negros e brancos, e eventualmente, entre brancos e índios, num país que aspira à fusão das três grandes raças”. Além desta, outras questões são mencionadas por Métraux como objetivos da enquête constante do programa da UNESCO para 1951 de que são exemplos a mensuração pelo método psicológico da intensidade do preconceito racial, assim como explicitá-lo se ele existe camuflado, ou ainda verificar cientificamente a veracidade da pretendida assimilação dos negros nos grandes centros urbanos do sul do país. Cf. MÉTRAUX, Alfred, 1950.

³⁹ Essa citação traz à memória a antiga fórmula usada quando está em jogo a competição capitalista ou a realização do capital, lembrada por MATTELART, Armand. *Comunicação mundo*. História das idéias e das estratégias. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 30-31. Trata-se do exemplo da Hearst e sua atuação na sublevação da opinião pública na ilha de Cuba no final do século XIX, com a finalidade de prover as condições justificadoras de uma intervenção externa nessa possessão do império espanhol que exalava os últimos suspiros. À comunicação segundo a qual o repórter escalado para fazer a cobertura dos acontecimentos na ilha informa: “nada a assinalar. Tudo está calmo. Não haverá guerra. Gostaria de voltar”, Hearst teria respondido: “peço-lhe para ficar. Forneça ilustrações que me encarrego

colaboração estreita de sociólogos, psicólogos e etnólogos com funcionários dos governos ou com representantes dos grupos econômicos” (UNESCO, 1950 d, p. 477)

Diante dessa prioridade, caberia ao Departamento de Ciências Sociais fazer o inventário da experiência já adquirida e ocupar-se dos remédios para os estados de tensão, deixando às instituições científicas e aos cientistas isolados a tarefa de descrever e analisar as lutas raciais e suas causas. Ao mesmo tempo, esse departamento, mediante a análise das medidas positivas já tomadas ou em preparação nos diferentes países com a finalidade de eliminar situações discriminadoras, estaria se preparando para fornecer recomendações práticas no sentido de dissipar ou minimizar os estados de tensão. De acordo com argumentos apresentados no prefácio do *Bulletin International des Sciences Sociales*, “é chegada (...) a hora de ultrapassar o estágio das enquetes e de empreender um exame geral e crítico das medidas positivas que têm sido tomadas ou estão em vias de serem tomadas nos diferentes países a fim de assegurar a todas as minorias raciais o inteiro gozo de seus direitos”.⁴⁰

da guerra”. Não é demais imaginar a aplicação de variações dessa fórmula na produção dos antagonismos entre grupos rivais desde que favorável ao processo de modernização. Só que as tensões não podem ultrapassar um certo nível de intensidade. É necessário um equilíbrio: não a paz dos cemitérios, mas uma paz ativa. Há que se desenvolver a tolerância, livrando-se, entretanto, do risco que pode acompanhar essa atitude, isto é, seu deslizamento para a apatia. Daí a necessidade do trabalho requerido da UNESCO nesse redimensionamento do papel de seu Departamento de Ciências Sociais.

⁴⁰ Cf. UNESCO. Préface. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. II, n. 4, Hiver 1950 d. Citação da p. 475. Este número do *Bulletin* é em grande parte dedicado à questão racial, tema apresentado, posteriormente, em outros quatro números dessa publicação do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, que receberá a denominação de *Revue Internationale des Sciences Sociales*. Os volumes X, n. 3, 1958 e XIII, n. 2, 1961, tratam das “pesquisas recentes em matéria de relações raciais”, apresentando, o primeiro, ensaios sobre estudos e pesquisas realizadas nos EUA, na Grã-Bretanha, na República Federal Alemã e na África Oriental e, o segundo, estudos relativos à África do Norte, à África Tropical, à África do Sul e à América Latina. O prolongamento da discussão sobre os “aspectos biológicos da questão racial” ganha registro no vol. XVII (1), 1965 e o vol. XXIII, n. 4, 1971 tem como tema as dimensões da situação racial.

Fica evidente, entretanto, que não é tão tranqüila quanto se quer fazer parecer a aceitação do novo papel atribuído ao Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, pensado, certamente, como solução política para o embate, agravado desde a redação da declaração de 1950, entre cientistas dos diferentes ramos da ciência e de origens nacionais diversas. Fica claro, por outro lado, o esforço em conciliar o ideal humanitário de tradição européia com as respostas aos problemas econômicos imediatos, cobradas de um organismo que deve dar conta de suas atividades operacionais e, assim, exercer sua função integradora, fundamental ao bom funcionamento do sistema.

Assim, a alusão aos esforços de grupos e indivíduos visando à compreensão dos preconceitos raciais, esforços reconhecidamente voltados para o bem comum, é acompanhada, por um lado, da crítica à desconsideração desses estudiosos ao trabalho de outros, atitude então explicada como resultado da crença de que seu próprio método é o que contará no “triumfo do Bem”. Por outro lado, essa crítica é complementada por uma outra referente à atitude mítica frente ao aparato científico freqüentemente comparado “aos encantos e às práticas mágicas dos xamãs” no combate ao racismo. (UNESCO, 1950 d, p. 475)

Essas observações abrem espaço para relacionar os fundamentos do trabalho prático então assumido pelo Departamento de Ciências Sociais ao relatório do Conselho Americano de Relações Raciais sobre pesquisas desenvolvidas nos EUA a propósito da mudança de atitudes em relação aos grupos raciais. Abrem também espaço para a explicitação da posição desse departamento em relação ao redimensionamento de seu papel num momento em que antropólogos e geneticistas estão tecendo suas críticas à declaração de 1950 – considerada nesse prefácio como a “Carta na qual se inspiram as atividades da UNESCO nesse domínio”. A respeito desse redimensionamento, interpretado como “uma pausa para retomar o fôlego e lançar os olhos sobre o caminho percorrido”, ressalta-se que “as ciências sociais nada têm a temer com este inventário, pois será sua eterna honra ter abordado o delicado problema das relações raciais num espírito de perfeita objetividade e ter proposto soluções fundadas sobre observações positivas sem jamais perder de vista a amplitude e complexidade da questão”. E, mencionando as ações já desenvolvidas pela UNESCO, reafirma-se a “vontade de servir à

paz e ao entendimento dos povos buscando se livrar do espectro do racismo”. (UNESCO, 1950 d, p. 475 e 476)

Com essa disposição, o Departamento de Ciências Sociais – mesmo expressando dúvida em relação à eficácia de publicações, filmes, conferências e outros no combate às doutrinas que justificam os preconceitos raciais –, em atendimento à matéria aprovada pela Conferência Geral, põe-se em busca dos subsídios esperados dos estudos sobre as relações entre as raças no Brasil e em outros “paraísos raciais”. Da mesma forma, busca resultados de estudos referentes às medidas legais em estudo ou já adotadas em diferentes países para atenuar as dificuldades nas relações entre as raças.⁴¹

O Hawaí, a Nova Zelândia e várias ilhas compreendidas nas regiões oriental e meridional do Pacífico, como vem confirmar Beaglehole (1954),⁴² são exemplos de regiões onde diferentes grupos raciais vivem de modo harmonioso, ou sem grandes conflitos como em outras regiões do globo onde são constantes os antagonismos raciais. O papel da escola na difusão de um patrimônio cultural comum é então enfatizado pelo autor. Em sintonia com o ideário da UNESCO, ele considera fatos normais as tensões produzidas nas sociedades, pois, embora geradoras de conflitos, proporcionam, ao mesmo tempo, condições favoráveis para a evolução e o progresso, produzindo, portanto, também a possibilidade de equilíbrio social.

⁴¹ CARR, R. K. Le gouvernant fédéral américain et la question raciale, e CLARK, K. B. Les préjugés de race au sein des minorités américaines. In: *Bulletin Internationale des Sciences Sociales*, vol. II, n. 4, Hiver 1954.

⁴² Beaglehole, que fora membro da comissão que redigiu a declaração de 1950 e havia permitido a aplicação dos questionários da UNESCO em seu colégio na Nova Zelândia, considera, nesse artigo, cada uma das ilhas demonstrando a variedade dos casos e a diversidade das relações que se estabelecem desde a chegada do europeu na região. Assim, na Nova Zelândia, os maori, vencidos, em sua interpretação, não isenta de darwinismo, se isolaram, mas são considerados iguais; os mestiços são assimilados pela população indígena nas Ilhas Cook e também no Tahiti, mas nessa ilha os chineses, cujo papel na vida econômica do país é preponderante, são alvo de preconceitos; na Ilhas Fidji, onde inexiste a doutrina da igualdade racial, os imigrantes indianos, os fidjianos (maioria e em luta pelo poder) e outras raças (europeus mestiçados) vivem em desequilíbrio. BEAGLEHOLE, E. Les relations interraciales dans les régions du Pacifique. In: *Bulletin Internationale des Sciences Sociales*, vol. II, n. 4, Hiver 1954, p. 512-520.

Conclui-se então que “as relações fundadas na igualdade das raças constituem, na prática, o melhor meio de se atingir a justiça social” (p. 520). A isso Beaglehole chama “doutrina racial não-ortodoxa”, o fundamento necessário para reduzir ao mínimo a intensidade dos estados de tensão, pois os problemas advindos das relações raciais jamais poderão ser resolvidos de uma vez para sempre. Ao contrário, vêm à tona sempre que se complicarem os fatores econômicos, acirrando a competição e exacerbando os antagonismos raciais latentes. Todavia, e isto é importante para as esperanças no ideal de um mundo unido e, portanto, para as atividades do programa da UNESCO e dos governos, reafirma-se a idéia segundo a qual “com boa vontade e um conhecimento exato das tensões, é possível refazer, não importa onde, com o mesmo sucesso, tudo o que o Hawaí e a Nova Zelândia realizaram ou estão realizando”. (p. 520)

Os estudos sobre a questão racial no Brasil suscitam esperanças e preocupações⁴³ apresentadas nas reflexões de Alfred Métraux no período imediatamente anterior e posterior à sua vinda ao país, com a finalidade de viabilizar a concretização da resolução aprovada na 5ª CG realizada em maio de 1950. Estudos já realizados, como lembra ele, ao explicar os objetivos da resolução, apontavam para a existência, no país, de uma harmonia social entre as raças, cuja fusão consistia numa “aspiração da nação brasileira”. A verificação científica de casos como este constituiria, pois, um forte argumento contra o racismo em suas diferentes manifestações, como são exemplos as medidas discriminatórias e segregacionistas fundadas na crença sobre os malefícios da miscigenação.

⁴³ Esperanças e preocupações expressas em artigos de Métraux, nos quais nos baseamos aqui. Em um desses artigos Métraux é explícito quanto aos interesses da UNESCO nos estudos sobre a questão racial no Brasil, quando afirma haver em relação a eles “bem mais do que interesses científicos. Os resultados esperados de uma tão vasta enquête nos darão, provavelmente, precisão sobre os mecanismos de formação dos preconceitos de raça. Poder-se-á, então, atacar o mal por suas raízes, trabalhar no sentido de eliminar as condições favoráveis ao seu desenvolvimento”. Cf. *Le Courrier de L'UNESCO*, vol. III, n. 8, septembre 1950, p. 8; MÉTRAUX, Alfred. L'UNESCO et le problème racial. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. II, n. 3, Automne 1950; Race et civilisation. In: *Le Courrier de L'UNESCO*, vol. III, n. 6-7, juillet-août, 1950 a; Une enquête sur les relations raciales au Brésil. In: *Le Courrier de L'UNESCO*, vol. V, n. 8-9 août-septembre, 1952.

Mas houve também a manifestação irritada da parte de organizações negras, apontando na direção contrária à harmonia racial testemunhada por muitos, brasileiros e estrangeiros, o que certamente explica o cuidado de Métraux em chamar a atenção para a necessidade de considerar os limites da técnica do questionário num país onde admitir o preconceito racial é vergonhoso⁴⁴. Além disso, foi apresentada, ao diretor da Divisão de Relações Raciais da UNESCO, a preocupação com o risco de, com a aplicação dos questionários, despertar a consciência dos brasileiros para as diferenças entre as raças, por eles até então supostamente desprezadas, e também o risco da eclosão dos antagonismos latentes sempre possível nessas situações, segundo uma perspectiva de biologização ou de psicologização do social então influentes.

Tudo isto justifica, na reflexão de Métraux, a necessidade de tais estudos científicos, cuja repercussão poderia ser fundamental no tratamento da questão racial. Justifica também a necessidade de incluir, nesses estudos, a pesquisa antropológica, sociológica e psicológica em suas várias técnicas e instrumentos, a fim de apreender o fenômeno em toda sua abrangência, considerando ainda o meio rural e o urbano em suas relações, tirando as lições possíveis do conhecimento das influências da economia na formação do preconceito racial, num momento de industrialização rápida e da concorrência, no mundo do trabalho, entre diversos atores – proletariado rural, imigrantes e os homens de cor – vista como possível ameaça à democracia racial nesse país.

⁴⁴ No Rio de Janeiro a pesquisa da UNESCO foi realizada por Luiz de Aguiar Costa Pinto e, sob o título *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*, foi publicada pela Companhia Editora Nacional, em 1953. Para uma análise do projeto da UNESCO nos quatro campos de sua realização cf. MAIO, Marcos Chor. *A história do projeto UNESCO: estudos raciais e Ciências Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. O Autor analisa os diversos estudos em seus enfoques teórico-metodológicos, objetivos e resultados, e o impacto do projeto da UNESCO sobre as relações sociais no Brasil e no processo de institucionalização das Ciências Sociais no país. Como sugere o título "*O contraponto Guerreiro Ramos*" Maio apresenta no capítulo 7 as críticas desse sociólogo, membro do Teatro Experimental do Negro, aos estudos realizados por pesquisadores estrangeiros e brasileiros para o projeto da UNESCO.

Em sua visita ao Brasil, no início de 1951, Alfred Métraux providencia a realização dos estudos em duas regiões do país, como previsto na resolução. Como observara ele, em 1950, o estudo dessas duas regiões, o Nordeste e o Sudeste, seria importante para as finalidades previstas para o estudo, pois na primeira região havia alta porcentagem de negros na população da Bahia, centro de particular interesse para os estudos; na segunda região, encontram-se a cidade de São Paulo, primeira referência para uma verificação científica da pretendida assimilação completa do negro nos grandes centros do país, e o então Distrito Federal, posteriormente acrescentado ao projeto. São Paulo e Rio de Janeiro contemplariam o estudo das relações raciais sob o impacto dos processos de industrialização e urbanização, inserindo-se no projeto da UNESCO como contrapontos da experiência baiana.

Os resultados desses estudos, realizados por grupos diversos de pesquisadores, de um lado, alimentam as esperanças expressas por Métraux, pois reforçam a crença na democracia racial.⁴⁵ De outro lado, porém, desvendam o significado de algumas das preocupações enunciadas por Métraux, pois desmistificam a crença na propalada democracia racial e, avançando em relação às interpretações vigentes, inserem a questão racial na ordem social competitiva, na dinâmica da sociedade de classes, demonstrando que a equiparação formal do negro não repercute na sua situação de fato, seja no sistema econômico, seja na vida social da República. Como “liberto” confunde-

⁴⁵ Incluídas no Programa de Pesquisas Sociais: Estado da Bahia e Columbia University, da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, as pesquisas realizadas no nordeste brasileiro, mediante um convênio entre a UNESCO e essa fundação, tiveram como coordenador Charles Wagley, então diretor da fundação e que já desenvolvera um estudo incluído no projeto da UNESCO sobre a Hiléia Amazônica. WAGLEY, Charles e outros. *Raças e classes sociais no Brasil rural*, UNESCO, 1952, que traz artigos de M. Harris, W. H. Harry e B. Zimmerman e AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor: um estudo de ascensão social*. Biblioteca Pedagógica Brasileira, vol. 282, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955, publicado originalmente, em 1953, pela UNESCO sob o título *Les élites de couleurs dans une ville brésilienne*. No Nordeste, Pernambuco também se inseriu no projeto da UNESCO com o trabalho de René Ribeiro intitulado *Religião e relações raciais* cf. MAIO, 1997, cap. 5.

se com o escravo, e como negro deve manter-se em seu lugar no mundo dos brancos.⁴⁶

⁴⁶ Quando Métraux chega ao país, os estudos sobre a questão racial no Brasil meridional, realizados sob a coordenação de Florestan Fernandes e Roger Bastide, já se encontravam em andamento respondendo à solicitação de Paulo Duarte, da *Revista Anhembi*, à qual a UNESCO então se associou, custeando parcialmente a coleta de dados. O Inquérito UNESCO-Anhembi foi publicado originalmente pela *Anhembi*, graças a uma subvenção conseguida junto à Universidade de São Paulo, no volume X-XI, n. 30, 1953, ano em que *Les élites de couleurs dans une ville brésilienne*, de Thales de Azevedo, é publicado pela UNESCO. Fica sem resposta a questão sobre a validade de atribuir o desinteresse da UNESCO pela publicação de “Brancos e negros em São Paulo (...)” aos resultados contrários àqueles esperados, tendo em vista as finalidades extracientíficas às quais, se esperava, a ciência conferisse os fundamentos. Florestan Fernandes atribui à rigidez da UNESCO quanto ao prazo da pesquisa o fato de ser ela apresentada nessa primeira edição sem todas as conclusões teóricas alcançadas. Mas refere-se também a críticas segundo as quais o trabalho apresentado pelo grupo fora considerado “perigoso”, o que merece de F. Fernandes o comentário: “como se os investigadores fossem responsáveis pelas tensões latentes ou abertas, que eles se limitaram a descrever e a interpretar”. Cf. BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Brancos e negros em São Paulo*. Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 2ª. ed. (revista e ampliada) Coleção Brasileira, vol. 305, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. Há que se ressaltar, entretanto, que, no relatório às Nações Unidas, 1952-1953, John W. Taylor, ocupando interinamente o cargo de diretor-geral da UNESCO em virtude da demissão, a pedido, de Torres de Bodet, relaciona entre os novos relatórios publicados os seguintes trabalhos: “Les Relations Raciales à São Paulo: contribution à l'étude sociologique du préjugé de couleur dans ses rapports avec les structures sociales”, de R. Bastide e F. Fernandes; “Les relations raciales dans la ville d'Itapetininga, État de São Paulo”, de Oracy Nogueira, assim como o relatório de estudo psicológico sobre os preconceitos em escolares preparado por Aníela Ginsberg e Virgínia Bicudo. Cf. UNESCO. *Rapport aux Nations Unies 1952-1953*. Paris: UNESCO, 1953 b, p.159. Florestan Fernandes, ressalta a importância desses estudos realizados com os sociólogos que com ele trabalharam na Faculdade de Filosofia da USP, não apenas como contribuição empírica para o conhecimento da sociedade brasileira, mas também na sua vida, como sociólogo e como ser humano. Cf. FERNANDES, Florestan. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 24-25 e 92-96. Seu projeto, que abre uma linha de pesquisa, foi estendido, posteriormente, para o Sul do país, com o trabalho de CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional. Prefácio de Florestan Fernandes. Col. Brasileira, vol. 307, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

Cuidando da diversidade para construir a unidade em fragmentação

A segunda e a terceira resoluções, também aprovadas na 5ª CG-1950, referem-se a assuntos discutidos desde a 2ª CG-1947. Uma delas autoriza a realização de um encontro reunindo pensadores e filósofos de diferentes países com o objetivo de pensar as relações culturais entre o Oriente e o Ocidente. A outra recupera, superando-o, um projeto dos ministros de Educação dos países europeus produzido quando, reunidos na Comissão dos Ministros Aliados da Educação (CMAE), pensaram na elaboração de uma história do “desenvolvimento espiritual da Europa como resultado da contribuição de cada nação do continente”. (Laves e Thomson, 1957, p. 400)

Sinal dos novos tempos, no mundo bipolar do pós-guerra, discute-se na 2ª CG da UNESCO a elaboração de uma História do Desenvolvimento Científico da Humanidade, como construção conjunta do Ocidente e do Oriente. Procura-se responder assim às exigências de construção das bases para a compreensão internacional, perante os novos conflitos e suas causas, entre as quais os preconceitos, a discriminação e a segregação raciais que se expressam também na negação da contribuição cultural dos diversos povos na construção e reconstrução de uma civilização mundial, conforme denúncias reiteradamente apresentadas nos organismos internacionais desde 1946.

Estreitamente vinculada ao encontro de filósofos e pensadores, realizado em dezembro de 1951, em Nova Delhi, a elaboração da História do Desenvolvimento Científico da Humanidade, entretanto, exigiu mais tempo e engenho para ser iniciada. A comissão encarregada da elaboração do trabalho é constituída, logo após a aprovação da resolução concernente, como associação internacional autônoma, com a finalidade de, em nome da UNESCO, mas assumindo toda a responsabilidade, coordenar a elaboração do trabalho.

É necessário, entretanto, esperar até 1958 para a apresentação do plano ou programa de sua execução. Antes disto, Paulo E. B. Carneiro, membro da delegação brasileira junto à UNESCO e presidente da comissão, teve de responder às críticas advindas dos meios católicos dos Estados Unidos, relativas ao viés anti-religioso do trabalho. Documentos dando conta das providências para a

elaboração do trabalho foram apresentados na sétima, oitava e na nona sessões da Conferência Geral da UNESCO, realizadas, respectivamente em 1952, 1954 e 1956. Numa dessas oportunidades, o presidente lembra a ocorrência de audiência privada com o papa Pio XII para discussão do projeto e tranqüiliza os adeptos das várias religiões, afirmando a ausência de qualquer tipo de viés no trabalho.⁴⁷

Fazia parte do plano de trabalho a publicação, em inglês, francês e espanhol, dos artigos que comporiam a obra, num periódico trimestral, o que começa a ocorrer a partir de 1953.⁴⁸ O objetivo de uma publicação preliminar consiste, exatamente, em assegurar aos estudiosos a oportunidade de apresentarem as críticas julgadas cabíveis, antes da incorporação dos artigos ao trabalho. Complementando esses cuidados, as críticas deveriam ser consideradas por autores e editores na elaboração de notas em cada um dos seis volumes da obra, registrando-se assim os diferentes pontos de vista sobre fatos, eventos, movimentos.

Tendo sua realização aprovada na mesma Conferência Geral, o Encontro de Filósofos e Pensadores de Diferentes Países sobre as Relações Culturais entre Oriente e Ocidente e a História do Desenvolvimento Científico da Humanidade, em seus desdobramentos, guardam entre si uma estreita relação. Os aspectos ressaltados nesse encontro demonstram essa relação especialmente no que diz respeito ao desejo de construção de uma unidade, não isento do sentimento de superioridade racial e cultural, e de prioridade e exclusividade na construção histórica da humanidade, que deve prosseguir o

⁴⁷ Em seguida a essa audiência foram nomeados o monsenhor Blanchet, reitor do Instituto Católico de Paris, e o padre Antonio Messineo, editor da *Civiltà Cattolica*, em Roma, para participar da comissão. Cf. LAVES e THOMSON, 1957, p. 241 e seguintes.

⁴⁸ Nesse ano, a comissão se amplia para incluir Lucien Febvre, editor do *Journal of World History*, periódico trimestral no qual, desde então, artigos sobre o tema são publicados em inglês, francês e espanhol. Em 1954, a URSS, a Tchecoslováquia, a Hungria e a Polônia, convidados desde 1952 a participar da comissão, manifestaram-se afirmativamente a respeito e encaminharam providências nesse sentido. Seria interessante acompanhar os desdobramentos posteriores desse trabalho, que não se restringiram a essas primeiras resistências e cuja publicação em inglês e francês estava, nessa ocasião, prevista para 1960 e 1961.

curso de sua ocidentalização, carregando os projetos de modernização das sociedades e dos modos de viver de povos e gentes.

Unidade e diversidade, aspectos comuns e diferenças, vale ressaltar, explicitam-se e ocultam-se nesse encontro que reúne e, eventualmente, põe em confronto autoridades representando a Índia e o Ceilão, o Oriente Médio e o Extremo Oriente, países da Europa e da América, na busca de um destino que se quer comum.

Conforme o documento básico preparado para o encontro, a educação – vista como única possibilidade de eliminação do mito da superioridade racial e da “apresentação *chauvine* da história”, exemplos de obstáculos à democracia – se situa como problema central tanto para o Ocidente como para o Oriente na temática desse encontro, cujo objetivo consiste em aprofundar a questão referente à possibilidade de, confrontando os ideais próprios a cada uma das civilizações, resgatar os valores inerentes a um humanismo adaptado ao mundo contemporâneo.

Desta forma, busca-se viabilizar a finalidade explicitada por Jacques Maritain em 1947, quando se discute pela primeira vez a realização desse encontro de filósofos e pensadores: “esforçar-se por descobrir convergências práticas, à luz de uma compreensão recíproca tão profunda quanto possível”. Na verdade, objetiva-se com o encontro uma solução pragmática para os desacordos desencadeados pela proposta de uma filosofia denominada *humanismo científico mundial*, apresentada por Julien Huxley, primeiro diretor-geral da UNESCO, para a atuação da organização, tendo em vista a construção de um mundo unido.

Visto por um outro ângulo, quando o Oriente, particularmente a Índia, reivindica o reconhecimento de sua contribuição ao desenvolvimento da cultura, trata-se de unir Oriente e Ocidente na construção de uma cultura da paz, objetivo e ideal constantes da pauta da UNESCO, exigindo, naquele momento da história mundial, a queda das barreiras culturais e religiosas visando à modernização das sociedades e sua industrialização.⁴⁹

⁴⁹ O tema da religião discutido no encontro encaminha-se para a distinção, tão necessária à aceitação dos valores inerentes ao processo de modernização das sociedades, entre religiosidade e fanatismo. Cf. UNESCO. *Humanisme et éducation en Orient et Occident*. Entretien international organisé par l' UNESCO. Paris: UNESCO, 1953c.

Na sessão de abertura, o ministro indiano da Educação identifica em Nova Delhi a atmosfera própria ao encontro, pois reunia, ao mesmo tempo, as condições modernas e a tradição representada nos monumentos expostos ao olhar dos presentes. Tal identificação pode ser lida como uma expressão do empenho modernizante, às vezes visto com desconfiança por outros participantes do mundo oriental, das elites indianas, representadas nos organismos internacionais e no cenário mundial.

É necessário considerar, entretanto, a ressalva de Hobsbawm (1995, p. 201) sobre a relação das elites ocidentalizadas no pós-guerra com “os valores dos Estados e culturas que tomavam como modelo. Suas opiniões pessoais podiam ir de 100% de assimilacionismo a uma profunda desconfiança do Ocidente, combinada com a convicção de que só pela adoção de suas inovações se poderia preservar ou restaurar os valores específicos da civilização nativa”.

A observação segundo a qual “a Índia não é o Oriente”, repetidas vezes apresentada, no decorrer do encontro, não invalida a apresentação, aqui, da alocação do primeiro-ministro indiano, Jawaharlal Nehru, na sessão de encerramento do encontro.⁵⁰ Os três pontos nela abordados ressoam de maneira primorosa o encontro como um todo,⁵¹ pois

⁵⁰ Cf. Allocution par S. Exc. M. Jawaharlal Nehru, premier ministre de l'Inde, lors de la séance de clôture de l'entretien. In: UNESCO, 1953c, p. 211-218.

⁵¹ As discussões do encontro são apresentadas em relatório organizado em três itens, a saber: 1) o perigo que representa ao ideal de um mundo unido a insistência demasiada na oposição entre Oriente e Ocidente; 2) a dívida secular e recíproca, ainda que não reconhecida pelo Ocidente, entre as duas civilizações; 3) a preeminência da racionalidade científica no Ocidente, a impossibilidade de repudiar a ciência e a atitude científica (defendida pela representação indiana), as vantagens e inconvenientes de adoção de uma concepção científica da realidade pelo Oriente, assim como as implicações dessa adoção na concepção de educação. Aqui se discutem os riscos de se evitar a razão, mas também os perigos de uma abordagem estritamente racionalista em detrimento de abordagens que levem em conta outras dimensões da pessoa humana, no plano cultural mais amplo, aí incluída a imaginação e os valores estéticos. Nesse sentido, recomenda-se o ensino da filosofia, e não da biografia dos filósofos, mesmo para os estudantes das áreas científicas. O argumento é que a filosofia pode mostrar ao cientista os limites do domínio da ciência. No que diz respeito à educação discute-se ainda a importância de desencorajar as tendências nacionalistas, principalmente no que diz respeito ao ensino da história, sobretudo quando se fundam no postulado de uma superioridade racial. Cf. UNESCO, 1953 c.

expressam as esperanças na reflexão ali empreendida e nas recomendações aprovadas, para fundar as bases de um intercâmbio efetivo, isto é, de enriquecimento mútuo entre Oriente e Ocidente.

O primeiro ponto das reflexões de Nehru diz respeito às suas preocupações diante da constatação de que a “vida do espírito”, da qual deriva toda a civilização, está sendo por ela própria destruída, pois o progresso, propiciado por campos especializados – os únicos na percepção de muitos, ressalta ele –, separa-se cada vez mais do espírito humano, evidenciando um defeito sério nas bases mesmas desta civilização, cujo criador é por ela transformado em escravo, em robô.

As conseqüências daí extraídas conduzem o primeiro-ministro indiano ao segundo ponto. Refere-se ele a um momento da história mundial quando a Europa, para redescobrir sua tradição, valera-se do intercâmbio filosófico, científico e técnico com a cultura oriental. Nehru considera os possíveis riscos das freqüentes referências à falsa dicotomia ou oposição Ocidente/Oriente, sendo um deles o impedimento de pensar a contradição fundamental dessa civilização – o progresso em sua tendência construtiva e seus elementos destrutivos. Além disso, contribui para esconder o fato de que essa civilização, erigida sobre as bases da tradição greco-romana, só se fizera tal como então se apresentava a partir do progresso científico e industrial. Os frutos do progresso, entretanto – e esse é o terceiro item da reflexão de Nehru –, são negados, na democracia formal, juntamente com os meios de pensar, às massas humanas que afinal elegerão seus governantes.

Ao referir-se à democracia formal então se estendendo ao Oriente, Nehru chama a atenção para o crescente agravamento motivado pelo emprego da publicidade e dos métodos de propaganda em desenvolvimento na moderna sociedade industrial. Dessa forma, o primeiro-ministro indiano denuncia desdobramentos futuros das complexas relações dos meios de comunicação com a questão racial e, mais especificamente, com o racismo e suas motivações econômicas e políticas, no âmbito de uma política mundial bipolarizada.

Essa política, vale lembrar, ganha expressão na UNESCO na interlocução importante – a despeito de quase sempre ter se constituído como um diálogo de surdos, antes do ingresso da URSS na UNESCO – do delegado da Iugoslávia e dos delegados da Hungria, da Polônia, da Tchecoslováquia com os delegados do mundo ocidental

desde as primeiras sessões da Conferência Geral. O fortalecimento desses interlocutores se dá a partir de 1954, quando novos membros do mundo socialista – Ucrânia, Belarrus, URSS e, dois anos depois, a Romênia e a Bulgária – tornam-se Estados-membros da UNESCO.

O ingresso da URSS na UNESCO abre um novo item no seu programa de tensões. Aquele relativo à “tensão” entre EUA, seu maior provedor financeiro, e a URSS, seu novo Estado-membro. Na Conferência Geral de 1954, a primeira com a presença da URSS, é aprovada uma resolução autorizando o diretor-geral a realizar estudos a respeito dos meios de promover a “cooperação pacífica” – ao que a URSS apõe o conceito de “coexistência pacífica” – entre países com diferentes modos de organização social.⁵²

Dessa forma, a partir da segunda metade da década de 1950, não apenas a Guerra Fria ganha uma nova dimensão no interior da UNESCO, como também já ganhara no contexto social mais amplo. Ela também incidirá nas relações Oriente–Ocidente,⁵³ nas lutas e debates pela libertação colonial, nos debates e atividades sobre a questão racial, naquelas referentes ao estudo das diferentes culturas, e também no programa de preservação e recuperação de monumentos históricos, incluindo a proteção da propriedade cultural em caso de conflito armado.⁵⁴

⁵² O planejamento desse estudo envolveu uma mesa-redonda promovida em 1956 pela Associação Internacional de Ciência Política e outras reuniões com participação de ONGs, decidindo-se então explorar dois temas: o desenvolvimento histórico e teórico do conceito de cooperação pacífica, que parece ter prevalecido, e relações econômicas entre países com diferentes sistemas econômicos e sociais. Cf. LAVES e THOMSON, 1957, p. 260-262.

⁵³ Em 1956 é aprovado o Projeto Principal para Apreciação Mútua dos Valores Culturais do Oriente e do Ocidente, resposta à reivindicação reiterada, particularmente da Índia, sobre a necessária mas ausente consideração da contribuição que o Oriente pode e deve dar à cultura. Mas esse projeto responde também ao objetivo proclamado de revigorar a difusão cultural, mantendo, ao mesmo tempo, a integridade e a diversidade das culturas. Cf. FRADIER, Georges. *Orient et Occident. Peuvent-ils se comprendre?* Paris: UNESCO, 1958.

⁵⁴ Proposta nesse sentido é apresentada pela primeira vez na 4ª CG-1949, quando a UNESCO inicia suas atividades ligadas à questão racial. A proposta vem do governo da Holanda e tem como alvo as devastações provocadas pela Segunda Guerra Mundial. Na 5ª CG-1950, a delegação italiana sugere providências a fim de preparar os termos de uma convenção, visando à proteção dos bens culturais.

Outros fatos, porém, contribuirão para mudanças, por exemplo, na composição das comissões de especialistas convocados pela UNESCO, assim como em sua própria composição e nos seus programas. Considere-se nesse sentido o ingresso, entre 1954 e 1965, de 31 novos Estados, da África, da Ásia e do Oriente Médio, na organização, quando o ano de 1960 costuma ser denominado “o ano africano”, pois, só nesse ano, 17 países desse continente tornam-se Estados-membros da UNESCO. Outros cinco Estados do continente africano e mais seis asiáticos nela ingressarão nos dez anos seguintes.

Nesses dois períodos de recomposição das forças mundiais, prossegue a discussão sobre a questão racial, mediante a qual a UNESCO trabalha no sentido de promover um concerto unindo as diversas vozes e atores, num cenário mundial cuja polifonia, oculta numa política bipolarizada e ali estudada como tensão, revela-se nos diversos acontecimentos que causarão mudanças substantivas no cenário mundial, aí incluída a UNESCO. Esse cenário vai se evidenciando, a partir da década de 1960, cada vez mais multipolar, e a UNESCO deverá prosseguir, sendo intergovernamental e abrigoando os mais diversos Estados-membros, aprendendo e ensinando a ser e a viver a supranacionalidade de um mundo em processo simultâneo de transnacionalização e de transculturação, portanto, de rearticulação das forças inseridas na mão e na contramão de um vasto, amplo e contraditório processo de ocidentalização em suas múltiplas ressignificações.

Em maio de 1954, governos de 56 países, entre os quais a URSS, participam da Conferência Intergovernamental sobre Proteção da Propriedade Cultural, em que é adotada a Convenção Internacional de Proteção dos Tesouros Culturais com os respectivos protocolo e regulamentações. Até 1957 nove Estados – Bulgária, Burma, Egito, Hungria, Polônia, México, San Marino, Iugoslávia e URSS – haviam ratificado a convenção, que entra em vigor em agosto de 1956. Cf. LAVES e THOMSON, 1957, p. 129-132. Em 1960, a UNESCO contará com uma importante contribuição financeira dos EUA para a realização do projeto de restauração dos monumentos de Filae e Abu Simbel ameaçados pelas águas do Rio Nilo após a construção da represa de Assuan feita com ajuda financeira da URSS, revelando-se aí uma das diversas manifestações da Guerra Fria.

A conjuntura política da década de 1960 favorecia a estratégia da coexistência pacífica entre as duas superpotências, a despeito da manutenção do clima de Guerra Fria, isto é, da presença do terror nuclear, uma ameaça permanente. Acordos de cooperação científica educacional e cultural a partir de 1958, um ano após o lançamento do Sputnik pela URSS, demonstram a disposição para a distensão política nas relações entre EUA e URSS, que, entretanto, farão o mundo viver momentos de tensão em episódios de confronto, principalmente no início da década.

Ressaltem-se ainda as conseqüências dessa realização soviética nos programas de pesquisas espaciais dos EUA, cujos frutos mudarão a fisionomia e a paisagem do mundo, anunciando as condições técnicas para sua unificação e expondo, ao mesmo tempo, sinais visíveis de sua fragmentação.

Na trama do tecido de uma sociedade interdependente, concretizando-se como efetivamente mundial, os mecanismos ou estratégias de poder se emparelham e se superpõem no confronto/encontro/desencontro das forças contrárias que lhe dão vida, e buscam administrar a complexidade de seus desdobramentos.

Assim, tomando como referência o ano da construção do Muro de Berlim, materialização, ao longo de quase três décadas, da divisão da cidade e de seus habitantes, pode-se pensar numa lógica inscrita no exercício do poder, e nas relações diplomáticas, em acontecimentos como a organização do chamado Terceiro Mundo no Movimento dos Países Não-Alinhados, cuja primeira reunião de cúpula realiza-se em 1961; a criação da Unctad na estrutura da ONU em 1964, foro onde os não-alinhados se corporificarão no Grupo dos 77; num contexto que exige também a

⁵⁵ A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) objetiva articular o sistema de ajuda ao desenvolvimento, contendo os interesses diversos e mesmo excludentes dos “doadores” ocidentais, unidos contra o comunismo, nos limites do conceito de interdependência, eventualmente atropelado na competição capitalista nas congestionadas vias dessa ajuda. Trata-se de um novo diretório mundial em resposta ao ingresso dos novos Estados-membros nos organismos intergovernamentais criados no pós-45 e as articulações diversas das forças presentes desde então possibilitadas. Por exemplo, situando os EUA numa posição isolada quando a matéria em discussão reúne interesses de países da Europa Ocidental, do bloco socialista e do Terceiro Mundo.

criação, em 1960, da OCDE,⁵⁵ foro que reúne os pólos desenvolvidos do mundo capitalista; a criação, em 1973, da Comissão Trilateral,⁵⁶ e a criação, em 1975, do Grupo dos 7.

Desta forma, quando os organismos internacionais criados no pós-45, para coordenar a cooperação entre as nações, aprovam nas décadas de 1960 e 1970 instrumentos internacionais regulamentando as reivindicações apresentadas pelos países em desenvolvimento, estruturas mundiais de tomada de decisões, diretórios mundiais de coordenação do desenvolvimento econômico articulam os países capitalistas desenvolvidos na defesa de seus interesses, ameaçados pelos movimentos reivindicatórios e pelo apoio por eles obtido na ONU, desde a segunda metade da década de 1960.

A Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos aprovados respectivamente pela Conferência Geral da UNESCO e pela Assembleia Geral da ONU, em 1966; a Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, resultado de reivindicação da terceira reunião da Unctad e aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1974; os documentos tratando do estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, aprovados em sessões extraordinárias da Assembleia Geral da ONU, realizadas em 1974 e 1975 por solicitação dos países não-alinhados reunidos em Argel em 1973; as resoluções sobre a contribuição da UNESCO para a paz e a luta contra o

⁵⁶ Numa realidade mundial em processo de transnacionalização, essa comissão reúne empresas privadas dos EUA, da Europa e do Japão para atender à necessidade de coordenação e organização da economia mundial até então realizadas por estruturas internacionais que reuniam os pólos ocidentais do sistema mundial: o Conselho de Relações Exteriores articulado pelos EUA e pela Inglaterra, em 1919, e o Círculo de Bildeberg, criado em 1954, para incluir países da Europa Ocidental nas decisões mundiais. Cf. SIST, A e IRIARTE, G. Da segurança nacional ao trilateralismo. In: ASSMANN, Hugo et alii. *A Trilateral. Nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis: Vozes, 1979; DREIFUSS, René. *A Internacional Capitalista. Estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1918-1986*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986. A organização desses países nesses foros não configura dois blocos homogêneos em confronto ou competição. Diversidade de interesses e competição interna unem e dividem os Estados-nações dos dois blocos de poder nesses foros .

colonialismo e o racismo adotadas nas 11^a CG-1960,⁵⁷ 13^a CG-1964, 15^a CG-1968, 16^a CG-1970, 17^a CG-1972, 18^a CG-1974 e 19^a CG-1976⁵⁸ são elementos constitutivos e denotativos do contexto em que prossegue o debate sobre a questão racial.⁵⁹

Nesses documentos se explicitam as relações estreitas e contraditórias entre meios de informação – cujo desenvolvimento os transforma em elemento vital do sistema social – e a sociedade e, no interior desta, entre esses meios e a questão racial. Nessas sucessivas resoluções da UNESCO explicitam-se ainda as relações dos seus campos primordiais de atuação com os meios de comunicação, então chamados a combater as práticas que, conforme denúncias e reivindicações em vários foros de discussão, estão sendo concretamente incentivadas ou promovidas mediante seu uso ou a forma de sua distribuição. Nesse contexto, justifica-se o longo título que une meios de comunicação e a questão racial na Declaração sobre os Princípios Fundamentais Relativos à Contribuição dos Meios de Comunicação de Massas ao Fortalecimento da Paz e à Compreensão Internacional, à Promoção dos Direitos Humanos e à Luta Contra o Racismo, o Apartheid e a Incitação à Guerra, elaborada

⁵⁷ Em virtude das várias propostas que se seguem à da Tchecoslováquia sobre a discriminação no ensino, é constituído um grupo de trabalho para formular a convenção concernente à discriminação racial no ensino então aprovada. Dois anos após, é instituída a Comissão de Conciliação e Bons Ofícios para dirimir possíveis controvérsias advindas da convenção que, nos Estados Unidos, exigiu providências do Departamento de Estado que informa, em comunicado, que a convenção e as recomendações sobre a discriminação no ensino não afetariam em nada a educação nos EUA, país que, por sinal, não a tinha assinado. Cf. ARCHIBALDI, Gail, 1993, p. 275-276 e 282-283. Ver também: JUVIGNY, Pierre. *The fight against discrimination: towards equality in education*. UNESCO, Paris, 1963.

⁵⁸ As resoluções aprovadas nessas duas últimas reuniões da Conferência Geral condenam o racismo praticado por Israel e pela África do Sul e Rodésia. A primeira resultou na suspensão pelo governo dos Estados Unidos de sua cota para o orçamento ordinário da UNESCO para o biênio 1975-1976.

⁵⁹ A relação poderia se alongar, incluindo vários outros documentos internacionais aprovados nessas duas décadas pela ONU. Ver: ONU. *Las Naciones Unidas y los derechos humanos: 1945-1995*. Com una introducción del Sr. Boutros Boutros - Ghali, Secretario General de las Naciones Unidas, 1996.

mediante longo processo de negociação e aprovada pela 20ª CG-1978, após adiamentos sucessivos.

Esses documentos se constituem em reiteraões discursivas dos direitos proclamados como universais desde 1948,⁶⁰ e, portanto, em tentativas de imprimir na consciência dos Estados-membros e de seus governantes os valores de uma ética universal fundada no desenvolvimento humano, defendida de modo permanente pela UNESCO que, entretanto, não abre mão do crescimento econômico. A eficiência do processo de crescimento econômico fica aos cuidados do sistema de poder paralelo criado pelos pólos desenvolvidos do capitalismo, cujos organismos atuam também em parceria com a UNESCO.

Nesse contexto, persiste e ressurge o racismo em manifestações diversas, exigindo da UNESCO a atualização do conhecimento biológico em sua relação com as questões de raça. Providência nesse sentido é tomada em 1964, quando um grupo de especialistas, reunidos em Moscou, formula um conjunto de proposições sobre os aspectos biológicos da questão racial visando à atualização da declaração de 1951, e com a finalidade de subsidiar a elaboração de uma nova declaração, prevista inicialmente para 1966. Mas a aprovação da Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais só ocorrerá no ano seguinte.

Expressão do novo momento político e das possibilidades oferecidas pelo desenvolvimento das tecnologias da informação para a comunicação dos povos, o aspecto cultural e histórico ganha um espaço maior não apenas nessa declaração, cuja formulação deveria considerar, além dos aspectos biológicos, os aspectos sociais e éticos da questão racial, mas também no conjunto de proposições redigidas em 1964. Essa mudança evidencia um novo momento também da

⁶⁰ Numa avaliação dos 25 anos da Declaração dos Direitos Humanos, particularmente no que respeita aos seus artigos 26 e 27 que tratam dos direitos à educação, à cultura e ao progresso científico, René Maheu considera as condições desiguais sob as quais ocorre o desenvolvimento, a renovação sob diversos aspectos da discriminação racial, obstáculos ao gozo desses direitos e ressalta a ambigüidade fundamental entre a vocação da UNESCO e sua natureza intergovernamental e a distância que separa as aspirações da consciência moral dos povos inscritas em seu Ato Constitutivo e as sujeições impostas pela razão do Estado. Cf. MAHEU, René. *Perspectives sur l'UNESCO*. Introduction au rapport du directeur général sur l'activité de l'organisation en 1973. Paris: UNESCO, 1973, p. 52-54.

biologia, marcado por controvérsias sobretudo em torno da pertinência do uso do conceito de raça aplicado a populações humanas, cujas realizações culturais, argumenta-se, interferem de várias formas e com eficácia cada vez maior nos fatores de evolução genética.⁶¹

Distinguindo a declaração de 1967 das anteriores, ressaltam-se ainda dois aspectos. Nas duas primeiras declarações, os conhecimentos da biologia então sintetizados no problema da igualdade são acompanhados de ressalva assentada em termos bastante próximos do liberalismo do século XIX, no sentido de que a igualdade dos direitos e a igualdade perante a lei, sendo princípios morais, não têm como fundamento “o postulado de que todos os seres humanos são igualmente dotados”. (Item 8, Declaração de 1951)

Já a declaração sobre a raça e os preconceitos raciais, de 1967, redigida quando se fortalece na UNESCO a idéia da indissociabilidade dos direitos, entre os quais o direito à cultura, abre-se com a expressão atualizada consagrada em 1948, no postulado segundo o qual “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos” e prossegue denunciando não apenas as desigualdades econômicas, políticas e culturais percebidas como ameaçadoras desses direitos, mas também o racismo – o maior obstáculo contraposto a eles.

Essa declaração se distingue ainda das anteriores ao apresentar repetidas vezes a palavra “racista”, qualificando doutrinas, práticas e comportamentos, e a palavra “racismo”, atribuída ao fenômeno cujas raízes são identificadas como histórico-sociais. Vale dizer, as origens dos preconceitos raciais situam-se nas relações econômicas e políticas, ocultadas, nas declarações de 1950 e de 1951, sob a “ética da fraternidade universal”, ou sob a defesa da “tendência inata à

⁶¹ As 13 proposições formuladas em Moscou são ratificadas pelo grupo que redige a declaração de 1967. O texto da declaração, entretanto, retém apenas três, relativas, respectivamente, à afirmação do monogenismo; à atribuição da divisão da espécie humana em raças, tanto à convenção, quanto ao arbitrio; ao destaque do limitado alcance científico das classificações raciais e dos riscos que apresentam, por exemplo, o de servir a uma hierarquização das raças, o que é então explicitamente negado. Cf. UNESCO. Declaracion sobre la raza y los prejuicios raciales. In: *El Correo de la UNESCO*. Año XXI, UNESCO, Paris, mayo 1968a. Ver as diversas comunicações que serviram de base para a reunião de 1964 em: *Revue Internationale des Sciences Sociales*, vol. 17, n. 1, 1965.

cooperação”, ou, ainda, sob os aspectos biológicos, especialmente na declaração de 1951. Explicitam-se, assim, na declaração de 1967, as origens não-biológicas mas socioculturais dos preconceitos raciais, sem contudo desconsiderar suas variações relativas à personalidade e às circunstâncias particulares. (Itens 10 e 11)

É possível também distinguir essa declaração das demais pela prevalência das vozes, presentes na comissão de especialistas, representativas dos povos que têm sido alvo das implicações práticas da crença numa hierarquia racial, e para os quais a UNESCO, na nova composição das forças mundiais em seu interior,⁶² revela-se como um foro privilegiado de discussão das condições a serem modificadas, mediante seu trabalho contra o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo e o *apartheid*.

Expressando essa disposição, explicitam-se no texto da declaração as possibilidades contraditórias da escola como instrumento de progresso e de compreensão, mas também de perpetuação da discriminação entre os homens. As sugestões decorrentes dessa compreensão incluem: um currículo que contenha informações científicas sobre a raça; a aplicação dos recursos financeiros na educação, de modo a buscar não só a não-discriminação, mas também a discriminação positiva em sua distribuição entre os grupos da população. Considerando-se a importância do papel do professor, recomendam-se ainda cuidados com sua formação, uma vez que, sendo fruto da sociedade em que vive, ele pode estar imbuído dos preconceitos que nela se produzem.

Numa perspectiva semelhante, também os modernos meios de informação – lembremo-nos aqui da alocução de Nehru no Encontro de Filósofos e Pensadores de 1951 – são considerados no item 16 da declaração. Alegando-se o desconhecimento das possibilidades desses meios na difusão de conhecimentos e na formação de atitudes favoráveis ou contrárias à compreensão internacional, portanto, favoráveis ou não

⁶² Essa nova composição se evidencia na nacionalidade dos membros das comissões de especialistas para redigir as declarações da UNESCO sobre a questão racial. As comissões de 1964 e 1967 contam com uma representação geográfica e política mais ampla do que as anteriores, pois incluem países africanos e países do Leste Europeu, ausentes nas primeiras.

ao agravamento ou à eliminação dos preconceitos raciais, sugere-se o prosseguimento de pesquisas⁶³ que elucidem esses aspectos. E, quanto aos profissionais que atuam nesses meios, é assinalado como seu dever a manutenção de uma atitude favorável entre grupos e populações, evitando-se a transmissão de imagens estereotipadas ou a ridicularização dos povos, ou, ainda, evitando-se a classificação racial da pessoa de que se fala, a menos que esse dado seja essencial para clareza da notícia ou matéria.⁶⁴

Se, em 1951, a referência de Nehru ao agravamento das condições de realização da democracia, em virtude de como se vinham utilizando os meios de publicidade, caiu no vazio, o mesmo não ocorre na década de 1960, novo momento político e tecnológico, no qual as relações de força se articulam de modo diverso daquelas do imediato pós-guerra, e quando o poder das *media* as eleva à condição de intelectuais orgânicos da modernidade, fazendo-se mundo.

Ao longo da década seguinte, esse movimento prosseguirá numa estreita associação com os insucessos do Primeiro Decênio para o Desenvolvimento, programa lançado pela ONU em 1961, e com as

⁶³ Dois anos após a aprovação dessa declaração, a UNESCO reúne, em Montreal, especialistas sobre o papel dos meios de comunicação em sociedades multiétnicas para o exame desse item da declaração, quando foi elaborado o documento *Propostas para um Programa de Pesquisas em Comunicação Internacional*, criando-se, então, uma frente de pesquisas sobre os jornais em sociedades multiétnicas, das quais as primeiras se encontram em: UNESCO. *Race as news*. Two general studies on attitude change by Otto Klineberg and Colette Guillaumin and a study of the British national press by Paul Hartmann, Charles Husband and Jean Clark. UNESCO, Paris, 1974. Cf. nesta fonte Introduction. HALLORAN, James D.

⁶⁴ Desde 1958 e 1959 o potencial dos meios de comunicação se evidencia quando a Comissão dos Direitos Humanos da ONU solicita ao Ecosoc estudo sobre os meios de informação nos países em desenvolvimento. Com o deslocamento geográfico da Guerra Fria, evidenciado na Guerra do Congo, meios de comunicação associados à educação são vistos como prioritários para o continente africano e a UNESCO é chamada a apresentar estudo das necessidades e proposta de orçamento nesse sentido. Mais de uma década após, os países não-alinhados denunciam as condições adversas de trocas desiguais, reivindicam novas bases para o diálogo Norte - Sul e expressam seu interesse nas questões da comunicação, relacionando à Nova Ordem Econômica Mundial, então reivindicada, uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic).

respostas daí advindas. Vive-se então um período de desenvolvimento tecnológico e de multiplicação do poder dos meios de comunicação que se tornam cada vez mais o centro vital de uma sociedade mundial – vista como “aldeia global” por McLuhan (1969), como “sociedade tecnocrônica” por Brzezinski (1971), e como ameaça às culturas particulares pelos governos nacionais. Esses governos passam a reivindicar nos foros internacionais, particularmente na UNESCO, um equilíbrio na distribuição desses meios tendo em vista o intercâmbio efetivo de informações, e uma regulamentação do seu uso,⁶⁵ a fim de garantir o respeito às identidades culturais e uma verdadeira comunicação entre os povos.

Estes e outros aspectos implicados nas complexas relações dos meios modernos de comunicação com a questão racial, assim como com os demais campos de atuação da UNESCO, serão retomados exaustivamente ao longo do preâmbulo – no qual são lembrados pactos, acordos, convenções, resoluções já aprovados nos diversos organismos da ONU – e também dos 11 artigos da Declaração sobre os Princípios Fundamentais Relativos à Contribuição dos Meios de Comunicação de Massas ao Fortalecimento da Paz e à Compreensão Internacional, a Promoção dos Direitos Humanos e à Luta Contra o Racismo, o Apartheid e a Incitação à Guerra, aprovada na 20ª CG- 1978.

Na década 1970 e nas seguintes, o racismo ressurge e se alastra na Europa, que se reúne, em 1972, na Eurocult, a primeira das conferências regionais sobre as políticas culturais sinalizando uma mudança da UNESCO em relação ao conceito de cultura.⁶⁶ Nessa conferência, os países europeus, preocupados com a concentração dos meios de informação, recomendam à UNESCO o apoio aos países em desenvolvimento para a ressurreição de suas culturas nacionais e

⁶⁵ Uma regulamentação para o uso do espaço será aprovada em 1972 na Conferência Geral da UNESCO e também na Assembléia Geral da ONU, com o voto contrário e solitário dos Estados Unidos.

⁶⁶ Desde os desdobramentos contraditórios do Primeiro Decênio do Desenvolvimento, a UNESCO amplia seu conceito de cultura para além do modelo difusionista até então presente em suas atividades. Sendo central para o desenvolvimento econômico, a cultura como obra dos homens e não de uma elite deve ser garantida como um direito e respeitada em sua diversidade, como vimos no capítulo anterior.

para a eliminação das seqüelas do colonialismo, do neocolonialismo, do racismo e do domínio cultural. Argumenta-se então com os riscos do imperialismo cultural, da uniformização dos comportamentos, da homogeneização cultural e o conseqüente empobrecimento da humanidade em sua diversidade.

Há, entretanto, discordâncias expressas nas reservas – apresentadas tanto pela delegação sueca, falando em nome dos países nórdicos, como pelas delegações do Reino Unido, da Suíça, Áustria e do Canadá –, em relação à recomendação de uma ação mais decisiva da UNESCO na aplicação da Resolução 8, adotada na 16ª CG-1970. A resolução trata da “contribuição da UNESCO à paz, de suas tarefas concernentes à eliminação do colonialismo e da utilização do seu programa com a finalidade de reforçar a cooperação entre os Estados-membros, no interesse da paz e da segurança na Europa”, mediante ação nos domínios de atuação da organização e de sua contribuição para a realização das “análises críticas da filosofia e da sociologia do racismo e do apartheid”. (UNESCO, 1972, p. 43-44)

É possível compreender essas reservas num contexto em que, desde a década de 1960, as manifestações do racismo são registradas não apenas nas práticas de grupos neonazistas, mas também na esfera política na Europa Ocidental, onde ganham força os partidos nacionalistas.⁶⁷ O racismo se manifesta ainda no campo teórico – em novas tendências de biologização ou de psicologização do social, não restritas ao solo europeu – e também numa certa literatura apegada a temas como: as relações entre evolução biológica e evolução cultural, as diferenças raciais e outros similares.⁶⁸

⁶⁷ Ao slogan “a França para os franceses”, de Le Pen, somam-se argumentos diversos contra a imigração, assim como medidas legais para seu controle e repressão, não apenas nesse país, mas também na Inglaterra, na República Federal da Alemanha e nos EUA. Os alvos são árabes e judeus, ciganos e negros, aos quais se atribuem o desemprego e os males sociais que acompanham o desmonte do Estado do bem-estar iniciado a partir do final da década de 1970. Cf. WIEVIORKA, Michel. As mutações do ódio. In: *O Correio da UNESCO*, ano 14, n. 5, Rio de Janeiro: UNESCO. Fundação Getúlio Vargas, maio de 1996.

⁶⁸ Em 1960, a revista *Mankind Quarterly* publica vários artigos como o de Garret e Purves. Esses autores atribuem aos fatores genéticos a “escandalosa criminalidade dos negros”, merecendo resposta de Juan Comas na revista *Current Anthropology*

O Colóquio de Atenas, realização conjunta da UNESCO e da Fundação dos Direitos do Homem de Atenas, reúne nessa cidade, entre 30 de março e 3 de abril de 1981, especialistas de diversos campos de conhecimento com a finalidade de responder a essas várias manifestações de racismo no mundo ocidental, aí incluída a Europa, que avança no processo de unificação, rearticulando-se a partir do final da década de 1970 no neoliberalismo.

Nesse colóquio se discutem as teses pseudocientíficas que situam o racismo nos campos da genética, da antropologia, da etnologia, da história, da psicologia, da sociologia, da filosofia e do direito. Relacionados à discussão de ordem genética, persistem os temas sobre os aspectos biológicos e biopsicológicos da questão racial (Jacquard, 1981), já presentes nas discussões anteriores, 1950, 1951, 1964 e 1967, entre elas aquela sobre a pertinência do uso do termo “raça” para classificação das populações humanas, sobre a unidade e a diversidade da raça humana, sobre a validade das medidas de inteligência para comparação de diferentes povos. Discute-se ainda o peso relativo da economia e o papel decisivo da *media* na veiculação de teses racistas, na produção do racismo ou no seu combate.

Uma questão primordial nesse momento consiste no fundamento emprestado por essas teses não só à elaboração das políticas públicas, mas também à justificação de atitudes racistas. Destaca-se entre elas a tese dos “limites de tolerância”. Haveria de acordo com ela um limite de tolerância, passível de ser “objetivamente” estabelecido em percentuais, cuja ultrapassagem despertaria atitudes

em artigo no qual denuncia a orientação racista da *Mankind Quarterly*. No final da década a *Harvard Educational Review* publica artigo de Arthur R. Jansen no qual ele defende que 80% da inteligência do indivíduo é determinada por fatores genéticos. Em 1975, uma explicação biológica do comportamento do homem é apresentada por Edward Wilson, o pai da sociobiologia (genética, etologia, ecologia e neodarwinismo), da Harvard University. Em 1978 vários autores, usando pseudônimos, publicam o livro intitulado *Raça e inteligência*, no qual os negros, aos quais os autores negam a capacidade de julgamento e de síntese, são, por essa razão, comparados a europeus leucotomizados. Cf. VIDYARTHY, Lalita Prasad. A propos des races et du racisme: un regard neuf sur un thème connu. In: *Racisme, science et pseudo-science*. Actes du colloque réuni en vue de l'examen critique des différentes théories pseudo-scientifiques invoqués pour justifier le racisme et la discrimination raciale, Athènes, 30 mars-3 avril 1981.

ou comportamentos “naturais” de rejeição do “outro”, seja ele o marginal, o pertencente a uma minoria ou o estrangeiro (Bouhdiba, 1981). Essa tese, utilizada num passado recente na formulação de políticas de imigração seletiva para suprir a mão-de-obra calculada como necessária, prestava-se então às justificativas do controle da imigração, iniciado nos diversos países desde os primeiros anos da década de 1960 e intensificado a partir da década seguinte,⁶⁹ prosseguindo nas subseqüentes. Como se sabe, na década de 1990, agravam-se e aprofundam-se conflitos e guerras entre grupos étnicos e religiosos no Leste Europeu, com conseqüências na imigração e em seus desdobramentos, entre os quais o “limite da tolerância”, minando as esperanças de um mundo unido na democracia, alimentadas, primeiro pela queda do Muro de Berlim e, em seguida, pela desintegração do bloco soviético.

As inúmeras ameaças à democracia, à segurança, ao desenvolvimento e à “virtude da tolerância”, alastrando-se pelo mundo, motivam a Conferência Geral da UNESCO a proclamar 16 de novembro de 1995 como o Dia Internacional da Tolerância, quando também se aprova nesse foro a Declaração dos Princípios sobre a Tolerância.

Diante de mais uma declaração, abordando de um outro ângulo e num outro patamar a questão racial, impõe-se a lembrança da idéia de tolerância apresentada por um dos participantes indianos no encontro de filósofos e pensadores de 1951: “a tolerância (disse ele) é insuficiente: muitas vezes essa palavra implica uma certa complacência, enquanto a tolerância a ser buscada deve unir a profunda convicção de si próprio numa verdadeira apreciação do outro”. (UNESCO, 1953a, p. 18)

Prosseguindo seu combate ao racismo em suas diversas manifestações, um dos objetivos da luta contra a intolerância se expressa, na linguagem da UNESCO da década de 1990, por meio do lema “substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz”. Na construção dessa cultura, conforme o artigo 4º da declaração, a “educação para a tolerância”, um “imperativo prioritário”, deve ter o objetivo de “combater as influências que conduzem ao medo e à

⁶⁹ Cf. REX, John. Le racialisme et la crise urbaine. In: UNESCO. *Le racisme devant la science*. Paris: Nouvelle édition. UNESCO, 1973, p. 267-320.

exclusão do outro”, sendo a finalidade de seus programas “contribuir para o desenvolvimento da compreensão, da solidariedade e da tolerância entre os indivíduos, assim como entre grupos étnicos, sociais, culturais, religiosos e linguísticos e as nações”.

Esta é a condição, reconhecida pela UNESCO desde a década de 1960, da “unidade na diversidade”, necessária à realização do progresso da humanidade. Presente nas atividades relativas à cultura desde então, esse reconhecimento é contemporâneo da recusa da UNESCO à bipolarização política e também às centralidades culturais em disputa pela hegemonia.

A idéia da participação das diversas culturas no ideal de universalidade e de progresso ganha diversas expressões desde o início e ao longo da caminhada da UNESCO. Na década de 1990 é trabalhada no Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, emprestando-lhe o título de “Nossa diversidade criadora” (Cuéllar, 1997), cujo corolário imediato se traduz na exigência da virtude da tolerância. Virtude também invocada no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. (Delors, 1996) Reafirma-se, assim, a idéia de coalizão das diferentes culturas no jogo da história, exposta em artigo de Lévi-Strauss em 1952 – quando se processava o debate suscitado pela declaração de 1950. Nesse artigo, o antropólogo francês, lembrando a Europa da Renascença, observa que o desenvolvimento da humanidade se realizou sempre que houve contato de um maior número de culturas diferentes entre si.

Quando convidado pela UNESCO uma segunda vez, Lévi-Strauss levanta hipóteses a respeito da inadequação das respostas tradicionais para as questões raciais e faz interrogações que conferem uma amplitude muito maior à intolerância, seus alvos e suas causas, ocultados sob as diferenças raciais, os preconceitos que suscitam e a ignorância que os alimentam; conjectura ainda acerca dos limites da ajuda, seja do etnólogo, do psicólogo ou do educador, na solução da questão racial. E com a finalidade de demonstrar que o problema da intolerância não se restringe às questões de raça, apóia-se no exemplo fornecido pelos povos primitivos sobre as condições necessárias ao sentimento recíproco de tolerância “das quais as sociedades contemporâneas estão mais distantes do que nunca: de uma parte,

uma igualdade relativa; de outra, uma distância física suficiente” (1971, p. 663). Lévi-Strauss se refere à dificuldade crescente de viver junto, num planeta que se encolhe sob a pressão demográfica, tornando o outro uma ameaça ao uso por cada um dos bens naturais essenciais. Refere-se ainda à relação contraditória da unidade e diversidade e à possibilidade de um futuro em que as diferenças étnicas seriam desnecessárias como pretexto de um “regime de intolerância exacerbada” antevisto nos ódios raciais do presente.

Ao longo de sua existência, a UNESCO, na coordenação da cooperação entre as nações tendo em vista o progresso, como Sísi-fo condenada ao “eterno recomeço”, promoveu debates e buscou administrar as polarizações das respostas, natureza ou cultura, às quais talvez se possa atribuir a pouca eficácia do combate ideológico ao racismo (Lévi-Strauss, 1971), obstáculo que persiste em resurgir. Na busca de uma síntese superadora do pensamento disjuntivo ou, quem sabe, de uma visão científica multidisciplinar sobre as questões sociais e raciais, articulou acordos, produziu resoluções e declarações. Tematizando, analisando, refletindo, buscou regulamentar as relações com o “outro”, o “diferente”, relações tensionadas na competição por espaços sociais os mais diversos, incluindo o mercado de trabalho, os serviços públicos nas áreas da educação, saúde, moradia, as vantagens, prerrogativas ou direitos individuais ou coletivos. (Ianni, 1996)

Após mais de meio século desse trabalho, numa sociedade cada vez mais interdependente, e num mundo onde o ódio racial e o sentimento de superioridade de uns em relação aos outros prosseguem alimentando a violência de diversas ordens e justificando as relações de dominação, de exploração e de esquecimento, impõe-se a questão referente ao alcance da tolerância.

Na expressão de Albert Jacquard, geneticista francês que participou do Colóquio de Atenas, “a tolerância é uma atitude ambígua (...). Tolerar é julgar-se em condições de dominar, julgar; é ter de si mesmo um conceito bastante positivo para aceitar o outro com todos os seus defeitos”. Assim entendida, a tolerância repõe o mito da superioridade, que por sua vez justifica o domínio de povos e gentes, incessantemente combatido pela UNESCO. Talvez por isto, Jacquard defende na seqüência a necessidade de “tomar um rumo com-

pletamente diferente e tomar consciência da contribuição dos outros, que se torna tanto mais rica quanto maior for a diferença em relação consigo mesmo”. (1998, p. 4)

Para finalizar, lembremos o alerta e a lição que nos deixa Florestan Fernandes (1960, p. XIV), para quem

não existe democracia racial efetiva, onde o intercâmbio entre os indivíduos pertencentes a ‘raças’ distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer as exigências do ‘bom-tom’ de um discutível ‘espírito cristão’ e da necessidade prática de ‘manter cada um em seu lugar’. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a e justificando-a acima dos princípios de integração da ordem social democrática.

Essa reflexão nos sugere como corolário a conclusão de Lévi-Strauss (1971, p. 666) segundo a qual “só podemos depositar nossa esperança em uma mudança no curso da história, mais difícil ainda de se obter do que um progresso no curso das idéias”.

Referências

ADAM, H. T. *L'organisation européenne de coopération économique*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1949.

ADISESHIAH, Malcolm S. *Pour que mon pays s'éveille*. Le rôle de l'homme dans le développement: réflexions sur les dix années à venir. Paris: UNESCO, 1970.

_____. *Il est temps de passer à l'action*. Le rôle de l'homme dans le développement: réflexions complémentaires pour les années soixante-dix. Paris: UNESCO, 1972.

ALEMANHA OCIDENTAL/FKA/ISI. *IV Seminário Latinoamericano para Directores de Teleducación*. Doc.140, México, 1970.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo – As políticas do Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1955.

ARCHIBALDI, Gail. *Les États-Unis et l'UNESCO: 1944-1963*. Les rêves peuvent-ils résister à la réalité des relations internationales? Paris: Sorbonne, 1993.

A SIP boicota a ALASEI. In: *Cadernos do Terceiro Mundo*, VI, n. 61, dez. 1983, p. 86-87.

AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor: um estudo de ascensão social*. São Paulo: Editora Nacional, 1955. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, vol. 282).

BAHIANA, Henrique Paulo. *Política alemã de auxílio ao desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Olímpia, 1966.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. 2 ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Nacional, 1971. (Coleção Brasileira, vol. 305).

BATISSE, Michel. No começo, o deserto. In: *O Correio da UNESCO*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, mar. 1994.

BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno*. Séculos XIX e XX. Lisboa/Rio de Janeiro: Edições 70, 1990. (Col. História das Idéias e do Pensamento, vol. II.)

BEAGLEHOLE, Ernest. Les relations interraciales dans les régions du Pacifique. In: *Bulletin International de Sciences Sociales*, vol. II, n. 4, Hiver, 1950. p. 512-520.

BEDJAOU, Mohamed. *Pour un nouvel ordre économique international*. Paris: UNESCO, 1979. (Col. Nouveaux défis au droit international)

BEHRMAN, Daniel. *Réseaux du progrès: quelques aspects de l'action scientifique de l'UNESCO*. Paris: UNESCO, 1964.

BEKRI, Chikh. *L'UNESCO: "Une entreprise erronée?"* Paris: Éditions Publisud, 1991.

BELTRÁN, Luis Ramiro S.; CARDONA, Elizabeth Fox. Mass media et domination culturelle. In: *Perspectives*, vol. X, n. 1, Paris: UNESCO, 1981.

BERTRAND, Maurice. Os caminhos da paz. In: *O Correio da UNESCO*, ano 23, n. 12, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, dez. 1995.

BOUHDIBA, Abdelwahab. Racisme et conditions économiques et sociales. In: *Racisme, science et pseudo-racisme: actes du colloque réuni en vue de l'examen critique des différentes théories pseudo-scientifiques invoquées pour justifier le racisme et la discrimination raciale*. Athènes, 30 mars – 3 avril 1981, Paris: UNESCO, 1981.

BRASIL/MEC. Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília: MEC, 1993.

BRZEZINSKI, Z. *América: laboratório do mundo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.

CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. Prefácio de Florestan Fernandes. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. (Col. Brasileira, vol. 307)

CARDOSO, Maurício. A raiz da diferença. In: Revista *Veja*. São Paulo: Editora Abril, n. 1595, 28 de abril de 1999, p. 92-6.

CARNEIRO, Paulo E. de Berredo. *O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, Razões e Objetivos da sua criação*. 1951.

CARR, R. K. Le gouvernement fédéral américain et la question raciale. In: *Bulletin Internationale des Sciences Sociales*, vol. II, n. 4, Hiver, 1954.

CCIU. Centre Catholique International pour l'UNESCO. *Les mois à l'UNESCO*, n. 112, jan/mar, Paris, 1984.

CECLA. Consenso latino-americano de Viña del Mar. *Comércio exterior*. Vol. XIX, n. 6, México, jun. 1969, p. 421-427.

CHALLIAND, Gerard. *A luta pela África*: estratégia das grandes potências. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COMAS. Juan et alii. *Raça e Ciência I*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

COOMBS, Philip H. *A crise mundial da educação*. Uma análise de sistemas. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CUÉLLAR, Javier Pérez de (Org.). *Nossa diversidade criadora*. Relatório da comissão de cultura e desenvolvimento. Tradução de Alessandro Warley Candeas. Campinas: Papirus/Brasília: UNESCO, 1997.

DARLINGTON, C. D. La conception génétique de la race dans l'espèce humaine. In: *Bulletin Internationale des Sciences Sociales*, vol. II, n. 4, Hiver, 1950, p. 501-511.

_____. La conception génétique de la race. In: *Bulletin Internationales des Sciences Sociales*, vol IV, n. 1, Printemps 1952, p. 237-238.

DELORS, Jacques (Org.). *Educação, um tesouro a descobrir*. Relatório da comissão internacional sobre a educação para o século XXI. Tradução de José Carlos Eufrázio. Lisboa: Asa/UNESCO, 1996. (Col. Perspectivas Atuais/Educação).

DEUTSCH, Karl. *Análise das relações internacionais*. 2. ed. Tradução de Maria Rosinda Ramos da Silva. Brasília: Editora da UnB, 1982. (Col. Pensamento Político).

DOUBININE, N. P. Les races et la génétique contemporaine. In: UNESCO. *Le racisme devant la science*. Paris, 2. ed. 1973, p. 139-169.

DREIFUSS, René. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1919-1986*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

DUNN, L. C. Rapport sur la réunion d'anthropologistes et de généticiens tenue a la maison de l'UNESCO, du 4 au 8 juin 1951. Anexe III. In: *Qu'est-ce qu'une race? Des savants répondent*. Paris: UNESCO, 1952.

_____. *Raça e ciência II*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

DUPUY, Jean. *L'établissement de la sécurité collective*. Paris: UNESCO, 1951.

ELIOT, T. S. *Notas para uma definição de cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1988. (Col. Debates).

ESSIEN-UDOM, E. U. Tribalisme et racisme. In: UNESCO. *Le racisme devant la science*. Paris, 2 ed. 1973, p. 239-266.

EVANGELISTA, Ely G. S. *Educação e mundialização*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

FAURE, Edgar et alii. *Aprender a ser: la educación del futuro*. 4. ed. Madrid: Alianza/UNESCO. 1975.

FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional*. São Paulo: Editora Nacional, 1960. (Brasiliana, vol. 307).

FERNANDES, Florestan. *A condição do sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

FISCHER, Desmond. *O direito de comunicar: expressão, informação e liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FRADIER, Georges. *Orient et Occident*. Peut-ils se comprendre? Paris: UNESCO, 1958.

FULLERTON, Garry. *L'UNESCO au Congo*. Paris: UNESCO, 1961.

GORDON, Norton. Somos todos um só. In: *Isto É*. São Paulo: Editora Três Ltda., n. 1520, 18 de nov. de 1998, p. 128-134.

GOSOVIC, Branislav, RUGGIE, John Gerard. Overview: origins and evolution of the concept. In: *International Social Science Journal*, Vol. XXVIII, n. 4, Paris: UNESCO, 1976.

HALLORAN, James D. Introduction. In: UNESCO. *Race as news*. Two general studies on attitude change by Otto Klineberg and Colette Guillaumin and a study of the British national press by Paul Hartmann, Charles Husband and Jean Clark. UNESCO, Paris, 1974.

HERMAN, Edward S. Anatomy of a smear: Ed Bradley and “60 minutes” on UNESCO. In: *Hope & Folly: the United States and UNESCO 1945-1985*. New York: Institute for Media Analysis Inc./ Mineapolis: University of Minnesota Press, 1989.

HIERNAUX, Jean. L'espèce humaine peut-elle être découpée en races? In : UNESCO. *Le racisme devant la science*. Paris, 2. ed. 1973, p. 171-176.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. O breve século XX, 1914-1991. 2. ed. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOROWITZ, Irving Louis. A détente e as multinacionais. In: *Dados*. Rio de Janeiro: IUPERJ, n. 12, 1976.

HUMMEL, Charles. International cooperation and world problems: the standpoint of UNESCO. In: *International Social Science journal*, vol. XXXIV, n. 1, Paris: UNESCO, 1982.

HUXLEY, Julien. El concepto de raza. In: *El hombre está solo*. Trad. de C. A. Jordana. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1942.

_____. Humanismo científico. In: *El hombre está solo*. Trad. de C. A. Jordana. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1942.

IANNI, Octavio. *Classe e nação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. Nação e Globalização. In: _____. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. Raças e povos. In: _____. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. Regionalismo e Globalismo. In: _____. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. Globalização e transculturação. *Primeira Versão*, n. 69, IFCH/Unicamp, abril 1997.

IOUCHKIAVITTCHEUS, Henrikas. Estratégia da UNESCO (entrevista) In: *O Correio da UNESCO*, ano 23, n. 4, abril de 1995.

JACQUARD, Albert. La science face au racisme. In: *Racisme, science et pseudo-racisme: actes du colloque réuni en vue de l'examen critique des différentes théories pseudo-scientifiques invoquées pour justifier le racisme et la discrimination raciale*. Athènes, 30 mars/3 avril, 1981, Paris: UNESCO, 1981.

JACQUARD, Albert (com a participação de Huguette Plané). *Filosofia para não-filósofos*. Trad. João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

JUVIGNY, Pierre. *The fight against discrimination: towards equality in education*. Paris: UNESCO, 1963.

KLINBERG, Otto. Plan d'étude de l'UNESCO sur les états de tension internationale. Un appel aux sciences de l'homme. Allocution présidentielle prononcé lors de la réunion annuelle de la Eastern Psychological Association. Springfield, Mass., le 8 avril 1949. *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. I, n. 1-2, Paris, 1949.

_____. *As diferenças raciais*. Trad. de Gioconda Mussolini. São Paulo: Editora Nacional, 1966.

KNIGHT, Robert P. Atividades da UNESCO na comunicação internacional. In: FISCHER, Heinz-Dietrich e MERRILL, John C. (Org.) *Comunicação Internacional: meios – canais – funções*. São Paulo: Cultrix, 1975.

KOSZIK, Kurt. A expansão do Instituto Internacional de Imprensa. In: FISCHER, Heins-Dietrich e MERRIL, John C. (Org.) *Comunicação Internacional: meios – canais – funções*. São Paulo: Cultrix, 1975.

LACOSTE, Michel Conil. *Chronique d'un grand dessein*. UNESCO 1946-1993. Paris: UNESCO, 1994.

LAVES, Walter H. C. e THOMSON, Charles A. *UNESCO: purpose, progress prospects*. Bloomington: Indiana University, 1957.

LEIRIS, Michel. Raça e civilização. In: *Raça e ciência*, vol I. São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 189-229.

LENGYEL, Peter. Most: le premier programme intergouvernemental de sciences sociales. In: *Revue Internationale des Sciences Sociales*, vol. XLVI, n. 142, décembre, Paris: UNESCO, 1994.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: *Raça e ciência*, vol. I. São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 231-270.

_____. Race et culture. In: *Revue Internationale des Sciences Sociales*, vol. XXIII, n. 4, 1971.

MACBRIDE, Sean, et alii. *Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época*. Relatório da Comissão Internacional para Estudo dos Problemas da Comunicação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/UNESCO, 1983.

MADRIDEJOS, Mateo. *Colonialismo e neocolonialismo*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979.

MAHEU, René. Au service de l'esprit dans l'histoire. In: *Dans l'esprit des hommes: vingt-cinquième anniversaire de l'UNESCO 1946-1971*. Paris: UNESCO, 1972.

MAHEU, René. Cuatro aspectos de un gran proyecto humano. In: *Crónica de la UNESCO* vol. XV, n. 10, Paris: UNESCO, 1969, p. 343-352.

_____. *Perspectives sur l'UNESCO*. Introduction au rapport du directeur général sur l'activité de l'organisation en 1973. Paris: PUF/UNESCO, 1974.

MAIO, Marcos Chor. *A história do projeto UNESCO: estudos raciais e Ciências Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

MAKAGIANSAR, Makaminan. A UNESCO e os problemas da comunicação. In: *O Correio da UNESCO*, ano 5, n. 6. Fundação Getúlio Vargas/UNESCO, Rio de Janeiro, jun. 1977.

MANNHEIM, Karl. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

_____. *O homem e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MATTELART, Armand. *Multinacionais e sistemas de comunicação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1976.

_____. *Comunicação-Mundo*. História das idéias e das estratégias. Petrópolis: Vozes, 1994.

MAYOR, Federico. Reinventar a Imprensa. In: *O Correio da UNESCO*, ano 23, n. 4, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, abril, 1995.

_____. Cinquenta anos depois. *O Correio da UNESCO*, ano 23, n. 4, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, abril, 1995.

MBOUMA, William A. Eteki. Afrique. In: *Dans l'esprit des hommes: vingt-cinquième anniversaire de l'UNESCO 1946-1971*. Paris: UNESCO, 1972.

M'BOW, Amadou Mahtar. *Le monde en devenir*. Réflexions sur le nouvel ordre économique international. Paris: UNESCO, 1976.

_____. Um programa executado em que pesem sérios obstáculos. In: *Crônica da UNESCO*. Vol. XXII, n. 12, 1976 a.

_____. *Comprendre pour agir: l'UNESCO face aux problèmes d'aujourd'hui et aux défis de demain*. Paris: UNESCO, 1977.

M'BOW, Amadou Mahtar. *Aux sources du futur: la problématique mondiale et les missions de l'UNESCO*. Paris: UNESCO, 1982.

_____. *La UNESCO en su cuarenta aniversario*. Paris: UNESCO, 1985.

_____, et alii. *Le consensus et la Paix*. Paris: UNESCO, 1980.

MCLUHAN, M. *O meio são as massa-gens*. Rio de Janeiro: Record, 1969.

MÉTRAUX, Alfred. L'UNESCO et le problème racial. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. II, n. 3, Automne, 1950, p. 3.

_____. Une enquête sur les relations raciales au Brésil. In: *Le Courrier de L'UNESCO*, vol. V, n. 8-9, Août-Septembre, 1952.

_____. Race et civilisation. In: *Le Courrier*, vol. III, n. 6-7, Juillet-Août, 1950a, p. 8-9.

MODOUX, Alain. Da Guerra Fria à era das novas tecnologias. In: *O Correio da UNESCO*, 23, n. 4, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, abril, 1995.

MONTAGU, M.F. Ashley. O conceito de raça e o mecanismo da formação das raças humanas. In: MUSSOLINI, Gioconda. (Org., sel. e notas). *Evolução, raça e cultura*. 3 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

MORSY, Zaghlood. *L'éducation aux médias*. Paris: UNESCO, 1984.

NEHRU, Jawaharlal. Allocution lors de la séance de clôture de l'entretien. In: UNESCO. *Humanisme et éducation en Orient et Occident*. Entretien international organisé par UNESCO. Paris, 1953c.

OLIVEIRA, João Batista A. e MC ANANY, Emile G. *Le projet brésilien Saci/Exern: étude analytique de cas*. Paris: UNESCO, 1981. (Col. Études et Documents d'information, n. 89).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Las Naciones Unidas y los derechos humanos: 1945-1995,

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEARSON, Lester B. *Sócios no progresso*. Relatório da Comissão de Desenvolvimento Internacional. Rio de Janeiro: Apec, 1971.

PERNEAU, José. *História mundial desde 1939*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979.

PERKINS, Jaime. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 48, n. 108, out./dez. 1967, p. 305-312.

POMPEI, Gian Franco. Historique de l'organisation. In: UNESCO. *Dans l'esprit des hommes*. Vingt-cinquième anniversaire de l'UNESCO 1946-1971. Paris: UNESCO, 1972.

PRESTON, Jr., William. Th history of U. S. A. – UNESCO relations. In: *Hope & Folly: the United States and UNESCO 1945-1985*. New York: Institute for Media Analysis Inc./Mineapolis: University of Minesota Press, 1989.

RAGHAVAN, G. N. S. Les médias atteint-ils les masses? L'expérience indienne. In: *Perspectives*, vol. X, n. 1, Paris: UNESCO, 1980, p. 96-106.

RAY, Ellen e SCHAAP, William. Introduction. In: *Hope & Folly: the United States and UNESCO 1945-1985*. New York: Institute for Media Analysis Inc./Mineapolis: University of Minnesota Press, 1989.

REIFERS, Jean-Louis. *Sociétés transnationales et développement endogène: effets sur la culture, la communication, la science et la technologie*. Paris: UNESCO, 1981.

REX, John. Le racionalisme et la crise urbaine. In : *Le Racisme devant la science*. 2 ed. Paris: UNESCO, 1973, p. 267-320.

ROACH, Colleen. The movement for a new world information and communication order: a second wave? In: *Farewell to NWICO? Media Culture and Society*, vol. 12. SAGE, London, Newbury Park and New Delhi, 1990, p. 283-307.

RONCAGLIOLO, Rafael. A Nomic. Contra-informação e democracia a partir do Terceiro Mundo. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (Org.) *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Cortez/Intercom, 1982.

SADER, Emir, GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo – As políticas do Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAMPSON, Anthony. *O negro e o ouro*. Magnatas, revolucionários e o apartheid. Trad. Joaquim Palacios. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Desregulagens*. Educação, planejamento e tecnologia como ferramenta social. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SCHILLER, Herbert I. La Libre circulación de la información y la dominación mundial. In: SOMAVÍA, Juan (Org.) *La información en el nuevo orden internacional*. Editado por MATTA, Fernando Reyes. México: Ilet, 1977.

SCHRAMM, Wilbur et alii. *Techniques modernes au service d'une éducation planifiée*. Conclusions d'un programme d'enquetes par un contrat de l'Agence Américaine pour le Développement International. UNESCO/IPE/Usaid, 1970.

SINCLAIR, John. Neither west nor third word: the mexican television industry within the NWICO debate. In: *Farewell to NWICO? Media Culture and Society*. Vol. 12. SAGE, London, Newbury Park and New Delhi, 1990, p. 343-360.

SIST, A. e IRIARTE, G. Da segurança nacional ao Trilateralismo. In: ASSMANN, Hugo et alii. *A Trilateral*. Nova fase do capitalismo mundial. Petrópolis: Vozes, 1979.

SOMAVÍA, Juan et alii. *La información en el nuevo orden internacional*. México: ILET/Matta, F. R. 1977.

TERROU, Fernand. *La télévision dans le monde*. Paris: UNESCO/Imprimerie Strasbourgeoise, 1954.

TOMMASI, Livia de, WARDE, Mirian Jorge, HADDAD, Sérgio (Org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.

TOPUZ, Hifzi. La UNESCO y las agencias de información. In: *Crónica de la UNESCO*, vol. XVI, n. 12, Paris: UNESCO, 1970.

UNESCO. *Actes de la Conférence Générale, deuxième session*. Comptes rendus des débats. México, 1947.

_____. *L'UNESCO, un programme mondial*. Analyse du programme de l'UNESCO pour 1949 voté par la Conférence Générale à Beyrouth. Paris: UNESCO, 1948.

UNESCO. *Avec le Ticer*. Sur le front de la reconstruction. Regards sur vingt-neuf organisations internationales privées à la point du combat pour le relèvement de l'éducation. Paris: Georges Lang, 1949.

_____. Réunion d'experts chargés d'élaborer un plan de travail pour l'étude de communautés sociales dans différents pays, 24-28 Janvier 1949. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. I, n. 1-2, Paris: UNESCO, 1949 a.

_____. *L'Éducation de base*. Description et Programme. Monographies sur l'Éducation de Base. Paris: UNESCO/Imprimerie Firmin-Didot, 1950.

_____. UNESCO. *Actes de la Conférence Général*. Cinquième session, Florence, juillet, 1950. Paris: UNESCO, 1950a.

_____. *Rapport aux Nations Unis: 1949-1950*, Paris, 1950b.

_____. *Rapport du Directeur Général sur l'activité de l'organisation d'octobre 1949 a mars 1950*. Présenté à la Conférence Général lors de sa cinquième session, mai-juin 1950. Paris, 1950 c.

_____. Preface. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. II, n. 4, Hiver, 1950 d.

_____. *Les missions culturelles mexicaines y su programa*, por Lloyd H. HUHES. Paris: UNESCO, 1951. (Série Monografias sobre Educación Fundamental, vol III)

_____. IISA. *L'Administration Nationale dans ses Relations avec les Organisations Internationales*. Conclusions d'une enquête effectuée dans quatorze Etats. Bruxelles: UNESCO, 1951a.

_____. *El Proyecto Piloto de Haiti*. Primera etapa 1948-1949. Paris: Bellenand, 1951b. (Serie Monografias sobre Educaci3n Fundamental)

UNESCO. *Échanges culturels et barrières commerciales*. Repertoire des règlements auxquels sont soumis les échanges d'objets de caractère éducatif, scientifique ou culturel. Paris: UNESCO, 1952.

_____. *Accord pour l'importation d'objets de caractère éducatif scientifique ou culturel*. Avantages et modalités d'application. Paris: UNESCO, 1952a.

_____. *Matériaux nouveau*. Exposition scientifique organisée par l'UNESCO du 27 mai au 11 juin 1952. Paris: UNESCO, 1952 b.

_____. *L'éducation des communautés à Porto Rico*: rapport établi par la Division des Communautés du Département de l'Éducation sur l'oeuvre accomplie à Porto Rico entre le 1^{er} juillet et le 15 octobre 1951. Paris: UNESCO, 1952 c.

_____. *La salud en la aldea*. Una experiencia de educaci3n visual en China. Paris: UNESCO, 1952d. (Serie Monografias sobre Educaci3n Fundamental, vol. V)

_____. *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. IV, n. 2, Été 1952e, p. 404-408

_____. L'étude des états de tension au Victoria University College (Nouvelle-Zélande). In: *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. IV, n. 1, Printemps, 1952 f, p. 154-158.

_____. *Qu' est-ce qu'une race?* Des savants répondent. Paris: UNESCO, 1952 g.

_____. *Les Nations Unies et le civisme internationale*. Paris: UNESCO, s.d. (Vers la compréhension internationale, vol. IV)

_____. *Voyages à l'étranger*. Formalités especiales pour voyages à buts éducatifs. Éditions révisée. Paris: UNESCO, 1953.

_____. *Le concept de race*. Resultats d'une enquête. Paris: UNESCO, 1953a. (Col. La question raciale devant la science moderne)

_____. *Rapport aux Nations Unis: 1952-1953*. Paris: UNESCO, 1953 b.

_____. *Humanisme et éducation en Orient et Occident*: entretien international organisé par l'UNESCO. Paris, 1953c.

UNESCO. *Actes de la Conférence Générale*. Huitième session. Montevideo, nov. Paris: UNESCO, 1954.

_____. *La Cooperación Europea en la investigación nuclear*. Paris: UNESCO/Union Typographique de Villeneuve-Saint-Georges, 1954 a. (Col. La UNESCO y su programa XI).

_____. Le bureau international du recherches pour l'étude des repercussions sur le plan social des transformations de la technique. In: *Bulletin International des Sciences Sociales*, vol. VI, n. 1, Paris: UNESCO, 1954b.

_____. Le développement des moyens d'information en Asie. *Études et documents d'information*, n. 30. Compte rendu de la réunion organisée par l'UNESCO. Bangkok, janvier 1961.

_____. *La télévision rurale au Japon*. Rapport sur une expérience d'éducation des adultes. Paris: UNESCO, 1961a.

_____. Le développement des moyens d'information en Afrique. Presse radio film télévision. *Études et Documents d'Information*, n. 37. Paris: UNESCO, 1962.

_____. *Crônica da UNESCO*, vol. X, n. 2, fev. 1964.

_____. *L'apartheid: ses effects sur l'éducation, la science la culture et l'information*. Paris: UNESCO, 1968.

_____. Declaracion sobre la raza y los prejuicios raciales. In: *El Correo de la UNESCO*, año XXI, UNESCO, Paris, mayo 1968.

_____. *L'alfabetisation fonctionnelle pourquoi et comment*. L'UNESCO et son programme. Paris: UNESCO, 1970.

_____. *Intergovernmental Conference on Institutional, Administrative and Financial Aspects of Cultural Policies*. Final report. Venice 24 August – 2 September 1970. Paris: UNESCO, 1970a.

_____. *Conférence Intergouvernementale sur les Politiques Culturelles en Europe*. Rapport final. Helsinki, 19-28 juin 1972. Paris: UNESCO, 1972.

_____. *O Correio da UNESCO*, n.1, Rio de Janeiro: FGV, jan. 1973.
UNESCO. *Le racisme et l'apartheid en Afrique australe – Afrique du Sud et Namibia*. Dossier établi d'après une documentation réunie par le mouvement anti-apartheid. Paris: UNESCO, 1975.

_____. *Rapport du Directeur général sur l'activité de l'organisation en 1974*, présenté aux Etats membres et au Conseil Exécutif conformément à l'article VI.3.b de l'Acte constitutif. Conférence Générale, dix-neuvième session, 1976.

_____. *Le racisme et l'apartheid en Afrique australe – Rhodésie*. Ouvrage de référence rédigé d'après des données rassemblées par Reginald Austin. Paris: UNESCO, 1976 a.

_____. *Les politiques de la communication en Inde*. (par M. V. DESAI). Paris: UNESCO, 1977.

_____. *Méthode de détermination des priorités dans le domaine de la science et de la technologie*. Enquêtes UNESCO/Unacast sur les besoins institutionnels des pays en voie de développement dans le domaine de la science et de la technologie. Paris: UNESCO, 1977a.

_____. A UNESCO e as agências de notícias. In: *O Correio da UNESCO*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, ano 5, n. 7, jun. 1977 b.

_____. *Actas de la Conferencia General*, 20. reunión. Resoluciones. Vol. 1. Paris, 24 de octubre-28 de noviembre de 1978. Paris: UNESCO, 1978.

_____. *Déclaration de principes sur la tolérance*. (<http://www.UNESCO.org/tolerance/declafre.htm>).

_____. *La question raciale*. Paris: UNESCO, s/d. (Col. l'UNESCO et son programme, vol. III)

_____. *Conseil intergouvernemental du Programme International pour le Développement de la Communication* (première session). Rapport final, Maison de l'UNESCO, Paris, 15-22 juin 1981.

_____. Rapport final du colloque. In: *Racisme, science et pseudo-racisme*: actes du colloque réuni en vue de l'examen critique des différentes théories pseudo-scientifiques invoquées pour justifier le racisme et la discrimination raciale. Athènes, 30 mars-3 avril, Paris: UNESCO, 1981 a.

_____. *Conferência Mundial sobre Políticas Culturais*. Problemas e perspectivas. CLT-82/Mondiacult/3. Paris: UNESCO, 1982.

UNESCO. *Conferência Mundial sobre Políticas Culturais*. Informe final. México, D. F., 26 de julio-6 de agosto. Paris: UNESCO, 1982a.

_____. *O Correio da UNESCO*, ano 10, n. 9. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1982 b.

_____. *Conseil Intergouvernemental du Programme International pour le Développement de la Communication* (deuxième session). Acapulco, 18-25 Janvier 1982. Rapport final. COM/MD/1, 1982 c.

_____. *Rapport du Directeur Général présenté aux États membres et au Conseil Exécutif*. 23 C/3. Vingt-troisième session, 1985.

_____. *Conférence intergouvernementale sur les politiques de la communication dans États arabes*. Rapport Final. Khartoum (Soudan) 19-23 juillet 1987. CC-87/Arabcom/3.

_____. *Tercer Plan a Plazo Medio* (1990-1995), (25 C/4 Aprobado). Paris, UNESCO, 1989.

_____. *Conseil Intergouvernemental du Programme International pour le Développement de la Communication* (dixième session). Rapport Final. CC.MD/10. Paris, 7-13 mars 1989a.

_____./PNUD/UNICEF/BM. *Rapport final. Conférence Mondiale sur l'Éducation pour Tous: répondre aux besoins éducatifs fondamentaux*. Jomtien, Thaïlande, 5-9 mar 1990.

_____. *Conseil Intergouvernemental du Programme International pour le Développement de la Communication* (douzième session). Rapport final. Paris, 11-18 février 1991.

_____. A estratégia da UNESCO: entrevista com Henrikas Iouchkiavittchious. In: *O Correio da UNESCO*, 23, n. 4, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, dez, 1995.

_____. *O Correio da UNESCO*, 23, n. 12, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, dez, 1995.

_____. *Comptes rendus des débats – vingt-huitième session*. Paris: UNESCO, 1995a.

_____/UIT. *Le droit de communiquer: a quel prix? Obstacles économiques à l'utilisation efficace des télécommunications en matière d'éducation, de science et de culture et pour la diffusion de la information*. Paris: UNESCO/UIT, mai 1995b.

UNESCO. *O Correio da UNESCO*, 24, n. 6, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, jun, 1996.

_____. *La volonté de réforme. Aperçu des réformes réalisées: 1988-1996*. Paris: UNESCO, 1996a.

_____. *Telecommunication tariffs for the mass media*. New communication order, n.. 8. Paris: UNESCO.

_____. *O Correio da UNESCO*, 24, n. 5, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, mai, 1996.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Escritos de Filosofia II: ética e cultura*. São Paulo: Loyola, 1993.

VIDYARTHY, Lalita Prasad. A propos des races et du racisme: un regard neuf sur um thème connu. In: *Racisme, science et pseudo-science*. Actes du colloque réuni en vue de l'examen critique des différentes théories pseudo-scientifiques invoqués pour justifier le racisme et la discrimination raciale, Athènes, 30 mars-3 avril 1981.

VISSER, Jan. *Learning without frontiers*. UNESCO, 1994, (mimeo).

WASHBURN, S. L. A antropologia física e sua estratégia atual. In: MUSSOLINI, Gioconda (Seleção, org. e notas). *Evolução, raça e cultura: leituras de antropologia física*. 3 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

_____. A evolução humana e a cultura. In: MUSSOLINI, Gioconda. (Seleção, org. e notas). *Evolução, raça e cultura: leituras de antropologia física*. 3 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tradução M. Irene de Q. S. Scmrecsányi e Tamás J. M. K. Scmrecsányi. Brasília. Editora Unb e São Paulo Pioneira, 1981.

WIEVIORKA, Michel. As mutações do ódio. In: *O Correio da UNESCO*, ano 14, n. 5, Rio de Janeiro: UNESCO/Fundação Getúlio Vargas, maio de 1996.

WRIGHT, Quincy. In: *Bulletin International de Sciences Sociales*, vol. I, n. 1-2, Paris, 1949, p. 100-101.

www.UNESCO.org

www.education.org:80/efa